

# Mozambique

RELATÓRIO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2001

Género, Mulher e  
Desenvolvimento Humano:  
Uma Agenda Para o Futuro

SARDC



POWRI

# Moçambique

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
Avenida Kenneth Kaunda, 931 Caixa Posta 4595  
Maputo, Moçambique  
Tel (258-1) 49 03 37/8  
© PNUD 2001  
Caixas, Tabelas, Gráficos conforme especificação

(ISBN) Registo No. 2062/RLINLD/2002

A informação contida neste documento poder ser reproduzida, utilizada e distribuída livremente desde que esta publicação seja devidamente citada como fonte original nos seguintes moldes:

**Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 2001**  
**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Maputo**

Agência de Coordenação e assistência técnica:  
Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), Maputo  
Tradução: Paul Fauvet, Bonifácio António  
Capa: Paul Wade, Inkspots  
Maquetização do texto: Jane Shepherd  
Fotos de capa: CFF; Ferhat Mohamed  
Fotolito e impressão: DS Print Media, Johannesburg

# Prefácio

---

O escritório do PNUD em Moçambique mais uma vez se sente honrado por estar associado a uma nova edição do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano. Esta edição de 2001 é a quarta na série que se seguiu ao lançamento do primeiro relatório nacional em 1998. Ao longo dos anos, a publicação anual deste relatório tem servido não só para fornecer uma análise independente das tendências do desenvolvimento humano, mas também como o mais importante factor na promoção do debate nacional sobre as preocupações-chave do desenvolvimento no país. Através deste relatório, o conceito de desenvolvimento humano vem sendo gradualmente assumido pelas políticas nacionais e encontra-se reflectido no programa nacional de redução da pobreza. A presente edição do relatório evidencia que o desenvolvimento humano medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) continua a mostrar uma tendência positiva. Estima-se que o IDH em 2000 foi de 0.362 contra 0.346 em 1999. Este nível elevado do índice resulta de dois factores principais: primeiro, a espantosa redução da taxa de analfabetismo de 60.5% em 1997 para 56.7% em 2000. Segundo, os indicadores mostram uma continuação mas modesta subida na esperança de vida, fundamentalmente devido à intervenção feita no sector de saúde, apesar das grandes pressões provocadas pela epidemia do HIV/SIDA.

O tema deste relatório é a igualdade de géneros, que é um dos maiores desafios ao desenvolvimento que muitos países em vias de desenvolvimento enfrentam. Há um forte sentimento de que a divisão do trabalho baseada no género e as desigualdades daí inerentes, tendem a desacelerar o desenvolvimento, o crescimento económico e a redução da pobreza. Consequentemente, isto contribui para baixar os níveis de desenvolvimento humano. Portanto, as questões de género assumem uma importante dimensão no combate contra a pobreza. Em Moçambique, isto encontra-se reflectido na discriminação contra as raparigas e mulheres das camadas sociais e económicas mais baixas comparativamente aos homens, nas poucas oportunidades para exprimirem as suas opiniões e participarem nas tomadas de decisão, nos baixos níveis de

educação atingidos, na condição fraca de saúde e de alimentação. O problema da desigualdade dos géneros encontra-se também reflectido no fenómeno de exploração sexual e de violência.

As questões do género são também cruciais nos compromissos assumidos na Conferência das Nações Unidas do Milénio e na 4.ª Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing, em 1995. De acordo com um relatório recentemente preparado pelo sistema das Nações Unidas no país sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Moçambique atingiu um progresso socio-económico significativo desde o acordo de paz em 1992. A introdução duma democracia multipartidária activa e o lançamento dum programa de reformas económicas contribuiu para o progresso socio-económico observado. O desempenho económico do país tem sido constantemente robusto, com uma taxa média de crescimento de 8-9% entre 1995-2001. A tendência evidenciada no relatório é encorajadora, particularmente porque é demonstrado pelas estatísticas oficiais que o investimento nos sectores sociais levado a cabo pelo Governo e pelos seus parceiros internacionais nos últimos anos, começa a dar frutos palpáveis.

Esta edição do Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano Entitulada **Género, Mulher e Desenvolvimento Humano: Uma agenda para o Futuro** mostra muitos aspectos importantes da desigualdade entre os géneros que ainda persistem no país, embora nalguns casos já sejam observadas tendências positivas. Embora a taxa global de analfabetismo seja ainda alta - e muito mais alta nas mulheres do que nos homens, atingiu-se algum progresso desde 1997. O fosso está a reduzir no grupo etário dos 15-29 anos: 51% das mulheres não sabem ler nem escrever, contra 30% dos homens. No que diz respeito à desigualdade entre os géneros na educação primária, o relatório dos ODM conclui que, apesar das elevadas taxas de repetição nas meninas, se a tendência actual continuar, o objectivo de se ter a igualdade entre os géneros na educação está quase a ser atingido no primeiro nível da educação primária - em 2005. A realidade demonstrada por este relatório é de que embora as mulheres sejam a maioria da população, elas são duma maneira geral mais pobres e menos bem-

educadas que os homens, e não têm acesso aos recursos do mesmo modo que os homens. A sua participação na tomada de decisões importantes que afectam as suas opções de vida, mantêm-se extremamente frágeis e limitadas.

A discussão deste tema sensível e complexo no Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano pode enfrentar algum cepticismo naqueles que consideram irrelevante falar da desigualdade entre homens e mulheres num país com tão elevados índices de necessidades. Obviamente, a integração das questões do género nas actividades do desenvolvimento tem que ser sensível a condições específicas do país.

Desde 1980 o PNUD tem feito progressos na integração de questões do género no seu trabalho com o país. Apesar do progresso conseguido até hoje na reflexão e consideração dada pelas políticas e acções nacionais às questões do género, a efectividade ao considerarem-nas pode ser melhorada quando se lhes prestar uma atenção mais sistemática e alargada no contexto da redução da pobreza através de mais intervenções de natureza estratégica.

Este relatório identifica os entraves relativos ao género, e as oportunidades para a redução da pobreza e crescimento sustentável, e faz sugestões adequadas para diminuir os entraves e capitalizar as oportunidades. Assim o tema deste relatório é uma importante contribuição para o debate em curso sobre a questão da situação do desenvolvimento humano em Moçambique, e para o relato e discussão sobre as bases culturais e sociais que sustentam a desigualdade.

Como tem sido tradição, este relatório deve gerar um debate aberto, franco e honesto sobre as recentes mais-valias económicas e no desenvolvimento humano, especialmente o seu impacto nas desigualdades entre os géneros. Esperamos que irá ajudar a influenciar as estratégias de intervenção do Governo e dos parceiros do desenvolvimento, e encorajar a produção de estatísticas desagregadas por género.

Marylène Spezzati

Representante Residente do PNUD

#### **EQUIPA DE PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO**

##### **Editor**

António Gumende

##### **Autores/Contribuintes**

Conceição Osório, Sandra Gomes, Elisa Mónica Ana Magawa, Zuraida Mohamed Khan, Eunice Cavane, Iraê Baptista Lundin, António Gumende, José Negrão, Firmino Mucavele, Saíde Dade, Fion de Vletter, Bayano Vali Júnior, Bonifácio António

##### **Grupo de Trabalho**

Monique Nardi, Alexandra Yuster, Atieno Odieno, Iraê Baptista Lundin, Alex Aboagye, Isabel Soares, João Loureiro, Saíde Dade, Firmino Mucavele, António Gumende, Martim Faria e Maya

##### **Grupo Consultivo**

Angélica Salomão, Julieta Langa, Amélia Zambeze, Virgínia Videira, Marylène Spezzati, Virgília Matabele, Iraê Baptista Lundin, Isabel Soares, Conceição Osório, Monique Nardi, Phyllis Johnson, Cristina Matusse, Cídia Monteiro, Emmanuel Dierckx de Casterlé, João Carrilho, João Loureiro, Martim Faria e Maya, Paul Fauvet, António Gumende, Firmino Mucavele, Saíde Dade, Alex Aboagye, José Negrão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Instituto Nacional de Estatística

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral - Maputo

# Índice

---

<i>Prefácio</i>	iii
Equipa de Preparação do Relatório	iv
<i>Índice</i>	v
Lista de quadros	vii
Lista de gráficos	vii
Lista de caixas	viii
Contribuição Especial	viii
Abreviações	ix
<i>Introdução</i>	i
<i>Capítulo 1</i>	
<b>Concepção, evolução e instrumentos de medição do desenvolvimento humano</b>	5
Problema da definição das escolhas	7
Instrumentos de medição do desenvolvimento humano	8
A situação das mulheres e o conceito de desenvolvimento humano	11
<i>Capítulo 2</i>	
<b>Actualização do desenvolvimento humano em Moçambique</b>	19
Desenvolvimento humano em Moçambique no ano 2000	19
IDS de Moçambique	22
● Desenvolvimento humano desagregado por província	23
● Desempenho da economia	23
● PIB per capita	26
Desenvolvimento humano no interior de Moçambique	26
● IDH e IDS	26
Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos nas províncias	28
<i>Capítulo 3</i>	
<b>Desenvolvimento humano, direitos humanos e a situação da mulher</b>	33
A tradição, legislação e a política no engendramento da desigualdade de género	33
As moçambicana na luta pelo alargamento das escolhas: uma perspectiva histórica	34
Constrangimentos e ambiguidades	35
● A origem dos constrangimentos	38
Mulher e participação na vida económica e política	39
A discriminação começa em casa e não respeita idades	40
A violência de género não é um acaso	46
● Violência de género em Moçambique: de pequeno se 'distorce' o pepino	48
● A luta contra a violência do género	51
Situação da mulher no âmbito da legislação e políticas	51
Reforma legal	54

## *Capítulo 4*

### **O acesso à terra pela mulher rural: cinco sistemas de direitos consuetudinários**

Sistema de casamento preferencial	57
O sistema de territórios consignados	58
Sistema de estabilidade dos descendentes nucleares	61
Sistema de segurança de três gerações	63
Sistema de dependência do grupo	66
	68

## *Capítulo 5*

### **Os ganhos económicos e sociais e o desenvolvimento humano das mulheres**

Acesso aos serviços básicos	71
Acesso aos serviços de saúde	71
Estratégias de sobrevivência das mulheres	74
Agregados chefiados por mulheres e o debate da 'feminização' da pobreza	74
A mulher no mercado do emprego	75
● Mulheres trabalhadoras	79
● Mulheres trabalhadoras	81
A mulher no mercado informal	83
Desenvolvimento humano nas zonas rurais	86
As condições de vida dos camponeses	87
A comercialização agrária	89
	90

## *Capítulo 6*

### **Por estratégias que promovam um desenvolvimento humano equilibrado e sensível ao género**

A educação e o seu papel determinante no combate à pobreza	95
Mulheres nos órgãos de decisão: um longo caminho a percorrer	95
Discriminação e tradição: entre a realidade e a retórica	96
Legislação sensível às condições da mulher	97
Rendimentos baixos, padrão de vida precário	97
Por políticas sociais sensíveis ao avanço das mulheres	98
Quando ser maioria não basta...	98
	100

## *Nota Técnicas*

### **Nota Técnica 1**

Princípios e métodos de regionalização	101
Métodos de regionalização	101
Fontes de informação	102
Desagregação/regionalização das operações	102
Ajustamento dos valores provinciais/regionais para nacionais	104
Qualidade e precisão das estimativas	104
Conclusões	104

### **Nota Técnica 2**

Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado aos Sexos (IDS)	105
	105

## *Referências e Bibliografia*

109

## *Anexo Estatístico*

113

## *Lista de quadros*

<b>Quadro 1.1</b>	IDH, IDS, IPH-1, IPH2: Componentes iguais, medidas diferentes	11
<b>Quadro 2.1</b>	Actualização do IDH de Moçambique 1994-2000	18
<b>Quadro 2.2</b>	Variação do Produto Interno Bruto	25
<b>Quadro 2.3</b>	Comparação do IDH e IDS, 2000	29
<b>Quadro 3.1</b>	Participação das mulheres no poder legislativo, 1999	41
<b>Quadro 3.2</b>	Participação das mulheres no poder administrativo	41
<b>Quadro 3.3</b>	Distribuição dos agregados familiares por sexo do chefe, 1980 e 1997	46
<b>Quadro 3.4</b>	Distribuição de agregados familiares por sexo segundo área residencial, 1997	46
<b>Quadro 3.5</b>	Violência contra a mulher 1991-1999	51
<b>Quadro 5.1</b>	Taxas bruta e líquida de escolarização por nível de ensino e por sexo	72
<b>Quadro 5.2</b>	Percentagem de crianças em idade escolar a estudarem nas entrevistas aos agregados familiares dos 3 distritos	73
<b>Quadro 5.3</b>	Causas apontadas para as crianças não estudarem	73
<b>Quadro 5.4</b>	Principais causas de insatisfação com as consultas por sexo	74
<b>Quadro 5.5</b>	Relação entre rendimento per capita por ano, e a posse de terra e alfaías agrícolas	76
<b>Quadro 5.6</b>	Situação do emprego por área e sexo	80
<b>Quadro 5.7</b>	Tipo de trabalho por área residencial e por sexo	81
<b>Quadro 5.8</b>	Emprego por sector de actividade e por área e sexo	81
<b>Quadro 5.9</b>	Categoria de trabalho por área e sexo	82
<b>Quadro 5.10</b>	Emprego formal e informal	82
<b>Quadro 5.11</b>	Situação laboral e pobreza dos indivíduos por local de residência e sexo	83
<b>Quadro 5.12</b>	Estrutura do Produto Interno Bruto	87
<b>Quadro 5.13</b>	População ocupada por ramos de actividade segundo o sexo, 2000-2001	87
<b>Quadro 5.14</b>	Agregados familiares por regime de propriedade	88
<b>Quadro 5.15</b>	Agregados familiares por tipo de saneamento e por área residencial	89
<b>Quadro 5.16</b>	Taxa de analfabetismo por idade e por sexo, 2000-2001	89
<b>Quadro 5.17</b>	Taxa de analfabetismo por área residencial e sexo, 2000-2001	89
<b>Quadro 5.18</b>	Distribuição da pobreza em Moçambique	91
<b>Quadro 5.19</b>	Factores que determinaram a posição do chefe do agregado familiar, 2000	92
<b>Quadro 5.20</b>	Produção comercializada, 1995-2000	93

## *Lista de gráficos*

<b>Gráfico 1.1</b>	IDH e PIB per capita dos países com alto desenvolvimento humano	9
<b>Gráfico 1.2</b>	IDH e PIB per capita dos países com o menor desenvolvimento humano	9
<b>Gráfico 2.1</b>	Evolução do IDH de Moçambique, 1994-2001	20
<b>Gráfico 2.2</b>	Evolução da taxa de analfabetismo	21
<b>Gráfico 2.3</b>	Evolução dos componentes do IDH, 1994-2000	21
<b>Gráfico 2.4</b>	Contribuição dos componentes do IDH, 1994-2000	21
<b>Gráfico 2.5</b>	Taxa de alfabetização, 1997-2000	22
<b>Gráfico 2.6</b>	Tendência comparada do IDH e do IDS, 1997-2000	24
<b>Gráfico 2.7</b>	Contribuição para o PIB por região, 2000	24
<b>Gráfico 2.8</b>	Contribuição para o PIB por província, 2000	25
<b>Gráfico 2.9</b>	Evolução do IDH (em Meticais), 1996-2000	26
<b>Gráfico 2.10</b>	PIB per capita a preços correntes, 2000	27
<b>Gráfico 2.11</b>	IDH por província, 2000	27
<b>Gráfico 2.12</b>	Variação do IDH, 1999-2000	28
<b>Gráfico 2.13</b>	Contribuição média dos componentes do IDS, 1997-2000	28

<b>Gráfico 2.14</b>	Diferenças entre o IDH e o IDS por província, 2000	29
<b>Gráfico 3.1</b>	Representação das mulheres no parlamento, 1999	35
<b>Gráfico 3.2</b>	Taxa de analfabetismo por grupos etários, 1980	38
<b>Gráfico 3.3</b>	Número de graduados do ensino secundário (ESG 2) por sexo	38
<b>Gráfico 5.1</b>	População sem nível educacional concluído, 2000	72
<b>Gráfico 5.2</b>	Peso do sector familiar na produção agrícola e pecuária, 1998-99	86
<b>Gráfico 5.3</b>	Evolução da produção agrícola	88

## *Lista de caixas*

<b>Caixa 1.1</b>	Concepção analítica do IDH	8
<b>Caixa 1.2</b>	Comparando o IDH e o PIB per Capita	9
<b>Caixa 1.3</b>	A relação entre o IDH, IDS e a MPS	12
<b>Caixa 1.4</b>	Índice das realizações tecnológicas	13
<b>Caixa 1.5</b>	As motivações do IDH	14
<b>Caixa 1.6</b>	Prémios Nobel? Sim, mas para quem?	15
<b>Caixa 1.7</b>	Porquê o interesse na desigualdade?	16
<b>Caixa 2.1</b>	Inquéritos e taxas de analfabetismo: Manusear com cuidado	23
<b>Caixa 3.1</b>	A longa marcha das mulheres em direcção às urnas	31
<b>Caixa 3.2</b>	Mais pobres entre os pobres	34
<b>Caixa 3.3</b>	Aborto, um assunto controverso	37
<b>Caixa 3.4</b>	O que é o lobolo?	40
<b>Caixa 3.5</b>	Uma profissional aguerrida	42
<b>Caixa 3.6</b>	Casamento, e relações económicas das mulheres. O caso das Makhua	44
<b>Caixa 3.7</b>	Reinata: A artista das 'formas estranhas'	45
<b>Caixa 3.8</b>	Mulheres chefes de família: Opção ou imposição?	46
<b>Caixa 3.9</b>	As conferências internacionais e os direitos humanos das mulheres	47
<b>Caixa 3.10</b>	Quadro tipo da violência contra a mulher ao longo da vida	48
<b>Caixa 3.11</b>	Quadro ideal da igualdade entre os sexos	49
<b>Caixa 3.12</b>	Políticas de género na África Austral	53
<b>Caixa 3.13</b>	O palmarés de uma mulher 'doirada'	55
<b>Caixa 3.14</b>	Adultério no Código Penal: Dois pesos e duas medidas	56
<b>Caixa 4.1</b>	Terra e família rural: Algumas definições	57
<b>Caixa 4.2</b>	Casamento costumeiro: Momentos, nuances, significado e implicações	65
<b>Caixa 5.1</b>	As razões da exclusão: Evidências localizadas	73
<b>Caixa 5.2</b>	Evidências localizadas de disparidade do género no acesso aos rendimentos	76
<b>Caixa 5.3</b>	Estratégias de alívio à pobreza	77
<b>Caixa 5.4</b>	Agregados chefiados por mulheres: Uma definição alternativa	78
<b>Caixa 5.5</b>	Sistemas informais de apoio financeiro	85
<b>Caixa 5.6</b>	As despesas dos agregados familiares rurais: o exemplo de Xai-Xai	90
<b>Caixa 5.7</b>	A pobreza dos camponeses e a segurança alimentar	91

## *Contribuição Especial*

<b>Mulher e Direitos Humanos - da Tomada da Bastilha ao Desenvolvimento Humano</b>	31
--	----

## Abreviações

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADI	Indicadores de Desenvolvimento Africano
AGP	Acordo Geral de Paz
ANE	Administração Nacional de Estradas
CEDAW	Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
DTS	Doenças de Transmissão Sexual
EUA	Estados Unidos da América
EPI	Ensino Primário do Primeiro Grau
EP2	Ensino Primário do Segundo Grau
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para as Actividades da População
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
HIV	Vírus de Imunodeficiência Adquirida
IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
ICM	Instituto de Cereais de Moçambique
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPH	Índice de Pobreza Humana
IRT	Índice de Realizações Tecnológicas
MIC	Ministério de Indústria e Comércio
MINED	Ministério da Educação
MISAU	Ministério da Saúde
MMCAS	Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
MPS	Medida de Participação Ajustada aos Sexos
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMM	Organização das Mulheres Moçambicanas
ONU	Organização das Nações Unidas
OTM	Organização dos Trabalhadores Moçambicanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PARPA	Programa de Acção para a Redução da Pobreza
PEE	Plano Estratégico da Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade dos Poderes de Compra
QUIBB	Questionário dos Indicadores Básicos do Bem Estar Social
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RGDH	Relatório Global do Desenvolvimento Humano
ROSCAs	Associações de Poupança e Crédito
RsGDH	Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano
RsNDH	Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIFIM	Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos
SNA	System of National Accounts
TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
TBN	Taxa Bruta de Natalidade
TC	Taxa de Crescimento
TCN	Taxa de Crescimento Natural
TCV	Todos Contra a Violência
TGF	Taxa Global de Fecundidade
TMA5	Taxa de Mortalidade para Menores de 5 Anos
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
WDI	Indicadores de Desenvolvimento Mundial
WLSA	Mulher e Lei na África Austral



# Introdução

---

A partir do momento em que a análise do progresso humano deixou de se circunscrever exclusivamente ao crescimento económico, passando a incorporar dimensões que enriquecem plenamente a vida de todas as pessoas a humanidade começou a ganhar consciência da magnitude dos obstáculos que, não obstante os avanços espectaculares do Século XX, ainda tinha que remover para alcançar um desenvolvimento pleno, assim como das transformações sociais necessárias para vencer esse desafio. Não é por acaso que a desigualdade nas condições de vida entre as mulheres e os homens figura no topo da agenda de desenvolvimento contemporâneo.

A marginalização das mulheres em todas as esferas da vida, não obstante elas serem a maioria da população do planeta, é um embaraço para a humanidade, e é a prova mais eloquente de quão fútil é o argumento de que o desenvolvimento assente no crescimento económico e no avanço tecnológico eventualmente beneficia todas as pessoas de forma igual. (PNUD 1995)

A grande incógnita é como garantir que o desempenho positivo da economia, tendo como força motriz os avanços tecnológicos, se traduza no alargamento do leque de escolhas de todas as pessoas numa base de igualdade. Esta é uma pergunta aplicável a muitos países e Moçambique não é excepção.

A edição de 2001 do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano tem como propósito principal analisar a situação do desenvolvimento humano em Moçambique, com ênfase especial na desagregação por sexo. Os cépticos poderão questionar a relevância do debate da desigualdade por sexos num país onde a maioria da população, independentemente do sexo, vive nas condições mais abjectas de pobreza, estando, por isso, num nível de desenvolvimento humano extremamente baixo.

As precárias condições de vida da maioria dos moçambicanos podem, à partida, criar a percepção errada de que a análise diferenciada do desenvolvimento humano dos homens e das mulheres é um exercício forçado, e circunscreve-se apenas à agenda daqueles que querem seguir a moda no debate social contemporâneo, abordando a sobejamente mediatizada questão do género.

Este cepticismo pode ter como base diversos pressupostos. Primeiro porque quaisquer que sejam

as conclusões e recomendações saídas das análises sobre condições de desigualdade entre as moçambicanas e moçambicanos não irão resultar numa inversão da situação a curto prazo.

Segundo, porque no caso particular da desigualdade baseada no sexo, a discriminação da mulher assenta sobre práticas consolidadas ao longo de gerações, fenómeno que não é obviamente exclusivo a Moçambique. É verdade que as culturas não são estanques e sofrem alterações induzidas pela evolução da humanidade e do contacto com outros povos. Mas práticas culturais não sofrem mutações súbitas como resultado de constatações de relatórios ou da aplicação das suas recomendações, por mais perfeitas e minuciosas que as análises sejam.

Terceiro porque apesar do optimismo resultante do relançamento económico e social dos anos recentes estar a contribuir para a redução gradual das privações dos moçambicanos, como demonstram inequivocamente os dados contidos nos diversos RsNDH, reconhece-se que a elevação do desenvolvimento humano de todos os moçambicanos para níveis humanamente aceitáveis não será um evento, é um processo que ainda vai levar tempo.

Para os mais cépticos, a situação de Moçambique ditaria que a prioridade nesta fase é acumulação da riqueza material, na esperança de que esta venha a contribuir a longo prazo para a redução das privações que a maioria dos moçambicanos enfrenta. A desigualdade nos níveis de desenvolvimento entre os homens e as mulheres nesta fase seria, na base deste argumento, um tema deslocado do seu tempo.

Embora os argumentos avançados acima possam ter os seus adeptos, deve-se também reconhecer que a pesquisa, quantificação, análise e discussão sobre a desigualdade nos níveis de desenvolvimento entre os sexos em Moçambique é um debate pertinente e relevante. O exercício permite, por um lado, averiguar se o aumento da riqueza material registado nos últimos anos e o desenvolvimento social que sucessivos RsNDH têm vindo a quantificar e enaltecer está a beneficiar equitativamente todos os grupos sociais, ou seja se está a ser acompanhado por uma redução das diferenças no desenvolvimento humano entre homens e mulheres.

Por outro lado, a descrição e análise das bases

em que se alicerça a discriminação da mulher e a exposição dos aspectos mais retrógrados e nocivos permite influenciar, tanto quanto possível, a formulação de políticas de desenvolvimento e evitar que se continue a descuidar aspectos que podem perpetuar a exclusão deste importante grupo social.

Além disso, se o argumento dos cépticos fosse válido, também se poderia questionar a validade da desagregação dos indicadores económicos e sociais por macro-regiões nos últimos dois anos veio iluminar a natureza e magnitude das diferenças nos níveis de desenvolvimento entre as diferentes regiões no interior de Moçambique.

No argumento dos cépticos, o esforço para distinguir os factores que influenciam o desenvolvimento ou subdesenvolvimento das regiões também seria classificado como um exercício fútil, pois para além do seu valor de sensibilização e advocacia, pouco ou nada poderá contribuir para alterar significativamente a situação pelo menos num futuro previsível.

A recepção entusiástica com que os resultados deste exercício têm sido agraciados no seio do público sugere que, não obstante não alterar em nada as assimetrias a de desenvolvimento nacional, a curto prazo, o esforço tem o mérito de informar e influenciar o debate nacional sobre esta questão sensível, e em última instância influenciar a tomada de decisões sobre questões de desenvolvimento.

Os autores deste relatório acreditam que exercícios desta natureza permitem, em última análise, investigar se o alargamento das oportunidades de acesso à educação, aos serviços de saúde ou o incremento das oportunidades económicas está a beneficiar de forma equilibrada todos os grupos sociais, respondendo às suas necessidades e interesses específicos e não a beneficiar uma pequena franja constituída pelas elites ou regiões em prejuízo da maioria da população.

A posição assumida por este relatório assenta sobre vários pressupostos. Primeiro porque, mantendo a fidelidade ao conceito que é a razão de ser deste relatório, desenvolvimento humano é definido como o processo do alargamento das oportunidades para todos os seres humanos desfrutarem duma vida condigna no sentido mais abrangente do termo, incluindo viverem vidas longas e saudáveis, serem instruídas, participarem livremente na escolha do destino das sociedades em que se inserem e terem acesso a rendimentos que lhes garantam viver condignamente usufruindo

daquilo que mais valorizam na vida. Qualquer desenvolvimento assente na discriminação ou que contribua para a exacerbar a exclusão prevalecente é indesejável e insustentável porque acabará por engendrar a sua própria contestação social a longo prazo.

Em segundo lugar, porque se a verdadeira riqueza dum país é o seu povo, a exclusão das mulheres dos processos produtivos, políticos e de tomada de decisão não só limita as escolhas da maioria da população como representa o desperdício de um recurso importante para resolver o problema de carências prevalecente nas sociedades.

Em terceiro lugar, porque a quantificação das diferenças e o estudo das bases que as sustentam pode chamar a atenção para o problema, servindo assim de ponto de partida para uma intervenção deliberada e proactiva na sua correcção, quer via políticas públicas, quer através de intervenções sociais no âmbito privado.

Visto neste prisma, o debate sobre o desenvolvimento humano da mulher é um aspecto pertinente e incontornável mesmo para países como Moçambique, que têm níveis elevados de privação. Como ilustram os dados contidos neste relatório, a privação não afecta de igual modo os homens e as mulheres, nem os benefícios do desenvolvimento social recente estão a promover deliberadamente um melhoramento acelerado nas condições de vida das mulheres. Em última análise seria uma imprudência, com hipocrisia à mistura, o RNDH continuar exaltar o ascensão progressiva do desenvolvimento humano em Moçambique, sem investigar se as mulheres estão a beneficiar do processo desse desenvolvimento social em pé de igualdade com os seus contrapartes do sexo oposto.

Qualquer análise que descure a necessidade de investigar a forma como o processo de desenvolvimento e os ganhos económicos e sociais recentes beneficiam as mulheres e os homens pode contribuir para exacerbar a injustiça social. Debater o desenvolvimento em termos gerais, sem ter em conta as condições, os interesses, os papéis, as responsabilidades dos diversos grupos sociais que compõe o mosaico humano moçambicano pode minar o próprio processo de desenvolvimento, a longo prazo.

Como proclama o RGDH 1995, o movimento em direcção à igualdade do género não é um processo tecnocrático que vai resolvendo por si e fortuitamente as desigualdades através da evolução natural das sociedades ou do efeito multiplicador do

crescimento da economia: ele é um processo que nasce e se fortalece na vontade política de conceber, implementar e avaliar periodicamente políticas sensíveis à equidade e igualdade. A vontade política mostrou ser, ao longo dos tempos, o instrumento mais eficaz no combate às privações baseadas na segregação das mulheres do que a abundância de riqueza material. (PNUD, 1995)

A análise do impacto do crescimento económico numa perspectiva de desenvolvimento humano, com ênfase especial no impacto sobre as mulheres, pode permitir promover uma intervenção que tenha como ideal a eliminação gradual das diferenças assentes na discriminação entre sexos e a desvalorização gradual das bases que as sustentam através da sensibilização, criando assim as condições para um desenvolvimento equilibrado.

A quantificação das desigualdades não se pode, contudo, transformar num fim em si mesmo. A eliminação das desigualdades exige um estudo aprofundado das bases culturais, sociais e políticas que sustentam a discriminação. Isto porque a eliminação da desigualdade vai para além do esforço para a garantia de equidade entre homem e mulheres no acesso aos recursos e às oportunidades, abarcando igualmente o reconhecimento da mulher como indivíduo com interesses e valores específicos que não devem ser negociados e do seu papel como agente de transformação social.

A luta pela emancipação da mulher fez sempre parte da agenda política em Moçambique. Desde os primórdios da luta nacionalista que culminou com a independência do país em 1975, como o discurso oficial após a independência reconheceu-se a importância da eliminação da desigualdade entre homens e mulheres. É verdade que o empenho político não se traduziu, nem se poderia traduzir, numa ruptura total para com o modelo patriarcal que serve de base para as práticas discriminatórias contra a mulher, uma realidade que é extensiva a todos as nações do mundo. Mas o facto de que a desigualdade entre os sexos preocupava de certa forma a liderança tanto do movimento nacionalista como da classe política que emergiu após a independência foi e continua a ser uma referência importante no combate contra a discriminação da mulher nas diferentes fases da evolução da sociedade moçambicana. Neste contexto, os moçambicanos podem orgulhar-se de se terem adiantado a muitos países relativamente poderosos que hoje se proclamem defensores da igualdade do género.

Esta edição complementa de certa forma as inúmeras iniciativas dedicadas ao estudo da situação da mulher levadas a cabo por muitas organizações e instituições no país e os autores esperam que ele seja um subsídio que, paralelamente à actualização do desenvolvimento humano, possa, na medida do possível, informar e influenciar o debate sobre desenvolvimento em Moçambique.

Uma análise minuciosa requereria dados que representassem, em detalhe, as condições de vida das mulheres e dos homens a todos os níveis de forma desagregada. Estes incluem indicadores económicos e vitais, escolarização e de acesso aos serviços sociais e de tomada de decisão que deveriam ser medidos de forma sistemática e desagregadas entre as zonas rurais e urbanas. Infelizmente, ainda existem lacunas ao nível de unidades territoriais mais pequenas como distritos, para a recolha e sistematização de dados desagregados por sexo. Infelizmente, nem sempre foi possível obter dados representativos e fiáveis em algumas áreas.

O dilema do pesquisador e analista nestas circunstâncias é entre esperar por dados mais representativos para poder alargar as possibilidades de fazer uma análise exaustiva, ou socorrer-se da base existente para fazer uma primeira abordagem das hipóteses levantadas.

A opção tomada pelos autores desta edição foi trabalhar com a informação disponível, pois, não obstante a sua fragilidade em alguns aspectos, ela é suficientemente útil para descrever com alguma minuciosidade a situação e chamar a atenção para os problemas. A falta de dados representativos não pode, em última análise, servir de subterfúgio para adiar perpetuamente a avaliação das condições de vida de 52% da população de Moçambique. Além disso, é convicção dos autores que as lacunas identificadas ao longo deste trabalho e durante os debates que se seguirão certamente à sua divulgação é um desafio que vai estimular as instituições envolvidas na recolha e sistematização de informação no país a responderem a esta necessidade no futuro.

A capacidade de recolha e sistematização dos dados básicos melhorou nos últimos cinco anos, havendo já uma base que retrata fielmente e de forma desagregada o desenvolvimento das regiões administrativas, com alguma desagregação por sexo. Trata-se dos dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que constituem a principal base quantitativa que informa as análises

devido à filosofia deste relatório de utilizar sempre informação oficial. O Recenseamento da População de 1997 e o Inquérito aos Agregados Familiares (1996-97) e o Questionário de Indicadores Básicos do Bem Estar (QUIBB 2001) do INE são as principais bases de dados utilizados neste trabalho. Mas dentre estas fontes, o QUIBB é a fonte mais recente, razão porque os dados nele contidos são os mais referenciados neste trabalho.

Estes dados permitem fazer uma abordagem quantificada do desenvolvimento em Moçambique por região utilizando os instrumentos de medição multidimensionais disponíveis. Trata-se do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado aos Sexos (IDS) e da Medida de Participação Ajustada aos Sexos (MPS) 1, apresentados em pormenor tanto nas análises qualitativas como no Anexo Estatístico que acompanha tradicionalmente todas as edições do RNDH.

Para colmatar a escassez de dados nos níveis mais descentralizados e desagregados recorreu-se em algumas instâncias a dados da UEM e de organizações não governamentais para casos ilustrativos de situações onde não existem dados oficiais.

O presente relatório está dividido em cinco capítulos. O Capítulo 1 faz o enquadramento conceptual do conceito de desenvolvimento, descrevendo as suas origens, evolução e relevância no contexto do debate contemporâneo de desenvolvimento. O capítulo explica brevemente a ligação entre a situação das mulheres no mundo e a evolução dos principais instrumentos de medição de desenvolvimento humano.

O Capítulo 2 analisa as tendências de desenvolvimento humano de Moçambique tanto na perspectiva da classificação do país no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice do Desenvolvimento Humano Ajustado aos Sexos (IDS), como na óptica da tendência das diferenças dos níveis de desenvolvimento humano e dos respectivos componentes entre as principais regiões administrativas do país. O capítulo avalia igualmente a tendência das carências entre os homens e as mulheres através da estimativa do IDS por província.

O Capítulo 3 faz uma análise da situação da mulher com uma incursão às práticas tradicionais que, ao socializar a mulher para um papel subalterno na sociedade, condicionam desde a tenra idade as suas escolhas na idade adulta. O capítulo faz uma resenha histórica focalizando sobre as contradições entre o discurso oficial de emancipação e prática de governação que continuaram a relegar a confinar a mulher para um papel secundário definido e defendido

pelo modelo patriarcal da construção da sociedade. O capítulo dedica particular atenção aos aspectos que dizem respeito aos constrangimentos da participação política da mulher, a violência de género e aspectos da legislação vigente que atentam contra os direitos da mulher, assim como os esforços para a sua reforma.

O Capítulo 4 é dedicado a uma descrição minuciosa dos regimes de posse e herança da terra em Moçambique, tendo em conta, por um lado, que a maioria da população moçambicana depende da terra para a sua subsistência e, por outro, e que a mulher é a principal interveniente no processo produtivo no campo. O acesso e controle da terra representa pois um exemplo eloquente de como a organização social relega a mulher para um papel periférico no controle deste activo importante, independentemente se o modelo social vigente ser matrilinear ou patrilinear.

A ideia não é fazer juízos de valor sobre os méritos ou desvantagens de cada sistema, mas tão somente descrever os regimes principais com algum pormenor para permitir ao leitor formar uma ideia sobre o lugar reservado à mulher nas regras tradicionais de administração deste recurso importante que é a base de sustentação da vida rural.

O Capítulo 5 aborda os principais componentes de desenvolvimento humano de uma forma desagregada para ilustrar a forma como a mulher, principalmente a mulher urbana, é excluída do processo de desenvolvimento assim como as estratégias que as mulheres adoptam para sobreviverem às privações, principalmente nas zonas urbanas. O capítulo descreve o acesso da mulher à educação e serviços de saúde, assim como a sua participação no mercado do emprego formal e no mercado informal. Finalmente o capítulo analisa a forma como as estratégias de sobrevivência influenciam a atitude das mulheres nas relações de género.

A agricultura desempenha um papel fundamental na sobrevivência da maioria da população moçambicana. O Capítulo 5 tem um enfoque eminentemente rural e procura descrever a situação da mulher camponesa, a principal produtora de alimentos em Moçambique. O capítulo descreve a situação do desenvolvimento dos camponeses moçambicanos incluindo o acesso a serviços sociais básicos e analisa os constrangimentos que limitam os esforços da população rural, muito particularmente das mulheres para combaterem a pobreza.

As últimas duas décadas do século XX presenciaram um debate intelectual aceso, rico e profundo entre diferentes correntes de pensamento em torno de uma questão que, à primeira vista, nos parece simples e trivial: o que é, afinal, ‘desenvolvimento’?

É verdade que, à partida, a discussão em torno de um tema como este pode parecer um mero exercício de retórica, uma vez que o consenso sobre o que constitui ‘desenvolvimento’ é geralmente tido como um dado adquirido por todos. Mas à medida que se aprofunda o debate sobre ele constata-se que a noção de desenvolvimento encerra uma complexidade e riqueza que justificam a polémica intelectual que tem marcado a sua definição e articulação.

O debate não se cinge apenas ao questionamento da ciência económica como estudo dos sistemas que os seres humanos estabelecem para satisfazer as necessidades vitais à sua sustentação e reprodução. A contestação ergue-se contra a noção dogmática do paradigma de desenvolvimento que descarta a natureza multidimensional do ‘desenvolvimento’, ao abordar a concepção e análise do processo na perspectiva da mera estatística económica.

Nunca é demais recordar, por exemplo, que as décadas 1960 e 1970 foram baptizadas como ‘décadas de desenvolvimento’ pela Organização das Nações Unidas (ONU). Por ironia do destino, esta instituição, viria a ser o berço espiritual de uma concepção alternativa de desenvolvimento, no início da década 1990, diferente da declarada na década de desenvolvimento. A definição de ‘desenvolvimento’ presente nas resoluções da ONU de então cingia-se simplesmente à capacidade dos países de gerarem e sustentarem taxas de crescimento económico superiores ao ritmo de crescimento da população.

O debate sobre desenvolvimento não pode ser visto como uma questão pacífica. Por um lado, porque, enquanto predominou, o paradigma de desenvolvimento assente apenas no crescimento da renda per capita influenciou a forma como as ‘políticas de desenvolvimento’ eram concebidas, as

relações económicas internacionais e até o tipo de assessoria e assistência que eram prestadas aos chamados países em vias de desenvolvimento nesta matéria. A perspectiva economicista de desenvolvimento inspirou também as medidas impostas durante muito tempo aos países em vias de desenvolvimento como condição na concessão da assistência económica, cujos pacotes de reforma eram, muitas vezes, apresentados como receitas acabadas e infalíveis de ‘desenvolvimento’.

Antes de cair num desuso precipitado pelo efeito conjugado da crítica e da sua própria ineficácia, o modelo de desenvolvimento baseado no chamado Consenso de Washington, que inspirou o pacote de reformas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) na década 1980, preconizava um modelo de gestão económica assente unicamente nos mecanismos de mercado e no papel do sector privado, considerado motor privilegiado e incontestável do crescimento económico. Este modelo incluía a privatização dos activos públicos e a liberalização da economia, redimensionamento do sector público, a redução dos défices orçamentais do estado, a recuperação dos custos nos serviços sociais e o equilíbrio das contas externas através de políticas viradas para a promoção de exportações, como componentes fundamentais de um processo que iria eventualmente desaguar em desenvolvimento.

A evolução das economias dos países em processo de reforma, principalmente a partir da segunda metade da década 1990, mostrou que estas medidas, apesar de importantes, não eram suficientes para gerar desenvolvimento. Além disso, algumas destas condições acarretavam custos sociais elevados, pois não só afectavam desmesuradamente os pobres, como engendravam um processo que contribuíra para o aumento do número de pobres.

Todavia, a contestação à abordagem economicista precedeu em larga medida o Consenso de Washington. A contestação emergiu da insatisfação com a definição clássica do desenvolvimento até então prevalentes, que, como referimos, tendia a cingir um processo demasiadamente complexo ao alcance de uma determinada taxa do

aumento da produção agregada, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) ou pelo Produto Nacional Bruto (PNB). Bastava que houvesse um crescimento a uma determinada taxa e o ‘desenvolvimento’ se faria presente através do efeito multiplicador, conhecido vulgarmente por efeito ‘trickle down’.

A realidade, porém, revelou-se muito mais complexa. Na última década do século XX começou a ganhar forma e consistência teórica a ideia, por um lado, de que o crescimento económico não leva necessariamente à satisfação de todas as necessidades de todos os indivíduos. Com efeito, o crescimento económico notável nas décadas 1960 e 1970, antes da eclosão da crise do petróleo referenciada anteriormente, não foi acompanhado por uma alteração assinalável nas condições de vida da maioria das pessoas.

Na mesma altura, nascia e se consolidava o argumento de que as necessidades dos indivíduos não deveriam ser vistas exclusivamente sob o ângulo da luta para assegurar rendimentos que lhes permitam satisfazer as suas necessidades vitais elementares, mas deveria também abarcar aquilo a que Mahatma Gandhi se referia, numa outra época, quando falava da realização do ‘potencial humano’. Este movimento viria a constituir-se em plataforma intelectual do conceito do desenvolvimento humano.

O argumento dos críticos à concepção consubstanciada na dependência excessiva no PIB/PNB como indicadores principais do desenvolvimento é precisamente que esta, por um lado, descarta outros aspectos importantes que integram aquilo que vulgarmente se considera ser o bem-estar dos indivíduos. Este bem-estar, não só a satisfação das necessidades biológicas mas abarca também aspectos sociológicos como o nível de auto-estima e a liberdade da servidão, seja ela da penúria, relações económicas exploradoras, discriminação ou opressão política.

A principal lacuna da visão economicista, na opinião dos críticos, residia na tendência de conceber o crescimento económico como um fim e não como meio que permite às pessoas alargarem a possibilidade de satisfazerem as suas múltiplas e variadas escolhas. Por exemplo, um crescimento económico assente na utilização de mão-de-obra escrava ou trabalho forçado poderia passar por progresso aceitável, numa análise baseada inteiramente no crescimento da renda per capita porque ignora as condições em que essa

prosperidade é gerada. (Sen, 1999)

O conceito de desenvolvimento humano não reivindica exclusividade na sublevação intelectual dos inconformados contra a hegemonia do PIB na definição do progresso nas décadas 1980 e 1990 precisamente porque este movimento é anterior à sua existência. Aliás já na década 1960, economistas como W. Arthur Lewis argumentavam que “a vantagem do crescimento económico não é que aumenta a felicidade das pessoas, mas sim porque pode alargar a gama de escolhas disponíveis aos seres humanos”. A ilação a tirar do argumento de Lewis é que a riqueza material só ganha importância quando permite o controle do homem sobre o ambiente que o rodeia e a natureza, e também a liberdade de escolher entre maior lazer, a obtenção de bens materiais e serviços ou abrir-lhe simplesmente a possibilidade de menosprezar as necessidades materiais a favor de uma vida devotada inteiramente à contemplação espiritual. (in Todaro 1999:102)

Por isso, o que os percursores do conceito de desenvolvimento de desenvolvimento humano podem reivindicar é o feito de terem providenciado a liderança do movimento intelectual de ‘vários exércitos de descontentes dispersos’ que se congregou a partir do lançamento do primeiro Relatório Global do Desenvolvimento Humano (RGDH) em 1990 e que constitui a razão de ser da célere aceitação e aclamação do conceito. (Sen, 1999)

A definição do desenvolvimento humano como alargamento das escolhas das pessoas no primeiro RGDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, surgiu como um contrapeso à hegemonia do PIB nas teorias de desenvolvimento, tendo apontado as suas lacunas e limitações na conceptualização e medição do desenvolvimento, destronando-o assim da sua proeminência como indicador exclusivo do progresso.

O principal mérito do desenvolvimento humano não reside só no facto de ter articulado uma nova definição para um processo complexo, mas sobretudo por ter operacionalizado este conceito através de instrumentos alternativos de medição do progresso humano, fugindo assim do comodismo habitual de se cingir à retórica académica. A sua rápida aceitação e legitimação

é testemunho eloquente de que o desenvolvimento humano foi uma ideia cujo tempo havia chegado no contexto do debate económico contemporâneo.

Porém, na essência, o conceito do desenvolvimento humano não fez mais do que aquilo que, numa análise linear, nos parece lógico: colocar o ser humano no epicentro do processo de desenvolvimento, através de uma abordagem abrangente e multidimensional na sua conceptualização, medição e análise. É isto que o conceito pretende transmitir quando defende que desenvolvimento humano abarca não só os aspectos económicos, mas também “a criação de um ambiente no qual as pessoas podem realizar o seu potencial, levarem vidas produtivas e criativas de acordo com os seus interesses e necessidades.” Por isso, desenvolvimento envolve, em última análise, “muito mais do que a elevação ou queda dos rendimentos nacionais.” (PNUD, 2001:9)

O conceito de desenvolvimento humano defende que o desenvolvimento deve ser analisado, não só na vertente do crescimento económico, mas sobretudo na medida em que a riqueza material gerada no processo produtivo contribui para a satisfação das necessidades crescentes das pessoas. Por outro lado, ele deve ser analisado sob o prisma pluralista de que as actividades produtivas não podem ser dissociadas do ambiente social envolvente no qual elas são desenvolvidas e dos interesses diversificados dos próprios indivíduos que nele intervêm. Não se pode, por outras palavras, falar de desenvolvimento na presença de um défice nas liberdades das escolhas individuais daqueles que intervêm no processo de geração de riqueza.

### **O problema da definição das escolhas**

O desenvolvimento humano reconhece que as escolhas dos indivíduos são em princípio múltiplas e infinitas e evoluem ao longo do tempo. Porém, existem dimensões básicas que são extensivas a todos os seres humanos. Estas escolhas elementares incluem o anseio de viver vidas longas e material e espiritualmente ricas, ter um padrão de vida adequado, ter acesso ao saber para fazer escolhas informadas e em igualdade de circunstâncias sobre as suas vidas e participar livremente e sem discriminação ou impedimentos nos processos de decisão sobre os destinos da

sociedade e do mundo em que se inserem. São estas as dimensões que os principais instrumentos de medição propostos pelo conceito de desenvolvimento humano procuram captar no processo da avaliação do desenvolvimento.

O ênfase posto nas condições das pessoas pode à partida sugerir que o conceito desenvolvimento humano desvaloriza a importância da riqueza material. Nada estaria mais distante da verdade. Nos diversos RsGDH divulgados desde 1990 os proponentes do conceito têm insistido na mesma mensagem: “seria um equívoco dizer que o crescimento económico é desnecessário. Nenhuma melhoria sustentada nas condições de vida das pessoas seria possível sem crescimento económico.” O que constitui um equívoco é a suposição monocêntrica de que o crescimento económico por si só se traduz automaticamente “no alargamento contínuo e sustentado das escolhas de todas as pessoas do território onde esse crescimento se está a registar.” (PNUD, 1995)

O argumento da perspectiva de desenvolvimento humano é que o crescimento económico não pode nem deve ser visto de forma isolada, pois ele só ganha relevância quando contribui para tirar as pessoas das condições de privação que se reflectem:

- na redução dos índices de pobreza, que são reflexo de rendimentos inadequados;
- na redução do desemprego que reflecte a limitação de oportunidades;
- no alargamento do acesso a serviços sociais como educação, saúde e a bens e serviços essenciais como água potável, saneamento do meio entre outros, que se reflectem na qualidade de vida e na longevidade.

Por outras palavras, a questão que deve ser posta quando se fala em crescimento económico é: até que ponto é que a acumulação crescente da riqueza material medida pelo PIB permite às pessoas:

- viverem livres das carências;
- terem acesso aos cuidados sanitários que permitem prolongar cada vez mais a sua longevidade;
- serem suficientemente instruídas para contribuírem para o processo de desenvolvimento bem como usufruírem das oportunidades em igualdade de circunstâncias.

O mérito principal dos proponentes do conceito em particular foi terem provado a falsidade da correlação positiva e automática entre crescimento económico e desenvolvimento predominante na era da hegemonia do PIB.

A concepção analítica do IDH pode ser discutida referindo-se a três aspectos relacionados com o IDH: o seu ponto central, os seus critérios e as suas variáveis.

● **Ponto Central** o ponto central do IDH é estimar a média atingida no desenvolvimento humano numa sociedade. É construído em três dimensões básicas da vida humana - uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão decente de vida. O IDH mede as capacidades básicas humanas nestas dimensões.

Três questões surgem em relação a este ponto central. Primeiro, será que a concentração do IDH sobre estas três dimensões básicas significa que os outros aspectos da vida humana não são importantes? A resposta é não. Isto significa justamente que capacidades básicas são essenciais para o bem-estar humano e quando elas são atingidas, uma vez medidas pelo IDH, nas três dimensões básicas da vida humana, a porta para participação, garantia de segurança, etc. abre-se para toda a gente.

● **Crítérios na articulação do IDH**, cinco critérios foram usados como princípios orientadores:

1. **Simplicidade** - o índice construído deve ser simples. Deve ser interpretado facilmente

comunicável para os planificadores e autores de políticas.

2. **Universalidade** - o índice deve possuir uma relevância universal. Deve possuir aplicabilidade para os países desenvolvidos e para os países em desenvolvimento. Todas as dimensões incluídas no IDH devem possuir uma aplicabilidade universal. Por exemplo, a longevidade de vida é válida tanto para as sociedades ricas como para as pobres.

3. **Atração Suficiente** - o índice elaborado deve ser suficientemente atractivo.

4. **Síntese** - o índice deve ser uma síntese da diversa informação fornecida por todos os indicadores e tabelas de desenvolvimento humano.

5. **Pluralismo** - a elaboração do índice deve reflectir o aspecto multidimensional da vida humana. Não deve ser monocêntrico, deve ser pluralístico.

● **Variáveis** para representar a dimensão do bem estar humano no IDH, foram escolhidas as seguintes variáveis - esperança de vida a nascença, conhecimento educacional em termos de taxa de alfabetização de adultos e taxa bruta de matrículas no nível primário, secundário e terciário e PIB per capita por um padrão decente de vida.

Fonte: Jahan, S., Measurement of Human Development: Seven Question. Oxford, September 2000

Obviamente que se reconhece que desenvolvimento é um processo complexo que não pode ser integralmente captado num único índice, por mais representativo que seja. Porém, convencionou-se que as dimensões descritas acima representam escolhas essenciais extensivas à maioria das pessoas.

### Instrumentos de medição do desenvolvimento humano

A metodologia adoptada pelo conceito do desenvolvimento humano seja ainda periodicamente alvo de ajustamentos para se adequar ao tempo e às mudanças. Os principais instrumentos de medição são os que a seguir se discriminam:

### Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o principal instrumento de medição que estima os progressos do desenvolvimento humano, tendo como base:

- a longevidade medida pela esperança de vida;
- o conhecimento medido pela taxa de alfabetização e taxa de escolarização conjunta;
- e o rendimento medido pelo PIB real per capita.

Estes indicadores têm a particularidade de serem interdependentes. A importância da longevidade está directamente relacionada a

## CAIXA 1.2 COMPARANDO O IDH E O PIB PER CAPITA

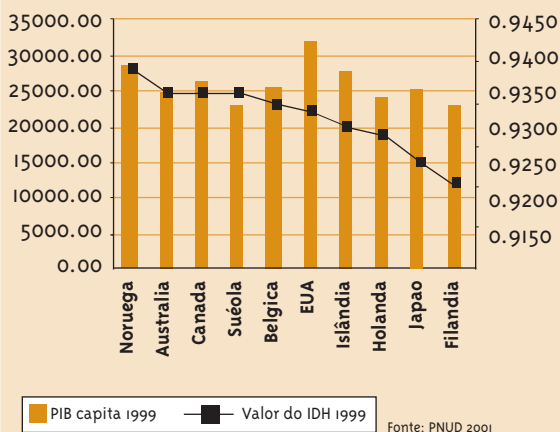
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede as realizações médias do desenvolvimento humano avaliando a esperança de vida, assim como o nível de educação e o rendimento per capita de uma determinada nação. O IDH revela que embora o rendimento seja uma parte importante do desenvolvimento humano, o último envolve muito mais que o rendimento. O IDH consagra-se assim como uma medida mais abrangente que o PIB per capita, que representa um meio para o desenvolvimento humano e não um fim em si mesmo.

Os gráficos 1.1 e 1.2 permitem-nos fazer uma constatação importante: o facto de certos países exibirem uma taxa relativamente elevada de IDH não significa necessariamente que tenham rendimentos também elevados. Comparando os dez países com o desenvolvimento mais avançados no ranking de 2001, verifica-se que a Noruega, por exemplo, detém o IDH mais alto, mas o valor do seu PIB per capita ocupa o segundo lugar, depois dos Estados Unidos da América (EUA). Em contrapartida, os EUA têm o PIB per capita mais alto, mas ocupam o sexto lugar na classificação.

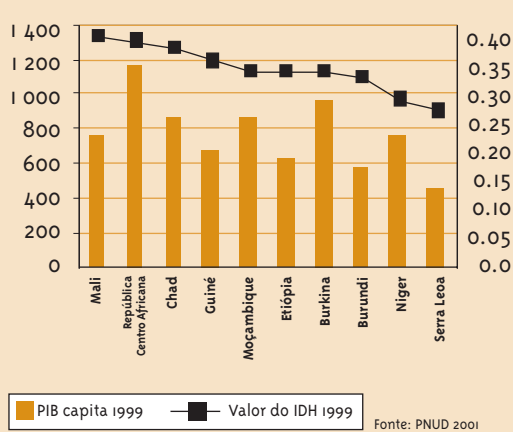
Avaliando a condição dos dez países com o menor desenvolvimento humano pode-se observar uma tendência semelhante: embora o Mali ostente o IDH mais alto na escala, o seu PIB per capita apresenta-se na quarta melhor posição, exibindo um valor igual ao do PIB per capita do Niger, que por sua vez tem o segundo pior IDH. Moçambique, por sua vez, tem o terceiro melhor valor do PIB per capita. Mas porque o seu IDH não depende apenas do nível do rendimento, este retém a quinta melhor posição entre os piores. Estes dados confirmam que o rendimento per capita é unicamente um agente para o desenvolvimento humano. O IDH oferece uma imagem mais abrangente do estado geral do de desenvolvimento ao espelhar a forma diferenciada como os países empregam a riqueza que os seus habitantes geram no processo produtivo.

Fonte: PNUD 2001

**Gráfico 1.1** IDH e PIB per capita dos países com alto desenvolvimento humano



**Gráfico 1.2** IDH e PIB dos países com o menor desenvolvimento humano



facto desta ser associada à boa saúde e nutrição. Estes, por sua vez, estão ligados ao rendimento dos indivíduos e influem na obtenção de conhecimentos e habilidades que constituem parte dos requisitos para garantir uma vida condigna e para fazer escolhas informadas sobre as suas vidas.

O IDH, quando conjugado com outras dimensões de desenvolvimento tais como a liberdade de participação nas actividades políticas, económicas e profissionais, transmite uma imagem mais

abrangente do estágio de desenvolvimento humano de uma nação ou região.

A classificação de países com base num indicador composto como o IDH, que incorpora outras dimensões, mostra precisamente que nem sempre o nível de rendimento per capita reflecte um elevado progresso social. Esta realidade é válida tanto para os países mais desenvolvidos como para as nações mais pobres do mundo. A Caixa 1.2 procura ilustrar estas discrepâncias, tomando como base os primeiros 10 e

últimos 10 classificados no RGDH 2001.

Mesmo tendo em conta que o IDH é um indicador abrangente, os valores deste indicador não nos permitem discernir certas disparidades nas médias nacionais. O esforço de busca de uma medida que captasse os desníveis de desenvolvimento e de oportunidade entre as mulheres e os homens incentivou a construção de dois novos indicadores divulgados no RGDH de 1995: o Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (IDS) e a Medida de Participação Ajustada aos Sexos (MPS).

### ***IDS - Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos***

O IDS mede a diferença de realizações e as capacidades de desenvolvimento humano entre as mulheres e os homens. Este indicador ajusta o IDH às desigualdades observadas entre os homens e as mulheres com base nas mesmas variáveis que o IDH: a taxa de alfabetização, a esperança de vida à nascença e o rendimento per capita ajustados às realizações nestes indicadores para os dois sexos.

Uma das particularidades do IDS é que, regra geral, é sempre inferior ao IDH o que confirma que, no contexto nacional e mundial, as mulheres enfrentam obstáculos múltiplos para o seu desenvolvimento humano. A discrepância no nível de desenvolvimento entre mulheres e homens não reflecte diferenças de metodologias, mas sobretudo a marginalização das mulheres no acesso aos recursos e às oportunidades, criando assim a base metodológica e estatística para o debate sobre a desigualdade entre os sexos.

O debate sobre estas desigualdades é relevante principalmente quando se sabe que a fraca realização individual das mulheres resulta não de debilidade imputáveis a aspectos fisiológicos, mas ao processo de socialização vigente nas sociedades. Por exemplo, em algumas sociedades, a habilidade da rapariga contribuir no trabalho doméstico, muitas vezes em prejuízo da sua própria formação escolar, é interpretado como símbolo da 'boa educação'. Na vida adulta, a mulher tem de velar pelo bem-estar da família, uma responsabilidade que nem sempre encontra uma valorização comensurável com a sua importância na escala de valores da sociedade.

### ***MPS - Medida de Participação ajustada aos sexos***

A MPS é o indicador que procura captar as disparidades entre os sexos a nível da participação em actividades económicas, políticas e profissionais. As realizações profissionais das mulheres são avaliadas de acordo com a parcela de rendimentos auferidos pelas mulheres e o seu número em postos técnicos ou de tomada de decisão. A participação feminina em actividades políticas é avaliada de acordo com o número de mulheres com assento no parlamento.

### ***IPH - Índice de Pobreza Humana***

Em 1997, o RGDH introduziu o Índice de Pobreza Humana (IPH), e é um instrumento alternativo à medição de pobreza baseada apenas no consumo ou rendimento. O IPH, tal como todos outros indicadores mencionados anteriormente, também é uma medida composta. Este indicador concentra-se na medição das privações humanas em três dimensões: a longevidade, a escolarização, e o padrão de vida decente, mas com algumas variações em relação ao IDH e ao IDS.

O IPH desdobra-se em duas variantes: o IPH-1 para os países em vias de desenvolvimento e o IPH-2 para os países desenvolvidos ou industrializados. O IPH-1 analisa a longevidade de acordo com a percentagem de pessoas que não se espera que sobrevivam até aos 40 anos nos países em vias de desenvolvimento. A mesma variável para o IPH-2 estabelece um limite de 60 anos para os países industrializados. O conhecimento nos países em desenvolvimento é avaliado pela percentagem de pessoas que não sabem ler e escrever, enquanto que nos países desenvolvidos é estimado com base na taxa de analfabetismo funcional.

O padrão de vida é determinado com base nas privações mais graves: para os países em desenvolvimento este indicador representa a percentagem de pessoas sem acesso a água canalizada e aos serviços de saúde básicos, em conjunto com a percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente. Nos países desenvolvidos o mesmo indicador representa a parcela da população que vive

abaixo da linha da pobreza. As diferentes componentes dos instrumentos de medição desenvolvidos pelo conceito de desenvolvimento humano estão esquematizados no Quadro 1.1.

Uma das inovações do RGDH 2001, uma edição dedicada inteiramente ao contributo possível das tecnologias para o desenvolvimento humano, foi o Índice de Realizações Tecnológicas sumariado na caixa 1.4.

Quando utilizada para fazer estudos comparativos entre países, a análise multidimensional proposta pelo conceito revela-nos discrepâncias entre o nível de rendimentos medidos pelo PIB e o desenvolvimento social o que, em princípio, espelha a forma diferenciada como a riqueza gerada no processo produtivo nos diferentes países é aplicada na satisfação das necessidades materiais e espirituais das pessoas.

Esta análise é válida tanto para comparar países como para a pesquisa de aspectos inerentes ao desenvolvimento no interior de um determinado país. Por exemplo, quando operacionalizados a nível de diversos

segmentos populacionais ou regiões no interior de um país, os instrumentos de medição propostos pelo conceito de desenvolvimento humano permitem investigar as desigualdades e iniquidade que as médias agregadas dos indicadores, vistos isoladamente, muitas vezes ocultam.

Estas desigualdades variam, podendo englobar desequilíbrios nos níveis de desenvolvimento regionais até à exclusão social invisível e subtil de certos grupos sociais. A desigualdade do género consubstanciada na exclusão e discriminação das mulheres e consequente limitação do leque de escolhas à sua disposição que este relatório se é apenas uma destas dimensões que estes instrumentos permitem pesquisar, analisar e problematizar.

### A situação das mulheres e o conceito de desenvolvimento humano

A situação da mulher constitui um dos exemplos mais eloquentes das desigualdades que as médias oficiais escamoteiam. É usual constatarmos que, uma vez desagregados por

**QUADRO 1.1 IDH, IDS, IPH-1, IPH-2: COMPONENTES IGUAIS, MEDIDAS DIFERENTES**

	Longevidade	Conhecimento	Padrão de vida decente	Participação ou exclusão
IDH	Esperança de vida à nascença	Taxa alfabetização de adultos Taxa de escolaridade combinada	Rendimento per capita ajustado em dólares PPC	
IDS	Esperança de vida à nascença de mulheres e homens	Alfabetização adulta feminina e masculina Taxa de escolaridade combinada de mulheres e homens	Parcela de rendimento auferido pelas mulheres e pelos homens	
IPH-1 Para países em vias de desenvolvimento	Percentagem de pessoas que não se espera que sobrevivam aos 40 anos	Taxa de analfabetismo	Privação no aprovisionamento económico medido por: * Percentagem da população sem acesso aos serviços de água e saúde * Percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente	
IPH-2 Para países industrializados	Percentagem das pessoas que não se espera que sobrevivam aos 60 anos	Taxa de analfabetismo funcional <sup>a</sup>	Percentagem de pessoas com rendimentos abaixo da linha da pobreza (50% do rendimento médio dos agregados)	Taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais)

<sup>a</sup> Baseado no nível 1 de aptidão para ler prosa, de acordo com os resultados da OECD, *International Adult Literacy Survey*

Fonte: PNUD, 2000:147

### CAIXA 1.3 A RELAÇÃO ENTRE O IDH, IDS E A MPS

O IDH, o IDS e a MPS tem várias semelhanças mas a relação mais directa que existe entre o IDH, o IDS e a MPS reside no facto destes indicadores serem medidas compostas. É evidente que o IDH e o IDS medem as realizações do desenvolvimento humano nos mesmos moldes pois utilizam os mesmos indicadores: longevidade, alfabetização e rendimento.

Contudo, cada um destes indicadores avalia as realizações destas variáveis de maneira diferente. Enquanto o IDH se preocupa com o desempenho do desenvolvimento humano de um modo geral, o IDS presta atenção especial aos efeitos deste desenvolvimento humano na desigualdade entre a mulher e o homem. Por exemplo, enquanto o IDH avalia a longevidade de acordo com a esperança de vida média, o IDS determina a diferença da esperança de vida do homem e da mulher.

O valor do IDS é menor que o valor do IDH indicando a presença de desigualdade entre os sexos. Quanto maior for a desigualdade entre os sexos menor será o IDS do país em relação ao IDH em todos os países. O argumento da metodologia é que numa sociedade ideal os valores do IDH e do IDS deveriam, em princípio, coincidir.

O IDH mede as realizações do desenvolvimento humano em termos globais e em termos de desigualdade de género enquanto que a MPS mede a desigualdade de participação entre os sexos nos processos de tomada de decisão a nível político e administrativo.

O IDS e a MPS tem como elo de ligação a preocupação comum com a situação da mulher. Contudo, o primeiro destes indicadores concentra-se sobre as diferenças em termos da esperança de vida, conhecimento adquirido e rendimento, enquanto que a MPS se concentra nas oportunidades das mulheres utilizarem as suas capacidades nas áreas económicas, profissionais e políticas.

Os diversos RGDH mostram que maior parte dos países exibe um IDS maior que o MPS, o que se traduz num novo constrangimento imposto à representação das mulheres em posições de decisão administrativa e política. Isto é, embora as habilidades representadas nas dimensões do IDS tenha aumentado, as mulheres ainda continuam marginalizadas dos processos da tomada de decisões que afectam as suas vidas como grupo social.

sexo, os indicadores sociais oficiais nos revelem uma clara tendência para a marginalização ou discriminação por vezes até institucionalizada da mulher. Esta é uma realidade aplicável a qualquer país, independentemente do nível de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento humano teve sempre em consideração, à medida que se desenvolvia, a captação de dimensões cada vez mais complexas do desenvolvimento. Foi na prossecução desse esforço que as análises desagregadas no RGDH 1995 dedicado exclusivamente à questões das diferenças de desenvolvimento entre os sexos, levaram à constatação de que “em nenhuma sociedade a mulher tem o mesmo estatuto que o homem. A mulher sofre a privação dupla da desigualdade do género e um nível relativamente baixo de progressão na vida”. (UNDP 1995:2).

No limiar do século XXI as disparidades entre o desenvolvimento das mulheres e dos homens continuam a ser uma realidade embaraçosa para a humanidade, não obstante os progressos assinaláveis em todas as esferas de vida e as inúmeras iniciativas globais para a eliminação de todas as formas de

discriminação da mulher nas últimas décadas.

O RGDH 2001 revelou que dos 854 milhões de adultos que, em 1999, não sabiam ler nem escrever no mundo, 583 milhões, ou seja 78% são mulheres. Por outro lado, dos 325 milhões de crianças que se encontravam fora do sistema educacional no mesmo ano, 183 milhões, ou seja 56% eram raparigas. (UNDP, 2001:9)

Se definirmos o desenvolvimento humano como processo de alargamento de escolhas de todas as pessoas e não só de uma parte da sociedade, então o facto das mulheres não usufruírem do mesmo nível de desenvolvimento que as suas contrapartes do sexo masculino é o sinal mais elucidativo da sua marginalização.

A incidência da pobreza também afecta de forma desproporcional os homens e as mulheres: dos 1,2 biliões pessoas classificadas como pobres no mundo, 70% são do sexo feminino, uma situação que justifica a ascensão do interesse pela teoria da “feminização da pobreza” em voga. Apesar de se estimar que as mulheres trabalham 2/3 da jornada laboral mundial, apenas auferem 10% do rendimento mundial e controlam apenas 1% da riqueza global.

## CAIXA 1.4 ÍNDICE DAS REALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS

Face aos grandes avanços tecnológicos que se têm tornado na principal fonte de rendimento de muitos países que controlam os sistemas de operacionalização de várias instituições no mundo, o PNUD dedicou a edição de 2001 do RGDH ao efeito da tecnologia no desenvolvimento humano. Neste relatório foi apresentado um novo indicador, o Índice das Realizações Tecnológicas (IRT), cujo objectivo é determinar a eficiência na criação e difusão de tecnologias assim como na formação de quadros capacitados para promover o avanço nesta área.

No processo de análise do impacto da tecnologia no desenvolvimento humano, índice de realizações tecnológicas foi calculado para 72 países. Com base nestes cálculos pode-se concluir que o IRT mais alto pertence à Finlândia (0.720) e o menor a Moçambique (0.066). Os 72 países podiam ser distribuídos por quatro categorias: os líderes, com um IRT acima de 0.50, seguidos pelos líderes potenciais, com um IRT que varia entre 0.49 e 0.35 e pelos seguidores dinâmicos, para os quais o valor do IRT oscila entre 0.34 e 0.20. Por último, estão os países marginalizados que não conseguem um IRT maior de 0.20 (PNUD, 2001: 49).

Tal como o IDH este índice é também um instrumento de medição composto, mas fornece uma visão da condição da tecnologia em quatro dimensões: a criação de tecnologias, a difusão de inovações recentes e de inovações antigas o número de quadros capazes de sustentar o nível de tecnologia dominante.

Cada um dos componentes do IRT é constituído por dois indicadores. A criação de tecnologias, por exemplo, é avaliada em termos do número de patentes cedidas a residentes e também em termos do número de privilégios e licenças recebidos por um em cada 1000 habitantes de uma determinada região. No entanto, somente as licenças comercializadas no mercado formal são incluídas neste índice. É de realçar, que nos países em vias de desenvolvimento existe um mercado secundário bastante desenvolvido

(em alguns casos o sector informal é mais desenvolvido que o sector formal), no qual qualquer produto que ofereça lucro é comercializado. Como resultado, em alguns países, várias licenças em circulação não são captadas neste índice.

A difusão de tecnologia é analisada em duas dimensões: a tecnologia recente e a antiga. Por um lado a difusão de tecnologia recente é determinada com base no número de provedores de serviços de Internet e pela percentagem de exportações de produtos de média e alta tecnologia. Este constitui o principal constrangimento dos líderes potenciais que apesar de terem registado grandes sucessos na criação de tecnologia e na difusão de tecnologia antiga assim como na formação de quadros competentes, estes têm ainda importantes progressos a fazer na difusão de tecnologia recente. Por outro lado, a difusão de tecnologia antiga é um problema ultrapassado pelo primeiro mundo mas constitui um constrangimento nos países em vias de desenvolvimento. Tendo em conta que a tecnologia antiga é determinada pelo número de utentes de telefone e com acesso à electricidade torna-se evidente que a deficiência na difusão das tecnologias antigas impede a implementação das tecnologias modernas. Isto é, sem electricidade e rede de telefones não é possível usar a Internet nem fabricar produtos de média e alta tecnologia. Curiosamente, entre os países marginalizados, Moçambique detém o segundo melhor indicador de exportação de produtos de média e alta tecnologia.

A criação e difusão de tecnologias depende da existência de quadros e cria uma crescente procura de quadros formados com capacidade de liderar estas inovações com o objectivo de contribuir para a sua manutenção e evolução. A formação de quadros qualificados para este fim depende da média de anos de escolaridade e da taxa bruta de matrículas a nível terciário na área de ciências.

Fonte: PNUD 2001

A desigualdade atinge áreas, como participação e representação política, assim como representação nos níveis profissional e administrativo. Por exemplo, apesar de constituírem a maioria da população mundial e de se proclamar que o espaço político pertence a todos os seres humanos sem discriminação, as mulheres ocupam uma porção que não é comensurável com a sua expressão demográfica: a proporção das mulheres que ocupam assentos parlamentares no mundo variava entre uma alta de 42,7% na Suécia e 1,2% no Níger e nenhuma representação no Sudão; a mais alta representatividade das mulheres na distribuição das pastas ministeriais num governo pertencia à Suécia com 55%; a maioria dos países não vão além dos 20%. Além disso, as mulheres continuam sujeitas a condições abomináveis de exploração: as Nações Unidas estimam que cerca de 700.000 mulheres são anualmente vítimas de exploração sexual no mundo. (UNDP, 2001:214-229)

Como iremos debater nos capítulos subsequentes deste trabalho, Moçambique não constitui excepção na tendência global da situação da mulher no acesso às oportunidades e aos recursos. Se tomarmos a educação como exemplo constatamos que existe um desnível muito grande no acesso ao conhecimento medido pela taxa de alfabetização de adultos. Embora o fosso de desigualdade no que concerne ao nível de alfabetização tenda a diminuir nos últimos anos, Moçambique ainda encara um hiato muito grande nos níveis de alfabetização entre homens e mulheres. A taxa média de analfabetismo se situasse em 60,5% em 1997, a privação educacional entre mulheres situava-se em 74,1%, contra uma taxa de 44,6% entre a população masculina. O QUIBB 2000 estima a taxa de analfabetismo em 56,7%, sendo a taxa correspondente aos homens de 40,2% e das mulheres de 78,2%. A grande excepção está na taxa representatividade das mulheres no parlamento de 30%,

#### CAIXA 1.5 AS MOTIVAÇÕES DO IDH

Vamos começar com três observações. Primeiro, havia, mas já não há, a pretensão por parte da equipa do RGDH de que o IDH seja uma prova científica e medida perfeita de desenvolvimento humano. Segundo, a equipa do RGDH reconheceu logo cedo que o IDH, sendo um índice composto, partilha alguns dos problemas bem conhecidos associados aos índices compostos. A questão é que se nós podemos viver 50 anos com um PIB per capita que, a propósito, é um dos números mais compostos no mundo, porque é que não podemos viver pelo menos uma década com o IDH? Terceiro, há uma percepção sólida no seio dos membros da equipa do RDH de que um conceito é sempre mais vasto que qualquer das suas medidas. Uma medida nunca atinge totalmente a riqueza, a profundidade e a amplitude de qualquer conceito, tanto em física como nas ciências sociais. Apresentadas as perspectivas destas três observações, há três motivos para a elaboração do RGDH:

● **Motivação substantiva:** A motivação substantiva para a elaboração do RGDH pode ser resumida no que Mahbub ul Haq disse ao seu amigo Amartya Sen em 1989: Dê-me uma medida - uma medida simples - que é tão vulgar como o

PIB per capita, mas não tão insensível para os aspectos salientes da vida humana.

● **Motivação estatística:** a contabilização do desenvolvimento humano ao fornecer uma série de dados sólidos pode apresentar uma imagem mais abrangente de desenvolvimento humano em qualquer sociedade. Mas para atrair atenções para essa realidade abrangente é necessário algo e o IDH é esse 'algo'. Se o desenvolvimento humano é uma casa, então o IDH é a porta. Não confundam uma porta com uma casa e, por favor, não parem na porta, entrem dentro da casa.

● **Motivação política:** Classificar 174 países na escala do IDH representa um importante propósito político. Todos os países do mundo têm um país rival para se compararem; para Noruega, não interessa onde fica o resto do mundo, mas onde fica a Suécia. Um indiano não se preocupa tanto com o que acontece na América Latina, mas com o que acontece no Paquistão. O IDH ao classificar 174 países na liga de IDH gera uma competição na qual cada país tenta atingir ou superar o desempenho do seu país favorito.

Jahan, S., Measurement of Human Development: Seven Question. Oxford, September 2000

## CAIXA 1.6 PRÉMIO NOBEL? SIM! MAS PARA QUEM?

O Prémio Nobel foi instituído em 1901 e celebrou em 2001 o seu centenário. Até aquela data só 31 mulheres haviam tido a honra de receber este prémio que já foi atribuído a um total de 700 recipientes. Esta realidade revela mais uma forma da supremacia masculina enraizada em várias culturas e tradições. Desde que o ser humano existe que as necessidades do sexo masculino são priorizadas em detrimento da mulher que, na maior parte das vezes, é forçada a contribuir para o avanço do homem.

É relevante mencionar que dez das 31 mulheres que receberam os prémios nobéis são norte americana, nenhuma é proveniente de países com baixo nível de desenvolvimento humano e só uma é oriunda da África a Sul do Sahara. A última é a escritora sul-africana Nadine Gordimer que recebeu o Prémio Nobel em Literatura em 1991. Pode-se também verificar que tanto os Estados Unidos da América como os outros países com elevados níveis de desenvolvimento humano apresentam os maiores indicadores de educação, o que sugere que parte desta disparidade na distribuição dos prémios nobéis entre os países com elevados e baixos índices de desenvolvimento deriva de outros obstáculos que impedem o avanço nas áreas intelectuais científicas ou políticas.

O Prémio Nobel em Medicina e Fisiologia conta 171 recipientes dos quais seis foram atribuídos a mulheres. Entre os 90 Prémios Nobel da Paz, as mulheres receberam apenas oito e somente quatro dos 136 Prémios Nobel em Química foram atribuídos a mulheres. Enquanto nove dos 97 Prémios Nobel em Literatura foram atribuídos a mulheres, na área económica nenhuma mulher recebeu os 44 prémios distribuídos e só duas mulheres receberam o Nobel de Física que já foi atribuído a 162 indivíduos.

A maior parte das mulheres priva-se do seu tempo laboral para cuidar da casa e da família enquanto os homens abdicam das actividades domesticas para dedicarem mais tempo ao desenvolvimento do intelecto, nestas circunstancias as probabilidades de uma mulher obter um Prémio Nobel são menores que as do homem.

uma taxa comparativamente elevada para a maioria dos país do mundo. (INE 2000: 34)

A ilação a tirar é que os dados sobre a situação das mulheres confirmam que, olhadas de perto, as estatísticas agregadas ocultam situações graves de exclusão e marginalização que, a longo prazo, podem minar o processo de desenvolvimento, se não forem alvo de correcção proactiva. A exclusão das mulheres é abominável e incompreensível particularmente quando tivermos em conta que as vantagens de políticas não discriminatórias estão bem documentadas.

O FNUAP afirma que a discriminação das mulheres desperdiça oportunidades, distorce as decisões cruciais a favor de investimentos menos produtivos que beneficiam os homens e os recompensa desmesuradamente em prejuízo das mulheres, dificulta a participação das mulheres em actividades económicas e sociais e reduz a sua eficácia no cumprimento

das suas obrigações sociais. (FNUAP, 2000:37)

É lícito, por exemplo, questionar se faz sentido que as mulheres representem apenas 4,4% das 700 individualidades agraciadas com o Prémio Nobel desde a sua instituição em 1901. Se aceitarmos que as mulheres não são inerentemente incapazes de um desempenho à altura das exigências dos júri do Prémio Nobel, então a explicação desta fraca representação das mulheres no grupo dos agraciados com os Prémios Nobel é que os critérios adoptados para o efeito estão desajustados da realidade ou reflectissem as relações sociais prevaletentes que favorecem nitidamente os homens. (caixa 1.6)

A marginalização das mulheres não só é inconcebível e inaceitável porque constitui uma injustiça, mas também revela-se incongruente com a definição do desenvolvimento como alargamento das escolhas das pessoas.

## CAIXA 1.7 PORQUÊ O INTERESSE NA DESIGUALDADE?

O interesse ou não pela desigualdade e o porque deste interesse são questões antigas - existentes desde o tempo de Karl Marx e mesmo antes. Para os economistas de desenvolvimento, primeiramente preocupados com os países pobres no mundo, as questões centrais têm sido o crescimento e a redução da pobreza, e não a desigualdade. Durante a maior parte do século XX, os economistas clássicos classificaram a desigualdade como, na pior das hipóteses, um mal necessário - ajudando no aumento do crescimento através da concentração do rendimento nos ricos que poupam e investem mais e também através de incentivos que motivem os indivíduos a trabalhar mais, a inovar e a assumir riscos produtivos.

Mas a desigualdade de rendimento é de facto importante. Ela torna-se importante por si só se as pessoas - e nações - se preocuparem com a condição do seu rendimento relativo. Ela é também importante por motivos instrumentais - isto é, por ela afectar outros resultados:

- A desigualdade pode exacerbar os efeitos das carências no mercado e políticas no crescimento e por conseguinte no progresso contra a pobreza. Isto faz da desigualdade um problema especial para os países pobres onde mercados imperfeitos e carências institucionais são comuns. Por exemplo, quando os mercados de capital são fracos as pessoas pobres na ausência de uma garantia não conseguem obter créditos, limitando assim o seu potencial de iniciar pequenos negócios e reduzindo as oportunidades da população pobre. Embora o crescimento não seja sempre suficiente para promover o desenvolvimento humano e para reduzir a carência de rendimentos, as experiências da China, da Republica da Coreia do Sul e do Oriente Asiático, sugerem que este crescimento oferece uma grande contribuição. Finalmente, existe a realidade aritmética. Mesmo que exista um crescimento e que a população pobre beneficie deste crescimento proporcionalmente, a taxa de crescimento oferece uma menor contribuição para a redução da pobreza quando a desigualdade é alta no ponto de partida.

- A concentração de rendimento no topo enfraquece certos interesses públicos - tais como o apoio a alta qualidade de educação pública - que provavelmente promovam o desenvolvimento humano. As políticas populistas que geram inflação, a longo prazo prejudicam a população. A existência de preços artificialmente baixos da água e do saneamento traduzem-se no facto dos serviços públicos precários nunca se expandirem para zonas pobres. O crescimento pode também ser directamente reduzido se as pessoas ricas pagarem os subsídios industriais ou empréstimos baratos de grandes latifundiários. O desenvolvimento e a implementação de políticas sociais é particularmente difícil quando a desigualdade assume a forma de concentração no topo combinada com a pobreza substancial em baixo - resultando na ausência de uma classe média que exija um governo responsável.

- A desigualdade pode corroer o capital social, incluindo o sentido de confiança e a responsabilidade do cidadão que constitui a chave para a formação e manutenção de instituições públicas sólidas. Esta desigualdade pode debilitar o convívio nos espaços comuns da vida comunitária, tais como parques, ligas locais de desporto e associações de pais e professores das escolas públicas. A criminalidade na via pública debilita a vida comunitária e as diferenças na desigualdade de rendimento, presentes em vários países, estão intimamente associadas aos níveis de criminalidade e violência.

- A longo prazo, a desigualdade pode aumentar a tolerância da sociedade pela desigualdade. Se as pressões conduzirem a aumentos nas diferenças salariais (por exemplo, o aumento salarial das pessoas mais qualificadas com uma grande mobilidade internacional), o padrão de normalidade desta lacuna pode eventualmente mudar. Se a desigualdade for importante por alguma das razões acima mencionadas, então a possibilidade desta desigualdade aumentar é igualmente maior.

Fonte: PNUD 2001:17

O acesso limitado aos serviços de saúde básicos afecta mais as mulheres que os homens, uma realidade que se faz sentir em especial nas altas taxas de mortalidade materna.

Muito trabalho feito pela mulher não é reconhecido, e o pouco que é reconhecido é subestimado. Esta invisibilidade do contributo da mulher e a falta de apoio às suas responsabilidades reflecte-se não só no seu rendimento pessoal como também na renda nacional. A prevalência da discriminação prejudica o crescimento socio-económico e impede potenciais parcerias entre homens e mulheres.

Sen (1999) aponta, entre muitas, algumas das vantagens da emancipação social da mulher:

- Rendimento independente fora de casa dolar eleva a visibilidade da contribuição da mulher, melhora a sua capacidade de negociação e torna-a mais poderosa no lar e influencia a aceitação dos seus direitos na sociedade.
- A elevação do estatuto educacional das mulheres reduz a mortalidade da criança mais substancialmente do que uma alteração significativa no nível geral de desenvolvimento: por exemplo, o aumento da taxa de alfabetização de 22 para 75%, reduz a taxa de mortalidade de menores de cinco anos de 156/1000 para 110; a mesma elevação no nível educacional dos homens reduz a taxa de mortalidade de menores de cinco anos de 169 para 141/1000; em contrapartida uma redução de 50% na taxa de incidência da pobreza reduz apenas a

taxa previsível de mortalidade entre menores de cinco anos de 156/1000 para 153/1000.

- Embora as mulheres trabalhem longas horas em casa, porque esta contribuição não é remunerada, é ignorada nas contas familiares; quando o mesmo trabalho é feito fora de casa ele é reconhecido e eleva a capacidade de negociação pois a sua contribuição torna-se visível.
  - A emancipação da mulher reduz as taxas de fecundidade uma vez que tudo o que eleva o poder de decisão das mulheres jovens, tende a desencorajá-la de terem muitos filhos.
  - Em muitas sociedades a propriedade de activos importantes como a terra favorece os homens como prova o Capítulo 4 deste trabalho, embora exista evidência que quando se abandona estas práticas as mulheres são capazes de tirarem proveito das oportunidades com igual sucesso; os benefícios vão para além do simples rendimentos e englobam a baixa mortalidade e baixa fecundidade como motores da transformação social.
- O mesmo autor afirma que trabalhos empíricos recentes mostram que o respeito relativo das mulheres e atenção sobre o seu bem estar é influenciado fortemente por variáveis como a sua habilidade em obterem rendimentos independente, encontrar emprego remunerado fora do lar, ter direitos de propriedade, serem instruídas e serem participantes informadas e educadas nas decisões dentro e fora dolar. (Sen 1999:191-201)

QUADRO 2.1 IDH DE MOÇAMBIQUE ACTUALIZADO, 1994-2000

DADOS BÁSICOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001*
Esperança de vida á nascença (anos) <sup>a</sup>	41,7	41,9	42,1	42,3	42,9	43,5	44,2	44,8
Taxa de alfabetização adulta (%) <sup>b</sup>	39,5	39,5	39,5	39,5	39,5	39,5	43,3	43,3
CTaxa bruta de escolaridade conjunta (%) <sup>c</sup>	25,0	25,0	29,3	28,9	30,5	32,7	35,8	37,41
PIB real per capita (dólares PPC) <sup>d</sup>	617,2	636,8	713,7	755,3	817,6	851,0	864,6	1049,9
<b>CÁLCULO DO IDH DE 2000</b>								
<b>Índice esperança de vida á nascença</b>	<b>0,278</b>	<b>0,282</b>	<b>0,285</b>	<b>0,288</b>	<b>0,298</b>	<b>0,308</b>	<b>0,319</b>	<b>0,329</b>
$\frac{44,2 - 25}{85,0 - 25} = 0,32$								
<b>Índice da Educação</b>	<b>0,347</b>	<b>0,347</b>	<b>0,361</b>	<b>0,360</b>	<b>0,365</b>	<b>0,372</b>	<b>0,408</b>	<b>0,413</b>
a) Índice de alfabetização adulta								
$\frac{43,3 - 0}{100 - 0} = 0,433$	<b>0,395</b>	<b>0,395</b>	<b>0,395</b>	<b>0,395</b>	<b>0,395</b>	<b>0,395</b>	<b>0,433</b>	<b>0,439</b>
b) Índice de escolaridade conjunta do ensino, secundário e superior								
$\frac{35,8 - 0}{100 - 0} = 0,358$	<b>0,250</b>	<b>0,250</b>	<b>0,293</b>	<b>0,289</b>	<b>0,305</b>	<b>0,327</b>	<b>0,358</b>	<b>0,374</b>
c) Índice da Educação								
$\frac{(2 \times 0,433) + 0,358}{3} = \frac{1,224}{3} = 0,408$								
<b>Índice do PIB real ajustado per capita (dólares PPC)</b>	<b>0,304</b>	<b>0,309</b>	<b>0,328</b>	<b>0,337</b>	<b>0,351</b>	<b>0,357</b>	<b>0,360</b>	<b>0,392</b>
$\frac{\log(864,6) - \log(100)}{\log(40,000) - \log(100)} = 0,360$								
<b>Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)</b>	<b>0,310</b>	<b>0,312</b>	<b>0,325</b>	<b>0,328</b>	<b>0,338</b>	<b>0,346</b>	<b>0,362</b>	<b>0,378</b>
$\frac{(0,32 + 0,408 + 0,360)}{3} = \frac{1,088}{3} = 0,362$								
a b c INE 2001, ver quadro 9, Anexo Estatístico d Estimativas realizadas com base na taxa de conversão PPC do Banco Mundial * Estimativas preliminares 2001								

O presente capítulo tem como objectivo a análise das tendências no desenvolvimento humano em Moçambique, recorrendo à aplicação dos instrumentos de medição descritos no capítulo anterior.

O capítulo está dividido em duas partes principais. A primeira parte faz uma resenha da evolução do desenvolvimento humano de Moçambique no período 1996-2000 com base no desempenho dos principais componentes dos instrumentos de medição do conceito e recorrendo a estatísticas oficiais actualizadas e metodologias que permitem comparar o nível de desenvolvimento humano de Moçambique com outros países.

Para o efeito, os parâmetros utilizados nesta primeira parte são derivados estritamente da metodologia dos Relatórios Globais de Desenvolvimento Humano (RsGDH)<sup>1</sup> e os resultados obtidos são, portanto, comparáveis aos indicadores dos outros países e aos valores publicados nos RsGDH, divergindo apenas nas fontes dos dados utilizados.

A segunda parte do capítulo analisa o comportamento dos indicadores do desenvolvimento humano no interior de Moçambique. A diferença entre esta secção e a anterior reside no facto de que, enquanto na primeira se adopta a metodologia dos RsGDH na estimativa dos indicadores para permitir a comparação com outros países e os valores publicados nos RsGDH, na segunda recorre-se a uma adaptação e ajustamento da metodologia para permitir a comparação entre as diversas regiões administrativas do país.

É importante ter sempre presente a diferença nas duas metodologias utilizadas no cálculo dos indicadores pois isto implica que, em termos práticos, os valores dos IDHs calculados nas duas secções não sejam comparáveis. A principal diferença na metodologia reside no tratamento do rendimento. No primeiro utiliza-se o PIB per capita ajustado à Paridade dos Poderes de Compra (PPC) enquanto que na segunda se utilizam valores em Meticais e dólares nominais, aplicando-se no caso do primeiro

um deflactor que permite a comparação entre anos ao longo da série em análise.

### **Desenvolvimento humano em Moçambique no ano 2000**

Os resultados da edição do ano 2001 do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano confirmam uma vez mais a tendência ascendente dos principais indicadores de desenvolvimento humano. A tendência actualizada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nacional e dos seus componentes está sintetizada no quadro 2.1 e no gráfico 2.1.

Os resultados de 2000 são de certa forma surpreendentes. Em primeiro lugar, porque num ano em que Moçambique foi flagelado pelas cheias mais devastadoras dos últimos 100 anos, era lógico esperar que alguns dos indicadores agregados no IDH reflectissem, até certo ponto esta tragédia. Por isso, as estimativas da evolução dos indicadores sociais agregados no IDH apresentam uma evolução de certa forma inédita, dada a fraca propensão de indicadores como o índice da educação de serem susceptíveis a grandes oscilações de um ano para outro. Mas aqui reside precisamente a surpresa.

Pela primeira vez desde a retoma económica, o desenvolvimento social ultrapassou a taxa de crescimento económico. Estima-se que o IDH tenha evoluído de 0,346 para 0,362, um crescimento de cerca de 4,6%. A evolução positiva do IDH é resultado de dois factores principais. A primeira é que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de apenas 1,6%. Em segundo lugar ela é resultado da redução na taxa de analfabetismo de 60,5%, conforme apurado pelo Recenseamento Geral da População em 1997, para 56,7% no inquérito ao bem-estar dos agregados familiares realizado pelo INE no ano 2000 (QUIBB 2001), facto que sugere um crescimento assinalável na escolarização das moçambicanas e moçambicanos.

Por outro lado, se as estimativas

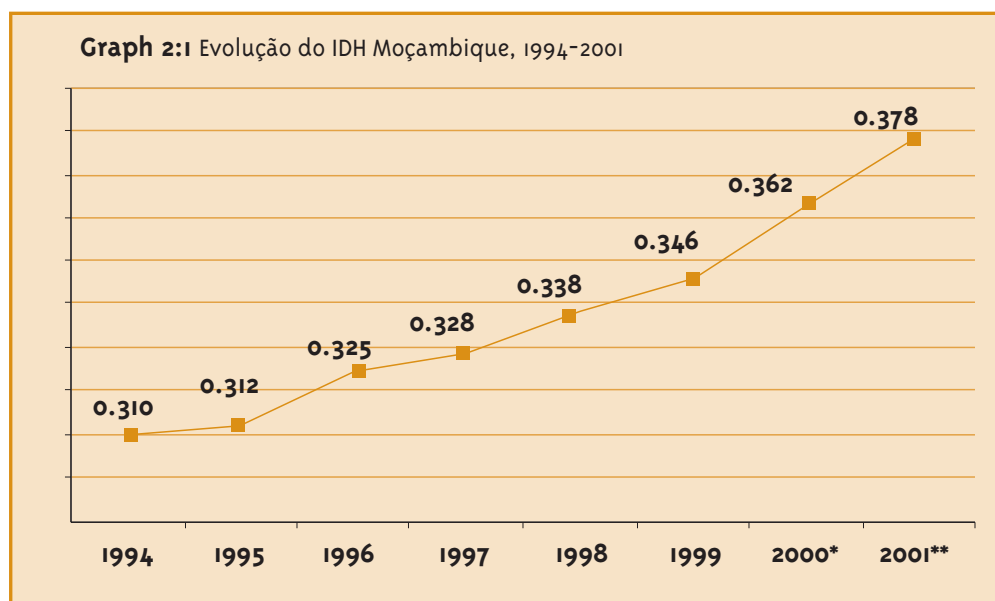
<sup>1</sup> A esperança de vida baseia-se nas projecções do INE para o ano 2000 baseada no valor apurado no Recenseamento Geral da População de 1997; a taxa de alfabetização de adultos é resultado do inquérito através do Questionário de Indicadores Básicos de Bem Estar efectuado pelo INE em 2000, enquanto que a taxa bruta de escolarização baseia-se nos dados do MINED; o PIB real per capita em Paridade de Poder de Compra foi estimado com base numa taxa de conversão implícita derivada da estimativa do Banco Mundial para Moçambique em 2000.

preliminares do crescimento do PIB em 2001 se concretizarem e tendo em conta a evolução do indicadores na área da educação e na esperança de vida o IDH de Moçambique poderá alcançar a cifra de 0,378 em 2001, o que corresponde a um crescimento de 4,42% no IDH em relação ao ano 2000.

Um facto digno de nota é que o nível de alfabetização conheceu um crescimento substancial na população masculina, com uma taxa de redução de cerca de 4,4 pontos percentuais na taxa de analfabetismo (ou seja 10%) contra uma redução de apenas 2,9 pontos

sugerem que, embora a proporção de mulheres privadas da leitura e da escrita esteja a reduzir, elas continuam na cauda da corrida para a aquisição do conhecimento, o que limita as escolhas individuais.

Em segundo lugar, os indicadores mostram que se continuam a registar ganhos modestos na esperança de vida derivados fundamentalmente da intervenção no sector da saúde e no melhoramento do estado nutricional das populações, não obstante as pressões impostas pela epidemia do HIV/SIDA. Os efeitos da epidemia não foram devidamente

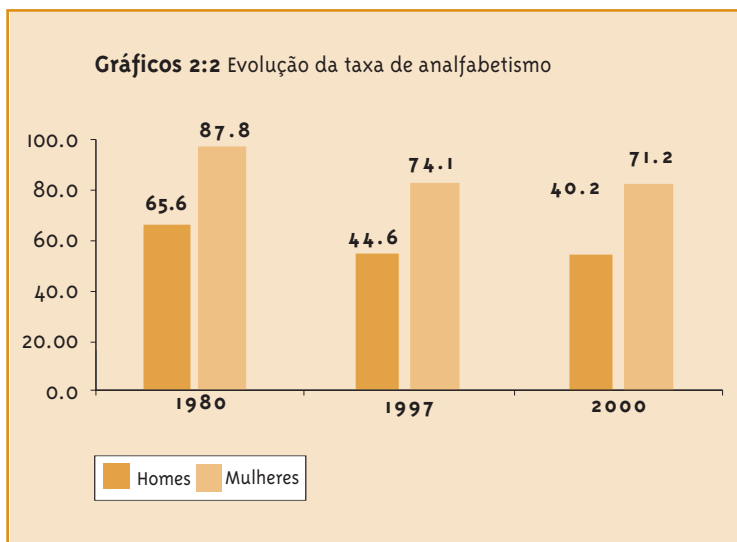


percentuais nas mulheres, o que equivale a uma diminuição de cerca de 4% apenas na porção da população do sexo feminino que não sabe ler e escrever. O que é importante reter é que esta tendência positiva representa uma evolução entre o ano do recenseamento da população (1997) e o ano da realização do QUIBB 2001 e não necessariamente uma diferença entre 1999 e o ano 2000.

Refira-se que em relação a 1980 a taxa de analfabetismo entre os homens baixou em cerca de 28%, enquanto que a taxa correspondente para as mulheres reduziu em apenas 19%. As razões sócio-culturais da marginalização das mulheres serão analisados em detalhe no Capítulo 3. Mas a inferência preliminar que se pode fazer a partir destes dados é que os indicadores de alfabetização

investigados e quantificados no país, existindo apenas estimativas e extrapolações utilizadas para efeitos de advocacia nas campanhas de sensibilização sobre a epidemia. No entanto, sabe-se que as mulheres são particularmente vulneráveis à infecção pelo vírus HIV devido ao seu papel subalterno na sociedade e incapacidade de negociação de poder com a sua contraparte masculina induzida pelas razões que serão afluadas no Capítulo 3.

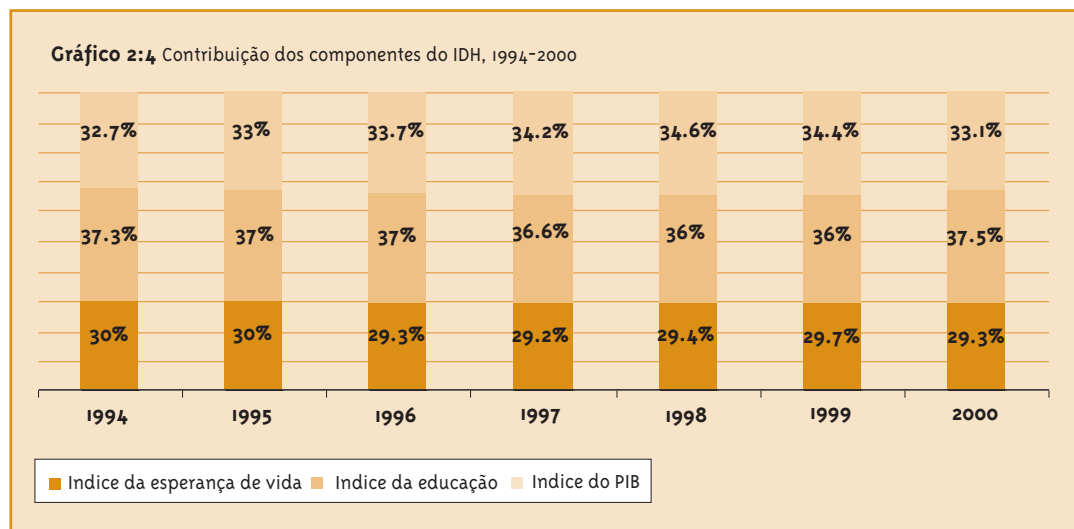
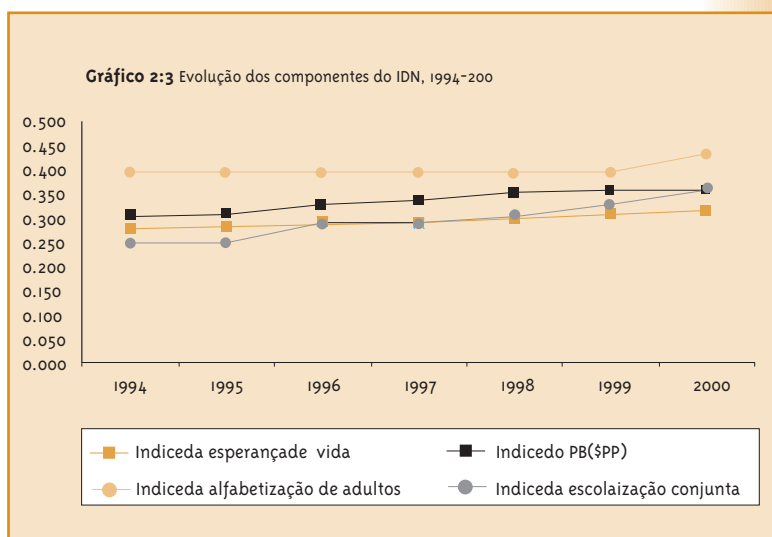
O Gráfico 2.3 mostra claramente que, com base nos dados oficiais, todos os componentes do IDH conheceram uma evolução positiva no período em análise, não obstante as variáveis que integram o índice não serem susceptíveis, como referenciamos, a variações substanciais num curto espaço de tempo devido à sua própria natureza.



mas substancial do número de lugares na rede educacional do país, particularmente a partir de 1995. Com efeito, a percentagem de moçambicanos em idade para estar no sistema do ensino do nível primário ao superior que presentemente se encontra no sistema aumentou nos últimos cinco anos tendo passado de 29% em 1997 para cerca de 36% em 2000. O gráfico 2.5 mostra claramente que os dados do QUIBB sugerem

Não fossem os efeitos do HIV/SIDA, certamente captadas pelas tendências de natalidade e mortalidade do recenseamento da população em 1997, e se a taxa de crescimento económico tivesse mantido a tendência dos anos anteriores, os resultados seriam, decididamente, ainda mais positivos. Os resultados renovam a esperança de que, embora haja um longo caminho a percorrer, Moçambique está, em termos puramente relativos, a dar passos importantes na redução das carências da sua população.

Em termos desagregados, o indicadores mais dinâmicos têm sido, por norma, o rendimento, que reflecte os ganhos económicos recentes, e a taxa de escolarização conjunta, que traduz o incremento gradual,



uma melhoria substancial nos níveis de alfabetização na população adulta de 1997 para 2000, o que obviamente representa uma tendência induzida pelo crescimento da oferta no sistema de educação.

Quando desagregados por província, os dados do QUIBB revelam uma tendência ascendente nos níveis de alfabetização em quase todas as províncias, com destaque para a província de Tete com um aumento de cerca de 30% na taxa de alfabetização em relação a 1997, seguindo-se Gaza com um aumento de 19%, Manica e Inhambane, ambas com 16% aproximadamente. Não são claras as razões desta evolução um tanto ou quanto extraordinária na taxa de alfabetização nestas regiões, quando se sabe que a alfabetização de adultos é um indicador que só apresenta oscilações substanciais a longo prazo.

No entanto, por detrás deste quadro optimista subsistem algumas inquietações que não podemos deixar de registar. Tratam-se dos casos das províncias de Cabo Delgado e Zambézia que apresentam em 2000, níveis de alfabetização inferiores aos registados no Recenseamento Geral da População de 1997.

Segundo os dados do QUIBB a taxa de alfabetização em Cabo Delgado baixou de 25% em 1997 para 22,7% em 2000, enquanto que a Zambézia viu a sua taxa baixar de 29,7% para 25,3%, um declínio de cerca de 15% (Gráfico 2.5). Não é fácil discernir as razões

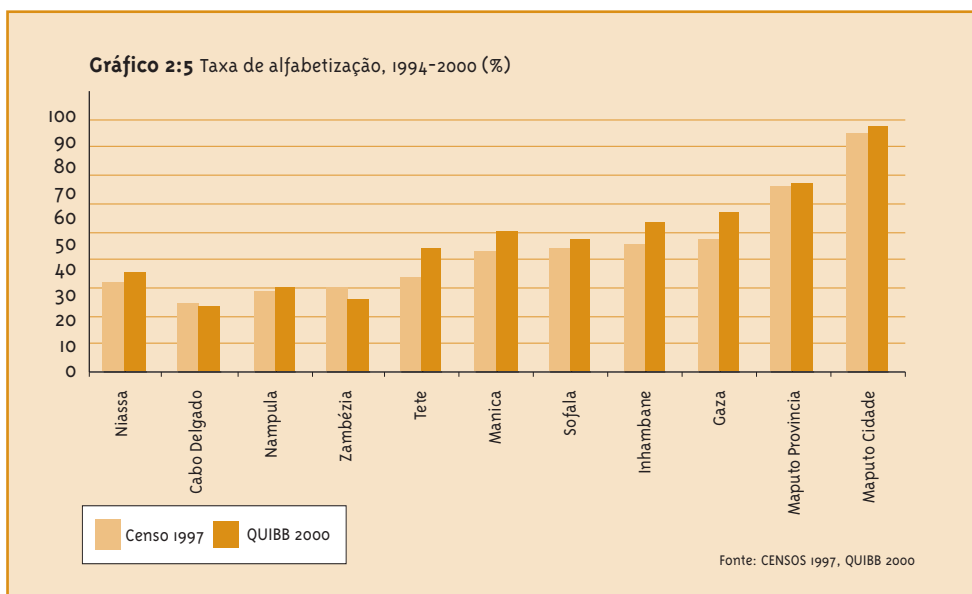
por detrás desta queda inexplicável, sendo um assunto que deveria merecer uma investigação mais aprofundada no futuro.

## O IDS de Moçambique

O Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (IDS), o instrumento de medição do desenvolvimento destinado a estimar a disparidade entre as realizações de desenvolvimento das mulheres e dos homens, apresenta uma evolução idêntica ao do IDH de Moçambique. O gráfico 2.6 mostra a evolução comparada do IDH e do IDS.

As estimativas mostram que se têm registado uma evolução paralela entre o IDH e o IDS, o que sugere, no mínimo, que o fosso nos níveis de realização entre os homens e as mulheres não se tem agravado. Com efeito, enquanto o IDH registou um crescimento de 10,34% entre 1997 e 2000, o IDS registou um crescimento de 10,1% no mesmo período.

A ilação que se pode tirar deste resultado é que se bem que as disparidades entre homens e mulheres não estejam a aumentar, as políticas destinadas a promover, de forma deliberada, o avanço das mulheres particularmente no que diz respeito ao acesso à educação, saúde e outros serviços sociais, apesar de serem passos na direcção certa, ainda não estão a surtir os efeitos desejados.



Uma das surpresas agradáveis nos resultados do Questionário dos Indicadores Básicos do Bem-Estar Social (QUIBB) é a ascensão do número de moçambicanos que sabem ler e escrever. O QUIBB 2001 estima que a taxa de analfabetismo conheceu uma evolução positiva, tendo passado de 60,5% apurados no Censo de 1997, para 56,7% em 2000, uma redução de cerca de 6,3% no curto espaço de quatro anos.

Embora este fenómeno possa ser objecto de júbilo, principalmente entre os intervenientes que actuam no sector da educação, a experiência de um passado recente aconselha-nos alguma cautela na exaltação deste 'sucesso'.

Os leitores atentos a esta série de relatórios terão certamente notado a oscilação brusca da taxa de analfabetismo entre o RNDH 1998 e as edições subsequentes. O RNHD utilizou como base os dados do Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) que estimou a taxa de alfabetização em 63%, contra 40,1% em 1995. Esta cifra teve um impacto significativo no valor do IDH relativo ao ano de 1997 e a estimativa para 1998.

O indicador causou uma certa estranheza em alguns utilizadores que consideravam esta evolução demasiadamente optimista, uma vez que a taxa de analfabetismo é um indicador pouco susceptível a grandes mudanças a curto e médio prazos. Porém, tendo em conta que houvera um interregno de mais de 15 anos desde a realização do último recenseamento da população em 1980, o IDS era a única fonte oficial actualizada.

A metodologia utilizada tinha, contudo, os seus críticos a nível internacional. Neste grupo figurava a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO). A UNESCO insistiam em continuar a utilizar a taxa apurada no recenseamento de 1980 no cálculo do IDH porque,

argumentava, a metodologia tende a sobrestimar a taxa de alfabetização por as suas amostras enfermarem da sobre-representatividade das zonas urbanas onde os índices de alfabetização são obviamente mais elevados.

Os resultados do Recenseamento Geral da População de 1997 viriam a confirmar que os receios da UNESCO não eram de todo infundados. O Censo 1997 apurou que a taxa de alfabetização não era de 63% como havia sido estimado pelo IDS, mas sim 39,5%.

É óbvio que as metodologias estão sempre sujeitas a ajustamentos para corrigir inconsistências e tornar o apuramento dos indicadores credível e fiável. Os resultados do QUIBB 2001 poderão porventura, ter beneficiado desse refinamento, procurando ter uma amostra mais representativa.

Além disso, e qualquer que seja a opinião individual ou institucional sobre os dados, em termos oficiais e até à realização do novo recenseamento da população em 2007, a taxa oficial de alfabetização válida será a que for apurada pelos inquéritos sucessivos que se irão realizar até lá.

Porém, a utilização da taxa apurada nos inquéritos recomenda ainda alguma prudência, e poucos triunfalismos. A opção do utilizador escolher entre indicadores do QUIBB e do Censo reside em conhecer as vantagens e limitações das metodologias e a sua representatividade e ter em conta as respectivas margens de erro. O QUIBB 2001 é actualizado, mas pode enfermar de possíveis inconsistências derivadas da representatividade da amostra no apuramento de alguns indicadores; o censo é mais fiável porque é mais representativo, mas tem a desvantagem de que, na ausência de guerras, se realiza apenas de 10 em 10 anos.

## Desenvolvimento humano desagregado por província

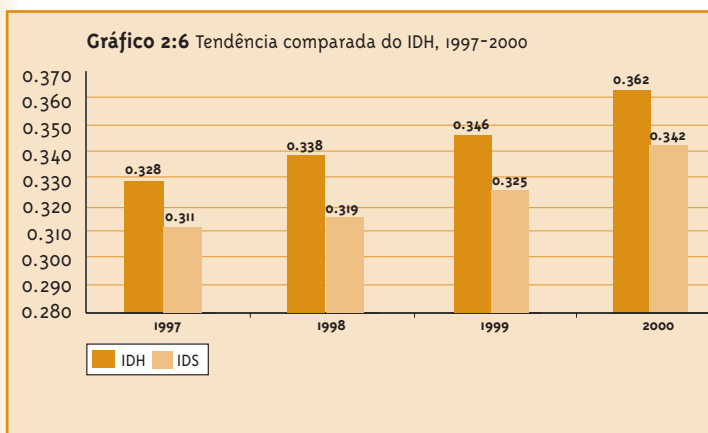
### *Desempenho da economia*

Uma das bases que permite avaliar o desempenho dos indicadores sociais nas diversas províncias do país utilizando os instrumentos de medição do desenvolvimento humano é a existência de dados oficiais actualizados e fiáveis. Se para o cálculo do IDH global do país existem dados actualizados anualmente pelo INE, a avaliação do desenvolvimento a nível provincial requer a

existência de dados desagregados por região ao nível de alguns componentes que, por tradição, nem sempre são tratados de forma desagregada.

Enquanto para dados referentes às taxas de alfabetização e escolarização existe informação disponível, pois a desagregação regional dos dados já se tornou uma exigência rotineira do exercício de planificação do desenvolvimento a vários níveis, o aspecto referente à prestação económica de cada província é uma inovação iniciada por esta série de relatórios.

A avaliação do desenvolvimento humano nas províncias teve como ponto de partida a utilização da metodologia adoptada nos anos



anteriores para fazer a estimativa da contribuição de cada uma das 11 regiões administrativas na economia.<sup>2</sup>

O desempenho da economia no ano em análise foi condicionado pelas cheias que afectaram a actividade económica no Centro e Sul do país em 2000 que se reflecte no baixo índice de crescimento económico. Porém, as estimativas da actividade económica mostram que o desempenho das províncias não conheceu uma evolução uniforme.

Em termos globais, os resultados do desempenho económico no ano 2000 continuam a mostrar uma grande concentração económica na região Sul do país, com cerca de 51% da produção e na qual se destaca a Cidade de Maputo com uma contribuição na produção de cerca de 36,9%. Segue-se a zona Centro com uma contribuição 27,7% e finalmente a zona norte com 21,3%. A contribuição por região está sintetizada no gráfico 2.7.

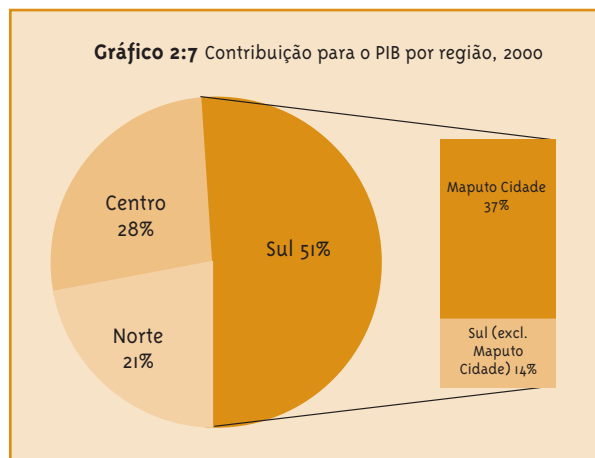
Uma das inferências que se pode notar na desagregação da contribuição para o PIB é o facto de que, excluindo a Cidade de Maputo, as três províncias do Sul do país, nomeadamente Maputo província, Gaza e Inhambane, têm muito menor peso do que as regiões Centro e Norte. Com base nestes dados pode-se uma vez mais concluir que, em termos estritamente da contribuição para o PIB, a chamada assimetria entre o Sul do país e o Norte e Centro não é uma realidade linear. O que existe é um grande hiato entre a actividade económica na Cidade de Maputo e o resto do país, incluindo as três províncias do Sul.

<sup>2</sup> Note-se que as estimativas de 1998-1999 sofreram ligeiras modificações como resultado da actualização rotineira dos respectivos PIBs nacionais e uma maior cobertura em termos de informação dos anuários provinciais respeitantes aos dois anos. Pelas mesmas razões, as estimativas de 2000 são ainda tentativas e, por isso mesmo, sujeitas a alterações nos anos posteriores.

As províncias de Sofala e Zambézia, na zona centro e Nampula na zona Sul lideram nas respectivas zonas com uma contribuição de 9,4%, 8,8% e 13,6% respectivamente. As restantes províncias contribuem entre 2,8% (Niassa) a 5% (Cabo Delgado e Inhambane) e Maputo 5,4%, passando pela província de Gaza 3,8%. A contribuição de cada província está devidamente espelhada no gráfico 2.8.

A contribuição de cada região para a economia do país é limitada pelo nível de crescimento da economia em cada província. A variação da contribuição de cada província ao longo do período em análise está sumarizada no Quadro 2.2 e no Gráfico 2.8.

Os dados sugerem que no ano 2000 houve um crescimento substancial na actividade económica em apenas quatro das 11 regiões administrativas. Particular destaque vai para a província de Maputo que, não obstante as cheias que afectaram parte considerável do seu território e população, registou um crescimento de cerca 26,5%. Este crescimento tem como explicação o arranque da fábrica de



fundição de alumínio Mozal, a principal razão do aumento espectacular no valor da produção manufacturada, 182,9% entre 1999 e 2000 e que explica igualmente a taxa de crescimento de 20% na indústria manufacturadora a nível nacional em 2000. Este facto espelha as vantagens das economias relativamente diversificadas.

Curiosamente ao longo do período 1997-2000, a província de Maputo é a que apresenta

a taxa média mais elevada de crescimento com 22,4%, não obstante a Mozal não ser contabilizado como parte desta província, seguindo-se as províncias de Manica e Tete com 12,7% e 12,5% respectivamente.

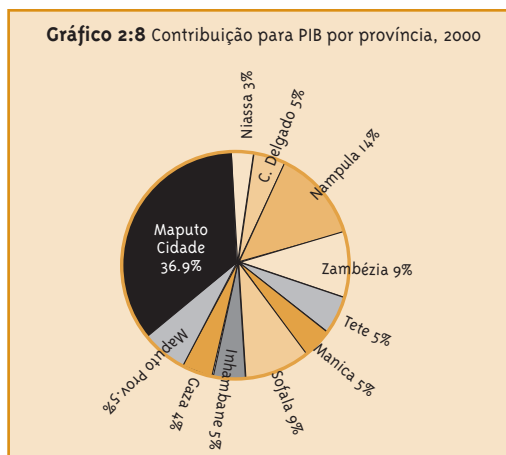
Depois da província de Maputo, outro desempenho assinalável no ano 2000 registou-se na província Tete com um crescimento económico de 16,6%. A agricultura, pecuária e a extracção mineira são os sectores que mais contribuíram para este crescimento com taxas de 25,5% e 15,2% respectivamente.

A província de Niassa é uma das quatro províncias com taxa de crescimento acima da média nacional (6,9%) seguida pela Cidade de Maputo com cerca de 6%. Dentre os factores que mais contribuíram para o crescimento da Cidade de Maputo destacam-se a indústria (13,9%) e serviços (electricidade e água (7,5%), construção (8,1%) e comércio (11,9%). Para a província do Niassa, a agricultura e pecuária contribuíram com um crescimento de cerca de 8,6% seguida dos serviços do governo com 14% e comércio com 11%.

O maior declínio na actividade produtiva registou-se, como era de esperar, na província de Gaza, a mais flagelada pelas enxurradas no ano 2000, com uma queda de cerca de 17,1%, seguindo-se uma contracção substancial nas províncias de Manica (-11,1%) e Sofala (-10,5%), estas últimas também como corolário das cheias que afectaram o sector agrícola, a geração de electricidade e os transportes e comunicações, para além dos efeitos colaterais do derrame da crise económica no Zimbabwe, principal motor de desenvolvimento na região centro.

No caso específico do sector da agricultura, Manica e Sofala registaram uma queda na ordem de 20,8% e 29,5% respectivamente e nos transportes em cerca de 15,5% e 4,5%. No norte do país, a queda registada no sector da agricultura (-6,2%) e na indústria mineira (-65,8%) explicam o desempenho negativo da

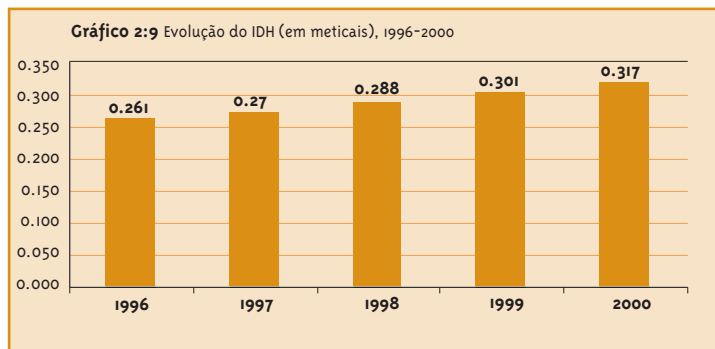
QUADRO 2.2 PRODUTO INTERNO BRUTO, VARIAÇÃO (%)						
Províncias/Regiões	1996	1997	1998	1999	2000	Média
<b>Norte</b>	100	19.0	10.5	3.5	0.9	8.5
1. Niassa	100	18.7	3.9	11.5	6.9	10.3
2. Cabo Delgado	100	1.5	23.4	3.9	-1.3	6.9
3. Nampula	100	25.9	7.6	1.9	0.5	9.0
<b>Centro</b>	100	10.0	7.1	10.2	-3.4	6.0
4. Zambézia	100	7.7	-3.4	8.1	0.8	3.3
5. Tete	100	19.8	1.1	12.5	16.6	12.5
6. Manica	100	21.9	28.1	11.9	-11.1	12.7
7. Sofala	100	4.3	10.3	10.2	-10.5	3.6
<b>Sul</b>	100	8.3	17.2	7.8	4.8	9.5
8. Inhambane	100	8.3	8.4	10.0	-1.3	6.3
9. Gaza	100	19.1	14.1	9.5	-17.1	6.4
10. Maputo Prov,	100	45.3	5.6	12.2	26.5	22.4
11. Maputo Cidade	100	3.5	20.5	6.8	5.9	9.2
<b>Nacional</b>	100	11.1	12.6	7.5	1.6	8.2



província de Cabo Delgado no ano 2000.

A agricultura continua a ser a actividade com maior peso na economia, tanto ao nível nacional como regional, mas com uma participação que vai declinando ao longo dos anos em análise a favor doutros sectores, tais como a indústria manufactureira e comércio, seguindo a tendência clássica de desenvolvimento. Este sector representava em 1997 cerca de 24,9% do PIB, em 2000 a contribuição da agricultura no total da produção situa-se nos 22,9%. No mesmo período, o sector da indústria manufactureira registou uma ligeira subida na sua contribuição passando de 9,9% em 1997 para 13,6% em 2000.

No entanto, ao analisar a contribuição da



agricultura em 2000 é preciso, como foi referido, ter sempre presente que as cheias que afectaram as regiões Centro e Sul do país nesse ano tiveram maior impacto sobre as actividades agrícolas, particularmente nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, no Sul do país, e Manica e Sofala no Centro. As estimativas globais sugerem que a acção das cheias foi particularmente mais severa na agricultura (-11,4%), pecuária (-26,1%), electricidade e água (-24,8%) e transportes e comunicações (-26,1%).

A nível regional, os resultados da zona Sul mostram um claro domínio do comércio sobre os restantes sectores de actividade económica ao longo de todo o período em análise. Em 2000, este sector representava 24,4% de toda a produção da zona Sul, contra 17,8% na agricultura, 13,6% na indústria manufacturera e 12,6% na construção. Tanto na zona Centro como na Zona Norte, o domínio vai para a agricultura com uma participação de cerca de 33,5% e 49,4% respectivamente. Segue-se a actividade do comércio com uma contribuição de 22,9% na zona Centro e 14,2% na zona norte.

### ***PIB per capita***

A evolução no Produto Interno Bruto (PIB) per capita reflectiu em certa medida o abrandamento da actividade económica que se registou durante o ano de 2000. Em moeda nacional as quedas mais substanciais registaram-se nas províncias de Gaza que baixou de 2,04 milhões em 1999 para 1,8 milhões de Meticais em 2000, Sofala que reduziu de 3,67 milhões para 3,2 milhões e a província de Manica que baixou de 2,4

milhões para 2,3 milhões de Meticais.

Devido à depreciação do Metical em relação ao dólar, todas as províncias com a excepção da província de Maputo registaram um declínio no PIB per capita em dólares nominais. Como resultado, o PIB per capita nacional baixou de US\$ 243 em 1999 para US\$ 210 em

2000 a preços correntes. O gráfico 2.10 ilustra a estimativa do PIB per capita por província em Meticais e em dólares a preços correntes no ano 2000.<sup>3</sup>

Em termos do PIB per capita, a Cidade de Maputo apresenta valores 6 vezes superiores à média nacional e 12 vezes o per capita da Zambézia, 11 vezes o de Niassa e Tete, 10 vezes o de Cabo Delgado e 9 vezes o de Gaza.

As cidades de Maputo e província de Sofala, apresentam um PIB per capita superior à média nacional, se bem que entre elas a Cidade de Maputo tenha um valor cinco vezes superior ao de Sofala. Por outras palavras, a Cidade de Maputo continua, em termos estritamente de rendimento um oásis de prosperidade relativa num deserto de dificuldades.

## **Desenvolvimento humano no interior de Moçambique**

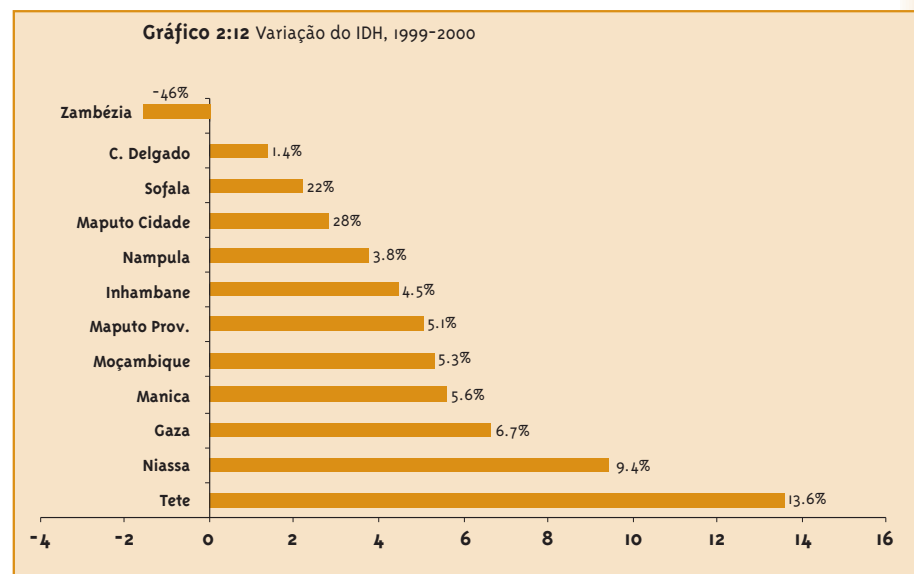
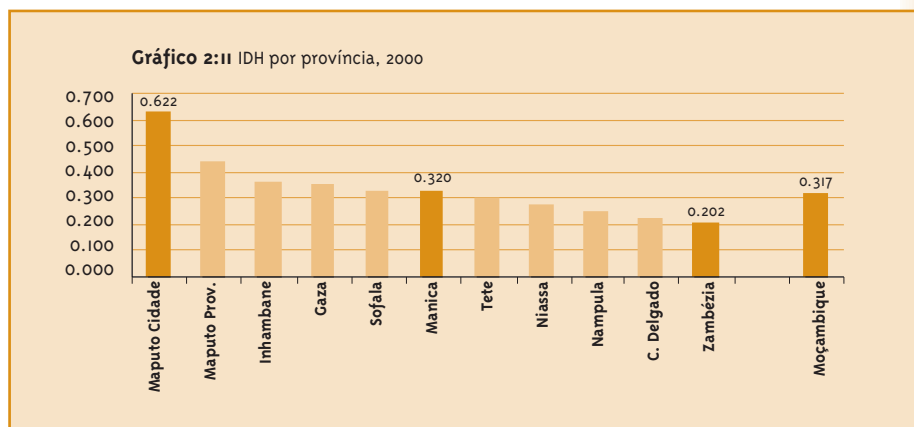
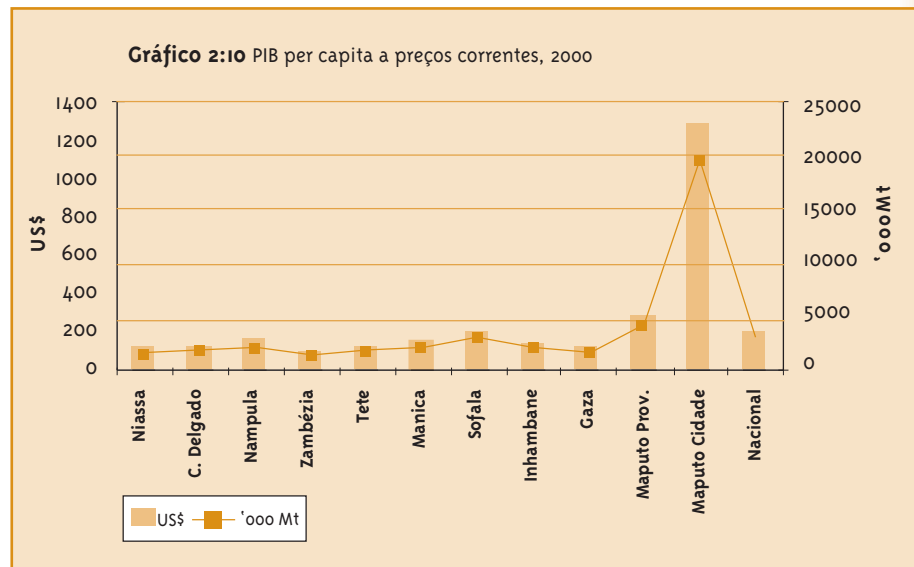
### ***O IDH e IDS***

Os dados de 2000 permitem constatar que não obstante as dificuldades económicas enfrentadas no ano em análise o nível de desenvolvimento humano nacional continua em gradual ascensão. Como ilustra o gráfico 2.9 o IDH nacional em Meticais nacional cresceu em cerca de 21,3% entre 1996 e 2000. Em relação a 1999, o IDH nacional registou um crescimento de 5,3%, mas nem todas as regiões administrativas tiveram um desempenho positivo, pois houve regiões que registaram um declínio no seu desenvolvimento humano. O gráfico 2.12 ilustra os IDHs das diversas regiões do país.

<sup>3</sup> Uma das razões porque a província da Zambézia apresenta um valor negativo no Índice do PIB em dólares prende-se precisamente com o facto de que esta província apresenta um valor do PIB per capita inferior a US\$ 80 que foi estabelecido como mínimo nos parâmetros estabelecidos.

A Cidade de Maputo apresenta um IDH que é quase o dobro da média nacional. Por outro lado, seis das 11 regiões administrativas é que apresentam um IDH acima da média nacional. De referir que das seis províncias com IDHs acima da média nacional, apenas duas (Manica e Sofala) é que estão localizadas fora da região Sul. As quatro províncias situadas na região Sul apresentam valores acima do IDH nacional. O gráfico 2.12 ilustra a variação dos IDHs das 11 regiões administrativas. A província de Tete, a sétima classificada no ranking nacional em 2000, apresenta a taxa de crescimento mais elevada no seu IDH resultado do desempenho económico significativo e do melhoramento nos níveis de escolarização da sua população anteriormente referenciados. As províncias de Manica e Gaza, mau grado os efeitos das cheias, tiveram um desempenho social acima da média nacional, com taxas de crescimento de 5,6% e 6,7% respectivamente, enquanto que a província do Niassa apresenta a segunda maior taxa de crescimento no IDH provincial (9,4%).

As restantes sete regiões administrativas registaram taxas de crescimento abaixo da média nacional, com destaque especial para a província da Zambézia, que apresenta inesperadamente um declínio no seu IDH entre 1999 e 2000. Uma das razões deste fenómeno estranho prende-se com o facto de, contrariamente às outras regiões do país, a taxa de alfabetização de adultos na



Zambézia ter regredido, passando de 29,7% em 1997 para 25,3% em 2000. Esta situação serviu para a Zambézia ‘consolidar’, como se diz na gíria desportiva, o seu lugar de ‘lanterna vermelha’ em termos de nível de desenvolvimento humano em Moçambique e invertendo assim a tendência de ascensão registada em 1999.

### O Índice de Desenvolvimento ajustado aos sexos nas províncias

A constatação mais flagrante dos dados é a confirmação da existência de diferenças entre as realizações das mulheres e os homens, medidos pelo IDS. Tal como acontece com os valores do IDH, a zona Sul do país é a que apresenta o melhor performance com o IDS acima da média nacional tanto em termos do conjunto como individualmente.

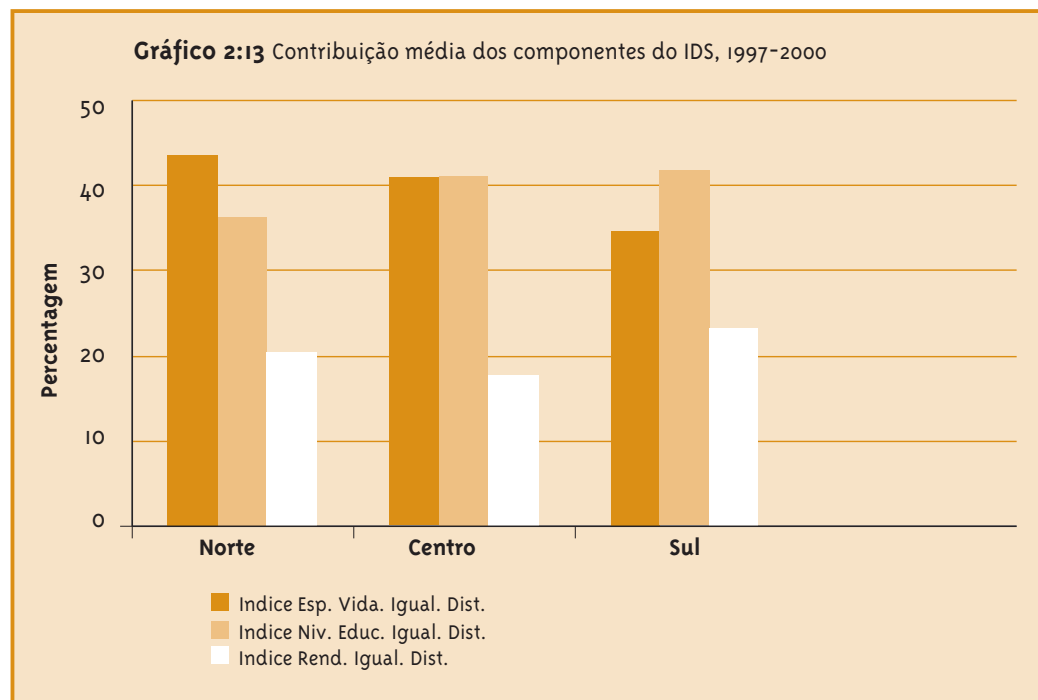
Segue-se a zona Centro e finalmente a zona Norte ambas com IDS abaixo da média nacional, com a excepção da província de Sofala que apresenta um IDS acima da média nacional.

Uma análise histórica dos dados cobrindo o período 1997-2000, permite-nos concluir que

em média, a educação contribui mais na realização média e redução das disparidades entre mulheres e homens com uma participação média nacional de 40,7% no período 1997-2000. A esperança de vida contribui com 36% e finalmente o rendimento com 23,4% (gráfico 2.13).

Em termos regionais, as zonas centro e sul apresentam a mesma estrutura que a média nacional, com a educação a contribuir na realização média em 41% e 45% respectivamente seguida pela esperança de vida com 40% e 37% e finalmente o rendimento a contribuir com 19,5% e 18,9%. A situação muda de figura na zona Norte com a esperança de vida a contribuir com 43% seguida do nível educacional com 36% e finalmente o rendimento com uma participação de 20%.

Uma análise por província mostra que as províncias de Sofala, Niassa, Cabo Delgado e Zambézia apresentam os maiores fossos entre as realizações das mulheres e dos homens. Seguem-se em ordem de grandeza as províncias de Nampula, Manica, Tete, Inhambane, Gaza e Maputo província.



**Gráfico 2:14** Diferenças entre o IDH por província, 2000

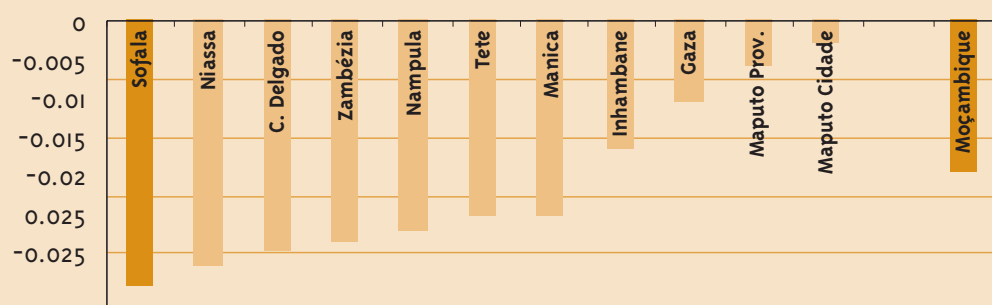


Gráfico 2.14 e o quadro 2.3 ilustram o fosso do género nas 11 regiões administrativas de Moçambique. Estes dados espelham uma realidade que pode servir de base na planificação de um desenvolvimento que favoreça a eliminação gradual das diferenças no desenvolvimento entre as mulheres e os homens e promova uma maior equidade do género. O capítulo seguinte vai analisar em detalhe as bases culturais das relações do género que estão na base desta diferenciação social.

**QUADRO 2.3 COMPARAÇÃO ENTRE IDH E IDS, 2000**

Província	IDS	IDH	Fosso do género
Niassa	0.246	0.267	-0.021
Cabo Delgado	0.199	0.219	-0.020
Nampula	0.227	0.245	-0.018
Zambézia	0.183	0.202	-0.019
Tete	0.275	0.292	-0.017
Manica	0.303	0.320	-0.017
Sofala	0.300	0.323	-0.023
Inhambane	0.341	0.352	-0.011
Gaza	0.338	0.345	-0.007
Maputo Prov.	0.431	0.435	-0.004
Maputo Cidade	0.620	0.622	-0.002
Moçambique	0.304	0.317	-0.013



### Mulher e Direitos humanos Da tomada da Bastilha ao Desenvolvimento Humano

A primeira Declaração dos Direitos Humanos formalizada em 1789 pelo Estado que nasceu da Revolução Francesa consagrou a igualdade de direitos entre os seres humanos, mas excluiu, na prática as mulheres do seu usufruto e da tomada de decisões. Uma escolha elementar como o direito das mulheres elegerem representantes políticos só se tornou realidade em 1893, com a sua formalização na Nova Zelândia, seguindo-se a Austrália em 1902 (Caixa 3.1). Somente no período posterior a 1945, depois da 2ª Guerra Mundial, é que a crescente visibilidade das mulheres permitiu expor a contradição entre o espírito da governação democrática e as práticas dos estados que abraçaram este modelo relativamente progressista para a época, e exclusão das mulheres e no exercício dos direitos políticos e cívicos.

A proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 foi o culminar de um amplo movimento pela igualdade entre homens e mulheres e traduziu-se no compromisso da consagração do princípio da igualdade política e civil no ordenamento jurídico de um número considerável de estados.

A segunda geração de direitos, consubstanciada na inclusão dos direitos sociais e económicos como parte dos direitos humanos, inicia-se a partir de 1950. Intelectuais na Europa como Gertrude Stein, Anais Nin, Simone de Beauvoir e Virgínia Woolf haviam-se notabilizado no desenvolvimento deste movimento ao romperem com os estereótipos que, relegando a mulher à esfera privada, o que quer dizer meramente ao seu papel reprodutivo e doméstico, as 'inutilizava' como cidadãs.

A luta pela igualdade na Europa centra-se, até à década 1970, na exigência da extensão para a mulher da plenitude dos direitos consagrados na Carta Universal de 1948, tendo como pressuposto o argumento de que a desigualdade do género era sobretudo um problema de formalização de direitos. Todavia, mesmo em países pioneiros na legalização do direito ao voto das mulheres verifica-se que este direito foi acompanhado de restrições que iam desde a marginalização na aquisição de conhecimento até à discriminação selectiva, como é o caso da Austrália e África do Sul, onde as mulheres negras eram excluídas do direito a voto na base da raça.

A reflexão sobre a insuficiência e os limites da abordagem legal na análise dos direitos humanos das mulheres inicia-se nesta época, à medida que se tornava cada vez mais evidente que a desigualdade se alicerçava, não na legislação, mas principalmente na forma como são estruturadas as relações sociais.

A partir desta reflexão, os direitos culturais são

consignados como 3ª geração de direitos e o conceito de género é introduzido na reflexão social. Ao contrário das diferenças biológicas expressas pelo sexo, a noção de género remete-nos para o modo como são construídos, diferenciados e regidos os papéis sociais da mulher e do homem. Não sendo género sinónimo de mulher, a utilização do conceito de género na análise da realidade social remete-nos sempre para uma realidade relacional entre homens e mulheres, ou seja para relações que se exprimem na forma como o modelo cultural constrói a diferenciação e justifica a desigualdade entre os sexos.

A década de 1990 foi determinante para o alargamento

#### CAIXA 3.1 A LONGA MARCHA DAS MULHERES EM DIRECÇÃO ÀS URNAS

O reconhecimento do direito das mulheres à participação política consubstanciada no voto foi uma longa caminhada. A lista em baixo como ilustram alguns países e os anos em que as mulheres conquistaram o direito de eleger os seus representantes:

Nova Zelândia	1893
Austrália	1902
Finlândia	1906
Noruega	1913
Dinamarca	1915
Baixos e Rússia	1917
Canadá e Luxemburgo	1918
Ecuador	1919
África do Sul	1994
Espanha	1931
Brasil e Uruguai	1932
Turquia e Cuba	1934
França	1944
Itália e Japão	1946
Coreia do Sul e Israel	1948
Chile, Índia, Indonésia	1949
Suíça	1971
Moçambique	1975*

\*ano da Independência

Fonte: WLSAMOÇAMBIQUE, Maputo, 2000

dos direitos humanos da mulher pois coincide com o despertar para os aspectos sociais na reflexão sobre desenvolvimento. A Conferência dos Direitos Humanos em Viena, em 1993, a Conferência do Cairo, em 1994, e a Conferência de Beijing, em 1995, contribuíram para a sistematização do debate sobre os direitos das minorias. Por outro lado, estes eventos serviram para aprofundar a discussão sobre os direitos humanos da mulher na esfera privada, porque é no lar onde se constróem as primeiras identidades e os indivíduos aprendem a evoluir de machos e fêmeas para homens e mulheres (Beauvoir:33)

Se analisarmos o modo como se hierarquizam os espaços de decisão, os valores que os estruturam e que permitem o êxito de alguns e o fracasso de outros na sociedade, constatamos que a agressividade competitiva e a exposição pública inerentes ao jogo político não atraem as mulheres. Mas não se trata de um problema de baixas expectativas no seio do grupo.

Existem poucos exemplos de casos onde os cargos de intervenção política e económica são ocupados por mulheres. Nos raros casos em que as mulheres assumem funções de chefes de estado, elas são, salvo raras exceções notáveis, portadoras de uma herança familiar no campo político. Os exemplos lapidares dum passado recente são os casos de Indira Ghandi na Índia, Corazon Aquino nas Filipinas e Benazir Butho no Paquistão.

O exercício de poder por estas mulheres foi marcado por uma adaptação e apropriação do modelo político masculino, e ausência quase total de políticas direccionadas para a alteração da situação da mulher. A constatação em relação à prevalência do “poder herdado” é corroborado pelo aclamado economista e Prémio Nobel em Economia de 1998 Amartya Sen. Na sua obra *Development as Freedom*, Sen afirma que “as oportunidades ao mais alto nível político chegaram às mulheres, em muitos países em vias de desenvolvimento, através de circunstâncias especiais - muitas vezes pelo desaparecimento dos seus politicamente bem estabelecidos esposos ou pais”. (Sen, 1999:199)

Os direitos reprodutivos e sexuais, como 4ª geração de direitos, englobando o direito à saúde reprodutiva, o direito de decidir sobre o seu próprio corpo e o direito à maternidade são determinantes no quadro de luta pela igualdade, dando visibilidade à violação dos direitos humanos da mulher, na família.

Cientistas sociais como Stang Dall Tove, Alda Facio, Heleith Saffioti, Charlotte Bunch, Patrícia Mcfadden e Amima Mama têm-se destacado na reflexão sobre o modo como, face a realidades culturais diferenciadas, a violação dos direitos reprodutivos e sexuais da mulher no privado estruturam a subalternidade feminina. É neste contexto que o conceito de género que cobre, fundamentalmente, a realidade cultural é substituído

pelo conceito de sistema sexo-género que permite realçar a importância da diferenciação sexual na desigualdade.

O aprofundamento do debate sobre direitos humanos, nas últimas décadas, conduz à constatação de que a desigualdade de género exprime-se, não apenas na restrição do acesso das mulheres aos recursos, mas, fundamentalmente, no controlo desses recursos assegurando assim perpetuação da supremacia masculina.

O debate sobre a relação entre os direitos humanos das mulheres e desenvolvimento ganhou um novo ímpeto com a emergência do conceito de desenvolvimento humano que proclamando como objectivo do desenvolvimento o bem-estar dos seres humanos define a produtividade, a equidade, a sustentabilidade e a habilitação como componentes do novo paradigma no primeiro Relatório Global de Desenvolvimento Humano publicado em 1990.

Isto significa que a medição do bem-estar deve ter em conta, para além do rendimento económico e bem-estar e material outras escolhas humanas. As pessoas devem ter a possibilidade de ter acesso ao conhecimento, aos cuidados de saúde, ao trabalho condigno e também liberdade e a oportunidade de exercer o seu direito à escolha daquilo que mais valorizam na vida, seja no âmbito material ou no espiritual.

A análise do desenvolvimento humano deixa de abordar o Homem como beneficiário passivo, colocando-o simultaneamente como agente e beneficiário do desenvolvimento, e articula a sua contribuição na geração da riqueza com liberdade política e cívica e participação nos processos de decisão. O desenvolvimento passa a incluir também aspectos eminentemente psicológicos como a auto-estima que emana da possibilidade de viver com dignidade, a segurança pessoal, comunitária e política.

Neste sentido o exercício dos direitos humanos é considerado como parte essencial do desenvolvimento. A inclusão de outras dimensões na análise de desenvolvimento rompe com o paradigma conservador centrado apenas na economia e passa a abordar o bem-estar das pessoas numa perspectiva multidimensional.

No entanto, é importante realçar que as constatações dos indicadores do desenvolvimento humano evidenciam apenas a realidade mensurável. A barreira do silêncio feminino aliado ao desconhecimento dos direitos atrofiam a capacidade negocial da mulher, fazendo com que a distribuição e o controlo dos recursos na família e na sociedade, o respeito pelos direitos sexuais e reprodutivos, a violência psicológica e física não sejam ainda suficientemente evidenciados e equacionados.

**Conceição Osório**

### A tradição, legislação e a política no engendramento da desigualdade de género

“Existe bastante evidência”, diz o economista Amrtya Sen, “que quando as mulheres têm as mesmas oportunidades que são geralmente reservadas aos homens, elas não são menos bem sucedidas na utilização das facilidades que os homens reivindicaram como seu domínio exclusivo durante séculos”. (Sen, 1999:199) A realidade descrita nesta citação é plenamente aceite na maioria das sociedades contemporâneas pois ela é, muitas vezes, fruto das lutas ao longo do tempo descritas por Osório na contribuição especial que abre este capítulo.

Tendo em conta o consenso aparente sobre o potencial e capacidades das mulheres na transformação social, é lícito, então, perguntar o que explica que a maioria delas continue na cauda da escala da vida. As mulheres continuam a ser, como foi referido no Capítulo 1, a maioria da população de pobres, de analfabetos, não estão adequadamente representadas nas estruturas políticas, morrem desproporcionalmente de doenças de fácil prevenção, são sujeitas à violência e discriminação do género e têm de viver em sociedade que, muitas vezes, não tomam em consideração os seus interesses específicos e fazem tábua rasa do seu potencial como agentes de transformação social.

Grande parte das privações a que as mulheres estão sujeitas têm como base as relações do género que por sua vez emanam das relações de poder enraizadas na cultura e tradição. Isto não quer dizer que todas as práticas tradicionais sejam inerentemente nocivas. Elas são parte integrante da identidade cultural dos povos. O que é inegável é que parte delas são declaradamente obstáculos à igualdade entre homens e mulheres. Felizmente a cultura e tradição são construções sociais e não são, por isso, insensíveis a influências externas, nem são imutáveis.

Moçambique não constitui excepção no catálogo de privações que afectam o grupo social pejorativamente referido como sendo o ‘sexo fraco’, não obstante as mulheres

constituírem a maioria da população. Mas não deixa, por isso, de constituir um caso à parte. A legislação muitas vezes citada como exemplo de práticas discriminatórias foi, em muitas instâncias, promulgada no período colonial, tendo relativamente muito pouco a ver com a cultura moçambicana nem com o espírito jurídico expresso na Constituição de Moçambique.

Pelo contrário, essa legislação foi concebida e promulgada para servir os interesses de um regime colonial que desprezava totalmente as práticas culturais dos nativos, e, por isso, não se inspirava nelas na concepção do ordenamento jurídico que regia as relações sociais. Grande parte da legislação que iremos ainda escarpelizar neste capítulo pertence a essa época e, não tendo sido revogada, continua a reger as relações entre os moçambicanos e a ser aplicada na resolução de litígios sociais, prejudicando, de certa maneira as mulheres.

O paradigma do desenvolvimento humano define o desenvolvimento como alargamento das escolhas de todas as pessoas e não de um segmento da população independentemente do sexo, porque as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação. O objectivo primordial de desenvolvimento não é somente criar as condições para a prosperidade material, mas também permitir às pessoas independentemente do sexo, usufruírem de uma vida longa, serem saudáveis e levarem vidas criativas de acordo com o que eles convencionarem ser os valores que mais apreciam como indivíduos. (UNDP, 1990)

A inclusividade defendida pelo conceito pode, à partida, parecer redundante dado o carácter óbvio das dimensões que articula para todas as pessoas. Mas a realidade mundial revela-nos que os diferentes grupos desfrutam de forma diferenciada as escolhas básicas acima enunciadas. De todos os grupos que podem ser classificados como estando na periferia do desenvolvimento nas suas mais diferentes facetas, as mulheres constituem o exemplo mais gritante e a sua discriminação assume características de um verdadeiro escândalo humano. Um dos méritos do desenvolvimento humano foi precisamente a preocupação de não ficar alheio a esta realidade, que muitas vezes é ofuscada nas estatísticas agregadas.

A inferência, portanto, é que qualquer processo de desenvolvimento que não tenha em consideração a desigualdade entre as mulheres e homens ou que tenha como resultado imprevisto ou deliberado o agravamento da discriminação, e acarrete como custo a deterioração da qualidade de vida de um determinado grupo, é inerentemente insustentável porque constitui uma injustiça.

A preocupação dos proponentes do conceito de desenvolvimento humano foi encontrar formas de chamar a atenção para esta realidade, não pela via de campanhas barulhentas mas ocas do activismo, mas através de indicadores que permitissem uma comparação objectiva entre a situação das mulheres e dos homens. Estes indicadores foram descritos no Capítulo 1. O primeiro passo na correcção de qualquer desigualdade tem como ponto de partida a constatação da sua existência, seguida da sua investigação e quantificação. É assim que, para além de ter dedicado uma edição ao problema da desigualdade do género em 1995, foram criados indicadores destinados a espelhar as diferenças nas dimensões básicas de desenvolvimento entre os dois sexos: nível de conhecimento, longevidade, rendimento e participação na tomada de decisão.

O presente capítulo faz uma breve dissertação qualitativa da situação da mulher em Moçambique procurando realçar os aspectos e os factores que condicionam o leque de escolhas que as mulheres podem fazer nas diferentes esferas, limitando assim o seu desenvolvimento humano. Desta forma, o capítulo procura servir de alicerce qualitativo das desigualdades que serão analisadas em pormenor nos capítulos subsequentes.

### **As moçambicana na luta pelo alargamento das escolhas: uma perspectiva histórica**

Um dos indicadores que surpreende muitos observadores é o nível relativamente alto da participação da mulher no processo de tomada de decisões ao mais alto nível, isto é no parlamento em Moçambique, quando comparado com outros países africanos da África Austral. O gráfico 3.1 mostra o nível de representação das mulheres nos órgãos legislativos de 11 dos 14 países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Nele Moçambique assume uma

#### **CAIXA 3.2 MAIS POBRES ENTRE OS POBRES**

A população do nosso planeta aproxima-se dos 6 biliões, mas a grande maioria das pessoas vive em estado de pobreza. Quatro biliões de pessoas vivem abaixo do nível de pobreza relativa, dos quais a grande maioria são mulheres e crianças, e 1,3 biliões vivem na mais absoluta pobreza, dos quais 70% são mulheres.

A lacuna entre os países cresceu progressivamente nos últimos 30 anos.

Actualmente o rendimento dos países mais ricos é 59 vezes maior que a dos países mais pobres (comparado com 30 vezes em 1960). A mesma coisa aplica-se para o caso individual: o fosso entre 20% da população rica do mundo e 20% da população pobre duplicou.

A riqueza mundial multiplicou-se pelo factor 5 ao passo que a proporção das pessoas pobres aumentou na mesma relação de 3 para 1 para 15 para 1.

Estas lacunas são ainda mais pronunciadas entre as mulheres. Assim, as mulheres representam metade da população mundial e trabalham 67% das horas de trabalho mundial, ganham somente 10% do rendimento mundial e controlam e 1% da riqueza mundial.

Fonte: Guia para as reivindicações: Marcha mundial das mulheres. Fórum

posição de liderança, deixando para trás potências regionais como a África do Sul, Maurícias, Zimbabwe e Botswana.

A posição vantajosa de Moçambique não é produto do acaso. Ela emana da tradição na luta pela igualdade, não obstante o baixo nível de escolarização das mulheres e a existência de algumas práticas culturais que ainda promovem a subalternização e dificultam a integração plena da mulher na modernidade.

A tradição de luta pela emancipação da mulher data dos primórdios da luta pela independência nas décadas 1960 e 1970. O princípio da igualdade entre homens e mulheres foi defendido, pela primeira vez, durante a luta armada de libertação nacional. A articulação do princípio de emancipação da mulher teve como génese a necessidade de

uma definição clara da inserção da mulher no contexto da epopeia da luta nacionalista.

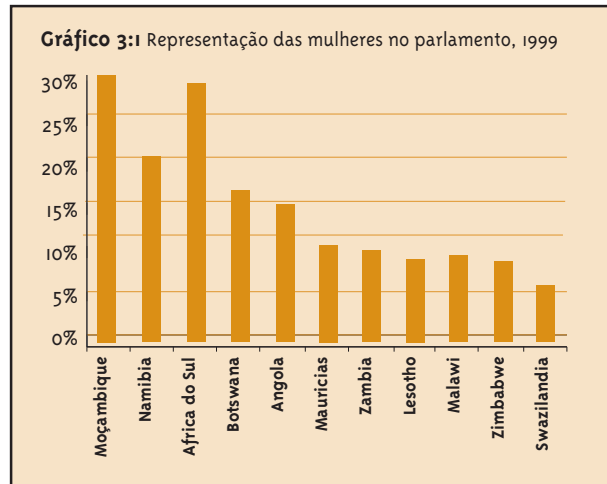
O programa e o discurso político da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) definiam como fundamento do combate contra o colonialismo português a libertação da terra e a restituição dos direitos fundamentais e da dignidade humana das mulheres e dos homens.

A reflexão sobre o papel da mulher durante a luta de libertação resultou na criação do Destacamento Feminino no seio do movimento nacionalista, em 1971, e da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), em 1973. A criação destas instituições formalizou o reconhecimento do papel e a importância da mulher na luta pela independência do país.

O Destacamento Feminino viria a assumir um papel decisivo em mais do que uma faceta. Ele serviu simultaneamente para uma melhor inserção e valorização da contribuição da mulher na luta de libertação. Por outro lado, ele promoveu a transformação das mentalidades sobre as capacidades e habilidades das mulheres no seio do movimento, quebrando, assim, alguns tabus culturais fortemente enraizados. Com a formalização do estatuto da mulher combatente alargou-se também o leque de atribuições reservadas à mulher na luta para além das actividades de apoio à guerrilha, engendrando uma mudança de mentalidades.

A sua existência nas estruturas formais da Frelimo proporcionou maior visibilidade às mulheres que se destacaram no processo, e viria a influenciar a filosofia de governação do período posterior à independência nacional em 1975.

A opção socialista seguida pelo novo Estado independente, traduzida no discurso político de emancipação da mulher e na visibilidade da OMM, veio consolidar o princípio da igualdade entre os homens e as mulheres. A primeira Constituição da República Popular de Moçambique elaborada em 1975 dá corpo à igualdade perante a lei, prescrevendo os princípios reguladores dos direitos, dos deveres e das relações entre homens e mulheres. Este princípio foi retomado e consolidado na Constituição de 1990, mais concretamente no artigo 67 que estipula que “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural” (African European Institute, 1991:31)



A participação feminina nos primeiros anos da independência alargou-se a todos os espaços da intervenção social, tendo se consubstanciado em:

- na alfabetização de centenas de milhares de mulheres;
- no acesso à escola gratuito e obrigatório para todas as crianças;
- a primeira mulher ministro é nomeada em 1976;
- 10% dos membros da Assembleia Popular constituída em 1979 são mulheres;
- as práticas tradicionais, como o lobolo e a poligamia são desencorajadas ao nível do discurso político.

### Constrangimentos e ambiguidades

Os avanços na promoção dos direitos humanos das mulheres moçambicanas não foram isentos de contradições e ambiguidades. Um dos exemplos mais elucidativos destas contradições foi a primeira Lei da Nacionalidade, que diferenciava o acesso à nacionalidade moçambicana entre mulheres e homens, e que pode ser considerado como primeiro sinal revelador da natureza frágil da igualdade aparente.

O discurso político, ao mesmo tempo que defendia a emancipação das mulheres, limitava na sua definição e práticas as expectativas relativamente à contribuição da mulher. Longe de optar por uma ruptura completa com o modelo patriarcal, o papel social da mulher continuou a ter como elementos estruturantes a maternidade e o trabalho doméstico. O modelo

político socialista adoptado em 1977 combinava a participação pública da mulher, por um lado, e a manutenção das dimensões da submissão, por outro.

A letra do hino da mulher moçambicana adoptada pela OMM capta de forma eloquente as ambiguidades em que se movia o ideário político ao declarar a mulher como companheira inseparável do homem engajado... que alimenta os combatentes... e sugeria claramente que por detrás do discurso igualitário ainda persistiam algumas hesitações impregnadas nas construções sociais assentes na dominação masculina.

A OMM constituiu-se em lugar de visibilidade das contradições entre as intenções e a prática política. Por um lado, a organização defendia o direito da mulher ao trabalho, à educação e à saúde; por outro lado, legitima a vocação da mulher para a esfera doméstica, expressa, por exemplo, através da promoção entusiasta de cursos de cozinha e de corte e costura como actividades principais de capacitação das mulheres, principalmente nos meios urbanos.

Porém, seria obviamente injusto avaliar a OMM apenas sob o prisma da sua incapacidade de romper com o modelo patriarcal e a tendência de se moldar como organização subsidiária do modelo político que caracterizava a nova era. A OMM constituiu-se simultaneamente no primeiro espaço de intervenção feminina fora do contexto familiar, ao permitir que as mulheres exprimissem os seus anseios, as inquietações e articulassem as suas visões e expectativas num espaço próprio, em face dum modelo social que condicionava ainda a sua participação social aos papéis tradicionais na esfera doméstica.

A OMM constitui, por exemplo, a primeira instância onde as mulheres iniciaram o seu combate contra a violência doméstica, e foram ganhando gradualmente consciência da sua capacidade para se transformarem em sujeitas da história do país.

A primeira tentativa de emenda à cláusula da Lei da Nacionalidade mencionada anteriormente para consagrar igualdade de tratamento entre homens e mulheres teve como palco uma conferência nacional da OMM em 1985, quando

um grupo de mulheres propôs tratamento igual aos homens no caso do casamento. A proposta acabaria por ser rejeitada na altura, mas teve o mérito de ter demonstrado a determinação das mulheres em testar alguns aspectos discriminatórios na legislação vigente. Esta situação viria a ser alterada na Constituição de 1990.

Os exemplos da contradição e ambiguidades entre as intenções e as práticas políticas que a diversos níveis da realidade social também se exprimiam ao nível de outros instrumentos legais. As políticas públicas assentes na igualdade e na equidade, excluem alguns dos direitos fundamentais das mulheres, como o caso do aborto, que continuava a ser penalizado por lei ou, ainda, a instituição de uma política de planeamento familiar numa tradição que subordinava a sua utilização à anuência dos parceiros masculinos na relação conjugal.

Em meados dos anos 1980, o abandono das políticas económicas baseadas na colectivização, o recrudescimento do conflito armado e a implementação do programa de ajustamento estrutural que marcou a viragem para a economia de mercado, determinaram ajustamentos importantes na vida das pessoas. A diminuição do papel do Estado na saúde e na educação, a contracção do mercado formal de trabalho, a ausência de incentivos à agricultura familiar, a liberalização dos preços dos produtos de primeira necessidade, a deslocação da população<sup>1</sup> contrariaram o optimismo oficial engendrado pelo crescimento económico no país.

Do ponto de vista económico, a situação das mulheres agrava-se. Os despedimentos nas empresas estatais<sup>2</sup> e a carestia da vida empurram violentamente a mulher para o mercado de trabalho informal, sem que as expectativas sociais relativamente ao seu papel e à sua função fossem alterados. Se, por um lado, o novo modus operandi permite à mulher aceder directamente a mais recursos pela via da sua participação na geração de rendimentos 'visíveis', por outro lado, a distribuição desses recursos no seio da família e a tomada de decisões referentes às despesas e às poupanças continua ligada ao modelo patriarcal, sendo privilégio do chefe de família.

<sup>1</sup> Em 1994 o Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados refere que 80% dos deslocados de guerra são mulheres e crianças.

<sup>2</sup> Segundo dados recentes fornecidos pela principal instituição sindical Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), as reformas económicas atiraram cerca de 120 mil pessoas para o desemprego em todo o país.

### CAIXA 3.3 ABORTO, UM ASSUNTO CONTROVERSO

A mortalidade materna figura entre os principais componentes da taxa de mortalidade feminina nas mulheres na idade reprodutiva. Parte da mortalidade maternal deve-se as altas taxas de abortos ilegais.

O código penal regente em Moçambique (articulado em 1886) proíbe a prática de qualquer tipo de aborto, não abrindo excepção ao aborto terapêutico. Deste modo, a lei sujeita as mulheres que pratiquem o aborto a uma pena de 2 a 8 anos de prisão e de 3 dias a 2 anos para mulheres cuja gravidez tenha resultado de relações sexuais forçadas.

Esta lei é contudo contrariada pela prática de governação. O Ministério da Saúde autorizou em 1987 a prática de todas as categorias de abortos dentro de certas circunstâncias, sem que a lei fosse revogada.

O aspecto legal do aborto é apenas uma pequena partícula no vasto mundo de contradições, divergências e conflitos que se gravitam a volta deste assunto tornado-o bastante

No meio rural, onde as comunidades são mais conservadoras e os ritos de iniciação constituem uma prática bastante comum, o aborto representa um acto inconcebível e a gravidez da rapariga não iniciada é rejeitada não só pela comunidade como também pelos familiares da rapariga.

Esta situação encoraja a rapariga grávida a evitar os centros de saúde, optando por recorrer a certos membros da mesma comunidade para fazer o aborto 'caseiro', que frequentemente resulta em infecções que o recurso ao internamento hospitalar. O aborto caseiro é induzido através de várias práticas, incluindo certas bebidas tradicionais ou inserção de paus e arames no colo do útero. Têm-se registado também vários casos em que o embaraço da gravidez induz ao suicídio.

Nas comunidades urbanas onde as pessoas são relativamente mais liberais e adaptam-se com maior facilidade às mudanças, o aborto ainda é considerado um tabu e só é aceite por uma minoria da população, embora seja praticado por grande parte desta mesma população.

Esta situação desenrola-se numa altura em que apesar dos progressos alcançados nos primeiros anos da independência, a mulher ainda se encontrava numa situação precária fruto também da sua marginalização no período colonial.

Os indicadores vitais mostram que a esperança de vida das mulheres em 1980 era de cerca de 40 anos (contra 37,4 dos homens), as raparigas casavam relativamente cedo (17,9 anos), tinham uma alta de fecundidade (6,4 filhos durante a idade reprodutiva) e constituíam a maioria dos iletrados com uma taxa de analfabetismo de 87,8% contra 56% entre os homens e uma taxa nacional de analfabetismo de 72,8%. O gráfico 3.2 mostra os níveis de analfabetismo distribuídos por grupos etários em 1980.

Embora os níveis de analfabetismo tenha baixado consideravelmente nos últimos anos como resultado do esforço governamental nesse sentido, como referenciamos no Capítulo 2, a situação de acesso da mulher ao conhecimento continua precária.

A taxa global de analfabetismo no país baixou de 60,5% conforme apurado pelo Recenseamento Geral da População em 1997, para 56,7% de acordo com o inquérito realizado no ano 2000. No entanto, os dados indicam que a carência no acesso ao conhecimento está a reduzir mais rapidamente entre os homens do que entre as mulheres. Com efeito a proporção de mulheres que não sabem ler e escrever em qualquer língua baixou de 74,4% em 1997 para 71,2% no ano 2000, enquanto que para os homens a taxa de analfabetismo baixou de 44,6 para 40,2%.

As assimetrias de género têm como origem as diferenças entre as taxas de escolarização entre os mesmos grupos de idade. Assim, embora nas idades mais baixas os níveis de escolarização sejam similares para as raparigas e rapazes (49,1% das raparigas e 53,4% para os rapazes entre os 6 e os 10 anos) o fosso nos níveis de escolarização aumenta substancialmente quando atingem a faixa etária 16 a 17 anos. (QUIBB 2001)

Gráfico 3.2 Taxa de analfabetismo por grupos etários, 1980

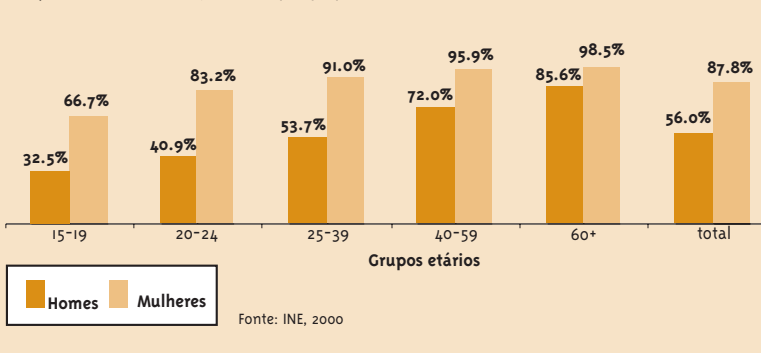
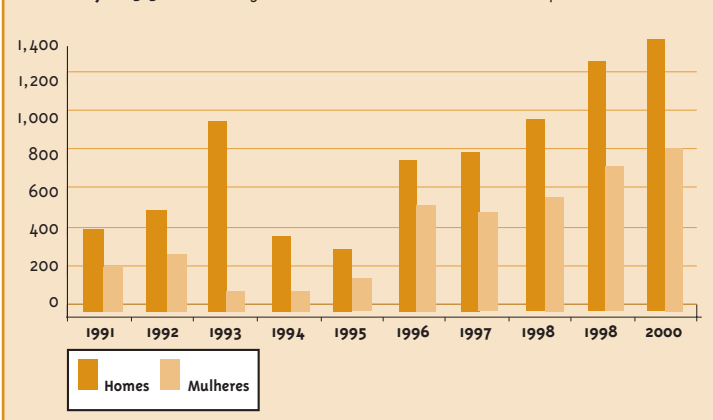


Gráfico 3.3 Número de graduados do ensino secundário (ESG2) por sexo



O gráfico 3.3 ilustra o número reduzido de mulheres nas saídas do segundo ciclo do ensino secundário nas escolas públicas do país. (MESCT, 2000; MINED, 2001)

Mas se estas variáveis mensuráveis permitem quantificar as diferenças na satisfação das necessidades básicas, as possibilidades de escolha e o acesso às oportunidades das mulheres são revelados apenas pelo conjunto de elementos presentes no modo como são construídas as relações de género. O acesso à educação por si não pode ser visto como fim, pois só ele é válido quando permite às mulheres disputarem em pé de igualdade as oportunidades e elevarem cada vez o seu nível de vida e poder de influência na sociedade.

### *A origem dos constrangimentos*

A investigação empírica realizada nos últimos anos em Moçambique espelha bem como os fundamentos da desigualdade, de algum modo reflectidos na fraca realização das mulheres medida

pelo IDS e a fraca participação das mulheres na esfera política e económica medida pelo MPS, descritas no Capítulo 2 e na secção anterior deste capítulo, se encontra no modelo de organização social. (WLSA: 2000, 2001)

Curiosamente, as diferenças na estruturação social nas sociedades matrilineares, predominantes em algumas regiões do Norte do país e as sociedades patrilineares do Sul, ou entre zonas rurais e urbanas não alteram significativamente as relações de género como relações de poder em que o homem assume uma posição de supremacia.

A construção das identidades é orientada por representações e práticas que configuram o papel social da mulher em função de uma posição de subalternidade. Isto significa que a discriminação da mulher tem como origem o modo como se organiza, se divide e se 'classifica ou desclassifica' o trabalho feminino, na forma como se lhes define e limita as escolhas e se estabelecem as dicotomias entre sistemas de valores considerados 'essenciais' e 'naturais' aos homens e às mulheres.

A discriminação construída no privado acaba eventualmente de se reflectir no usufruto dos direitos humanos na esfera pública. O acesso da mulher à educação é apenas um exemplo. O acesso às instâncias de justiça aliado ao desconhecimento que a maioria das mulheres têm da lei é outro exemplo. Também existem constrangimentos para a transferência da resolução de conflitos privados para a esfera pública.

O exemplo mais notável deste fenómeno é a violência doméstica, mas também o direito ao controlo de alimentos. As normas culturais que regem a sucessão e a herança são tratados segundo padrões que excluem o exercício dos direitos pelas mulheres. A pesquisa empírica mostra que independentemente das zonas do país, a mulher nunca ocupa, em caso de viuvez, uma posição superior ao terceiro lugar na hierarquia familiar, depois dos ascendentes, dos filhos e irmãos. Os sistemas que regem o acesso e controlo da terra nas zonas rurais descritos no Capítulo 4 são um exemplo eloquente desta realidade.

O acesso e a ocupação do campo político pela mulher moçambicana é determinado por estratégias

familiares ou de grupo que entram em colisão com as expectativas sociais e com os papéis que são tradicionalmente reservados à mulher. Não é por acaso que algumas das mulheres que ocupam posições de grande responsabilidade (tradicionalmente classificadas como domínio dos homens) na administração pública tiveram que provar longa e duramente a sua competência, adoptando e adaptando-se a formas de organização e hierarquização ainda profundamente patriarcais, que acabam por limitar a sua eficácia e capacidade de intervenção.

Apesar das alterações progressistas favoráveis à emancipação da mulher que o sistema político introduziu em 1975, a situação contemporânea revela-nos que o modelo adoptado não quebrou totalmente a base cultural em que se alicerçava a subalternidade da mulher. É esta relação de apropriação e reajustamento do moderno ao tradicional que explica que elementos culturais como o lobolo

e a poligamia, combatidos vigorosamente a partir de 1975 sob o rótulo de práticas retrógradas, sejam recriados e renovados posteriormente com novas nuances. Sob o argumento de respeito tradição justificam-se práticas que, em alguns casos, resultavam num flagrante atropelo aos direitos humanos das mulheres. Perante um movimento amplo que pretendia incutir transformações profundas nas relações sociais, as práticas tradicionais não sofreram mutações de fundo nem se dissiparam - passaram-se simplesmente para a clandestinidade para contornarem o desaconejamento contido no discurso político. (Andrade, Osório e Trindade, 2000)

A revitalização das práticas culturais num contexto em que a tradição se havia ajustado a novas realidades, resulta no agravamento da vulnerabilidade da mulher. Por exemplo, é difícil discernir como é que uma prática como o lobolo se articula numa sociedade que, em cerca de 25 anos, passou pela experiência socialista e re-

### CAIXA 3.4 O QUE É O LOBOLO?

O lobolo é uma cerimónia tradicional equivalente ao casamento civil, que envolve a entrega de valores monetários, bens materiais ou simbólicos à família da noiva com vista à formalização da união matrimonial no sul de Moçambique.

Os procedimentos seguidos durante esta cerimónia variam de região para região e com eles variam também os valores e os bens transferidos para a família da mulher, mas o fundamento de todas elas é o pagamento de uma compensação à família da noiva.

Esta cerimónia representa portanto a transferência da mulher de uma família para outra e a criação de laços de parentesco entre estas. A família do noivo assume a partir deste momento o compromisso do sustento da mulher lobolada. Em troca, esta mulher adquire a responsabilidade de cuidar dos filhos e do marido assim como do trabalho doméstico.

A mulher que não procria pode ser repudiada, mas os filhos concebidos por uma mulher lobolada fora do matrimónio são considerados filhos do marido, enquanto os filhos de mãe casada não lobolada são considerados como pertença da família da mulher.

A obrigação fundamental da mulher é a da reprodução. A esterilidade constitui portanto, motivo para o pedido de divórcio. Nesta situação a família da mulher deve devolver o que lhe foi 'pago' em lobolo. A importância da capacidade reprodutora da mulher deve-se em parte à necessidade do homem provar a sua masculinidade às pessoas que o rodeiam, sendo muitas vezes a ausência de filhos motivo de humilhação e estigmatização.

Por vezes, tanto o número de filhos como o de mulheres loboladas constituem um padrão de medição da prosperidade do homem. Por um lado um homem com muitas mulheres é visto como um indivíduo rico pois este teve condição financeira para adquiri-las. Por outro lado, todas estas mulheres por si só e também pela sua capacidade reprodutora representam a abundância de mão-de-obra indispensável ao trabalho agrícola que sustenta a família, para além do papel de subjugação da mulher e de limitação do poder de decisão da mulher mesmo no seu espaço privado. O lobolo constitui, portanto, um dos factores que sustentam a subalternidade da mulher.

Fonte: WLSA Moçambique, 1998:49-50

emerge numa situação em que impera um sistema de economia de mercado. Não surpreende, portanto que o lobolo e a poligamia tenham, em algumas circunstâncias, se distanciado da sua função primária de elos de ligação familiar e de garantes de equilíbrio social, para se transformarem em práticas até certo ponto esvaziadas do seu papel integrador.

A década 1990 foi, porém, um período de grandes mudanças. A introdução do pluralismo político e o aprofundamento dos direitos fundamentais como a liberdade de expressão, associação e imprensa permitiu que as mulheres conquistassem um maior espaço público, que as diferenças de opinião fossem toleradas e que mais mulheres tivessem a possibilidade de escolher e de decidir sobre as suas vidas em maior liberdade.

Várias organizações representando os interesses das mulheres emergiram nos últimos anos, enquanto que educadoras, juristas, camponesas, jornalistas e académicas começam a poder exprimir os seus anseios e lutar pelos seus direitos. No parlamento e no governo, no sistema de administração da justiça, as mulheres começam a ter maior protagonismo e afirmar-se como sujeitos da história.

### **Mulher e participação na vida económica e política**

Embora desde a independência nacional tenha havido um esforço para encorajar a participação feminina na vida económica e política, é na década de 1990 que a presença das mulheres nos espaços públicos de decisão se torna mais visível. É, assim, que a proporção das mulheres na Assembleia da República cresceu para 29,4% em 1999 contra 27,6% de mulheres eleitas nas primeiras eleições legislativas multipartidária realizadas em 1994. (AWEPA, 1995; INE, 2000)

Apesar de ser ainda relativamente limitada em relação à proporção de mulheres na população, a representação das mulheres no órgão legislativo máximo em Moçambique é, como foi referido anteriormente, uma das mais altas não só na África Austral como no mundo e representa a meta estabelecida pelos governos da SADC na Declaração sobre Género e Desenvolvimento de 1997 de

alcançar uma meta de 30% de representação feminina até ao ano 2005.

A informação evidencia:

- A participação das mulheres no parlamento é encorajador mas ainda insuficiente.
- Apenas 3% das presidentes de assembleias municipais são mulheres, contra uma composição de mulheres que ascende a 30,4% dos membros.
- A representação das mulheres em cargos de decisão na administração pública é de 9,2%.
- Não há nenhuma mulher governadora provincial nas 10 províncias do país, mas 14 dos 128 distritos do país são dirigidos por administradoras. (MAE, 2001)

Estes dados mostram claramente que para além do número limitado de mulheres que desempenham funções de responsabilidade no poder legislativo e na administração pública, as mulheres não ocupam os primeiros níveis de decisão.

A equidade exigiria, por exemplo, que cerca de 30% de mulheres fossem presidentes da Assembleia Municipal, o que equivaleria a cerca de 10 assembleias autárquicas lideradas por mulheres. No caso vertente apenas uma das 33 autarquias tem uma mulher como presidente da sua Assembleia Municipal.

O que é que explica, então, esta fraca participação e limitado protagonismo das mulheres e que implicações é que esses factores têm sobre o desenvolvimento das mulheres? É sobre esta questão que a secção seguinte se debruça.

### **A discriminação começa em casa e não respeita idades**

Quando se analisa a diferenciação de papéis e funções sociais de homens e de mulheres há que ter em conta duas dimensões. Uma dimensão que nos remete para o campo legal dos direitos formais, para a existência de um normativo que formalize a igualdade das pessoas perante a lei, e uma segunda dimensão que nos orienta para uma tradição diferenciada na construção social dos direitos humanos das mulheres.

A desigualdade de género deve ser vista, não apenas em termos de ausência dos direitos

**QUADRO 3.1 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PODER LEGISLATIVO (%), 1999**

Lugar de decisão	ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS		ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA			
	1998		1994	1999	1994	1999
	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS
Deputados			27.6	29.4	72.4	70.6
Presidente da Assembleia Municipal	3.0	97.0				
Membros da Assembleia Municipal	30.4	69.6				

Fonte: INE (2000) Mulheres e homens em Moçambique. Maputo. Pág. 69. Quadro N. 8.1

da mulher mas na falta de acesso aos direitos; ela deve ser compreendida não apenas do ponto de vista prático do acesso mas dos mecanismos de socialização que informam e estruturam as relações sociais. (Osório et al., 2000) Assim, é fundamental ter em vista a impossibilidade de isolar a participação das mulheres nos campos de decisão, dos mecanismos de socialização que configuram a identidade feminina em torno de valores e práticas que limitam o seu acesso às oportunidades.

A família é o lugar, por excelência, onde se constroem as identidades. Como meio de pertença a família é simultaneamente um lugar de afectos e um lugar de aprendizagem. É na família que, pela primeira vez, as emoções ganham corpo, que as várias gerações exprimem os valores e as práticas reguladoras das relações entre os diferentes membros, e entre estes e o meio social.

A família não é apenas um conjunto de pessoas unidas por laços de sangue. Ela é, essencialmente, um corpo social onde as relações de parentesco, que unem os seus membros, orientam o modo como se organiza a hierarquia, se distribui o poder e se divide o trabalho.

Qual o significado, então, de família em Moçambique? Podemos hoje encontrar no nosso país uma forma de família dominante?

As mudanças de ordem política, económica e social que Moçambique sofreu nos últimos 25 anos conduziram a sucessivas recomposições do tecido social, com reflexos evidentes na forma como as famílias se constituem.

Se no período colonial podíamos referir a prevalência de famílias alargadas, particularmente nas zonas rurais, com a independência do país e, mais tarde, o conflito armado e a crise económica, a situação alterou-se:

- os objectivos políticos que orientaram a criação das aldeias comunais como modelo de colectivização, acentuando as necessidades de ordem económica e ideológica do regime, contribuíram para a ruptura de algumas formas e rituais de organização tradicional;
- o desencorajamento e a subsequente marginalização de elementos estruturantes como o *lobolo* e a poligamia esvaziaram a união entre as pessoas das suas dimensões mais consistentes, isto é, os direitos e os

**QUADRO 3.2 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PODER ADMINISTRATIVO**

Lugar de decisão	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Ministros	14.3	85.7	100.0
Vice Ministros	29.4	70.6	100.0
Secretários Permanentes	31.3	68.8	100.0
Directores Nacionais	16.0	84.0	100.0
Directores Nacionais Adjuntos	19.6	80.4	100.0
Governadores	0.0	100	100.0
Directores Provinciais	7.6	92.4	100.0
Directores Provinciais Adjuntos	20.0	80.0	100.0
Directores Distritais	4.4	95.6	100.0
Administradores do Distrito	4.7	95.3	100.0

Fonte: INE (2000) Mulheres e homens em Moçambique. Maputo. Pág. 70. Quadro N. 8.2

deveres inerentes a esses rituais e, não sendo substituídos, deram lugar a um disfuncionamento social;

- a deslocação de cerca de metade da população por causa do conflito armado dividiu e nuclearizou as famílias e levou à reconstituição das famílias alargadas na cidade; mas antes do recrudescimento da guerra e numa escala mais limitada, a 'operação produção', que transferiu coercivamente indivíduos desempregados para zonas rurais em 1983, teve um impacto na estrutura familiar;
- a emigração clandestina para os países

### CAIXA 3.5: UMA PROFISSIONAL AGUERRIDA

Quando Luísa Diogo foi nomeada para a poderosa pasta de Ministra do Plano e Finanças em Janeiro de 2000, alguns questionaram: a que família pertence? Quem é o marido? Que cargo ocupa no partido Frelimo?

A tradição de ver as pessoas, principalmente as mulheres, serem escolhidas em função de fidelidades políticas ou de heranças familiares levou a que muitos se interrogassem sobre quem seria esta mulher que, num país onde os homens ainda são o grupo dominante na vida política e económica, “se atrevia” a com eles competir.

Além disso, diziam outros, as dificuldades económicas que o país atravessa, a situação de grande pobreza em que se encontra a maioria da população, as ambiguidades do modelo político, exigiriam uma direcção mais musculada, capaz de impor “ordem” e “autoridade” num sector tão vital para o país. Afirmavam alguns, este é um assunto de homens, é preciso trabalhar muito, ser inteligente, conhecer os bastidores da “grande política”, ter jogo de cintura, não perder a cabeça... Uma mulher seria facilmente enganada, acrescentavam.

#### **Mas quem é de facto esta mulher?**

Luísa Diogo tem 43 anos, é casada e mãe de três filhos e é mestrada em Economia pela Universidade de Londres. Natural da província de Tete, Luísa Diogo tinha apenas 22 anos quando começa a trabalhar no Ministério do Plano e Finanças.

Durante os últimos 20 anos, Luísa Diogo foi desempenhando funções da maior responsabilidade, tendo-se distinguido na liderança das negociações com organismos internacionais tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e outras organizações multilaterais.

Sendo uma das mulheres no mundo desempenham funções no sector extremamente poderoso das finanças, Luísa Diogo tem sido capaz de granjear o respeito e a admiração da maioria dos parceiros que negociam com o Estado moçambicano.

Internamente, as vozes cépticas há muito se calaram. Hoje quando Luísa Diogo fala, toma decisões, ou quando no exterior defende os interesses do país, as moçambicanas e os moçambicanos sabem que esta mulher os dignifica e defende.

Para as mulheres moçambicanas, particularmente para as jovens que ambicionam ter sucesso numa carreira profissional, que sonham participar activamente no mundo político, que desejam conciliar a vida privada e a acção política, Luísa Diogo é um exemplo a seguir.

vizinhos contribui para romper com os laços familiares, provocando, por vezes, grandes tensões, rupturas e ambiguidades nas famílias de origem.

Embora haja, ainda hoje, uma predominância de famílias alargadas nas zonas rurais, dificilmente encontramos aí as mesmas formas de ocupação e vivência dos espaços, tanto do ponto de vista material como simbólico. Porém, é preciso ter em conta, por outro lado, as diferenças entre o Sul, o Norte e o Centro, onde factores como a contestação do modelo socialista de organização, a guerra e o deslocamento da população produziram efeitos diferentes.

Nas cidades, a tendência para as famílias nucleares é contrariada pela necessidade e

obrigação moral de albergar os familiares que se deslocam do campo para estudar, para trabalhar ou simplesmente para viver. As tensões entre a modernidade e a tradição acabam obviamente por resultar no aparecimento de novos valores e práticas que nem sempre convivem pacificamente.

Por isso, ao analisarmos os papéis e funções sociais da mulher e o seu estatuto, temos que ter em conta a pluralidade e complexidade dos processos de socialização, determinantes na construção da desigualdade entre sexos.

Estudos empíricos realizados nas diferentes regiões do país<sup>3</sup> evidenciam, no entanto, que há elementos comuns na forma como são construídas e diferenciadas as identidades dos rapazes e das raparigas em Moçambique e que

<sup>3</sup> A WLSA (Women and Law in Southern Africa) tem pesquisado, ao longo dos últimos 13 anos, a situação da mulher em Moçambique nas regiões centro, sul e norte do país.

têm um efeito no seu comportamento futuro.

As expectativas sociais face aos novos membros da família são determinadas em função do sexo e da idade.

*O que é que, por exemplo, se deseja para a rapariga?*

- o casamento
- a maternidade
- o saber cuidar dos outros/ da família
- a tolerância e a obediência

*Como se realiza a educação da rapariga?*

- o trabalho doméstico
- o cuidado dos irmãos
- os ritos de iniciação

As raparigas aprendem desde cedo, como norma, que a casa é o lugar do seu destino, é aqui o cumprimento das regras que regem o seu papel será avaliado e sancionado. É no lar onde, ao cuidar dos irmãos e ao ajudar nas tarefas domésticas rotineiras, a rapariga aprende que a maternidade é um fim em si e que o trabalho na machamba é parte da mesma identidade produtora de bens para sustentar a família e geração de filhos para perpetuar a família.

O reconhecimento da diferença masculina é de facto o reconhecimento da sua superioridade, através duma representação diferente e valorativa dos valores e das práticas masculinas. Enquanto criança, o rapaz inicia desde cedo, através do jogo e do trabalho, a aprendizagem para o mando com obediência mais ou menos garantida no seio das mulheres e a conquistar o respeito pela via da força entre os seus pares, a sustentar a família a ser forte e inteligente. Tal como para a rapariga, os ritos de iniciação configuram a familiarização com as expectativas sociais face ao seu futuro e lugar como indivíduo na sociedade.

A prioridade do acesso dos rapazes à escola é definida em função dos papéis que lhe são consignados. Se o lar é o domínio da mulher, o espaço público pertence por “natureza” ao homem. A socialização determina, por outro

lado, que a escola representa para ambos coisas diferentes: para os rapazes é o lugar de aprendizagem de um saber e de um comportamento que permite a integração no mundo do trabalho. Para a rapariga a escola é ainda o lugar onde se pode ir antes de casar, mas o saber que se acrescenta deve complementar as suas funções primordiais predeterminadas pela socialização.

A imagem negativa que muitos pais principalmente nas zonas rurais têm da escola, a ausência de escolas junto das comunidades, a necessidade de mão-de-obra feminina em casa, a insuficiência de vagas nos estabelecimentos de educação, não contribuem para alterar positiva e rapidamente a situação.

Os ritos de iniciação são o momento privilegiado de formalização da educação iniciada na família. A jovem púbere aprende a obediência como valor e a maternidade como norma. A jovem aprende onde situar-se na hierarquia familiar e a distinguir as “boas e más condutas” em função do modelo cultural. Como em qualquer sociedade, a eficácia dos dispositivos de aceitação das normas e dos valores veiculados no processo de socialização é tanto maior quanto eles são apreendidos como certos, desejáveis e naturais pela própria rapariga.

O modo como a divisão do trabalho se realiza em casa exprime a função de reprodução do quotidiano que cabe à mulher na estruturação social, nomeadamente, garantir, organizar e realizar as actividades de sobrevivência da família.

A lógica da submissão que resulta deste processo de indução cultural exprime-se, após o matrimónio, na impossibilidade da mulher assumir o lugar de chefe de família<sup>4</sup> de facto e de jure, e muitas vezes cria as condições para a conformação para com a violência em todas as suas dimensões e facetas e na aceitação da natureza “particular” do homem.<sup>5</sup>

As estatísticas oficiais sobre a composição das chefias dos agregados de Moçambique merecem algumas considerações. Embora os dados revelem que se registou um ligeiro aumento de 23,5% para

<sup>4</sup> O conceito de chefe de família expressa de forma combinada o acesso aos bens e o poder de decisão sobre eles. A presença da mulher em Moçambique no mercado informal tem levado a algumas conclusões enganadoras sobre a alteração das relações de poder na família. De facto, se as estratégias de negociação no lar têm produzido mais controlo sobre alguns dos rendimentos obtidos directamente pela mulher, por outro lado, assiste - se simultaneamente a um aumento da violência masculina e a um agravamento das condições de vida da mulher.

<sup>5</sup> Em algumas regiões do sul do país, o homem chefe de família é chamado em língua local como “munumuzama” (o chefe) e a mulher que vive sozinha com os filhos e que consegue suprir as necessidades da família é a “xifuricati”, isto é, “a que se porta bem”

### CAIXA 3.6 CASAMENTO E RELAÇÕES ECONÓMICAS DAS MULHERES: O CASO DAS MAKHUA

O recente estudo sobre relações de género, na província de Nampula, mostra que os Makhua não são um grupo homogéneo e que, apesar de regerem pelo sistema matrilinear, a influência islâmica tem um impacto significativo sobre a aplicação das normas tradicionais.

Para um jovem urbano, a habilidade de ganhar dinheiro passa por ter experiência na agricultura. Mas valores modernos empurram-no a ter experiência sexual antes de demonstrar a capacidade de gerar dinheiro. As jovens urbanas são muito dependentes dos homens por causa do seu baixo nível educacional e da idade a partir da qual começam a fazer filhos. Sem habilidades específicas para participar na 'troca' no âmbito deste contrato, muitas mulheres recorrem ao uso do sexo como estratégia de sobrevivência.

No campo, os casamentos são vistos como uma relação mútua de trocas económicas na qual a mulher aceita gerar filhos, tomar conta do agregado familiar e fazer trabalho agrícola em troca do suporte financeiro do marido. Este 'contrato', isto é, casamento por serviços mútuos, une os dois uma vez que ambos estão interessados em receber o que o outro tem para oferecer.

Uma mulher Makhua identifica-se como tal se tiver filho: uma mulher deve ser capaz de dar vida a outra pessoa para ser considerada membro adulto na sociedade. As mulheres começam a gerar filhos numa idade bastante nova. As raparigas iniciam as suas actividades sexuais com idades oscilando entre os 12-13 anos e metade das mulheres já têm filhos quando atingem a idade dos 16 anos (uma em cada cinco crianças nascem de mães com menos de 18 anos). As gravidezes precoces e os nascimentos deixam as mulheres jovens urbanas com poucas opções para gerarem rendimentos, o que é agravado pelos elevados índices de analfabetismo. A pesquisa de Horne sugere que quase metade (47%) das pessoas na sua amostra eram analfabetas contra os 38% da taxa de analfabetismo nacional no seio das mulheres urbanas. As amostras de Horne sugerem, contudo, que devido à forte influência dos ritos de iniciação as mulheres Makhua, independentemente do seu nível de educação, tendem a experimentar a sua sexualidade como forma de provar a sua fertilidade

numa idade bastante jovem, o que contraria a correlação negativa entre nível de educação e fecundidade.

O maior factor para esta grande dependência económica é o papel subalterno da mulher Makhua na produção económica. Horne refere que "o poder provém de duas fontes principais: os antepassados e o dinheiro". As mulheres são muito poderosas espiritualmente por causa das suas relações íntimas com clãs antepassados. Os homens são mais poderosos economicamente por causa do controlo que eles exercem sobre os rendimentos. Enquanto um conjunto de relações pode influenciar o outro, o aumento dos rendimentos do agregado precisa de ser efectuado tendo em conta a habilidade de ganhar recursos contra a habilidade de evocar os antepassados.

A literatura sobre as mulheres Makhua diz repetidamente que as Makhua não são economicamente activas porque dependem do rendimento dos seus esposos. No campo, as mulheres são responsáveis pelo trabalho da machamba, mas têm pouco poder de decisão sobre o que deve ser plantado, a época da colheita e a quem é que se deve vender as culturas. Apesar das mulheres terem a responsabilidade de cuidarem do excedente, elas normalmente não têm nenhum direito sobre a sua venda.

Os homens não partilham o domínio económico facilmente. Onde as mulheres ganham no poder político e económico, a relação homem-mulher pode ser posta em perigo, e o resultado disso pode ser o divórcio ou separação. Em qualquer dos casos a mulher perde. Ela é subordinada ao domínio do homem ou fica sozinha para cuidar por si própria os seus filhos. Horne conclui que a menos que as praticas culturais dominantes, particularmente a iniciação feminina, sejam adaptadas a normas modernas socio-económicas, as mulheres continuarão a viver em situação de desvantagem. A influência dos ritos de iniciação, costumes patrilineares e matrilineares, religião e modernização económica criam obstáculos à emancipação económica da mulher contribuindo para o seu maior empobrecimento.

Nancy Horne et al. (2000) Pesquisa Baseada no Mercado: Província de Nampula, Moçambique

Adaptado por Fion de Vletter

30,5% de agregados familiares chefiados por mulheres entre 1980 e 1997 (INE, 2000), não se pode afirmar categoricamente que este número corresponda de facto a um aumento do poder de decisão da mulher no seio da família. Isto quer dizer que não se constata qualquer alteração das relações sociais de género, dado que a maioria dos agregados chefiados por mulheres são unipessoais ou monoparentais.

Na verdade a imagem de agregados liderados por mulheres não passa de um equívoco estatístico, como explica a Caixa 3.7. Muitas das famílias classificadas dessa maneira não passam de agregados cujos chefes se encontram ausentes ou onde os descendentes de sexo masculino assumem de facto as funções de chefia do agregado. A desigualdade torna-se mais visível quando se constata estatisticamente que os homens chefiam 69,5% das famílias nucleares contra 30,5% chefiados por mulheres. (INE, 2000)

Quando contrai matrimónio, a mulher deve, antes de tudo, reproduzir-se como mãe. É por estas competências que ela é socialmente aceite, reconhecida e sancionada. A identidade da mulher é, assim construída por mecanismos de socialização e fundamentos normativos que a excluem das funções de controlo.

São estes factores, subjacentes a um modelo cultural que configura os direitos da mulher em função da orientação androcrática que, estando presentes noutras formas de discriminação, como por exemplo o acesso à escola, definem também o modo como a mulher acede e ocupa o campo político.

A pesquisa realizada com mulheres e homens autarcas e parlamentares demonstrou que o recrutamento das mulheres para a vida política se realiza normalmente por via masculina. Do mesmo modo a distribuição dos lugares nos processos de decisão realiza-se tendo em conta a vocação “essencialista” da mulher para cuidar do outro, acentuando, por outro, o controlo social feito pelo grupo. (Osório, Mejia, et al., 2001)

A combinação de mecanismos de socialização discriminatórios e a intenção do sistema democrático de equidade gera uma situação em que o aumento do número de mulheres nos lugares de decisão se conjuga com a ausência de mulheres em lugares em que a decisão política passa, fundamentalmente,

### CAIXA 3.7 REINATA: A ARTISTA DAS 'FORMAS ESTRANHAS'

Quando se fala de cerâmica Makonde em Moçambique, o primeiro nome que imediatamente aparece nas mentes das pessoas é o de Reinata Sadimba, uma das ceramistas moçambicanas de capacidade invejável na transmissão da riqueza dos seus sentimentos e da sua cultura em forma de arte.

Conhecida por “mãe das formas estranhas” (de objectos fabricados a partir do barro), Reinata nasceu numa família camponesa em 1945 na aldeia de Nimu, distrito de Mueda, na província setentrional de Cabo Delgado. Como componente da sua educação tradicional na etnia Makonde, Reinata aprendeu a trabalhar o barro, fabricando objectos utilitários, nomeadamente pratos e cântaros.

Em 1975, Reinata inicia uma transformação profunda na sua cerâmica, começando a ser conhecida em Cabo Delgado pelas características pouco vulgares das suas peças trabalhadas em barro.

Devido à guerra que afectou o país pouco depois da independência, Reinata emigrou para a Tanzânia, em 1980, onde permaneceu até 1992, o ano do seu lançamento no mundo da arte. Nesse ano ela realizou duas exposições individuais, sendo uma na própria Tanzânia e a outra em Maputo. Nos dois anos seguintes, em 1993 e 1994, Reinata participou em exposições individuais, colectivas e em workshops sobre artes, em Maputo.

Naquilo que se pode considerar a sua segunda ‘internacionalização’, Reinata participou, em 1995, na Bienal de Joanesburgo, e numa exposição colectiva em Londres. Nesse ano expôs também em Maputo.

Ainda no rol da amostra da sua criatividade além fronteiras, Reinata participou, em 1996, numa exposição colectiva na Dinamarca. No ano seguinte, participou numa exposição colectiva em Maputo e em Lisboa. Em 1998, Reinata participou numa exposição colectiva em Maputo, onde igualmente realizou uma individual.

Hoje é difícil imaginar como seria a cerâmica moçambicana sem as estranhas obras idealizadas por Reinata, essa mulher cujo perfil académico dir-se-ia insignificante - pois ela não sabe ler nem expressar-se na língua oficial do seu país (o português) - quando comparado com a sua incomensurável criatividade artística. Ela fala fluentemente duas línguas, nomeadamente Makonde e Swahili.

A diversidade das obras criadas por Reinata incluem objectos que simbolizam a diversidade cultural moçambicana, o amor, o sofrimento, a alegria e tradições do passado que ficam preservadas para as gerações vindouras.

A sua obra está representada no Museu Nacional de Artes de Moçambique e no Museu Nacional de Etnografia de Portugal, para além de se encontrar em inúmeras colecções privadas nacionais e estrangeiras, sendo sobejamente conhecida em diversos países em África e na Europa.

### CAIXA 3.8 MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: OPÇÃO OU IMPOSIÇÃO?

Nos últimos anos verifica-se um crescente do número de famílias classificadas como tendo mulheres na posição de chefes de agregado. A tendência natural seria associar o fenómeno ao aumento da autonomia da mulher. Na verdade, estas mulheres, na sua maioria fazem parte de um grupo constituído por mães solteiras, viúvas, esposas de emigrantes ou mulheres abandonadas. Isto sugere, portanto, que este grupo é representativo de mulheres sem escolha. Isto é, elas não assumiram a liderança da família por opção, mas sim a ausência de uma figura masculina capaz de assumir este papel leva-as a desempenhar estas funções.

QUADRO 3.3: DISTRIBUIÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES POR SEXO DO CHEFE, 1980 E 1997

Ano	Mulheres	Homens	Total
1980	23.5	76.5	100.0
1997	30.5	69.5	100.0

Source: INE, 2000

QUADRO 3.4: DISTRIBUIÇÃO DE AGREGADOS FAMILIARES POR SEXO SEGUNDO ÁREA RESIDENCIAL, 1997

Residência	Mulheres	Homens	Total
Urbana	28.5	71.5	100.0
Rural	31.2	68.8	100.0

Source: INE, 2000

A liderança feminina do agregado familiar, frequentemente transforma-a na única provedora económica deste núcleo. Porém, esta obrigação não a liberta das suas tarefas domésticas. Como resultado da limitação imposta pela escassez de recursos e pela execução simultânea de múltiplas tarefas estas mulheres encaram dificuldades constantes no acompanhamento da vida escolar e educação moral dos seus filhos, cuidados de saúde e provimento de alimentos. Estes encargos são usualmente delegados às filhas mais velhas que muitas vezes se vêm obrigadas a abdicar de uma educação formal de modo a criar condições de cuidar dos irmãos mais novos. Deste modo, passa-se a discriminação de geração para geração criando, assim, um ciclo vicioso que perpetua a exclusão da participação da mulher no desenvolvimento.

pela decisão individual, como é o caso teoricamente dos administradores distritais.

Assim, a participação na vida pública é constringida por um conjunto de factores que vão desde as representações sociais dos papéis centrais que a mulher deve continuar a desempenhar até ao facto do modelo de participação política ser construído a pensar na exclusividade. A dificuldade em combinar uma carreira profissional ou política com a vida pessoal e familiar limitam as expectativas da mulher em relação às suas reais possibilidades, num mundo que continua a ter como subjacentes a competitividade e a agressividade.

A permanência continuada de mulheres no campo político permite que, apesar do conflito, as vozes das mulheres se façam ouvir, seja no que concerne às estratégias de combate à pobreza, seja na luta contra a violência de género. Há lugar, portanto, para optimismo. Todos os anos mais raparigas frequentam os diferentes níveis de ensino, iniciam e progredem numa carreira profissional e um

número crescente de mulheres exercem funções de direcção na vida política e económica.

#### A violência de género não é um acaso

Quando falamos de violência contra a mulher, estamos a recorrer à definição adoptada pela Assembleia Geral Nações Unidas, em 1993, em que é considerada violência contra a mulher “todo o acto de violência baseado no género que tem como resultado possível, ou real, um dano físico, sexual ou psicológico, incluindo as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, quer ocorra na vida pública ou na privada”. (UNDP, 1995) Esta resulta de um conjunto de factores que emergiram da luta das mulheres pela igualdade.

O período que vai de 1975 a 1985, declarado pelas Organização das Nações Unidas como Década da Mulher marcou definitivamente a visibilidade dos direitos das mulheres como

direitos humanos. A década 1990 foi marcada por eventos internacionais que denunciam a discriminação da mulher no geral, e a violência contra a mulher em particular.

A violência de género legítima e é legitimada pela desigualdade de género. Ela é, simultaneamente, causa e consequência de relações de género desiguais. Estudos realizados em meados da década de 1990 em países como o Canadá, Estados Unidos da América, Zâmbia e Sri Lanka mostram que, independentemente das diferenças nos níveis de desenvolvimento, a maioria das mulheres que sofreram violência física foi perpetrada pelos parceiros conjugais e afirma que o abuso psicológico, físico e sexual é uma forma comum de resolução de conflitos entre casais.

Embora variando com as realidades sociais, a pesquisa internacional tem constatado que a violência atravessa todo o ciclo de vida da mulher.

A prevalência do abuso sexual em crianças e jovens não tem diminuído. O estudo que temos vindo a referir indica que, nos Estados Unidos da América, cerca de 27% das

mulheres foram sujeitas a abuso sexual em idade inferior a 18 anos. Na Nigéria, um trabalho feito entre mulheres com doenças de transmissão sexual (DTS), mostra que 16% das mulheres doentes foram vítimas de abuso sexual na idade compreendida entre os seis e os 15 anos.

A discriminação da mulher no que respeita aos cuidados de saúde, à educação e aos alimentos, é ainda muito grande em muitas regiões do mundo: no Bangladesh, há três vezes mais raparigas mal nutridas do que rapazes; na Índia, morrem duas a três vezes mais raparigas do que rapazes. Entre 1985 e 1993, cerca de 114 milhões de raparigas, no mundo, sofreram mutilações genitais, a maior parte acontecido em África e Ásia.

No que se refere à origem social das vítimas de violência, a pesquisa feita no mundo evidencia que embora a pobreza e o desemprego lhe estejam associados, a violência atravessa todos os grupos sociais, independentemente do nível de escolarização, estatuto económico e social (Bleichmar, 1998; Armstrong, 1998; Skold, 1998)

#### CAIXA 3.9 AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS E OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Nome	Objectivos	Data	Local
Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento	O ser humano é agente do desenvolvimento	1992	Rio de Janeiro
Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos	Direitos humanos são componentes do desenvolvimento. A discriminação contra as mulheres deve ser eliminada	1993	Viena
Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento	Igualdade e equidade dos sexos. As pessoas são o centro do desenvolvimento	1994	Cairo
Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social	A economia deve estar ao serviço do bem-estar das pessoas. Solidariedade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento	1995	Copenhaga
Conferência de Beijing	Defesa dos direitos humanos das mulheres Contra a violência de género	1995	Beijing

Fonte: PNUD, 1995

### ***Violência de género em Moçambique: de pequeno se ‘distorce’ o pepino***

Os efeitos do ciclo da violência de género têm enormes implicações ao nível do desenvolvimento dos países. A ausência combinada de oportunidades no acesso aos recursos (que é em si já uma violência) e a vigência de um modelo que relega mais de metade dos membros de uma sociedade a um papel subalterno, ilustra quão longe a humanidade se encontra do ideal de um desenvolvimento equilibrado.

Existe um adágio popular segundo o qual o pepino torce-se enquanto ainda pequeno. A violência do género em Moçambique obedece, ao que parece, a este adágio mas no seu sentido negativo. Estas atitudes são inculcadas enquanto as crianças ainda são novas. A violência de género assume formas variadas que não caberiam numa simples lista, por mais exaustiva que fosse:

- mesmo antes de nascer as crianças rapazes são regra geral mais desejadas do que as crianças do sexo feminino;
- desde criança a rapariga deve realizar trabalhos domésticos;
- as raparigas são preteridas no acesso à escola;
- muitas raparigas são obrigadas a casar prematuramente;
- com menos instrução, as mulheres têm empregos mais instáveis e auferem menos que os homens;
- muitas mulheres são sujeitas, no trabalho, a assédio sexual;
- em casa as mulheres são humilhadas e sujeitas a insultos pelos seus parceiros;
- muitas mulheres são frequentemente agredidas pelos companheiros;
- muitas raparigas e jovens são sexualmente violadas pelos maridos, pais, irmãos e vizinhos;
- muitas mulheres e jovens sofrem de ainda detraumatismos devido ao rapto e à violação feitas durante a guerra civil.

<b>CAIXA 3.10 QUADRO TIPO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER AO LONGO DA VIDA</b>	
<b>Fase</b>	<b>Tipo de violência</b>
Pré-natal	Aborto selectivo em função do sexo do feto, espancamento durante a gravidez, gravidez forçada (violação durante a guerra).
Primeira Infância	Infanticídios de rapariga, abusos emocionais e físicos, disparidade no acesso a alimentação e cuidados médicos.
Infância	Mutilação genital, incesto e abusos sexuais, disparidade no acesso a alimentação e cuidados médicos.
Adolescência	Violência em saídas com indivíduos do sexo oposto e durante o namoro. Práticas sexuais impostas por motivos económicos, abuso sexual no local de trabalho.
Reprodutiva	Abusos contra as mulheres por parceiros íntimos, violação conjugal, abusos e homicídios por motivos relacionados com o dote, homicídio pelo parceiro, violência psicológica, abuso sexual no local de trabalho, assédio sexual, violação, abuso de mulheres com incapacidades.
Velhice	Abusos de que são alvos as viúvas e pessoas idosas (que afectam sobretudo mulheres)
<small>Fonte: Heise, L 1994. Violence Against Women: The Hidden Health Burden. Working Paper do Banco Mundial/Bank Working Paper</small>	

Pesquisas qualitativas têm demonstrado que, grande parte da violência exercida sobre a mulher em Moçambique tem a sua origem nos mecanismos de socialização primária (Loforte, 2000; Osório, 1997). A violência psicológica é a primeira forma de violência na família. Em criança, a rapariga é muitas vezes sujeita a trabalhos domésticos penosos; enquanto o irmão joga e estuda, a irmã carrega água, ajuda a mãe na cozinha e trata dos mais novos.

Se as condições materiais da família permitem que a rapariga estude, ela deve, mesmo assim, aprender a rotina do ‘tanque, fogão, forno, vassoura e enxada’, não como competências adicionais com valor intrínseco próprio,

### CAIXA 3.11 QUADRO IDEAL DA IGUALDADE ENTRE OS SEXOS

Área de vida	Indicadores
Autonomia do corpo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Protecção jurídica contra a incidência de violência com base no sexo</li> <li>• Controlo da sexualidade</li> <li>• Controlo da reprodução</li> </ul>
Autonomia dentro da família e do agregado familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberdade para se casar e divorciar</li> <li>• Direito à custódia dos filhos em casos de divórcio</li> <li>• Poder de tomar decisões e acesso a bens dentro do agregado familiar</li> </ul>
Poder Político	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomada de decisões a nível acima do agregado familiar (municípios, sindicatos, governo, parlamento)</li> <li>• Percentagem de mulheres com altos cargos executivos</li> </ul>
Recursos sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso à saúde</li> <li>• Acesso à educação</li> </ul>
Recursos materiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso a terras</li> <li>• Acesso a casas</li> <li>• Acesso a crédito</li> </ul>
Emprego e rendimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição de mão-de-obra remunerada e não remunerada</li> <li>• Diferenças salariais entre homens e mulheres</li> <li>• Divisão de mão-de-obra formal e informal</li> </ul>
Tempo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso relativo ao lazer e ao descanso</li> </ul>
Identidade sexual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rigidez da divisão do trabalho em função do sexo</li> </ul>

Fonte: FNUAP (2000) *Vidas em Comum, Mundos separados*

mas como aptidões fundamentais da construção da sua identidade e norma de 'boa educação'. A partilha de tarefas entre rapazes e raparigas, mesmo quando existe, revela sempre uma caracterização desigual da escola e do trabalho doméstico, como por exemplo a definir como 'ajuda' para as tarefas executadas pelos rapazes, e 'obrigação' para as executadas pelas raparigas no foro doméstico.

A baixa auto-estima, o medo de enfrentar o outro, a fuga à visibilidade são manifestações da violência psicológica que se abate sobre a rapariga desde os primeiros anos de idade.

Em muitas zonas do Norte e Centro do país, e devido às carências económicas das famílias, uma proporção significativa de raparigas abandona a escola para se casar prematuramente.

Um dos aspectos que empurra as raparigas para esta prática retrógada que equivale literalmente a uma hipoteca do seu futuro é que as escolas são também espaços de violência contra a rapariga, não apenas pela desvalorização do seu trabalho escolar, mas pelo assédio e violação sexual a que muitas jovens são sujeitas.

Como resultado, muitas jovens engravidam e abandonam a escola. É nas regiões Norte e Centro do país onde mais raparigas desistem de estudar. Em 97 cerca de 61,8% de raparigas abandonaram a escola antes de concluírem o ensino primário do primeiro grau, ou seja os primeiros cinco anos de escolarização; no mesmo ano apenas 39,2% de raparigas em idade escolar em Sofala ingressaram no sistema. (Walker, 1998)<sup>6</sup>

<sup>6</sup> O plano de acção do MINED indica que o facto de não haver desagregação de dados a nível de cada província, impede que se tenha uma noção clara da realidade, dado que as escolas situadas nas zonas urbanas registam taxas mais altas de ingresso feminino.

A gravidez precoce é uma das formas mais graves da violência exercida sobre as jovens. O aumento da gravidez de adolescentes fora do quadro de uma relação estável tem a ver com um conjunto de factores que vão desde a pobreza, a perda de referências, a transgressão ao modelo tradicional de educação, e a ausência de informação acerca da sexualidade e da reprodução.

Embora a gravidez prematura seja um fenómeno comum em todo o país, a pesquisa empírica tem demonstrado que é nas zonas urbanas e entre as famílias recentemente urbanizadas que a gravidez de adolescentes é mais frequente. Muitas jovens engravidam como estratégia de sobrevivência, procurando, através do casamento, conseguir a liberdade e o ‘bem-estar’ que as suas famílias não podem proporcionar. Por outro lado, nas famílias situadas entre valores tradicionais de orientação e controlo dos comportamentos, e a modernidade, a gravidez da adolescente está, frequentemente, associada à atracção sentida por uma imagem de mulher bem sucedida em que a aparência física é o indicador. (Osório, 97).

A gravidez precoce, para além das consequências que tem para a saúde da jovem mãe, traz sempre consigo uma sobrecarga de violência. Se frequenta a escola a jovem é obrigada a abandoná-la. Por outro lado, se o casamento não se realiza ela é sujeita a recriminações constantes, ao trabalho mais duro, caindo muitas vezes na prostituição e em relações que não lhe devolvem a estabilidade, respeito e dignidade na sociedade.

Mas a violência não atinge apenas a criança e a rapariga. Quando adultas e casadas muitas mulheres são ainda sujeitas a níveis de violência muito elevados. A influência na conduta feminina de valores que a inferiorizam como ser, levam-na a aceitar a dominação masculina. Mesmo quando têm um emprego e têm um rendimento razoável, muitas mulheres representam-se e são representadas em primeiro lugar como mães e esposas. A pluriactividade a que são sujeitas e a que sujeitam as respectivas descendentes revelam a conformação com o modelo que as submete.<sup>7</sup>

A chamada violência simbólica que recai sobre as mulheres ao imputar-lhes a responsabilidade do

afecto, da harmonia e do ‘bom ambiente’ no lar, acrescenta-se a violência física e sexual. A violência física é muitas vezes naturalizada, tanto pelo agressor como pela agredida. O alcoolismo, o desemprego masculino, o adultério ou ainda ‘a comida mal feita’, são os argumentos mais utilizados para justificar a violência física contra a mulher.

O facto da mulher, pelos fundamentos normativos que regulam o casamento, não poder negar a relação sexual, leva à violência sexual. Sob pena de desafiarem o modelo dominante, muitas mulheres são ainda obrigadas a ter relações sexuais contra a sua vontade e a aceitarem gravidezes sucessivas.

As consultas médicas e a assistência jurídica às mulheres vítimas sugerem um aumento da violência contra as mulheres, o que pode significar tanto uma maior visibilidade da violência como também o seu aumento na relação intra-conjugal. Pesquisas realizadas nos últimos anos têm demonstrado não só um recrudescimento da violência, mas evidenciam também que a maior parte da violência continua oculta. (Osório, Andrade: 2000).

A mulher não rompe o silêncio, em primeiro lugar, porque foi educada para aceitar ‘alguma violência’ como direito masculino, como sinal de amor, ou como fatalidade da sua dependência e, em segundo lugar, porque receia a estigmatização e o vexame que acompanha a mulher divorciada pois se julga “com defeito” ou incapaz de “manter uma casa e um marido.” Por esta razão, poucas são as mulheres que se queixam dos actos de violência praticados no contexto conjugal. Mas mesmo quando apresentam queixas às instâncias de justiça, elas são na maior parte dos casos desencorajadas de formalizarem os processos de denúncia, tanto pela família como pelos agentes da autoridade. O atendimento das mulheres vítimas de violência é, em muitas instâncias, orientado pelo mesmo tipo de valores que consideram a violência de género como uma dimensão “natural” à cultura moçambicana.

Dados representativos da prevalência da violência contra a mulher são raros em Moçambique, como resultado do estado incipiente das instituições que se dedicam ao

<sup>7</sup> A informação estatística produzida em Moçambique não tem ainda em conta o nº de horas que a mulher trabalha em casa, o que distorce a realidade do trabalho feminino.

aconselhamento nesta área. A cidade de Maputo é uma das poucas áreas onde esta actividade começa a ter alguma consistência e a informação relevante começa a ser sistematizada. Um trabalho realizado sobre as mulheres atendidas (555 casos) entre 1996 e 97 no Hospital Central de Maputo no âmbito do programa Kulaya, evidencia que 188 das vítimas sofreram violência doméstica, outros sofreram violência sexual, sendo que metade dos agressores são namorados, maridos, vizinhos ou parentes.

O perfil das mulheres atendidas mostra que cerca de 70% são solteiras, de baixa escolaridade, domésticas ou vendedoras do mercado informal. (Kulaya, 97) Dados obtidos na Medicina Legal do Hospital Central de Maputo evidenciam que cerca de 32% dos casos analisados são de mulheres afectadas pela violência. (OMS, 2001) O quadro 3.5. indica, no âmbito do Todos Contra a Violência (TCV)<sup>8</sup>, o número de casos de violência atendidos entre 1991 e 1999.

### *A luta contra a violência do género*

A partir das recomendações da Conferência de Beijing, seis organizações não governamentais moçambicanas participam, desde 1996, no programa conjunto TCV visando pesquisar, realizar advocacia e assistência jurídica e contribuir para a elaboração de uma proposta de lei que sancione a violência doméstica. Em Moçambique, compete às organizações de mulheres o trabalho de liderar o movimento contra a violência exercida contra a mulher:

- aconselhando e patrocinando as mulheres vítimas de violência;
- mobilizando-as a quebrar o silêncio;
- estimulando a realização de projectos que permitam a independência económica da mulher;
- incentivando a comunidade para o acesso da rapariga à escola;
- aconselhando e pressionando os poderes para a elaboração de um quadro legal mais sancionador;
- sensibilizando a sociedade civil para a necessidade de dignificar a mulher.

A ratificação pelo Estado moçambicano de convenções internacionais de protecção dos

direitos das mulheres, mostra também, uma vontade política de reduzir a violência de género. No entanto, a integração dos instrumentos jurídicos internacionais deve ser complementada por algumas iniciativas internas, incluindo:

- aprovar a Lei de Família que estabeleça a igualdade de direitos no seu seio.
- elaborar uma lei que faça da violência doméstica um crime público.
- introduzir no código penal a figura de femicídio.
- elaborar procedimentos mais rigorosos de punição do assédio sexual
- fazer cumprir com rigor a lei que pune os agressores sexuais de menores, particularmente nas escolas.
- criar condições para que o Ministério da Saúde possa desenvolver acções a fim de permitir a assistência, apoio e a inserção social das mulheres vítimas de violência.

**QUADRO 3.5 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 1991-1999**

Organização	Casos atendidos
KULAYA	1,395
OMM	747
AMME	428
AMMCJ	497
MULEIDE	755
<b>Total para o Período</b>	<b>3,822</b>

Fonte: Maria José Arthur, 2000

### **Situação da mulher no âmbito da legislação e políticas**

Moçambique criou, em 1996, o Grupo Operativo para o Avanço da Mulher, como seguimento à Plataforma de Acção adoptada em Beijing, com o objectivo de coordenar as estratégias e as acções sectoriais desenvolvidas pelas instituições do Estado, organizações não-governamentais e a Universidade Eduardo Mondlane. A formulação de propostas legislativas e programas de acção e o acompanhamento e a avaliação das actividades realizadas em prol da promoção da igualdade da mulher são tidos como os principais campos de

<sup>8</sup> Referimo-nos ao programa Todos Contra a Violência em que cada uma das organizações envolvidas realiza uma componente do projecto.

intervenção do órgão. (Relatório de Moçambique, 2001).<sup>9</sup>

Embora a acção do Grupo Operativo, nos últimos anos, tenha deparado com dificuldades devido à incapacidade do Estado de prover recursos para os seus programas e à inexistência duma definição clara da política de género, destaca-se o trabalho desenvolvido por algumas organizações que constituem o Grupo Operativo, dirigidas fundamentalmente para a divulgação dos direitos humanos da mulher, a assistência jurídica e a assistência hospitalar às vítimas de violência.

No entanto, em Moçambique, a coordenação entre estratégias e prioridades a desenvolver para a promoção da igualdade de género entre as mais de 50 organizações que trabalham com, ou/e para mulheres e os sectores do governo é ainda deficiente. Do mesmo modo é cada vez mais importante aprofundar a reflexão entre os sectores que trabalham com género e desenvolvimento.

A ausência deste debate pode levar a uma falta de clareza sobre os objectivos a alcançar, ou seja a questão dos direitos humanos da mulher se reduz à criação de mais oportunidades de acesso aos recursos ou se ‘empowerment’ significa, fundamentalmente, aumentar de forma combinada o acesso aos recursos, aliado ao conhecimento e ao controlo na tomada de decisões. Quer dizer não é apenas uma questão de participação no campo político, mas sobretudo a possibilidade da mulher poder decidir em todas as esferas de vida incluindo a sexual e reprodutiva.

O problema de fundo actual é que a promoção da igualdade da mulher no país se faz sem questionar o modelo cultural em que se alicerça a subalternidade. Um sinal revelador desta situação é o facto do Projecto De Lei da Família, ainda em fase de debate popular, estar a ser questionado precisamente por parte da direcção de Estado nos aspectos de fundo da estruturação da desigualdade, como é caso da possibilidade eventual das mulheres também poderem ser chefes de família de jure ou a legitimidade legal da poligamia.<sup>10</sup>

Desta situação resulta que as acções que o Estado desenvolve em prol da promoção da mulher não estão, por vezes, em sintonia com um real reconhecimento da importância do género para o

desenvolvimento.

A pressão das instituições doadoras ou a influência política individual têm sido, até certo ponto, mais eficazes na implementação de programas de género no país do que vontade em traduzir as intenções políticas à prática do Estado. Enquadra-se nesta reflexão a discussão gerada pela criação, em 1999, do Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social que, por um lado, ressuscitou o debate sobre se a situação da mulher é ou não uma questão sectorial. Por outro, questiona-se a justeza de integrar na mesma instituição, a mulher, a criança e os idosos, como parte de um mesmo conjunto de vulnerabilidades. Este facto sugere uma solução providencialista para o problema da desigualdade e ausência de uma abordagem do género na sua vertente de questão transversal em todas as áreas, programas e actividades.

O programa do governo para 2000-2004 ao definir a redução da pobreza absoluta como prioridade para o quinquénio, acentua a necessidade de aumentar o acesso da população aos serviços básicos, nomeadamente a educação.

O sector da educação em Moçambique é, pela informação que conseguiu recolher e sistematizar e pelas acções concretas que tem conseguido implementar a nível de todo o país, a instituição do Estado que mais avanços tem registado no desenvolvimento de uma política de género eficaz. Tendo como objectivos centrais promover o acesso e a permanência da rapariga na escola, aumentar o número de professoras e directoras de escolas, rever os currículos e planos de estudo, o Ministério da Educação (MINED), tem desenvolvido acções junto das famílias, escolas e comunidades para sensibilizar a sociedade para a necessidade da educação da rapariga, criando ao mesmo tempo incentivos para que um número cada vez maior de raparigas tenha acesso à educação.<sup>11</sup>

O MINED criou em 1996 Unidade de Género a nível central e nas direcções provinciais, tendo definido como prioridades no seu Plano de Acção para a Integração da Perspectiva de Género no Plano Estratégico de Educação (PEE), 1997-2001, o aumento do acesso e da permanência da

<sup>9</sup> No âmbito da Conferência Regional dos Ministros para Assuntos de Género e Desenvolvimento realizado em Maputo em 2001, O ministério da Mulher e Acção Social faz um balanço da situação da promoção da igualdade e equidade de género em Moçambique, incidindo particularmente nas actividades realizadas pelas instituições do Estado.

<sup>10</sup> Com o argumento da “nossa realidade cultural”, pessoas com responsabilidades no Estado e na ONGs pronunciaram - se a favor da inclusão do casamento polígamo, na futura Lei de Família.

<sup>11</sup> As taxas de ingresso da rapariga subiram no ano 2000 em 1,5% a 2%

**A**pós a Conferência de Beijing, grande parte dos Estados membros das Nações Unidas passaram a definir como estratégia a promoção da igualdade e equidade da mulher. A participação no campo do poder, a promoção de incentivos para o aumento do acesso da mulher aos recursos e o combate à violência de género constituem as áreas principais de intervenção.

Relativamente à África, saliente-se a elaboração do Projecto de Protocolo Adicional à Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos Inerentes aos Direitos da Mulher em África em 1995, com o objectivo central de particularizar a especificidade da condição feminina no continente, permitindo melhorar o conhecimento e o acesso das mulheres aos direitos humanos.

Os países que constituem a SADC assinaram uma Declaração do Género e Desenvolvimento da SADC em 1997 seguida, em 1998, pela assinatura, nas Maurícias, da Adenda sobre a Prevenção e Erradicação da Violência Contra a Mulher e a Criança. No mesmo ano, foi criada a Unidade sobre o Género da Organização no Secretariado da organização. Em 1999 a SADC recomendou aos países membros a introdução da igualdade de género nas Cartas Fundamentais, a remoção legal de todos os dispositivos que violem os direitos humanos das mulheres e a adopção de uma política de quotas nas áreas ligadas à tomada de decisões.

Em 1997, Moçambique criou o Grupo Operativo com o fim de avaliar e identificar as componentes principais de intervenção\*. Por falta de recursos e indefinição clara do conteúdo e das responsabilidades da sua acção, o funcionamento deste grupo tem sido deficiente. Na maioria dos Estados a informação mais utilizada é a qualitativa dada a inexistência de informação desagregada por sexo.

Os objectivos e as acções consideradas prioritárias para a organização são a promoção do acesso da mulher a fontes de financiamento, o aumento do acesso da mulher ao poder (garantindo que em 2005, cerca 30% dos decisores sejam mulheres), a capacitação institucional e a formação de redes e a elaboração e implementação de planos de acção nacionais que integrem de forma integrada o combate à violência. Curiosamente apenas a Namíbia ratificou ao Protocolo Opcional à Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), enquanto que a Swazilândia nem sequer acedeu ao protocolo.

\*O Grupo Operativo é constituído por sectores do Estado e organizações não governamentais.

rapariga na escola e o aprofundamento das questões relacionadas com a informação e a planificação numa abordagem de género.

Porém, a primeira avaliação do cumprimento das actividades inicialmente previstas revelam, no que se refere ao aumento dos ingressos preconizado no PEE 1997- 2001, que os objectivos não foram atingidos. Entre 1995 e 2000 a participação das raparigas apenas aumentou marginalmente no ensino primário do primeiro grau, situando-se nos 42,09% e diminuiu no ensino primário do 2º grau situando-se 39,7%. Tendência idêntica registou-se nos ingressos aos dois níveis do ensino secundário geral, tendo ficado bem longe das metas estabelecidas no Plano Estratégico. (COMPETE, 2001)

De salientar que a maioria dos relatórios provinciais, numa lógica de reprodução dos papéis tradicionais da rapariga, referem o corte e costura, bordados e culinária como áreas importantes para a

promoção da rapariga.

A política sectorial para a saúde define como constrangimento principal para o trabalho institucional, a ausência até agora de uma política nacional formal sobre o género o que não facilita a incorporação, monitorização e avaliação das políticas sectoriais sobre esta matéria (Ministério da Saúde, 2001: 26). A informação existente é muito insuficiente e não está sistematizada. Por esta razão, a saúde define estratégias demasiado generalizadoras, imprecisas e vagas, para o próximo quinquénio, nomeando o aumento do conhecimento sobre o acesso da mulher aos cuidados de saúde, a educação comunitária, a capacitação institucional e a divulgação dos direitos à saúde reprodutiva, como áreas prioritárias.

Estas diferenças entre as políticas sectoriais dos sectores de saúde e educação revelam, de certo modo, as ambiguidades do programa do

governo no que se refere ao aumento da equidade e igualdade de género. Se para a educação está claramente definida uma intenção de aumentar o acesso da mulher ao ensino e à formação, no que se refere à saúde, o programa expressa a melhoria da situação da mulher num contexto mais geral e técnico.

Assim, a mulher é considerada, por um lado, parte do grupo da população mais vulnerável, como as crianças e deficientes e, por outro, as metas do sector priorizam a saúde materno infantil e a assistência médica à mulher mãe. Esta visão de 'promoção da mulher' descarta, por exemplo, os níveis de violência que se exercem sobre a mulher e a necessidade de traçar uma política abrangente de apoio concreto e sistemático às vítimas de violência, no atendimento hospitalar, no exercício livre da sexualidade e da reprodução.

Se analisarmos as outras componentes que constituem o campo do desenvolvimento social, continuam a registar-se evidências de muitas fragilidades no que se refere a uma estratégia coerente para a promoção da mulher. No sector do trabalho, por exemplo, a criação de auto-emprego para a mulher é a única componente mencionada no plano, não havendo qualquer referência, ao contrário do que acontece com a população emigrante, à protecção da mulher no emprego e ao reforço da capacitação das organizações sindicais. Embora não se possuam registos sistematizados sobre a situação da mulher trabalhadora há conhecimento do contínuo atropelo da legislação laboral, nomeadamente, na promoção da mulher no emprego, no despedimento sem justa causa e no assédio sexual.

Outras áreas há como é o caso da cultura e do desporto em que a mulher ou não é mencionada ou é referida em conjunto com a população deficiente. Isto pode significar que existem campos de intervenção sectorial, que são considerados exclusivamente masculinos, contrariando de facto o princípio da equidade enunciado pelo governo. Esta questão assume maior importância, quando se conhece a importância dos constrangimentos culturais na preservação dos estereótipos sociais acerca do papel e estatuto da mulher. Esta posição contrasta com o facto de que as mulheres são as que mais se destacam nas competições além fronteira como o atestam os casos da atleta Lurdes Mutola e, mais recentemente, a conquista do Campeonato Africano de Basquetebol pela equipa feminina da Associação Académica de Moçambique.

## Reforma legal

O programa do governo para a Defesa da Legalidade e Organização da Justiça, considerado pelas organizações de mulheres como fundamental para a defesa dos direitos da mulher, é omissivo no que diz respeito à melhoria no acesso aos direitos por parte da mulher. Poder-se-ia inferir que as acções e as metas privilegiadas para o sector incluem mulheres e homens. Contudo, a pesquisa realizada pela WLSA ao longo dos últimos anos tem mostrado amplamente que as mulheres acedem menos aos tribunais, que a administração da justiça é discriminatória e que continuam ou a serem aplicadas leis não promotoras da igualdade ou a faltar uma legislação desencorajadora da violência, como é o caso da elevação da violência doméstica para a categoria de crime público. (Caixa 3.13)

Por outro lado, a Lei de Família que constitui um instrumento importante na luta pela igualdade, pode, pela maneira como é formulada, fazer depender alguns dos direitos da mulher da realidade cultural: ou seja, a mulher continua a não poder ser chefe de família, e os casamentos polígamos seriam legitimados e as uniões de facto inexistentes. (Programa do Governo 2000-2004, 2000: 95)

A análise da lei tem que ser feita tendo em conta as transformações ocorridas desde a independência nacional em que se procura, com a criação dos tribunais populares, aproximar o sistema de administração da justiça das pessoas. Para além desta formalização de instâncias de mediação e arbitragem de conflitos através de estruturas eleitas e inseridas nas comunidades, foram informalmente aceites outros espaços de resolução de conflitos, como a OMM e os Grupos Dinamizadores ao nível dos bairros.

Ao mesmo tempo que se flexibilizava o acesso das cidadãs e dos cidadãos à justiça, as formas tradicionais de mediação foram, no contexto revolucionário, ilegítimas. Esta ilegitimidade alargou-se às normas tradicionais que regulavam as relações sociais nas sociedades camponesas moçambicanas.

Pesem embora as restrições à aplicação da norma, pode considerar-se que, no período que vai desde 1975 até ao final dos anos 1980, as mulheres tiveram a possibilidade e usaram-na abundantemente para procurar soluções para os seus problemas principalmente de ordem conjugal e laboral em instâncias inseridas nas suas comunidades de origem. Esta situação contribuiu,

### CAIXA 3.13 O PALMARÉS DE UMA MULHER 'DOIRADA'

Lurdes Mutola é, sem dúvida, o quinto símbolo de Moçambique depois da bandeira, nacional e do hino e da moeda e do Chefe de Estado. Através das vitórias nas competições internacionais, ela tem, ironicamente, ajudado a popularizar o hino e a bandeira além-fronteiras, colocando Moçambique no mapa do mundo.

A menina que, aos 14 anos, foi 'arrancada' à prática de futebol numa equipa masculina de um subúrbio de caniço de Maputo, não poderia ter encontrado uma ocasião mais simbólica quando, a 25 de Setembro de 2000 ela coroou a sua brilhante carreira com a conquista do título que ela e os moçambicanos sempre almejavam - o de campeã olímpica. Naquela data, a 25 de Setembro de 1964 celebravam-se 36 anos desde que homens e mulheres pegaram em armas e iniciaram a luta contra o colonialismo português, que culminou com a independência de Moçambique em 1975. Era a primeira medalha de ouro olímpico para o país, produto da abnegação de uma mulher. Não admira que a Ministra para os Assuntos da Mulher e Acção Social, Virgília Matabele, tenha reivindicado a vitória de Mutola como um feito especial das moçambicanas.

O percurso da única campeã olímpica de Moçambique de todos os tempos não foi fácil. Mutola teve, desde os jogos olímpicos de Seul, em 1988, os de Barcelona, em 1992 passando por Atlanta, em 1996, que viver a frustração de não conseguir cortar a meta na primeira posição na sua disciplina.

Apesar de o título olímpico continuar a eludir a atleta, Mutola foi, porém, oferecendo momentos de alegria aos moçambicanos. Além de vencer vários meetings internacionais, sagrou-se campeã mundial em Estugarda (Alemanha), em 1993; ganhou uma medalha de ouro nos jogos da Commonwealth em Kuala Lumpur, na Malásia, em 1998. Em 1999 ganhou uma

Sevilha, Espanha, uma medalha de bronze na Atenas, Grécia em 1997, e quedara-se no quarto lugar em Tóquio, em 1991 - tudo isso na sua especialidade preferida de 800 metros. Mutola teve ainda a distinção de ter sido a campeã mundial dos jogos de pista coberta, em 1999, e em Lisboa, em 2001, e ainda conquistou o título de campeã dos Jogos de Boa Vontade, em Brisbane (Austrália), para não falar dos recordes nacionais que ela estabelecera antes em Moçambique nos 200, 800, 1.500 e 3.000 metros. Contudo, os palmarés desta menina doirada sabiam a pouco sem a consagração olímpica, que só viria a acontecer em 2000.

Em 2001 voltou a recuperar o título de campeã mundial, em Edmonton, Canadá. O que torna Mutola um caso à parte é que sempre permaneceu fiel ao seu país, mantendo a nacionalidade moçambicana, não obstante estar viver nos Estados Unidos da América desde 1991, e de nunca lhe terem faltado promessas aliciantes para mudar de nacionalidade. Recentemente registou a Fundação Lurdes Mutola, com sede em Moçambique, uma instituição que tem como objectivo, nas suas próprias palavras, impulsionar um movimento de entre-ajuda "capaz de congregar esforços e direccioná-los para a identificação e promoção de novos talentos nas áreas desportiva, social e económica". Lurdes Mutola constitui assim o exemplo de uma atleta de sucesso que não abdica da sua condição de moçambicana e se associa aos esforços de desenvolvimento do país.

A nível interno o reconhecimento moral foi sempre empolgante, o prémio material demorou a chegar. Mas quando ela ganhou em 2000 o governo ofereceu-lhe uma residência num dos bairros mais luxuosos da capital e uma viatura, enquanto que a Cidade de Maputo atribuiu o nome da atleta.

### CAIXA 3.14 ADULTÉRIO NO CÓDIGO PENAL: DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS

Um dos exemplos mais eloquentes do carácter retrógado e discriminatório das leis ainda vigentes em Moçambique, mas herdadas do período colonial, são as provisões diferenciadas para casos de adultério quando cometido por um homem ou por uma mulher no Código Penal Português de 1886.

Quando o adultério é praticado pela mulher, a pena prevista no Código Penal é de prisão maior de dois a oito anos; e quando praticado pelo marido, o crime é punido com uma pena de três meses a três anos ...

... O quadro supra referido vê-se exacerbado pelas disposições do artigo 372 do Código Penal que admite que 'o homem que achar a sua mulher em adultério, cuja acusação lhe não seja vedada..., e nesse acto matar ou a ela ou ao adúltero ou ambos, ou lhes fizer alguma das ofensas corporais declaradas nos artigos 360.... será desterrado para fora da comarca por seis meses... mas se as ofensas forem menores, não sofrerá alguma pena'.

Entretanto, à mulher poderão ser aplicadas as mesmas disposições que, em iguais circunstâncias, matar '...a concubina teúda e manteúda pelo marido na

casa conjugal.'

Um aspecto digno de nota aqui é a especificação que se faz na lei de modo a ilibar o homem de responsabilidade caso venha a cometer adultério, utilizando como argumento o espaço onde o delito ocorre. A lei estipula que, para adquirir validade legal, o adultério teria de ser uma relação regular e o acto em causa executado 'na casa conjugal'. Por outras palavras, se o acto se realizar fora de casa e com uma mulher que não seja 'teúda ou manteúda', ou seja produto de uma relação regular, o acto não constitui um delito.

Em contrapartida, a mulher casada que praticar um único caso de infidelidade conjugal, quaisquer que sejam as circunstâncias, pode nos termos da lei ser declarada adúltera e condenada.

Este clausurado da lei é obviamente inconstitucional. Porém, num país onde o conhecimento das leis é limitado não se pode excluir a possibilidade de ela estar a ser utilizada para arbitrar conflitos conjugais.

Versão editada extraída do WLSA Moçambique, 1998: 154 -155

principalmente até ao final dos anos 1980, para aumentar visivelmente o acesso da mulher à justiça.

No entanto, a mudança da orientação política e social no início dos anos 1990, nomeadamente a extinção dos tribunais populares, leva a que o acesso à justiça se faça forçosa e exclusivamente através do sistema formal, já que este passa a ser a única instância legítima para arbitrar conflitos.

Por outro lado, o corpus jurídico não foi, na sua essência, alterado desde a independência nacional, regendo-se Moçambique, em muitos campos do direito, por dispositivos legais elaborados há mais de um século alguns dos quais com teor descaradamente anti-igualdade e contradizem os preceitos consagrados na Constituição de 1990. (Caixa 3.14)

Há também a considerar que, embora em Moçambique seja apenas reconhecido como legítimo o sistema formal de administração da justiça, os fundamentos normativos tradicionais, que se baseiam na subalternidade feminina, continuam a influenciar a manutenção de relações de género desiguais para a vasta maioria. Por exemplo, embora tenha sido eliminado o postulado que prescrevia a perda automática da nacionalidade para a mulher moçambicana que casasse com um estrangeiro, a Constituição de 1990 mantém a desigualdade entre mulheres e homens. O artigo 21 da nova constituição consagra um princípio discriminatório em relação à aquisição de nacionalidade por qualquer cônjuge estrangeiro que case com uma moçambicana, pois apenas permite, expressamente, a aquisição da nacionalidade moçambicana à mulher estrangeira casada

com um moçambicano, não sendo permitida a aplicação deste postulado ao homem estrangeiro que case com mulher moçambicana.

A segunda metade da década de 1990 foi marcada por um conjunto de iniciativas no campo legal que visam a substituição de antigas leis e a criação de novos dispositivos. Destaca-se a criação, em 1997, da Comissão da Reforma Legal que elaborou o Projecto da Lei a Família e o início da revisão do Código Penal.

Do mesmo modo, sendo o Código Penal orientado pelo modelo andrócratico, existem diferentes articulados que demonstram a superioridade masculina como, por exemplo, o facto de o marido poder prosseguir uma acção criminal contra a vontade expressa da mulher.

Contudo, a ausência de uma Lei da Violência contra a Mulher que criminalize a violência doméstica não só garante impunidade aos perpetradores da violência como é agravado pela tendência de a violência física e psicológica contra a mulher ser socialmente 'naturalizada' na nossa sociedade.

O articulado sobre homicídio cometido no âmbito conjugal também parte da falsa realidade da igualdade social de homens e mulheres e da neutralidade da lei. A pesquisa recente tem demonstrado que, por um lado, os crimes cometidos contra a mulher, pelo marido ou parceiro, são em muito maior número e, por outro lado, que o cometimento do crime da mulher contra o cônjuge é quase sempre precedido de violência sistemática, prolongada e contínua exercida contra a mulher, não sendo este facto tido como atenuante na administração da pena. (Osório, Andrade, 2000)

O acesso à terra nas zonas rurais constitui um dos elementos mais elucidativos das relações de género no contexto tradicional. Uma vez que a terra é o activo principal na eliminação das necessidades básicas da maioria da população moçambicana, a forma como ela é adjudicada, controlada e herdada constitui uma das bases mais importantes de socialização que influencia as escolhas dos diferentes grupos sociais. O seu estudo é complexo, mas fascinante, porque é a melhor via de incursão nas tradições que pode ajudar a compreender a forma como estas moldam e são moldadas pelas construções sociais que determinam o lugar e a função dos homens e das mulheres na sociedade. Escolheram-se cinco sistemas que, grosso modo, regem a posse e adjudicação de terra em Moçambique, não obstante reconhecer-se a existência de variantes destas determinadas por práticas culturais específicas em diferentes espaços geográficos.

A Lei de Terra 19/97 de Outubro traz algumas vantagens comparativas para o sector familiar e em particular para as mulheres a quem é dado o direito de controlo do recurso enquanto cidadão de pleno direito. Contudo, quer as mulheres quer os homens ainda não se beneficiam das vantagens adquiridas devido a falta de informação e conhecimento sobre os seus direitos, por um lado, mas também porque as práticas administrativas e judiciárias estão ainda longe de incorporar as normas e as dinâmicas que a Lei procura encorajar.

Quando a nova lei estabeleceu que o direito de uso e aproveitamento da terra é adquirido por ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais segundo as normas e práticas costumeiras, uma excepção se impunha: somente são aceites as normas e as práticas que não contrariem a Constituição da República de Moçambique. Porquê esta excepção? Porque, na maioria dos casos as normas e os direitos costumeiros, traduzem relações de género que são contrárias ao espírito e à letra da Constituição, que proclama a igualdade entre os homens e as mulheres.

### CAIXA 4.1 TERRA E FAMÍLIA RURAL: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Terra é entendida como conjunto de recursos naturais do solo, ou seja terra produtiva, habitável, água, floresta e fauna. Para efeitos deste capítulo, entende-se por direito de acesso um conjunto de normas que regulam a permissão de passagem à possibilidade de ter a terra como colateral para a reprodução social.

A posse traz implícito o papel económico desempenhado pelo uso da terra, enquanto factor de produção, recurso, agente social e fonte de rendimento. A posse implica a possibilidade de transmissão a terceiros através de concessão, alienação, herança, hipoteca ou arrendamento. Por último, controlo significa a tomada de decisões sobre o que fazer com o recurso incluindo a preservação para que a sua utilidade per capita não diminua quando da transmissão intergeracional.

Entende-se por família rural a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das comunidades locais. Por seu turno, a comunidade rural é um conjunto de famílias que estabelece entre si relações económicas, sociais e jurídicas com o objectivo de minimizar os riscos da sua reprodução social.

Preferimos designar por chefe comunitário ao que exerce a chefia da comunidade rural, em lugar de régulo ou chefe tradicional ou ainda de autoridade local, porque nem sempre o régulo tem legitimidade institucional, nem as chefias são tão tradicionais assim, nem aos que realmente exercem a chefia lhes é reconhecida autoridade pelo Estado. O ideal seria usar a designação em cada uma das línguas locais, mas a grande diversidade linguística tornaria difícil a leitura e o acompanhamento do texto.

A análise da relação entre a mulher rural e os factores de produção é feita a partir do acesso, posse e controlo da terra como factor essencial, e em muitos casos determinante, nas relações de género que se desenvolvem no seio da família e se repercutem na organização social.

Seleccionaram-se como funções descritivas dos sistemas o acesso à terra pelo homem e mulher através da herança e do casamento, a transacção de direitos sobre a terra pela venda, aluguer e arrendamento e a posição da mulher enquanto filha, sobrinha, esposa e tia. Por sua vez, sabendo-se que a mulher não está isolada na sua família, seja ela nuclear ou alargada, não se poderia deixar de fazer referência às comunidades rurais em que está integrada e, obviamente, à sociedade em geral.

Os cinco sistemas costumeiros discutidos neste capítulo são os seguintes:

- Casamento preferencial
- Territórios consignados
- Estabilidade dos descendentes nucleares
- Segurança de três gerações
- Dependência do grupo

### **Sistema de casamento preferencial**

Dos cinco sistemas costumeiros aqui apresentados, o do casamento preferencial é o que mais alterações tem registado ao longo do tempo e no espaço geográfico. Este sistema é dominante nas regiões onde a sucessão do poder linhageiro é transmitido pela linha materna e exercido pelos varões que têm laços de parentesco com a genearca. Moçambique é um dos poucos locais do mundo onde ainda é possível estudar o sistema matrilinear.

As formas de acesso, posse e controlo da terra foram alvo de uma série de mudanças ao longo dos anos, sendo de destacar entre os factores que mais influenciaram essa mudança:

- exercício do poder ao nível das chefaturas e das linhagens a partir do Século XIX;
- a gradual venda de excedentes de cereais e de oleaginosas para o mercado;
- a produção da cultura industrial do algodão

e do tabaco (a partir de 1940), e

- a apanha da castanha de caju para processamento industrial a partir de 1960.
- Os principais veículos para as sucessivas formas de adaptação à mudança foram:
- a progressiva adopção do casamento patrilocal ou virilocal (a mulher ir viver para o território residencial do marido) em detrimento do matrilocal ou uxorilocal (o marido ir viver para o território residencial da esposa) ou ainda de um território neutro;
  - a crescente autonomização dos segmentos de linhagem, constituídos por quatro gerações de uma genearca, em relação à matrilinearidade e ao seu território;
  - o fraccionamento da gestão do chefe comunitário de várias linhagens para unidades mais pequenas correspondentes à matrilinearidade com exclusão das “terras dispersas” dos maridos (áreas dispersas ou concentradas de cajueiros, algodão e tabaco geridas directamente pelos maridos).

Embora se possa verificar uma certa tendência evolutiva ao longo das décadas, seria imprudente afirmar-se que há homogeneidade de manifestações em todo o território sempre que se reúnem condições idênticas. Não há evidência que permita concluir estar-se perante uma sucessão de fases históricas cujo resultado, em última instância, seja a passagem de um sistema matrilinear para um sistema patrilinear. Tanto quanto a investigação permitiu saber, o sistema costumeiro de casamento preferencial foi-se adaptando aos factores exógenos trazidos pela história, sem entrar em ruptura e sem adquirir um padrão uniforme de mudança, embora apresente características comuns no espaço territorial em estudo.

Uma característica básica do sistema de parentesco matrilinear é a permissão de casamentos matrilocais e patrilocais. Desde que há registo histórico, a linhagem regente e todos os que com ela mantêm laços de afinidade, podem optar pelo casamento patrilocal. No decorrer do Século XX foi sendo cada vez maior o número dos que podiam

adotar a forma patrilocal, as regalias dadas aos chefes foram sendo alargadas com a monetarização da economia, com o aumento da densidade populacional, com a proximidade dos centros urbanos e ainda, para alguns estudiosos, com a adoção do islamismo.

A escolha do local do domicílio conjugal não pode ser vista somente como um problema de supremacia psicológica sobre aquele que se transfere, mas sobretudo por ser o local do domicílio que determina o local de casamento dos filhos (dentro ou fora) e, como tal, a transmissão dos direitos de propriedade e de autoridade.

Estudos recentes revelam ser cada vez mais frequente o casamento em terra sob controlo do marido, sendo este mais comum quando o sistema de herança das árvores e da terra é pela via paterna. Foi registada, ainda, a existência de tensões e fricções latentes e permanentes entre o pai dos filhos e o irmão da mãe sobre o local de residência da noiva e entre os velhos e os jovens, onde os primeiros usam as mulheres afins a quem atribuem a gestão da terra e acertam casamentos, quando da altura dos ritos de iniciação, como forma de ter no seu espaço territorial os que mais lhes convêm. Do desenrolar destas fricções saem mais ou menos reforçados a autoridade e o prestígio do chefe comunitário e da irmã ou filha primogénita da irmã deste - a *piamwene* - que desempenha um papel de guardiã da integridade e da coesão do grupo.<sup>1</sup>

Quando o casamento é patrilocal a terra é adjudicada ao varão, na altura do casamento, pelo chefe do segmento de linhagem. A mulher, na sua própria comunidade tem acesso e usufrui das formas de propriedade consuetudinárias nas terras da matrilinearidade.

Ao casar a mulher vai para a aldeia do marido, onde o acesso, o controlo e a posse da terra ficam dependentes deste e do seu pai ou tio materno. Por essa razão, o divórcio e a viuvez (quando não acompanhado de segunda núpcias com um dos familiares do ex-marido)

são motivo para cessação dos direitos adquiridos pela mulher na terra do marido e, como tal, razão para e retorno compulsivo à terra da mãe, um exemplo eloquente da limitação das escolhas pela tradição baseada apenas na opção matrimonial que a viúva assuma.

No caso do casamento matrilocal a mulher, para além da garantia do direito de acesso por nascimento, usufrui das formas de propriedade consuetudinárias nas terras da matrilinearidade. Contudo, o controlo do uso dos recursos - o que produzir e como preservar - é exercido pelo tio materno, sob quem recai a responsabilidade da matrilinearidade, e transmitido na sua morte para o filho mais velho da filha primogénita da sua mãe. No caso de morte da mulher, uma outra com a mesma designação clânica substituiu-a assumindo o estatuto, o marido e as terras.

O território é ocupado unicamente pelas mulheres da matrilinearidade, ou seja aquelas que têm a mesma designação clânica, desta forma são excluídas as primas cruzadas pelo lado da mãe e tanto as cruzadas como as paralelas pelo lado do pai. Consideram-se primos paralelos os filhos das irmãs da mãe e dos irmãos do pai e são primos cruzados os filhos dos irmãos da mãe e das irmãs do pai.

Antes da exploração das culturas industriais ou onde estas ainda não se fazem sentir em grande escala, ao casar, o homem tem de trabalhar na 'terra da sogra' por duas ou três campanhas agrícolas, a fim de provar a sua dedicação à mulher escolhida e a sua maturidade para constituir família. Passado esse tempo, ele pede um terreno à família da mulher dentro do território ou uma 'terra dispersa' no território do chefe, mas fora das terras da família da mulher para onde se desloca com a sua esposa. As razões para pedir uma 'terra dispersa' podiam e podem ser várias, mas as mais frequentes são a falta de espaço no território da mulher, incompatibilidade de feitios com a sogra e o

<sup>1</sup>A diluição da autoridade do chefe comunitário em favor do reforço do chefe do segmento de linhagem é acompanhada da individualização da família nuclear em relação ao seu segmento de linhagem. Quando comparadas à distribuição espacial do início do século, com meados e a actual, verifica-se que as unidades territoriais são menores, que chefes de segmento de linhagem se passaram a auto-intitular de chefes comunitários e que os celeiros da matrilinearidade deixaram de existir em benefício do celeiro do segmento de linhagem.

desejo de ter a sua própria parcela e local de residência.

Sobre a ‘terra dispersa’ o tio materno da mulher não tem qualquer poder de decisão sobre o que produzir. O controlo do recurso pelo tio só é válido no território matrilinear. Na ‘terra dispersa’ o controlo é da responsabilidade do marido. Contudo, os direitos adquiridos sobre a ‘terra dispersa’ que lhe foi concedida são limitados ao preceito de que a terra continua sendo património da comunidade hospedeira, regra esta que também lhe é aplicada em relação à terra da sua matrilinearidade de origem e sobre as ‘terras dispersas’ que foram concedidas pelo seu chefe aos maridos das irmãs. A relação do homem que segue o casamento matrilinear passa assim, indirectamente, pela função de tio materno das suas sobrinhas, com limitações, na qualidade de marido na chefatura da mulher, caso o chefe lhe tenha concedido uma ‘terra dispersa’.

Com a disseminação da cultura do algodão e do tabaco e o aumento da migração sazonal de mão-de-obra masculina passou a haver uma imposição de prestação de serviços pré-nupciais na “terra da sogra” mais volumosos e mais regulares, o que contribuiu para o aumento de tensões familiares, a fragilização dos papéis sociais do chefe e da irmã ou filha primogénita e uma crescente instabilidade nos casamentos. O homem assenhorou-se do controlo total da ‘terra dispersa’ optando por ela para a cultura de rendimento e reservando a parcela da mulher para as culturas alimentares.

Na transmissão da herança, o homem de casamento matrilinear passa para o seu filho primogénito o controlo sobre o uso da ‘terra dispersa’. Assim, passa a haver uma dupla subordinação por parte do filho: por um lado está subordinado ao pai de quem recebe os direitos de controlo do recurso e, por outro, está subordinado ao seu tio materno com quem tem a mesma designação clânica.

Esta dupla subordinação acabou por ser resolvida através do casamento preferencial entre primos cruzados. O homem na qualidade de pai dos seus filhos varões e na qualidade de tio das suas sobrinhas dá preferência ao

casamento entre eles, para que os seus descendentes venham a ter a sua designação. Assim, os netos têm a mesma a designação clânica que o avô e o filho mantém, por força da herança, o controlo sobre a terra e as árvores.

Este sistema de casamento preferencial com vista a assegurar o controlo da terra vem a consolidar-se e ganhar novas características com a generalização da compra da castanha de caju para processamento industrial. Ele passou a verificar-se não só entre primos cruzados, mas também com a neta materna da primeira mulher. A árvore, como rezam os direitos consuetudinários em todo o país, é de propriedade individual. Com o cajueiro aumentou a tendência para ao controlo do recurso terra se juntar também a propriedade da terra onde o cajueiro está plantado.

Embora os direitos consuetudinários não permitam a alienação da terra, pois somente dão prioridade de acesso ao dono das árvores, com o decorrer dos anos o dono da árvore na ‘terra dispersa’ passou a exercer direitos de empréstimo e mesmo, em circunstâncias excepcionais, de venda terra a terceiros. Sobre o cajueiro, tal como já acontecera com o coqueiro ao longo da costa, verificou-se a transferência do direito à árvore para o direito à terra, introduzindo-se alterações profundas nos antigos direitos costumeiros da terra. Ao direito de fruição e transmissão veio juntar-se o direito de alienação e troca.

Obviamente que estas alterações vieram a reflectir-se num papel cada vez mais dependente da mulher em relação ao homem no acesso à terra. Na década de 1990 a situação de pobreza generalizada contribuiu para o surgimento dos ‘sem terra’ em algumas zonas junto à costa, afectando, particularmente, as mulheres dos pobres. Não foi a falta de terra que conduziu à pobreza, mas foi a pobreza que criou os ‘sem terra’.

A situação de ‘sem terra’ não é absoluta. Fica-se ‘sem terra’ quando as áreas da família nuclear estão em pousio ou são terras marginais com rendimentos muito baixos. De acordo com a lógica interna do sistema, estas famílias deveriam recorrer às terras da matrilinearidade.

Todavia assim não acontece ou porque elas já estão totalmente ocupadas pelos mais velhos (casamento matrilocal) ou porque a mulher veio viver junto do marido (casamento virilocal).

Uma vez que a parcela matrilinear não pode ser alugada, o aluguer de terra faz-se junto dos que têm ‘terras dispersas’ ou individual. Bens como fios de prata, anéis de ouro e relógios, são pelas mulheres penhorados junto dos ‘banqueiros do povo’. O dinheiro é entregue ao dono da terra e restituído (após a dedução dos juros devidos estabelecidos em função do período e do montante requerido) com a entrega de parte da colheita. Há quem penhore a sua própria terra que está em pousio, como garantia de restituição do dinheiro que foi concedido a crédito. Como a dívida não prescreve, há casos de transferência total de propriedade da terra para os penhoristas.

## O sistema de territórios consignados

O sistema dos territórios consignados verifica-se onde antigos reinos e impérios dominaram as terras e as gentes até finais do Século XIX.

Neste sistema quando um homem casa, a sua família tem de pagar o *lobolo* à família da mulher. O *lobolo* representa não só a garantia de transferência dos potenciais filhos de um espaço territorial para outro, mas também a expressão pública de que a família receptora da filha lhe garante acesso à terra para habitação, agricultura e recollecção.

A família receptora adjudica terra ao casal no território da sua unidade espacial de habitação, produção e consumo, mais conhecida por *muti*.<sup>2</sup> Para além de ser uma unidade espacial ela é também um organismo social de estrutura bem definida onde se encontra a família rural regulamentada por leis consuetudinárias que são aceites por todos.

Faz parte da estrutura a dependência do chefe comunitário para a adjudicação dos

direitos de usufruto das terras necessárias. Quando do casamento, se o chefe da ‘casa’ não tiver mais terra para adjudicar, deverá recorrer ao chefe da aldeia. Caso este também não consiga encontrar terra para os jovens nubentes, então deverá entrar em contacto com o ‘cabo de terra’ para explorar a possibilidade de ter acesso a terra virgem ou por empréstimo. Se mesmo assim o problema não ficar resolvido, então o chefe comunitário é contactado, competindo-lhe optar entre adjudicar terra de acesso comum, contactar com os chefes comunitários vizinhos, ou solicitar à administração mais área para a sua comunidade.

Até ao Século XIX, os territórios hoje sob o controlo do Estado eram regidos pelo chefe da terra, autoridade suprema ao nível territorial a quem competia convocar a guerra em caso de tentativa de ocupação por outros povos. O poder do chefe comunitário sai reforçado com o aumento do número de ‘súbditos’ e faz-se exercer através do monopólio de adjudicação de novas terras e do papel judicial que lhe é reconhecido em situação de conflito. Está-se assim perante um sistema de territórios consignados hierarquicamente do nível superior ao inferior, um sistema onde a noção de território do Estado está claramente implantada; um sistema onde não é a ocupação que determina o espaço da jurisdição, mas a jurisdição que decide sobre o acesso à terra.

Acredita-se que qualquer ocupação indevida ou ilegal pode ser sujeita à punição dos espíritos dos antepassados dos ‘donos’ legítimos da terra em causa. Para além disto, o infractor sujeita-se a ser votado ao ostracismo social, sendo excluído de participar nas redes de segurança e de obrigação mútua que se estabelecem através do casamento e dos processos de herança. Desta forma há um reconhecimento tácito, por parte de todos os que não têm possibilidade ou não querem

<sup>2</sup> A *muti* é composta por um conjunto interligado de elementos como limites, casas, cozinhas, currais, sombras, locais sagrados, casa de banho e espaços de acesso à água, à lenha e demais recursos e deriva o nome da designação clânica do chefe do agregado. O seu crescimento e a sua distribuição espacial são pensados em função do código cosmológico astral, especialmente do Sol e da Lua em seus movimentos e ciclos circulares, marcando e organizando o horizonte por pontos referentes - os pontos cardeais

romper com as dependências estruturais, das formas consuetudinárias da concessão dos direitos de acesso à terra.

É por esta razão que o lobolo desempenha um papel primordial no sistema de adjudicação da terra. Ele é a expressão máxima das obrigações mútuas entre as linhagens aliadas, por outras palavras, ele constitui garantia contra os riscos da reprodução social com que a família se depara geração após geração.

Até meados do século, e ainda hoje se passa embora de forma esporádica, era prática comum que, a par do lobolo, se praticasse o sororato, ou seja a possibilidade de casamento com a irmã mais nova da noiva. Este hábito foi caindo em desuso com o avanço da urbanização. Mas ainda é frequente encontrarem-se formas de poligamia entre os mais favorecidos que têm por objectivo o alargamento das redes de segurança social e o reforço da segurança alimentar do marido pela abertura de uma machamba só para si que é trabalhada por todas as suas mulheres sob a direcção da primeira esposa.

Se em vida existia o sororato a morte era acompanhada pelo levirato, ou seja, a união marital da viúva com o irmão mais velho do defunto, continuando a usufruir de todos os direitos e deveres de 'esposa da família'. O acesso à terra ficava assim condicionado pelo uso, de acordo com o que era determinado pela família receptora. Com o tempo e, possivelmente, porque a terra disponível foi diminuindo, o levirato foi caindo em desuso carecendo a viúva de autorização especial para permanecer na terra da família receptora. Esta autorização poderia ser revogada ao fim de alguns anos se a família receptora assim o entendesse, situação que usualmente acontecia quando as crianças atingiam a idade adulta. Nestas circunstâncias, a segurança de acesso à terra pela mulher era tanto maior quanto maior fosse o número de filhos e quanto mais velho fosse o marido.

Na morte do marido a terra é herdada exclusivamente pelos varões da família. As mulheres, por força do sistema de alianças de parentesco, são excluídas da partilha uma vez

que se subentende a sua inserção numa família receptora via casamento. O controlo das terras da parcela familiar, assim como os bens e as obrigações do defunto, ficam sob custódia e responsabilidade do filho primogénito, mas de forma nenhuma adquire direitos de propriedade, nem pode alienar ou ceder, ainda que temporariamente, sem consultar os seus pares (tios e primos). É com base nesta regra de ouro, que a família garante a estabilidade do seu património usando-se todo o tipo de ameaças relacionadas com os espíritos e a feitiçaria como medida preventiva.

Outra das medidas preventivas é a dos ritos de purificação após a morte do anterior 'dono'. Estes ritos têm por finalidade objectiva garantir o uso 'devido' da terra em função dos interesses e da reprodução da família. A purificação é uma limpeza temporária dos espíritos 'maus', que a qualquer momento podem regressar caso não sejam cumpridas as regras estabelecidas. Os ritos de purificação são dos momentos simbólicos cuja origem se perde na memória dos séculos e deles se crê depender o presente e o futuro da parcela familiar.

Nos nossos dias começa a ser cada vez mais usual que, à viúva, seja dado o mesmo estatuto que à mulher divorciada por considerada culpa própria (adultério, esterilidade, mau comportamento e acusação de feitiçaria), ou seja, a viúva é expulsa das terras da família receptora e enviada de volta à família de origem. No entanto, sempre que se verifica falta de terra a família de origem tem relutância em aceitar de volta a viúva desprezada ou a divorciada escorraçada, uma vez que ela não está 'contada' entre os que devem ter acesso à terra adjudicada à parcela familiar.

Constata-se também, que estes casos de discriminação da mulher são mais comuns entre os casais onde o lobolo tem um papel meramente simbólico. Sempre que a prática de expulsão por ambas as famílias se enraíza as mulheres casadas ficam numa situação de debilidade de direitos no seu relacionamento diário com o cônjuge, uma vez que não têm qualquer segurança de acesso à terra se tiverem

de regressar à sua terra de origem.

Uma forma de acesso à terra é o empréstimo. Uma família que tenha terras que não estão sendo usadas, nem estão em pousio, pode emprestá-la a uma outra família ou indivíduo. O empréstimo está sujeito a várias regras, a mais importante das quais é o carácter temporário, quase de “emergência”, da transmissão dos direitos de exploração e a proibição de plantio de árvores pelo ocupante. A proibição do plantio de árvores deve-se ao carácter temporário da concessão de terra da família a um vizinho com o qual não estão estabelecidas relações de aliança via casamento.

Ultimamente, em zonas onde a procura de terra é maior, começam a surgir cada vez mais casos de aluguer de terras, cujas normas em pouco variam daquelas que regem o empréstimo. A relação contratual em pouco ou nada beneficia o ocupante, não lhe dá segurança de posse nem perspectiva de continuidade. Os contratos de exploração são, habitualmente por campanha agrícola e não renováveis.

O sistema de territórios consignados está baseado numa série de pressupostos cuja alteração leva à alteração dos direitos e em alguns casos, à ruptura do sistema. Entre os pressupostos contam-se:

- disponibilidade de terra ‘virgem’ sempre que o aumento populacional o exija;
- disponibilidade de territórios de recollecção por *régulo*;
- fluidez no estabelecimento de alianças entre linhagens via casamento (*lobolo*);
- direitos da mulher de acesso à terra via casamento, via sororato, via levirato, via cedência temporária de direitos de exploração (empréstimo e aluguer) ou via autorização revogável.

Sempre que se verifica a alteração de qualquer um destes pressupostos a elasticidade do sistema é testada, podendo incorporar a mudança ou entrar em ruptura. A incorporação da mudança aconteceu quando a evolução das formas de casamento se manifestou na diminuição relativa do valor do *lobolo* e no

desaparecimento gradual do sororato e do levirato. Nesse caso, o sistema admitiu a permanência da ‘mulher sem cônjuge’ no território da família receptora ou de origem. Porém, o sistema começou a entrar em ruptura quando, após a Independência o *lobolo* foi desencorajado ou quando após a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992 o aumento exponencial de procura de terras por terceiros provocou a escassez relativa de terra.

### **Sistema de estabilidade dos descendentes nucleares**

Este sistema encontra-se entre os povos onde as plantações de coqueiros, de há muito, constituem a base da economia familiar. É um sistema singular em Moçambique, pelo facto de ser o único que permite a recepção e transmissão da herança pela mulher.

Quando um homem morre a herança deve ser partilhada por uma ou mais mulheres e crianças. A terra e os bens da viúva não são objecto da partilha nem a terra e as árvores herdadas do pai.

O primeiro passo da partilha relaciona-se com o pagamento das eventuais dívidas do defunto. Durante a cerimónia da partilha, os credores reclamam o reembolso dos empréstimos contraídos pelo falecido. No caso de existirem dívidas, que geralmente não são bem aceites pela sociedade, vendem-se os bens móveis para saldá-las. Se as receitas não forem suficientes para cobrir os créditos recebidos, é vendida parte dos bens em regime de propriedade plena, de preferência coqueiros. O montante das dívidas nunca é superior ao valor da propriedade pessoal plena.

Nos dias de hoje, os únicos herdeiros legítimos são os filhos e filhas sem distinção de sexo. É cada vez maior a tendência para considerá-los com direitos iguais. Cada um recebe, após a venda dos bens móveis, a mesma quantia de dinheiro, o mesmo número de coqueiros e idêntica parcela de terras nas baixas irrigadas onde, entre outros, se produz o arroz.

A herança caracteriza-se pela ausência de

direitos por parte da viúva e pela divisão total e equitativa da herança entre os descendentes da primeira geração. O casamento não dá acesso aos direitos de propriedade sobre a terra do marido, mas transfere-os do pai para os seus descendentes.

Ao dividir-se toda a herança pelos herdeiros, significa que os bens e os direitos de propriedade são repartidos e atribuídos aos descendentes da primeira geração e, portanto, não existem sobras ou 'fundo de reserva' para os netos, isto é, trata-se de um sistema baseado em duas gerações ou um sistema de estabilidade dos descendentes nucleares.

Há entretanto uma outra característica importante a ser realçada. Quando a filha recebe os coqueiros e as baixas do seu falecido pai, torna-se proprietária efectiva destes. Da mesma forma que não há acesso aos direitos de propriedade no sentido esposa-marido, não existem também direitos de propriedade no sentido inverso marido-mulher, isto é, o marido não tem acesso aos bens herdados pela esposa. Tal implica que quando a mãe morre também ela deixa herança para ser distribuída.

Em geral, os procedimentos relativos à divisão da herança materna são muito semelhantes aos da paterna. Procede-se igualmente à partilha total dos bens pessoais e de propriedade da falecida, de forma equitativa, por todos os filhos e filhas.

O aspecto peculiar deste acto consiste na transferência de propriedade entre indivíduos com designações clânicas diferentes. Embora o casamento não dê acesso ao direito de propriedade no sentido esposa-marido, tal fenómeno ocorre na segunda geração no sentido marido-mulher.

Devido à relativa escassez da terra nas zonas onde este sistema se desenvolveu, as famílias rurais têm na herança o meio mais importante para o acesso à terra. Contudo, a herança não é a única via para adquiri-la e geralmente a terra herdada não é suficiente para a reprodução da família nuclear. Exceptuando os indivíduos mais ricos da comunidade, que através de gerações conseguiram acumular terra não confiscada ou expropriada, a grande maioria

dos recém-casados não herda terra suficiente para desenvolver as suas actividades agrícolas.

Com o aumento da procura de terras, aumentaram os casos de empréstimo. O empréstimo está sujeito a algumas normas, cuja aplicação é controlada pelos chefes e na sua ausência é chamado o chefe comunitário para solucionar o problema. As duas famílias são convidadas pelo chefe a emprestar a terra ao jovem casal, não sendo exigida nenhuma forma de pagamento pelo seu uso temporário. Ao jovem casal é permitido o consumo dos frutos das árvores existentes neste lote de terra, por exemplo: cocos, mas está terminantemente proibido de vendê-los. O casal, tanto nas terras doadas pelo pai como nas emprestadas, tem a obrigação de procurar lotes de terras adicionais assim que nasça o primeiro filho.

Há duas outras formas de transmissão de terra: o aluguer e a compra de terras e das árvores. No início do século havia quem alugasse parte do seu palmar para a produção de bebidas alcoólicas com base na seiva da palmeira - a sura. O acordo para este efeito destinava-se exclusivamente à produção da sura e ao arrendatário não se permitia a colecta de cocos ou a lavoura entre as árvores. Até aí o arrendamento não era comum. Quando alguém quisesse utilizar uma parcela por tempo limitado, bastava solicitar ao proprietário o uso de uma terra abandonada.

Actualmente porém, o arrendamento de terra para a agricultura, em particular para o cultivo do arroz, é usual. O contrato é anual e o pagamento pode ser efectuado em dinheiro ou em géneros. O período máximo de arrendamento, para a mesma família, é de quatro anos devido à natureza do solo e ao tempo médio necessário para a compra ou herança de terra. O recurso ao arrendamento da terra é pois, uma alternativa temporária, sendo preferida a compra a título definitivo.

A alienação da terra é um processo complicado. A primeira norma defendida pelas leis deste sistema consuetudinário refere que a ninguém é permitido alienar toda a sua terra. A segunda determina que o acto da alienação deve ser presenciado pelos chefes das

linhagens envolvidas e pelo chefe comunitário, na qualidade de testemunhas capazes de confirmar a avaliação da parcela e do próprio acto de transacção.

A terceira regra diz respeito às razões para a alienação. As principais razões residem no pagamento de dívidas e necessidade de dinheiro para tratamento médico ou outra, bem definida e justificada, para pagamento de qualquer coisa.

Nenhum dos irmãos da mesma mãe pode alienar a ‘terra da família’ sem a permissão dos outros, porque “ninguém pode sepultar um estranho na nossa terra”. Contudo, para que a alienação se consuma, a opinião da mulher tem maior peso que a dos irmãos. Se houver uma irmã que discorde da transferência da propriedade para um estranho, a terra herdada não pode ser alienada. A justificação é a de que “ela não tem segurança na casa onde se casou e pode querer regressar ao lar após algum tempo”. Pelo contrário, se for ela a querer vender a terra herdada pode fazê-lo sem necessitar da concordância dos irmãos, mas estes têm direito de preferência, o que frequentemente acontece.

Os pobres são os que mais frequentemente vendem as terras herdadas. No acto da venda, as regras têm que ser estritamente aplicadas e as razões do acto devem ser cuidadosamente analisadas tanto pelas autoridades locais como pelo vendedor e o comprador. Por exemplo, o pagamento do lobolo nunca deve constituir motivo para a alienação da terra.

O pai assume um papel crucial para este sistema. A partir dele as crianças adquirem as designações clânica e da linhagem que outorgam os direitos e deveres do pai em relação aos filhos e filhas<sup>3</sup>. No momento da concretização do matrimónio existem três obrigações relevantes com reflexos económicos: primeiro a responsabilidade pelo pagamento do lobolo, segundo a responsabilidade pela adjudicação da terra na altura da chegada da noiva e terceiro a procura de uma nova parcela de terra quando esta fica de grávida.

#### CAIXA 4.2 CASAMENTO COSTUMEIRO: MOMENTOS, NUANCES, SIGNIFICADO E IMPLICAÇÕES

Os direitos costumeiros Phodzo não permitem o casamento entre duas pessoas do mesmo muthupo (designação clânica), acreditando-se que “a criança terá problemas de saúde e morrerá”. Todavia certas excepções que são aceites na condição de o casamento realizar-se entre indivíduos com apelidos diferentes. Estas são excepções e não há indicação clara sobre uma tendência para a extinção da exogamia clânica em favor da exogamia familiar.

Existem seis passos básicos para o matrimónio ou para a concretização das garantias exigidas pela linhagem da noiva para a futura segurança económica desta. O **primeiro** acto refere-se ao anúncio da intenção do matrimónio, ‘mafungura mulome’ (literalmente abre a boca), quando a rapariga é autorizada a falar com o rapaz. No **segundo** passo ocorre o reconhecimento do namoro pelas famílias de ambos, numa festa designada por ‘lumbato’ ou ‘lupato’.

O **terceiro** momento consiste na colocação do anel, ‘pethe’, quando se efectua o grande pagamento, correspondente a três meses de salário masculino. O **quarto** relaciona-se com o acordo para o casamento, o pai do rapaz apresenta-o à família da noiva e mostra a parcela onde o casal irá ter a habitação e a machamba, na cerimónia ‘machanguzo’. No **quinto** é a altura em que a noiva deixa a casa dos seus pais. E o último acto ocorre um ano após o ‘casamento’, quando a nova família recebe do pai do marido, a sua própria ‘mathua’, a sua parcela de terra para a agricultura.

A estratégia da reprodução social é simples e o acesso à terra bem como a segurança da posse para os descendentes nucleares estão em primeiro lugar. A estabilidade é baseada na transferência de riquezas entre as linhagens por intermédio da herança. A mulher por isso, não é uma potencial esposa a ser transferida, como se viu no sistema anterior, mas uma filha efectiva que herda do pai e da mãe e transmite aos filhos e filhas. A mãe representa a união de distintas origens da riqueza que é materializada através dos descendentes.

<sup>3</sup> Há uma certa tendência para o enfraquecimento no emprego da designação clânica em prol dos nomes das linhagens.

## Sistema de segurança de três gerações

Nas margens do rio Zambeze há um povo que fala a língua Chiphodzo e que pratica o sistema de herança baseado em três gerações. Este povo é patrilinear, o casamento é patrilocal e os laços de parentesco matrimonial são por regra exogâmicos, isto é o filho da filha (neto) recebe a designação clânica do seu avô paterno e não através do seu avô materno. É provável que se encontrem outros povos ou comunidades rurais em Moçambique que tenham um sistema consuetudinário idêntico, uma vez que se trata de uma forma hábil de lidar com a reprodução social em momentos de escassez de terra.

Quando o homem morre a terra não é transferida à sua viúva e muito menos à comunidade. Ela fica sob responsabilidade do primeiro filho varão. A transferência de direitos e deveres ocorre numa cerimónia conhecida por Kufa, que conta com a participação de toda a linhagem. Se a criança mais velha (do falecido) for uma rapariga esta não pode assumir a administração da terra herdada. Mais tarde, quando da morte do primeiro filho varão a responsabilidade pela administração da terra e das árvores é transferida ao seu primeiro filho, ou seja o primeiro neto do falecido velho. Nestas circunstâncias o primeiro neto não pode tomar decisão sobre a terra sem o consentimento prévio dos tios paternos.

Se, por qualquer impedimento, o primeiro filho estiver impossibilitado de cuidar da parcela do pai, o irmão deste (o tio) assume a responsabilidade até que os anciãos da linhagem indigitem o filho que deve assumir a função de chefe da família.

A segurança económica da mulher até que ela se torne viúva, ou a dos seus descendentes, geralmente não é da responsabilidade dos parceiros do seu clã mas dos parceiros com a designação clânica de seu marido. Esta instituição é assegurada pelos rituais associados ao matrimónio.

O filho encarregue de gerir as árvores e a terra tem duas responsabilidades principais: primeiro, anualmente cuidar da

comercialização dos frutos das árvores herdadas e da divisão equitativa dos rendimentos por todos os irmãos; segundo, distribuir parcelas da terra do velho aos irmãos mais novos e aos filhos e sobrinhos na altura do casamento destes.

Ao filho mais velho não é permitido plantar árvores de fruta nas terras de seu falecido pai. Os benefícios provenientes da terra do pai revertem a seu favor enquanto ele estiver, temporariamente, a cultivá-la. Todavia a receita proveniente da venda anual de cocos, bananas ou mangas, cujas árvores foram plantadas pelo seu pai, deve ser dividida por todos.

A repartição pelos herdeiros legítimos é equitativa, mas só os filhos varões são considerados herdeiros válidos. Em caso de conflito gerado pela divisão do rendimento monetário, os irmãos mais velhos são chamados a solucionar o diferendo, se estes não conseguirem, então os tios devem tomar a decisão final. Só quando o irmão se recusa a dividir o dinheiro ou no caso de o ter gasto na totalidade é que é pedida a intervenção do chefe comunitário. Para prevenir que tais conflitos surjam, os irmãos costumam optar pela venda das árvores do pai.

Para a família e a comunidade, a distribuição das terras do velho pelos descendentes na altura do casamento, é a mais importante função da herança. O sistema de atribuição da terra é simples. Suponhamos que um velho morre sem que os seus filhos estejam casados. Quando um destes se casa, a esposa vem para o território onde reside a linhagem do marido. Nessa altura o irmão mais velho entrega-lhe uma parcela da terra do pai. Esta terra torna-se propriedade sua e ninguém pode reclamar direitos sobre propriedade herdada.

Contudo, como é pouco frequente que o pai morra antes de os filhos se casarem, tem-se a situação mais complexa em que o velho morre deixando filhos e netos. O primeiro filho varão assume a responsabilidade sobre a terra do pai. As irmãs do primeiro filho varão nessa altura já abandonaram a linhagem por força do casamento, mas os filhos dos seus tios estão

ainda no local, casando-se e exigindo terra. De acordo com as leis consuetudinárias deste sistema, tais parcelas deverão ser partes do terreno originário do avô. Isto significa que cada homem deve ter terra suficiente para si e para a adjudicação após a sua morte aos netos com a mesma designação clânica.

A adjudicação de terra directamente a um filho só tem lugar somente quando a terra do avô, por qualquer razão, já tenha sido totalmente distribuída. Tal situação é cada vez mais frequente. Várias causas podem contribuir para isso, por exemplo, o avô durante a vida não ter conseguido maiores quantidades de terra ou o que é mais usual, a terra do avô ter sido expropriada a favor de terceiros ou do Estado. Face a tais constrangimentos históricos, cresceu a tendência para cada homem ter terra suficiente para si, para os netos com a mesma designação clânica e para alguns dos seus filhos que, eventualmente, não tivessem recebido terras do avô. Este é pois o sistema de três gerações onde os riscos dos descendentes tendem a ser minimizados pelas duas gerações anteriores.

A administração da terra do pai e sua distribuição entre os descendentes elegíveis tem pois particular relevância na comunidade. Os direitos do primeiro filho varão sobre a terra são numerosos e ilimitados. Se um irmão mais novo precisar de uma árvore da terra do pai, para, por exemplo, construir uma almadia (pequena embarcação fluvial), ele tem de pedir permissão ao seu irmão mais velho. Se o consignatário não estiver de acordo não há instância superior a recorrer. Todavia o filho mais velho pode decidir deitar abaixo todas as árvores sem que para isso tenha de consultar ou solicitar a permissão tanto dos irmãos como do tio.

Mas tal não se passa em relação à alienação da propriedade. Caso o fiel depositário o faça, os seus irmãos e tios têm o direito de solicitar a maldição contra o ofensor. A alienação indevida da terra herdada recai sobre a alçada do feiticeiro, o Kumbaissa. Por outras palavras, tal infracção constitui matéria suficiente para a condenação à morte, tais são os mecanismos tradicionais de persuasão deste costume, uma

vez que “os netos terão de comer desta terra”.

Na altura do casamento então, o homem tem acesso à terra através da herança e durante a sua vida conjugal através da aquisição ou por outras formas de transacção. Devido ao número de membros abrangidos pelo esquema de segurança de três gerações e por causa dos constrangimentos da terra impostos pela presença das empresas e de pequenos e médios privados, a parcela de terra herdada é geralmente pequena e de baixo rendimento. Contudo ela joga um papel relevante nas alianças matrimoniais estabelecidas, não só porque assegura o local de residência durante os primeiros anos do casal (até ao primeiro parto), mas também porque é uma das garantias dada pela linhagem do noivo à família da noiva.

No caso de não restar terra do avô, o pai do noivo tem o dever de procurá-la entre as famílias vizinhas. Se houver terra disponível no território da comunidade, o pai do noivo pode solicitar uma parcela. Caso não exista, pode fazê-lo no território duma outra comunidade sob determinadas condições e acordos testemunhados. Todavia, como é cada vez mais difícil encontrar terra disponível seja onde for, a alternativa passou a ser a compra ou o aluguer anual, pois pedir emprestado deixou de ser alternativa viável.

A impossibilidade de empréstimo não está relacionada com as leis consuetudinárias. Quando havia terra suficiente era normal pedi-la emprestada e o aluguer é que constituía excepção. Hoje, porém, passou a ser o contrário. A lei consuetudinária permite a ocupação de uma parcela que não está sendo utilizada, desde que haja permissão por parte da família proprietária. Se no terreno em causa houver árvores de fruta, o utente não pode colher a fruta, mas tem a permissão de consumir a que cai no chão e mesmo de plantar novas árvores. Se o proprietário ou a sua família solicita a devolução do terreno, este tem que pagar pelas árvores plantadas e pelas benfeitorias feitas.

A norma sobre o uso da terra e não das árvores está relacionada com a do

arrendamento. Como esta prática é recente ela suscita várias interpretações, discrepâncias e até mesmo conflitos no caso da venda. Muito antes da prática do arrendamento, na altura em que era comum o empréstimo da terra, a alienação de fruteiras e do terreno anexo fazia parte das transacções económicas das famílias rurais deste sistema. Estava claro que a terra sem árvores de fruta não podia ser alienada. Somente algumas árvores tinham valor de mercado, como os coqueiros e as mangueiras, outras como as bananeiras e as papaieiras não o tinham. Ao serem vendidas, vinham com elas a propriedade de todas as outras árvores de fruta que estavam no terreno. O preço da venda não tomava em consideração aspectos como, por exemplo, se as parcelas associadas eram ou não extensas, irrigadas ou não, se aptas para a lavoura ou ‘cansadas’.

Nos nossos dias, devido à crescente escassez de terra, a questão do valor da alienação não é assim tão simples. Embora todos sejam peremptórios em afirmar que a terra por si só, isto é ‘a terra dos cereais’, não pode ser alienada, todos reconhecem que quando a parcela associada é maior, está perto de um rio e tem ou não terra fértil, o valor das árvores aumenta.

Por um lado, o sistema tem por objectivo a segurança de acesso à terra por três gerações, mas por outro lado, à medida que a procura aumenta, o valor da terra também aumenta podendo por em causa a reprodução social da comunidade.

É para fazer face a esta situação que, normalmente os irmãos optam pela alienação das árvores do pai e não permitem o plantio de novas árvores nas terras herdadas.

As instituições locais contornaram assim o problema das árvores, mas não o da tentação da venda da terra em si. Nos territórios onde a terra tem valor mercantil a solução para este problema é composta por duas regras: primeiro a terra não pode ser alienada se nela não houver árvores; segundo existe uma restrição de carácter consensual para a alienação de árvores/terra entre indivíduos com a mesma designação clânica. A transferência de terra

entre indivíduos do mesmo clã exige a presença dos chefes comunitários e a anuência dos guardiães de ambas linhagens. Desta forma é muito pouco provável que seja permitida a alienação em circunstâncias que representem risco para as gerações vindouras.

Caso estes mecanismos de preservação do sistema não funcionem, a segurança de acesso à terra pela mulher, garantida pelo complexo cerimonial do casamento, fica severamente afectada. Até à data não foi registado nenhum caso em que tal tenha acontecido mas é provável que venha acontecer. A generalização da compra e venda de terras por razões exógenas às comunidades que seguem este sistema pode constituir uma severa ameaça à segurança de acesso à terra por parte da mulher.

### **Sistema de dependência do grupo**

A terminologia sobre o parentesco do povo que fala *cisena gombe*, no Centro do país, reflecte a estrutura económica das famílias rurais. Para este povo há três níveis principais para a referência do parentesco: o dos avós, antepassados do pai e da mãe, o nível do ego, e o das crianças. Apesar das diferenças identificáveis através das formas de tratamento, a terminologia do parentesco baseia-se nas gerações.

A nomenclatura utilizada para identificar os parentes corresponde aos relacionamentos entre os membros da família alargada e reflecte-se na administração dos territórios e nas formas de adjudicação da terra. Embora este sistema tenha sido identificado numa zona específica do País, na região centro, é provável que seja idêntico em regiões com características similares, solos pobres, fraca produtividade, baixa densidade populacional e na periferia de um grande império que se desmoronou por volta do Século XV.

As famílias vivem num grande território comum e recebem terra para fazer machambas directamente do chefe comunitário. Entre as famílias alargadas estabelecem-se relações económicas e sociais que não ocorrem entre as

famílias nucleares. O chefe da família alargada, que é o guardião da linhagem, reconhece somente a autoridade do chefe comunitário, que é o responsável pela segurança e reprodução das várias linhagens.

Porém, a família nuclear tem a sua própria identidade económica e o seu próprio local habitacional. Ela tem de produzir rendimentos suficientes para cobrir as despesas de consumo, contribuir para as linhagens com as quais mantêm relações de afinidade e cumprir as obrigações para com a família alargada.

Quando o chefe da família nuclear morre deixa mulher ou mulheres e filhos, mas o único herdeiro legítimo é o seu irmão mais velho. Se por qualquer razão este estiver incapacitado, o legal depositário será ou o primeiro filho do irmão ou o seu primeiro filho. Só os bens móveis são herdados, a propriedade imobiliária tal como a terra, as árvores ou a casa, deve reverter para a comunidade, mantendo a família do malogrado tão somente os direitos de propriedade sobre os frutos e as árvores que pertenciam ao seu parente.

De acordo com as leis consuetudinárias os bens móveis não podem ser usufruídos pelos membros da família alargada, sob o risco de incorrer em sacrilégio ou morte, o chocolo.

Existem, entretanto, duas modalidades para a transferência dos bens móveis, aos membros da família alargada, sem o risco de chocolo: primeiro, através da doação dos bens antes da morte do proprietário; segundo por meio da sua conversão e acumulação em dinheiro.

A primeira forma não obedece a regras específicas, se bem que seja dada preferência aos membros da família alargada, em particular ao irmão mais velho ou ao primeiro filho nascido. O beneficiário torna-se então, o dono legítimo dos bens doados na condição de só ter acesso aos bens após a morte do doador e de assumir o dever de cuidar dos filhos do doador. Trata-se, na prática, de uma forma de crédito reembolsado após a morte. Da mesma forma que a prestação deve ser a

favor dos descendentes também as dívidas do malogrado, das quais não há testamento, são assumidas pelo legal depositário.

A segunda forma consiste na conversão dos bens do doador em dinheiro ou mesmo através de especulação financeira (em moeda ou em gado) durante o tempo de vida do beneficiário, como forma de garantir o futuro dos descendentes e da reprodução da família alargada ao nível do grupo territorial.

Os bens pessoais, tais como vestuário e utensílios, são vendidos na presença do líder das cerimónias fúnebres, designado de kufa. Parte das receitas são utilizadas para as despesas fúnebres, bebida e comida durante o período de luto, e o remanescente incluindo a poupança do falecido, é confiado ao legal depositário. O legítimo herdeiro torna-se assim responsável pela adjudicação do dinheiro e da utilização dos bens pelos menores e pela viúva com quem casa (levirato). A terra, as árvores e as casas revertem para a comunidade, sob a responsabilidade do chefe comunitário.

As terras sob jurisdição dos chefes comunitários são parte do território ancestral, pertencem aos espíritos dos antepassados, aos pais da designação clânica de cada família alargada. Os espíritos mitológicos do clã são os que se 'apropriam da terra' e os únicos que têm o poder de 'fazer chover'. As cerimónias da chuva, ntsembe, são conduzidas pelos chefes da família alargada que vivem na mesma área.

O chefe comunitário atribui a terra por família alargada. O chefe desta tem o dever de controlar a terra em uso pelas famílias nucleares sob sua responsabilidade. Devido à prática da devolução da parcela de terra pertencente à família nuclear após a morte do chefe de família, verifica-se uma gradual rotação de parcelas de terra entre as famílias alargadas que vivem na mesma zona do chefe comunitário. No passado, a rotatividade das parcelas correspondia ao ciclo biológico da vida humana. Nos últimos cinquenta anos, o gradual empobrecimento dos solos forçou a rotatividade bienal das parcelas dentro da área adjudicada à família alargada.

*Em síntese:*

- 1 na altura do casamento a família nuclear recebe, através do chefe da família alargada, um novo lote de terra no território do chefe comunitário;
- 2 a nova parcela de terra recebida pela família nuclear torna-se parte da área pertencente à família alargada;
- 3 em cada dois anos as famílias nucleares, que vivem na zona pertencente à família alargada, trocam entre si as parcelas de terra;
- 4 no caso de falecimento do chefe da família nuclear, a parcela em uso é incorporada na área do chefe comunitário;
- 5 posteriormente, esta parcela é adjudicada a indivíduos, recém-casados, de uma outra família alargada mas,
- 6 se nessa parcela houver árvores de fruta estas pertencem eternamente aos descendentes do seu primeiro utente.

Se determinada família não tem parcelas disponíveis para a rotação bienal aludida em cima, é frequente pedi-las emprestadas a uma outra família. A transferência temporária é supervisionada pelo chefe comunitário que assume igualmente responsabilidades judiciais em caso de conflito.

Uma parcela de terra em nenhuma circunstância pode ser alugada ou alienada. Somente as árvores podem ser alienadas. Neste sistema, a terra não tem valor mercantil uma vez que o acesso, a posse e o controlo estão dependentes da dinâmica do grupo. Embora seja frequente, o empréstimo de parcelas de terras é considerado como excepção imposta pela relativa escassez de terra na região.

O motor da dinâmica do grupo que estimula

a interdependência reside na circulação da mulher através do matrimónio. Entre os povos que seguem este sistema não existe exogamia clânica e a interdição de casamento só ocorre entre membros da família alargada com o mesmo apelido. Mais ainda, combinam-se casamentos preferenciais entre primos cruzados e são comuns os casamentos com as irmãs da primeira esposa.

A segurança de acesso à terra pela mulher não está baseada no facto de ela ser filha ou esposa, como se viu noutros sistemas acima mencionados, mas sim no facto de ser tia residente na casa do pai. A primeira filha, mesmo mudando de residência com o casamento, é a principal responsável pela educação dos seus sobrinhos, filhos do irmão. A mãe só é responsável pela educação das crianças até que estas se possam alimentar e vestir sem precisarem de ajuda (até aos 6 ou 7 anos), daí em diante a responsabilidade educacional é transferida para a comunidade, tendo por tutora a irmã do marido.

A prática de casamento com várias irmãs estabelece igualmente uma complexa rede de interdependências. Enquanto que o trabalho da primeira esposa é na totalidade pertença da família do marido, a segunda e terceira mulher contribuem somente para as despesas correntes da casa do marido. O rendimento adquirido através da comercialização de excedentes ou de outras actividades produtivas é geralmente transferido para a casa do pai e pertence à família que 'fornece' as esposas. No caso de morte do marido só a primeira mulher é herdada pelo irmão do marido, a segunda e terceira esposas são livres de regressar à casa paterna e casar de novo. Caso o herdeiro seja o primogénito, a primeira mulher recebe o título de mãe-viúva e a sua irmã (a segunda mulher do de cujus), torna-se a mulher do depositário legal.

A liberdade de participação política e na tomada de decisões que afectam a organização social, a eliminação da violência baseada no sexo, a revogação de legislação discriminatória, assim como a criação de condições para as pessoas viverem com dignidade discutidos anteriormente são aspectos importantes na promoção de um desenvolvimento baseado no princípio de justiça para todos. Porém, a promoção de regras sociais baseadas na equidade e na liberdade do medo só se completam quando as pessoas têm acesso a rendimentos que garantam um padrão de vida condigno.

A maioria da população em Moçambique vive em condições de extrema privação, tanto quando medidos em termos de consumo, como quando aferidos de forma a abarcar outras as dimensões elementares como o acesso à educação que alarga o horizonte das pessoas e as habilita a fazer escolhas informadas, aos cuidados de saúde que alargam as suas possibilidades de sobrevivência, e a bens essenciais como água potável e outros serviços que melhoram a qualidade de vida das pessoas.

Os aspectos culturais, o direito formal e as regras consuetudinárias que sustentam a subalternização da mulher na sociedade e fragilizam o seu desenvolvimento foram abordados nos capítulos 3 e 4. O Capítulo 5 descreve aspectos importantes das condições das mulheres e dos homens, sobretudo nas dimensões básicas como o acesso à educação e saúde, a geração e controle de rendimentos, e as estratégias de sobrevivência, incluindo a participação no mercado do trabalho nas zonas urbanas.

### Acesso aos serviços básicos

O acesso à educação constitui um dos indicadores primordiais para a promoção do desenvolvimento humano a longo prazo. Como refere o RNDH 2000, a educação influencia a forma como as pessoas fazem as suas escolhas e a capacidade de usufruírem dos seus direitos. Ela habilita-as a adoptarem métodos mais produtivos, a serem inovadoras e desfrutarem das oportunidades, criando condições para

viverem vidas mais longas e capacitando-as para influenciarem a organização social e fazer escolhas informadas sobre as suas vidas. (PNUD, 2000:1)

A exclusão representada pelos desníveis na alfabetização e escolarização entre homens e mulheres em Moçambique é, em parte, resultado combinado da oferta limitada de lugares no sistema educacional e da forma como a sociedade encara a educação das raparigas. Na idade jovem, as raparigas têm de prestar o seu contributo nas actividades consideradas de rotina doméstica, incluindo cuidar dos irmãos, preparar refeições, aprovisionar água e fontes de energia e participar na produção familiar nas zonas rurais como imperativos da sua socialização.

A educação formal das raparigas não ocupa, assim, um lugar proeminente na escala das prioridades da vida social. Este facto, aliado às duras condições de vida e às práticas tradicionais, empurra muitas vezes as raparigas para casamentos prematuros, que as retiram da escola mais cedo, hipotecando assim o seu futuro. As famílias pobres não conseguem manter todas as crianças na escola, pois independentemente da disponibilidade de lugares, elas privilegiam os rapazes em prejuízo das raparigas porque estas assumem muito cedo responsabilidades na sustentação da família.

A situação agrava-se nas condições de oferta limitada de lugares no sistema de educação que condicionam o acesso da população jovem à educação. Em termos gerais, a escola primária, particularmente o primeiro nível de educação primária, é relativamente mais acessível que a escola secundária. Os dados do QUIBB 2001 revelam que 63,4% de agregados familiares tem acesso ao ensino primário, enquanto que apenas 10,5% de agregados familiares têm acesso ao ensino secundário a nível nacional.

Porém, estas médias escondem diferenças abismais nos níveis de acesso entre as zonas rurais e urbanas das famílias que usufruem do acesso à escola para os seus filhos. O acesso a uma escola primária nas zonas rurais é apenas possível para 57,1%, enquanto nas zonas urbanas 81,6% usufruem de acesso à escola para os seus filhos. Ao nível do ensino

**QUADRO 5.1 TAXAS BRUTA E LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO E POR SEXO (%)**

Sexo	Primário do 1º Grau (EP1)			Primário do 2º Grau (EP2)		
	Líquida	Bruta	Satisfação	Líquida	Bruta	Satisfação
Homem	52.6	110.7	39.3	6.9	69.8	59.5
Mulher	48.6	90.9	40.8	5.0	50.0	58.2
Nacional	50.5	100.6	40.0	6.0	60.2	59.0

Fonte: INE, 2001

secundário o desnível campo-cidade é ainda mais acentuado: menos de 2% dos agregados familiares rurais, uma diferença elevadíssima quando comparado com as zonas urbanas onde se estima que 34,1% das famílias tenham acesso ao ensino secundário.

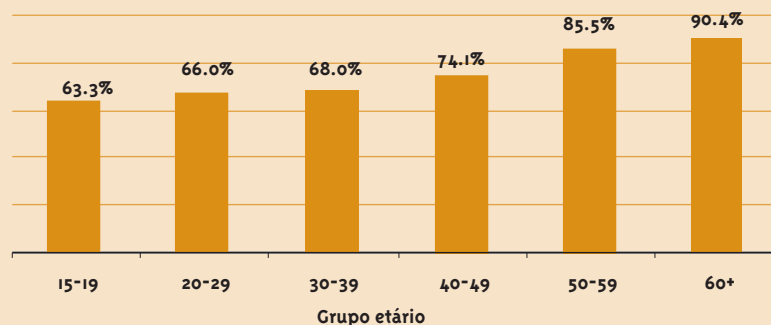
O Quadro 5.1 descreve a situação da educação na óptica do acesso e do grau de satisfação manifestado pela população beneficiária. A taxa líquida de escolarização reflecte a percentagem de potenciais alunos do grupo etário 6-10 que estão no nível correspondente do sistema de educação. Como se pode notar, a taxa de escolarização do Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1) é superior a 100%, o que reflecte a existência dum elevado número de alunos com a idade superior à idade estipulada para concluir o ciclo com o sucesso, ou seja com a idade superior a 10 anos, especialmente entre os rapazes. Por outro lado, o quadro revela-nos que os indivíduos do sexo masculino têm valores superiores, tanto para a taxa bruta como para a líquida no EP1 e no EP2. Dum modo geral, os resultados do QUIBB indicam que as tendências verificadas no EP1 e EP2 são extensivas ao nível do ensino secundário e superior, onde os rapazes apresentam taxas de escolarização superiores às das raparigas, exceptuando a taxa líquida de escolarização do 1º ciclo do Ensino Secundário Geral, estimada em 2,4%, e que é igual nos dois grupos.

As taxas de escolaridade e de alfabetização,

apesar de terem conhecido um crescimento assinalável nos últimos anos reflectido nos indicadores sociais, escamoteiam a ineficiência que ainda caracteriza o sistema. Por exemplo, o QUIBB, estima que cerca de 71% dos moçambicanos não completaram nenhum nível de educação, não obstante alguns deles poderem ser classificados como alfabetizados. O universo de pessoas que não concluíram nenhum nível de ensino é maior entre as mulheres, 81%, o que reflecte os altos índices de desistências das raparigas, contra 59% entre os rapazes. De igual modo, as zonas rurais apresentam maiores índices de pessoas que não concluíram qualquer nível de ensino: 83% da população rural contra apenas 45,3% da população urbana. Em média, apenas 8,7% das mulheres concluíram os dois graus do ensino primário e 1,7% é que tem um nível igual ou superior ao ensino secundário, contra uma média de 17,5% no ensino primário e 6% para o nível secundário e acima dele, entre a contraparte masculina.

A proporção de pessoas que não concluíram nenhum nível de ensino é preocupante. Os dados sugerem um contacto de certa forma efémero entre a população e a escola, fenómeno que dilui os possíveis benefícios que se poderiam esperar do aumento substancial no nível de ingressos nos

**Gráfico 5:1 População sem nível educacional concluído, 2000**



últimos anos. Porém, existe um facto digno de nota: o universo de pessoas sem nenhum nível de educação concluído é menor entre as camadas mais jovens e vai-se elevando à medida que se sobe a escala dos grupos etários, o que provavelmente reflecte a expansão da oferta nos últimos anos.

No entanto, considerando que a educação é

um dos instrumentos principais de combate à pobreza em Moçambique, o elevado número de pessoas que não concluem o ensino é uma preocupação que deve merecer a atenção dos intervenientes na educação e da sociedade em geral.

Uma das inovações do QUIBB é a tentativa de aferir o grau de satisfação da população com os serviços da educação. No geral, um universo considerável dos alunos manifestaram-se insatisfeitos com os serviços providenciados pela educação. Cerca de 40% dos inquiridos manifestaram-se satisfeitos com o ensino primário.

No entanto, verifica-se diferenças substanciais no grau de satisfação entre as zonas rurais e urbanas. O grau de insatisfação é mais pronunciado nas zonas rurais (67,4%) do que nas zonas urbanas (41,1%). Porém, as razões de insatisfação diferem com base no local de residência. Assim, o principal problema do ensino na óptica dos utilizadores nas zonas rurais são as instalações, enquanto que nas cidades o problema circunscreve-se à falta de materiais didáticos. Curiosamente, tanto nas cidades como no campo a qualidade de ensino não parece ser um factor influente no grau de satisfação das pessoas.

### CAIXA 5.1 AS RAZÕES DA EXCLUSÃO: EVIDÊNCIAS LOCALIZADAS

Estudos feitos pela Faculdade de Agronomia da Universidade Eduardo Mondlane em distritos das províncias de Gaza, Nampula e Cabo Delgado no ano 2000, corroboram de certa maneira os resultados do QUIBB sobre a exclusão das raparigas (Quadro 4.2). Em Xai-Xai, por exemplo 75,3% dos rapazes em idade escolar estavam a estudar, contra apenas 54,4% das raparigas em idade escolar. No distrito de Monapo, província de Nampula, 90,2% das crianças em idade escolar estavam a estudar mas apenas 50,4% das raparigas em idade escolar é que estavam a estudar. O distrito de Macomia, em Cabo Delgado, constatou-se que apenas 33,4% das raparigas em idade escolar é que estão a estudar contra 51,2% dos rapazes em idade escolar no sistema.

QUADRO 5.2 PERCENTAGEM DAS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR A ESTUDAREM NAS ENTREVISTAS AOS AGREGADOS FAMILIARES DOS 3 DISTRITOS

Distrito	No. famílias entrevistadas	Género	No. crianças em idade escolar	No. crianças a estudar	%
Xai-Xai	345	Masculino	653	492	75.3
		Feminino	701	381	54.4
Monapo	232	Masculino	440	397	90.2
		Feminino	597	301	50.4
Macomia	265	Masculino	385	197	51.2
		Feminino	365	122	33.4

O estudo procurou igualmente identificar entre os inquiridos as razões apontadas para as crianças não estudarem. A falta de dinheiro, cheias, a falta de lugar na escola, doença, ajuda na família foram as causas mais importantes. (Quadro 5.3)

QUADRO 5.3: CAUSAS APONTADAS PARA AS CRIANÇAS NÃO ESTUDAREM

	Xai-Xai	Monapo	Macomia
Falta de dinheiro	45%	53%	64%
Cheias	23%	0%	0%
Falta de lugar na escola	17%	22%	24%
Doença	5%	5%	0%
Ajuda na família e outras	10%	20%	11%

Neste estudo, a pobreza é apontada como a principal causa apontada para a limitação das oportunidades de educação da rapariga, especialmente nas zonas rurais onde a falta de escolas é predominante ou a distância entre a escola e a zona de residência é muito grande. Este facto é associado à preferência das famílias colocarem os rapazes a estudar em vez das raparigas, devido à percepção prevalecente sobre o custo de oportunidade nas situações em que os recursos económicos são escassos, ditados pela estrutura patriarcal que rege a estruturação da sociedade.

Fonte: Mucavele, Firmino G., 2001. 'Estudos de Segurança Alimentar e Nutrição', Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

## Acesso aos serviços de saúde

O acesso da mulher aos serviços de saúde tem sido dificultado pelo baixo nível de escolarização da população que impede o seu envolvimento em empreendimentos com rendimentos que permitam o acesso a um padrão de vida adequado. Com a abertura da prestação dos serviços de saúde ao sector privado e a introdução da política recuperação dos custos nos serviços públicos, a mulher, especialmente rural, perdeu o acesso ao tratamento gratuito nas unidades de saúde. Os

**QUADRO 5.4 PRINCIPAIS CAUSAS DE INSATISFAÇÃO COM AS CONSULTAS POR SEXO (%)**

Sexo	% Insatisfeita	Casuas da insatisfação						
		1	2	3	4	5	6	7
Homem	50.4	5.1	40.6	4.4	18.9	33.8	31.1	9.5
Mulher	46.0	5.3	37.3	6.0	18.1	36.6	31.7	8.9
Total	47.9	5.2	38.8	5.2	18.5	35.3	31.4	9.2

1 = Falta de higiene  
2 = Muito tempo de espera  
3 = Falta de pessoal  
4 = Muito caro  
5 = Falta de medicamentos  
6 = Tratamentos sem êxito  
7 = Outro

Fonte: QUIBB 2001

serviços de saúde com qualidade passaram a ser acessíveis apenas em troca de valores monetários superiores aos rendimentos da maioria das famílias.

Por outro lado, os centros de saúde rurais, onde a maioria das populações vive e trabalha, carecem de quadros especializados. Assim, as mulheres, que são aquelas que têm a responsabilidade de cuidar das crianças e dos idosos, têm de percorrer grandes distâncias para chegar aos centros de saúde que garantem um serviço minimamente aceitável. O acesso aos serviços de saúde tanto nas zonas rurais como urbanas é precário. Mais de 70% da população rural leva mais de uma hora para chegar à unidade de saúde mais próxima, enquanto que apenas 14,7% das populações urbanas ficam a mais de uma hora das unidades sanitárias. (QUIBB 2001)

A qualidade dos serviços de saúde também é notoriamente deplorável e isso reflecte-se nos grandes índices de insatisfação. Da população que no ano 2000 recorreu aos serviços de saúde, 47,9% manifestou-se

insatisfeita, mas a insatisfação é maior entre a população rural (51,9%). Três razões de insatisfação foram diagnosticadas, nomeadamente:

- muito tempo de espera (38,8%)
- falta de medicamentos (35,3%)
- tratamento sem êxito (31,4%).

As instituições de saúde que foram mencionadas como sendo as que providenciam melhores serviços são as clínicas e farmácias privadas, que por sinal se encontram fora do alcance da maioria das mulheres, devido aos altos custos envolvidos para ter acesso aos seus produtos e serviços.

As mulheres rurais tiveram menor percentagem de cuidados pré-natais (69,0%) comparadas com as mulheres urbanas (91,9%). A maioria dos partos (42,9%) foram assistidos por parteiras e apenas 2,2% foram assistidos por médicos. Um em cada cinco partos foi assistido por parteiras tradicionais e apenas 5% por enfermeiros. A maioria das mulheres urbanas (83,6%) foram assistidas por agentes de saúde durante o parto, enquanto que apenas 36% das mulheres rurais são assistidas por pessoal qualificado dos serviços de saúde. A falta de assistência médica adequada é um dos responsáveis pela elevadíssima taxa de mortalidade materna: em 1998 estimava-se que cerca de 3 mulheres pereciam em cada 2.000 partos que resultavam em nados vivos. (INE, 2001; INE-MISAU, 2000)

## Estratégias de sobrevivência das mulheres

As estratégias de sobrevivência estão relacionadas com as fontes de rendimento dos agregados familiares para a sua subsistência. Embora hajam sinais de recuperação económica em Moçambique, ainda não se pode afirmar com segurança que o crescimento económico esteja a contribuir para o melhoramento das condições de vida dos grupos desfavorecidos da sociedade. Como foi referido anteriormente, mais de 62% da população urbana e 71% da população rural vive em pobreza absoluta, sofrendo escassez de alimentação adequada por longos períodos do ano. O QUIBB 2000-

2001 estima que 33,2% das famílias inquiridas tiveram, em alguns momentos, dificuldades em satisfazer as suas necessidades alimentares.

Os dados mostram que 43% das crianças sofrem de malnutrição crónica (baixa altura por idade), sendo 22% severamente malnutridas. As diversas estimativas de pobreza baseadas no rendimento e consumo, tem sido por vezes criticadas pelo seu enfoque no agregado familiar como unidade de análise, o que não permite captar a dimensão da pobreza dentro do agregado familiar no qual as mulheres se podem encontrar numa situação de desvantagem.

Segundo os dados do IAF96/97, foram identificados as seguintes estratégias de sobrevivência dos agregados familiares:

- Trabalho na machamba do agregado familiar (produção própria)
- Trabalho fora da machamba do agregado para receber remuneração em dinheiro ou em espécie (venda de força de trabalho)
- Transferências - remessas de migrantes
- Emprego formal - empresas estatais, privadas, lojas, etc.
- Laços familiares e comunitários

A migração do campo para as zonas urbanas assim como fora do país é uma prática frequente e importantíssima para a subsistência de muitas famílias na África Austral. Em Moçambique, a migração é particularmente frequente no Sul e nas regiões situadas nas zonas fronteiriças.

Para as famílias que dependem basicamente da agricultura como fonte de rendimento, a venda de culturas agrícolas tem-se caracterizado como fonte alternativa de rendimento, assim como a posse de algumas árvores de fruta como cajueiros, mafurreiras e citrinos. Várias iniciativas de mulheres singulares ou associadas funcionam como estratégias de sobrevivência, principalmente nas zonas rurais e entre as mulheres viúvas, solteiras e divorciadas.

Os principais determinantes da pobreza das mulheres em Moçambique são, entre outros, o baixo nível de escolarização, as altas taxas de dependência nos agregados familiares pobres chefiadas por mulheres. Também figuram os baixos rendimentos agrícolas, atendendo que a maioria das mulheres vive da agricultura de subsistência, a fraca rede de infra-estruturas

básicas, a frágil base industrial e falta de redes de segurança social que minimizem a vulnerabilidade aos riscos dos desastres naturais.

O nível elevado de pobreza leva as populações a adoptarem estratégias de subsistência como forma de assegurarem a sua sobrevivência. As estratégias de curto prazo para a mulher jovem tem sido o recurso mercado informal e emprego doméstico nas zonas urbanas, enquanto que nas zonas rurais figuram a participação na agricultura, a ajuda à família e também o recurso ao casamento prematuro.

No que respeita a factores individuais determinantes da pobreza da mulher, pode-se referenciar a fraca saúde da mulher devido a partos consecutivos ilustrada pelas altas taxa de fecundidade (6 e 4,9 filhos por cada mulher em idade reprodutiva nas zonas rurais e urbanas respectivamente em 2000) e falta de assistência materno-infantil, aliado á fraca força física devido a alimentação deficiente, a fraca capacidade falta de emprego que acomode a mulher. (INE, 2000)

Nas zonas rurais a pobreza reflecte-se também pelas diferenças nas relações sociais entre homens e mulheres, quando a comunidade considera os homens e mulheres solteiros ou viúvos como pobres. Em alguns casos, a pobreza é determinada pela posse de bens do agregado familiar (dinheiro, gado, empregados, número e tamanho de machambas), onde agregados com poucos ou sem bens são classificados como pobres.

### **Agregados chefiados por mulheres e o debate da ‘feminização’ da pobreza**

Na base dos dados e dos argumentos acima expostos, é pertinente perguntar se a pobreza tem uma face feminina em Moçambique. A abordagem teórica do conceito feminização da pobreza traduz-se nos conflitos entre o acesso e controle de recursos, reflectindo a noção da existência de mais mulheres pobres relativamente aos homens.

A política de governação em Moçambique foi sempre orientada para a igualdade de oportunidades, mas descurando sempre os fundamentos sociais assentes na discriminação de género. Isto é, mesmo com a definição de

## CAIXA 5.2 EVIDÊNCIAS LOCALIZADAS DE DISPARIDADE DO GÉNERO NO ACESSO AOS RENDIMENTOS

O acesso aos rendimentos entre mulheres e homens reflecte as diferenças de posse dos recursos de produção e da formação escolar. Existe uma relação directa entre o acesso aos rendimentos e a posse dos factores de produção. O Quadro 5.5, embora reflectindo situações localizadas, traduz essa realidade.

**QUADRO 5.5 RELAÇÃO ENTRE OS RENDIMENTOS PER CAPITA POR ANO E A POSSE DA TERRA E ALFAIAS AGRÍCOLA**

Distrito	Género produção	Factores de familiares	Chefes de agregados capita/ano em que têm a posse	Rendimento per (meticais)
Xai-Xai	Masculino	Terra	311	7,360,000
		Alfaias	324	4,540,000
	Feminino	Terra	3	9,650,800
		Alfaias	16	6,450,900
Monapo	Masculino	Terra	217	9,450,000
		Alfaias	138	3,540,600
	Feminino	Terra	15	8,560,800
		Alfaias	87	4,600,800
Macomia	Masculino	Terra	203	4,770,800
		Alfaias	25	3,900,500
	Feminino	Terra	42	6,850,500
		Alfaias	7	4,650,000

Nas famílias chefiadas por mulheres com posse da terra, o rendimento per capita tende a ser maior que o dos homens. São exemplos ilustrativos os casos do distrito de Xai-Xai na província de Gaza onde o rendimento per capita é de 9.650.800,00 Meticais e do distrito de Macomia na Província de Cabo Delgado onde o rendimento per capita é de 6.850.500,00. Nos estudos efectuados em alguns distritos de Maputo, Gaza, Manica, Nampula e Cabo Delgado indicam que a mulher tem um melhor desempenho que o homem ao nível das actividades agrárias (Mucavele, 2000):

- As mulheres contribuem com 80% da força de trabalho na no campo;
- As mulheres trabalham longas horas comparadas com os homens, especialmente em actividades domésticas, produção ou recolha e aprovisionamento de fontes de energia e água;
- Os programas de ajustamento estrutural aceleraram o desenvolvimento bimodal: os homens emigram para os centros urbanos ou para os países vizinhos em busca de empregos assalariados e as mulheres permanecem na agricultura.

Nas zonas urbanas, o acesso aos rendimentos pela mulher dependem da formação escolar. As mulheres com maior formação escolar têm possibilidades de emprego no sector formal. As mulheres sem a formação escolar tendem a participar em actividades informais e empregos domésticos.

Uma vez que os rendimentos na agricultura são relativamente mais reduzidos do que na manufactura, as mulheres tendem a ter rendimentos mais reduzidos do que os homens uma vez que a maioria se dedica à agricultura.

Fonte: Mucavele, Firmino G., 2001. Estudos de Segurança Alimentar e Nutrição, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, UEM, Maputo, Moçambique.

### CAIXA 5.3 ESTRATÉGIAS DE ALÍVIO À POBREZA

**A**s mulheres envolvem-se em trocas de mão-de-obra por mão-de-obra (matsoni; holimihana), troca de mão-de-obra por alimentos ou dinheiro (khourimela; thôthôtho, kuthekela, ganho-ganho), troca de mão de obra pela acumulação de gado (kuvekelissa, ovaliha), e sistema informal de poupança (xitique). Em geral, estas práticas de assistência mútua são praticadas hoje tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais, com taxas mais elevadas de participação nos locais de estudo do Sul que do Norte. Apesar dos nomes distintos usados para designar estas práticas nas diferentes regiões, existem muitas semelhanças nas suas características no país.

Nas zonas urbanas, os tipos mais dominantes de ajuda mútua são os que requerem a troca de dinheiro como parte da transacção, enquanto nas zonas rurais predominam práticas de pagamento feitas em mão-de-obra ou alimentos. A tendência na evolução destas práticas entre amigos ou comunidades é a substituição das trocas de mão-de-obra por transacções monetárias. Todavia, entre os pobres, há uma continuidade significativa das trocas de mão-de-obra por mão-de-obra entre amigos e parentes, devido à limitada disponibilidade de recursos.

Os resultados indicam que os pobres tendem a participar mais nas práticas tradicionais onde a mão-de-obra é oferecida em troca de alimentos, bens ou dinheiro. A habilidade de participar em tais actividades depende largamente da existência de membros da comunidade com recursos financeiros, com excedentes de alimentos ou bens para oferecer como pagamento.

A integração no trabalho temporário é considerado a maior estratégia de sobrevivência para lidar com a insegurança alimentar transitória. Nas áreas mais pobres, onde tais

oportunidades são limitadas, a alteração radical da dieta, incluindo a dependência em alimentos silvestres, venda de bens activos e emigração para outras zonas são estratégias que reduzem a capacidade da família de recuperar dos choques.

A participação das mulheres nas actividades tradicionais de auxílio mútuos é importante porque mesmo quando ambos os sexos se envolvem numa actividade particular, as mulheres participam mais que os homens. No caso de matsoni/xivungu e xitique apenas as mulheres participam. Isto enfatiza o papel importante que a mulher joga na garantia das necessidades básicas de subsistência do seu agregado familiar.

Uma das práticas tradicionais mais severamente afectadas pela guerra é o kuvékela (Gaza) ou ovaliha (Nampula), pela qual os membros mais jovens ou pobres da comunidade podem cuidar do gado de outras pessoas e, em troca, receberem parte das crias. Tradicionalmente, acumular gado era o objectivo principal na vida de muitos habitantes das zonas rurais no Sul de Moçambique e muitas partes do Centro e Norte do país, uma vez que muito gado representava riqueza e assegurava a habilidade de participar em cerimónias (casamentos e funerais). A venda do gado era uma das fontes de rendimento dos agregados em dificuldades.

Claramente, os membros mais vulneráveis (idosos, portadores de deficiência, doentes, mulheres grávidas e a amamentar ou tenham crianças menores) são frequentemente excluídos de muitas destas práticas porque lhes falta capacidade física de participar, ou lhes falta tempo devido às responsabilidades domésticas, particularmente as associadas com o cuidado das crianças.

Fonte: "Estudos de Segurança Alimentar e Nutricional", 1999-2000, Agronomy and Forestry Engineering Faculty, Eduardo Mondlane University, Maputo, Mozambique.

igual acesso aos recursos para o homem e a mulher, a estrutura de relações sociais de género não se alterou, pois a mulher continuou apenas a representar o seu papel tradicional como mãe e esposa. No entanto, nos últimos tempos as relações sociais entre o homem e a mulher têm conhecido outra dinâmica consubstanciada na conquista de um alguns

direitos para a mulher. O surgimento de agregados chefiados por mulheres por opção faz parte desta dinâmica.

Normalmente a literatura distingue os agregados chefiados por mulheres em 'de facto' referindo-se à mulher chefe casada com marido ausente e 'de jure' à mulher chefe sem marido, onde se integram as solteiras, viúvas e

Uma visão alternativa sobre liderança feminina e pobreza foi providenciada pela recente análise de agregados rurais efectuada pela Administração Nacional de Estradas (ANE) no ano 2000. A pesquisa de 3.936 agregados faz parte de um estudo de três anos sobre o impacto sócio-económico do programa de reabilitação de estradas ROCS I. A amostra foi compilada de 22 sectores de estradas ao longo do país e é representativa das zonas rurais em Moçambique.

Em termos de 'liderança' dos agregados, o estudo deixou as entrevistadas decidirem quem é o chefe do agregado, resultando numa pequena percentagem de 12,9% de agregados chefiados que é substancialmente mais pequena que os 31,16% do recenseamento de 1997 e 22% do IAF 1996-97. Estas diferenças são atribuídas ao facto da pesquisa da ANE ter olhado para os chefes de agregados de jure enquanto o recenseamento e o IAF olhavam para os chefes de facto. Por exemplo, na pesquisa da ANE, os agregados com homens ausentes envolvidos no trabalho migratório eram considerados como sendo chefiados por homens, enquanto no recenseamento e no estudo do IAF eram considerados como sendo chefiados por mulheres. No recenseamento de 1997, os agregados definidos como sendo chefiados por mulheres eram todos aqueles descritos como 'parente-solteira (feminina)'. Subtraindo dos agregados familiares todos os chefes femininos casados (formalmente ou tradicionalmente), isto é chefes de agregado femininos de facto, obtemos a cifra de 13,76%.

Há uma forte possibilidade de que em muitos casos onde os homens migrantes geralmente ficam fora por longos períodos (contrariamente aos mineiros que regressam regularmente durante as férias), não regressando durante anos, nessa situação encontraremos uma zona nebulosa em termos da distinção entre agregados com mulheres que são chefes de facto e aquelas que são chefes de jure.. Na pesquisa da ANE constatou-se que no Sul 23,9% dos agregados eram chefiados por mulheres contra os apenas 7,7% do Centro e 8,6% do Norte.

#### **Chefia dos agregados e pontos de riqueza**

Uma inovação do estudo é a tentativa de medir

o bem-estar dos agregados atribuindo-os 'pontos de riqueza'. Para o efeito, seleccionou e categorizou a seguinte série de determinantes de pontos de riqueza: o tamanho das machamba, valor das vendas das culturas, uso de vários insumos agrícolas sobretudo sementes melhoradas, adubos e pesticidas, posse de gado, salário mensal, rendimento não agrícola mensal, investimento anual e características da habitação (o tipo de material de construção, abastecimento de água e electricidade).

Como era de esperar, a distribuição dos pontos de riqueza mostra uma tendência de concentração na base cujo resultado é que apenas uma pequena porção de agregados não pode ser classificada como pobre. Mais de três quartos dos agregados teve menos de 50 pontos e metade teve menos de 25 pontos. A média do número de pontos foi de 38,4.

A distribuição de pontos de riqueza demonstrou uma grande variação regional, reflectindo padrões similares aos que constam no RNDH 1999. Os agregados do Sul apresentam níveis mais elevados de pontos de riqueza comparativamente às suas congéneres doutras regiões. Nota-se uma grande tendência de redução de pontos de riqueza dos agregados familiares à medida que se avança para o Norte. Um pouco mais de um em cada 10 agregados do Sul figuram no quartel mais baixo, contra mais de 40% do Norte e mais de 25% do Centro. Por outro lado, mais de metade dos agregados do Sul estão acima do quartel mais baixo contra apenas 6,3% dos agregados do Norte e 17,4% do Centro.

A análise dos pontos de riqueza também demonstra alguns resultados interessantes em relação ao debate sobre a pobreza dos agregados e a questão do género na liderança dos agregados. Há uma maior concentração de agregados chefiados por mulheres no quartel mais baixo. Estima-se que 38,3% dos agregados chefiados por mulheres estão no quartel mais baixo, contra menos de 25% dos agregados chefiados por homens. Por outro lado, entre os agregados mais ricos parece haver chances iguais dos agregados tanto chefiados por mulheres como os chefiados por homens estarem no quartel mais alto.

Adaptado por Fion de Vletter

as divorciadas. Esta definição deriva a sua fundamentação na tomada de decisão no seio do agregado.

Os resultados de sucessivos inquéritos populacionais apresentam resultados relativamente difusos sobre agregados chefiados por mulheres, mas o principal problema parece estar nas definições. Os dados IAF 1996/97 indicam que cerca de 22% das famílias em Moçambique são chefiadas por mulheres, considerando chefe do agregado familiar o que foi indicado pelo agregado.

Estes resultados aproximam-se aos do Censo Populacional de 1997, em que 30,5% dos chefes de agregados familiar em Moçambique, são mulheres, dos quais 28,5% encontram-se na zona urbana e 31,2% no campo. Por seu turno, os resultados do QUIBB 2001 revelam que 23,2% de famílias são chefiadas por mulheres. Este valor aproxima-se dos apurados anteriormente pelo IAF e pelo Censo. Mas não há consenso sobre a definição dum agregado chefiado por uma mulher como demonstra a Caixa 5.4. A compreensão das definições é importante porque pode explicar a disputa sobre se a incidência de pobreza é mais elevada entre os agregados chefiados por mulheres, facto que no caso de Moçambique não parece ser corroborado pelos dados.

Tradicionalmente as famílias chefiadas por mulheres têm sido consideradas grupos mais vulneráveis porque estas famílias têm como sua fonte principal de sustentação uma mulher e esta geralmente enfrenta mais barreiras que o homem em termos de oportunidades e capacidades de obter rendimentos.

A vulnerabilidade dos agregados familiares chefiados por mulheres deriva dos constrangimentos dos factores de produção, o tempo e o capital. O constrangimento capital surge na sequência das barreiras que a mulher enfrenta no acesso ao mercado de crédito e ao emprego no sector formal, como consequência das condições que ela enfrenta na juventude tais como o acesso limitado a educação e á saúde. Porém, mesmo que ela possua educação suficiente para concorrer no mercado de emprego, a sua educação e experiência não são compensadas de igual modo que o homem (Psachoropoulos & Tzannitos, 1993). Nestas condições a mulher é forçada a trabalhar mais horas para obter o rendimento equiparado ao chefe de família masculino.

Alguns problemas dos agregados chefiados por

mulheres relacionam-se com a sua heterogeneidade, pois cada um tem características específicas que o identificam. Além do nível inferior de escolarização e as elevadas taxas de dependência dos agregados chefiados por mulheres, a sua predominância nas zonas rurais onde dependem basicamente da agricultura como fonte principal de subsistência sem nenhuma fonte complementar que garante a segurança alimentar da família tornam as condições de vida destas famílias precárias.

A seguir debruçamo-nos sobre a situação da mulher no mercado de trabalho nas zonas urbanas, como base principal de geração de rendimentos para a sustentação das famílias.

### **A mulher no mercado do emprego**

A participação da mulher no mercado de trabalho em Moçambique não mudou muito durante as últimas décadas. A percentagem da força de trabalho feminina sobre o total da força de trabalho registou um declínio passando de 49% em 1980 para 18,4%, em 1997 (ADI, 1999; WDI 1999). Em toda a África sub-sahariana o índice sempre foi mais baixo, tendo registado uma descida de 41,6%, em 1970, para 41,5%, em 1997 (Ardeni 2001). Segundo a Organização Internacional de Trabalho (OIT), para os países em desenvolvimento no seu todo, a participação da força de trabalho feminina na agricultura registou uma descida de 77%, em 1970, para 68%, em 1985, e para 60%, em 1997.

Na África sub-sahariana a mesma cifra foi de 84%, em 1970 e 70%, em 1997. Há evidências de que na maioria dos países em desenvolvimento um número cada vez maior de mulheres procurou oportunidades de emprego fora da agricultura, muitos dos quais localizados nas áreas urbanas. Aparentemente, este não é o caso de Moçambique onde, do total da força de trabalho feminina, se estima que 96% esteja na agricultura. Em Moçambique, a percentagem de mulheres na indústria quase não se modifica desde 1970, tendo aumentado em termos absolutos de 13 mil para cerca de 50 mil em 1997, enquanto que no comércio e serviços a cifra apenas duplicou em 30 anos, passando de 66 mil para pouco mais de 125 mil (Ardeni 2001).

A diferença entre homens e mulheres nas zonas rurais em termos de população economicamente activa não é muito grande e mostra, de facto, que

mulheres adultas são economicamente mais activas que os homens (69,1% contra 63,1%). Embora 39,5% das mulheres rurais dissesse que ‘trabalhou’ (implicando remuneração), esta categoria é quase exclusiva para a agricultura de subsistência (por conta própria). De igual modo, a categoria ‘ajudou a família sem pagamento’ é também quase exclusiva para a agricultura de subsistência. A principal diferença é que esta última trabalha com um membro mais velho da família. Como veremos mais adiante, quase nenhuma mulher rural tinha um emprego remunerado (e os homens são relativamente poucos).

É nas áreas urbanas que a categoria ‘trabalhou’ diz essencialmente respeito a emprego remunerado e auto-emprego ou seja ‘trabalhadores por conta própria’. Como veremos mais adiante, com o rápido crescimento do sector informal, particularmente nos últimos 15 anos, esta distinção é particularmente importante para as mulheres. O tamanho reduzido da proporção

de mulheres consideradas economicamente activas (33,3% contra 48,4% para homens) resulta das 28,7% classificadas como trabalhadoras domésticas não assalariadas e economicamente não activas (a distinção surge porque se acredita que as mulheres domésticas rurais desenvolvem mais actividades produtivas que as mulheres domésticas urbanas). Esta categorização foi objecto de debates durante vários anos.<sup>1</sup>

Apesar da diferença de género em termos de ingressos na educação estar a registar um ligeiro declínio, a preocupação nesta área ainda é substancial. Nas zonas urbanas 30,8% das mulheres adultas são estudantes contra 35,6% dos homens. Nas áreas rurais, onde se verifica uma grande taxa de desistências e poucas escolas secundárias (muitos estudantes são enviados para as zonas urbanas para prosseguirem os seus estudos), verifica-se um declínio geral em ambos os sexos, sendo apenas 13,9% a cifra estudantes femininas adultas, que é substancialmente inferior aos

**QUADRO 5.6: SITUAÇÃO DO EMPREGO POR ÁREA E SEXO (%)**

Situação de Emprego	Área Urbana			Área Rural			Nacional		
	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos
Trabalhou	41,5	27,3	34,2	49,4	39,5	44,1	46,7	35,5	40,8
Empregado mas não trabalhou	0,6	0,4	0,5	1,0	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9
Ajudou a família sem remuneração	1,9	4,6	3,3	11,8	28,3	20,5	8,4	20,6	14,8
Procurou emprego	2,4	0,3	1,3	0,2	0,0	0,1	1,0	0,1	0,5
Desempregado	2,1	0,7	1,4	0,7	0,1	0,4	1,2	0,3	0,7
População economicamente activa	48,4	33,3	40,7	63,1	69,1	66,3	58,1	57,5	57,8
Aposentado	1,6	0,2	0,9	0,2	0,0	0,1	0,7	0,1	0,4
Estudou	35,6	30,8	33,2	22,6	13,9	18,0	27,0	19,4	23,0
Trabalho doméstico (sem remuneração)	7,5	28,7	18,3	3,7	6,7	5,3	5,0	13,9	9,6
Serviço Militar Obrigatório	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Deficiente físico	1,4	1,1	1,3	0,7	0,6	0,7	1,0	0,8	0,9
Outros	5,4	5,9	5,9	9,7	9,6	9,6	8,2	8,4	8,3
População economicamente não activa	51,6	66,7	59,3	36,9	30,9	33,7	41,9	42,5	42,2
Adultos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ardeni (2001)

<sup>1</sup> Quanto à definição de emprego, Standing argumenta que os termos ‘emprego’ e ‘trabalho’ são utilizados alternadamente, mas não são sinónimos. Ele argumenta que grande parte do trabalho das mulheres é classificado como trabalho ‘doméstico’ ou do ‘lar’ e não é medido de acordo com as definições clássicas.

22,6% dos estudantes adultos masculinos. A nível nacional, 43,9% dos estudantes adultos são raparigas enquanto 56,1% são do sexo masculino.

Dados do Censo de 1997 apresentam uma imagem ligeiramente diferente. O índice de participação da força de trabalho é estimado em 66,5% para mulheres e 73,5% para homens (com um índice de emprego de 93,6% para mulheres). Estima-se igualmente que 91,3% das mulheres economicamente activas trabalham na agricultura e 1,1% na indústria. O índice de participação da força de trabalho feminina é mais baixo nas zonas urbanas (44%) do que nas zonas rurais (75,3%). O emprego agrícola para mulheres no campo é estimado em 97,8% e 63,1% nas zonas urbanas. O segundo maior sector de emprego de mulheres nas zonas urbanas é o comércio (20,4%).

### Mulheres trabalhadoras

Menos de um quarto (22,7%) de mulheres trabalhadoras auferem um salário. A maioria (51,8%) tornaram-se trabalhadoras por conta própria - muitas delas envolvidas ou na agricultura ou no comércio informal (muitos estão envolvidos nos dois sectores). A categoria 'trabalhadores urbanos não remunerados' inclui um crescente número de pessoas que trabalham no sector informal ou num tipo de actividade doméstica a troco de alimentação, alojamento ou

Tipo de emprego	Área Urbana			Área Rural			Nacional		
	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos
Trabalhadores remunerados	62,9	22,7	45,5	9,9	2,0	5,5	24,0	5,8	14,4
Trabalhadores por conta própria	28,2	51,8	38,4	62,9	35,4	47,7	53,6	38,4	45,6
Empresários	1,1	0,4	0,8	0,4	0,1	0,2	0,6	0,1	0,3
Total de trabalhadores assalariados	92,2	75,0	84,7	73,1	37,5	53,4	78,2	44,4	60,3
Trabalhadores não assalariados	7,8	25,0	15,3	26,9	62,5	46,6	21,8	55,6	39,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ardeni 2001

pequenos subsídios, uma réplica urbana de práticas rurais. Deve-se mencionar que apenas 2% das trabalhadoras rurais recebem um salário. Trabalhadoras por conta própria e trabalhadoras não assalariadas nas áreas rurais estão maioritariamente envolvidas na agricultura de subsistência bem como em outros trabalhos domésticos. Um número crescente de mulheres rurais suplementam actualmente a produção agrícola com dinheiro obtido das actividades comerciais nos mercados locais (frequentemente com os seus próprios produtos).

Há a assinalar que muitas pessoas quando questionadas sobre a sua situação de emprego referem-se às suas actividades agrícolas (da machamba a actividades agrícolas regulares e sazonais) como um simples trabalho, por isso implicitamente pago, mas quando questionadas sobre o tipo de trabalho em que elas se sentem enquadradas declaram ser trabalhadoras domésticas.

O quadro 5.8 destaca a importância da agricultura para as mulheres urbanas e rurais (em grande medida para homens, apesar de um número substancial de homens urbanos serem pescadores ou assalariados na agricultura e

Sector	Área Urbana			Área Rural			Nacional		
	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos
Agricultura e pescas	21,7	57,2	37,2	88,0	98,4	93,8	70,6	90,9	81,3
Indústria mineira	2,9	0,1	1,7	1,1	0,0	0,5	1,6	0,0	0,8
Indústria	14,7	4,7	10,3	2,8	0,4	1,5	5,9	1,2	3,4
Utilidades públicas	1,5	0,3	1,0	0,2	0,0	0,1	0,5	0,1	0,3
Construção	7,2	0,5	4,3	1,3	0,1	0,6	2,8	0,1	1,4
Comércio	15,8	22,9	18,9	2,4	0,6	1,4	5,9	4,7	5,2
Transportes e comunicações	10,1	1,0	6,1	0,7	0,0	0,3	3,2	0,2	0,6
Serviços privados	3,4	0,8	2,2	0,3	0,0	0,1	1,1	0,2	0,6
Serviços públicos	19,0	9,5	14,9	2,9	0,4	1,5	7,2	2,0	4,5
Trabalho doméstico	3,1	2,6	2,9	0,3	0,1	0,2	1,0	0,5	0,8
Outras	0,7	0,3	0,6	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ardeni 2001

**QUADRO 5.9 CATEGORIA DE TRABALHO POR ÁREA E SEXO**

Categoria	Área Urbana			Área Rural			Nacional		
	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos
Administração Pública	14,1	6,1	10,6	1,8	0,3	1,0	5,1	1,4	3,1
Empresas públicas	25,5	7,3	17,6	3,2	0,9	1,9	9,1	2,1	5,4
Sector privado	22,9	8,7	16,7	4,8	0,6	2,5	9,6	2,1	5,6
Sector cooperativo	0,5	0,7	0,6	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Conta própria	28,2	51,8	38,4	62,9	35,4	47,7	53,6	38,4	45,6
Trabalhador não assalariado	7,1	23,7	14,3	26,7	62,4	46,5	21,5	55,3	39,3
Empresário	1,1	0,4	0,8	0,4	0,1	0,2	0,6	0,1	0,3
Empregado	0,8	1,3	1,0	0,2	0,1	0,1	0,4	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ardeni (2001)

pescas). O quadro sugere que 80,1% das mulheres urbanas estão integradas tanto na agricultura como no comércio. De facto, uma grande percentagem das mulheres urbanas que desenvolve a agricultura também dedica uma parte do dia ao comércio. No campo, quase todas as mulheres trabalhadoras estão na agricultura e um crescente número dedica-se a actividades comerciais para ganhar dinheiro.

Ardeni (2001) afirma que, tal como na maioria dos países em desenvolvimento, o índice de participação das mulheres na força de trabalho tem estado a crescer nas últimas décadas.

Uma participação crescente de emprego feminino é notória no sector não agrícola, especialmente nas áreas urbanas, onde as mulheres têm mostrado alguma transição de empregos não assalariados para trabalho assalariado. Em Moçambique esta situação só se verificou até ao começo da década de 1990, estando agora a decrescer. Parece que a maioria das mulheres hoje estão nos empregos não assalariados do sector informal da economia (esta situação

é extensiva a homens), ou por conta própria ou como trabalhadores não remunerados.

O quadro 5.9 mostra a percentagem de trabalhadoras envolvidas nas principais categorias de emprego assalariado. Este quadro mostra que a proporção de homens envolvidos em sectores público e privado é aproximadamente três vezes mais que as mulheres e duas vezes superior na administração pública (serviços públicos). O quadro também mostra que mais de metade das mulheres trabalhadoras desenvolvem actividades por conta própria contra mais de um quarto (28,2%) dos homens. Isto não significa que menos homens efectuem actividades por conta própria. O quadro mostrou que 41,5% dos homens são considerados trabalhadores contra apenas 27,3% de mulheres, sugerindo que o número absoluto de homens e mulheres trabalhando por conta própria é provavelmente o mesmo.

Há indicações de que na maioria dos países em desenvolvimento um crescente número de mulheres procura emprego em sectores não agrícolas, geralmente nos centros urbanos, mas este parece não ser o

**QUADRO 5.10 EMPREGO FORMAL E INFORMAL (%)**

Emprego	Área Urbana			Área Rural			Nacional		
	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos	S	Γ	Todos
Trabalhadores com rendimentos (5+6)	74,2	44,0	58,1	72,9	52,0	61,3	73,3	49,8	60,3
Trabalhadores assalariados	39,9	19,4	29,0	8,4	2,3	5,0	17,9	7,1	12,0
Trabalhadores por conta própria	25,4	22,2	23,7	61,5	28,0	42,9	50,7	26,4	37,3
Empresários	0,6	0,4	0,5	0,3	0,1	0,2	0,4	0,2	0,3
Total de trabalhadores com remuneração declarada (2+3+4)	65,9	42,1	53,2	70,3	30,3	48,1	69,0	33,7	49,6
Trabalhadores com rendimentos - remuneração não declarada	8,2	1,9	4,9	2,6	21,7	13,2	4,3	16,1	10,8
Trabalhadores sem rendimentos	16,7	53,7	36,5	24,2	46,2	36,5	22,0	48,3	36,5
Trabalhadores que dizem que não têm remuneração	9,3	11,7	10,6	34,8	48,6	42,5	27,1	38,2	33,2
Desempregado activo	9,1	2,3	5,5	2,9	1,7	2,2	4,7	1,9	3,2
Total de trabalhadores (1+7+9)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Trabalhadores informais (3+6+7)	50,3	77,9	65,0	88,4	95,9	92,6	76,9	90,8	84,6

Fonte: Ardeni 2001

caso de Moçambique. A percentagem de mulheres na indústria não mudou substancialmente de 1970 a 1997 (crescendo em números absolutos de 13.000 para cerca de 50.000), enquanto que no comércio e no sector de serviços só duplicou em 30 anos, passando de 66.000 para pouco mais de 125.000.

No período de 1970-1997, o índice médio do crescimento da economia de Moçambique foi igual a 0,76% por ano. Enquanto na década de 1970 e 1980 o índice foi predominantemente negativo, na década de 1990 foi igual a 5% por ano. Apesar disso, o emprego de mulheres na indústria só registou um crescimento de menos de 11.000 postos, e no comércio e serviços manteve-se mais ou menos constante.

Tendo em conta o crescimento da população, o maior declínio na força de trabalho assalariada e na força de trabalho feminina assalariada parece ter tido lugar entre 1991 e 1997. Aparentemente isto entra em contradição com o crescimento económico e o aumento da produção agrícola observado durante aquele

período, apesar disto provavelmente ser uma indicação de um aumento tanto da participação do trabalho informal, como do emprego informal das mulheres.

Grande parte do emprego feminino no sector 'moderno' na África sub-sahariana tem sido mais nas instituições governamentais do que nas empresas privadas ou estatais, facto que sugere que as mulheres têm um acesso desigual a bons empregos. Como conclusão, a evidência geral parece indicar que muitas mulheres têm estado a ganhar acesso a empregos remunerados, mas poucas conseguem emprego no sector formal.

### A mulher no mercado informal

Segundo Ardeni, 84,6% dos trabalhadores em Moçambique aparentam estar empregues no sector informal: 92,6% dos trabalhadores rurais e 65% de todos os trabalhadores nas zonas urbanas. Entre as mulheres, 95,9% daquelas que trabalham nas zonas

QUADRO 5.11 SITUAÇÃO LABORAL E POBREZA DOS INDIVÍDUOS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E SEXO

Sexo	Área Urbana				Área Rural				Nacional			
	Não Pobre	Pobre	Ultra Pobre	Total	Não Pobre	Pobre	Ultra Pobre	Total	Não Pobre	Pobre	Ultra Pobre	Total
<b>Trabalhadores assalariados</b>												
Homens	70.7	17.4	11.9	100	29.1	27.9	42.9	100	41.8	24.7	33.5	100
Mulheres	69.0	17.2	13.7	100	30.5	27.7	41.8	100	40.1	25.1	34.8	100
Total	70.0	17.3	12.6	100	29.8	27.8	42.4	100	41.0	24.9	34.1	100
<b>Desempregado activo</b>												
Homens	71.9	19.7	8.4	100	38.6	36.1	25.2	100	57.8	26.7	15.5	100
Mulheres	65.8	17.7	16.5	100	34.0	26.1	39.9	100	44.8	23.3	31.9	100
Total	70.5	19.3	10.2	100	36.6	31.8	31.5	100	53.5	25.6	20.9	100
<b>Trabalhadores sem remuneração</b>												
Homens	53.5	23.1	23.5	100	19.2	27.4	53.4	100	27.4	26.4	46.3	100
Mulheres	66.5	19.1	14.3	100	24.7	30.7	44.7	100	37.8	27.1	35.2	100
Total	63.8	20.0	16.3	100	23.1	29.8	47.1	100	35.0	26.9	38.1	100
<b>Estudantes</b>												
Homens	73.0	16.8	10.2	100	24.2	31.8	44.0	100	46.2	25.0	28.8	100
Mulheres	75.9	15.7	8.4	100	25.7	33.4	40.9	100	51.6	24.3	24.1	100
Total	74.4	16.3	9.4	100	24.8	32.5	42.7	100	48.5	24.7	26.7	100
<b>Outros</b>												
Homens	51.2	26.7	22.1	100	21.1	26.5	52.5	100	30.0	26.5	43.5	100
Mulheres	53.6	24.2	22.2	100	20.2	28.0	51.7	100	28.6	27.1	44.3	100
Total	52.3	25.5	22.2	100	20.6	27.3	52.1	100	29.3	26.8	43.9	100
<b>TOTAL</b>												
Homens	68.3	18.6	13.1	100	25.8	28.7	45.5	100	40.4	25.3	34.4	100
Mulheres	69.2	17.9	12.9	100	26.8	29.2	43.7	100	40.5	25.8	33.7	100
Total	68.7	18.3	13.0	100	26.3	29.2	44.5	100	40.4	25.5	34.0	100

Fonte: Ardeni 2001

rurais e 77,9% das que estão nas cidades trabalham no sector informal. Quadro idêntico emerge entre os homens: estima-se que 88,4% dos trabalhadores nas zonas rurais e 50,3% dos trabalhadores nas zonas urbanas estão no sector informal. Em termos agregados, 59,1% as mulheres perfazem 59,1% no sector informal. (Ardeni 2001)

A proporção de mulheres empregadas no sector informal também cresceu significativamente nas últimas décadas, particularmente no seio de trabalhadores não assalariados. Tudo isto demonstra a existência de uma influência de género uma vez que muitas mulheres têm empregos pobres e que há poucas mulheres assalariadas no sector informal. As mulheres estão também sobre-representadas em categorias e actividades específicas no seio do sector informal, o que sugere que elas estão geralmente muito representadas em actividades com baixo rendimento (Ardeni 2001).

O quadro 5.11 ilustra a grande disparidade entre os rendimentos rurais e urbanos assim como a diferença de rendimentos por sexo e por situação de emprego. Quase metade (44,5%) da população rural pode ser classificada como ultra-pobre contra apenas 13% dos habitantes urbanos. Em contraste, mais de um quarto (26,3%) da população rural pode ser considerada não pobre contra mais de dois terços da população urbana.

A análise do mercado de trabalho das mulheres na secção seguinte tem como base vários inquéritos realizados nos mercados informais urbanos em Moçambique. Grande parte dos resultados provêm de dois inquéritos, um realizado em Maputo e Beira em 1996 (de Vletter, 1996) e outro num inquérito de um universo de 100 operadoras do mercado informal em 2000 como parte de um estudo do Projecto da Feminização da Pobreza da OIT (de Vletter, 2001). As amostras eram pequenas mas a estreita correlação e consistência entre os inquéritos sugere que sejam relativamente representativas. Os dados são destes dois trabalhos salvo quando indicado.

Em 1996, o coorte modal de rendimento mensal variava entre US\$ 50 a US\$ 100 dólares para os comerciantes de Maputo. Um estudo de Little and Coloane (1992) num universo de 73 comerciantes de pequena escala afectos a cinco mercados peri-urbanos de Maputo destacou a variabilidade de rendimentos entre os vendedores. Apesar do rendimento médio dos vendedores de cerca de US\$ 40 dólares por mês ter sido sensivelmente duas vezes acima da média dos rendimentos do sector

formal, 70% dos comerciantes arrecadavam lucros inferiores a essa média, e metade ganhava quase o mesmo rendimento vigente no sector formal.

Outra característica do rendimento do vendedor é a sua instabilidade. Contrariamente ao que geralmente se pensa, mais de metade (60%) dos inquiridos de Maputo indicaram que preferiam a sua actividade actual do que um emprego assalariado. Mais interessante ainda é o facto de que apesar do forte sentimento de que as suas condições de vida pioraram desde o PRE, quase metade dos inquiridos responderam que sentiam que a vida para eles tinha melhorado. Isto contrasta com o que foi largamente encontrado no seio dos operários das fábricas.

Apesar do rendimento ser baixo para a maioria das vendedoras, mais de dois terços (71,2%) conseguem fazer poupanças, mas apenas 11,5% possuem contas bancárias. Quase um quarto (23%) estão envolvidas em grupos de xitique, enquanto mais de um terço (34,6%) deposita o seu dinheiro em bancos móveis (xitique geral). Os bancos móveis são cruciais para as vendedoras que precisam quantidades regulares de dinheiro para financiarem a reposição dos stocks das suas mercadorias.

Quase dois terços (63,5%) disseram que podem pedir emprestado dinheiro a familiares ou amigos. Para iniciarem as suas actividades, as entrevistadas disseram que muitas vezes recebem o capital inicial dos seus esposos ou pedem emprestado (geralmente sem juros) de amigos ou familiares. A maioria disse, contudo, que consegue acumular capital ou converter bens para conseguir o capital necessário para o início das suas actividades.

O sector informal tem dois tipos de trabalhadores: os assalariados e não assalariados, que geralmente são familiares não pagos regularmente, mas a quem lhes são concedidos certas condições como alojamento, alimentação e alguns subsídios. Estes dois tipos de trabalhadores são geralmente explorados. Cerca de 20% das mulheres entrevistadas disseram que tinham familiares seus ou empregados assalariados a trabalharem para elas. Abreu (1994) obteve uma percentagem idêntica de pessoas que pagavam salários geralmente muito baixos - US\$ 5 a US\$ 10 dólares por mês.

Nenhum dos empregados possui nenhum vínculo formal de trabalho e muito poucos dispõem de tempo para descanso, incluindo nos fins de semana. Cerca de 89% dos trabalhadores do sector informal entrevistados não têm tido tempo para férias, 72%

## CAIXA 5.5: SISTEMAS INFORMAIS DE APOIO FINANCEIRO

Um estudo\* recente sugere que há diferenças substanciais entre as regiões na forma como as pessoas lidam com défices financeiros ou saldos. O sistema de xitique (similar a aquilo que é conhecido por Associações de Poupanças e Créditos (ROSCAS) envolve membros depositando regularmente uma quantia estabelecida de dinheiro numa conta comum que é levantada rotativamente por cada um dos membros.

O Xitique é praticado em todo o país mas o número de pessoas varia de uma região para outra. É mais comum nos centros urbanos, especialmente entre trabalhadores assalariados, mas é também praticado por vendedores de mercados, principalmente no Sul de Moçambique. O Xitique facilita a acumulação de fundos para a aquisição dum bem específico de consumo como frigorífico, televisor, bicicleta, mobiliário, etc. e é também praticado para a geração de rendimentos, por exemplo, como capital inicial ou compra de mercadorias. Nos mercados, as rotações podem ser feitas diariamente, semanalmente ou mensalmente.

Uma das mais importantes diferenças entre os vendedores informais do Sul (particularmente de Maputo) e outros do Centro e Norte é o recentemente introduzido xitique geral, um sistema bancário móvel quase idêntico ao que se pode encontrar na África Ocidental. Foi introduzido em Maputo nos princípios de 1990, onde curiosamente opera com muita popularidade em relação ao resto do país. Os banqueiros móveis geralmente tem entre 75-150 clientes que acordam em pagar diariamente uma quantia fixa (o montante pode variar a partir de um mínimo de cerca de 10.000 Mt por dia).

Estes depósitos são feitos durante um mês, no final do qual todo o montante é levantado descontando-se um dia que serve como comissão para o banqueiro. Muitos vendedores em Maputo possuem mais de um banqueiro para minimizar os riscos - o banqueiro pode ter dificuldades de repor o dinheiro de volta ou sofrer um assalto (o que ocorre ocasionalmente).

O Xitique geral representa um forte suporte porque, através de poupanças 'compulsivas', os membros acumulam dinheiro que permite pagar as mercadorias e outros negócios no final do mês. Também evita que os membros casados (especialmente maridos) tenham acesso a parte das receitas diárias, assim como a tentação de utilizar as receitas em despesas supérfluas. O Xitique geral tem uma importância particular para as mulheres solteiras, pois há evidências de que, nos casais, os maridos assalariados apoiam as suas esposas tanto com o capital inicial como na compra de mercadorias.

O aumento do capital é feito de diversas formas por exemplo o fabrico de cestos tradicionais (xirundzu) para venda nas comunidades isoladas. Esta prática sugere que a marginalização das mulheres vulneráveis, particularmente na parte Sul de Moçambique, se vai agravar uma vez que a economia formal - tanto na África do Sul ou nas áreas urbanas vizinhas - oferece um alto índice de retorno por hora de trabalho comparado com as oportunidades de rendimento rural.

Tal marginalização e, implicitamente, feminização da pobreza, é mais acentuada no Sul do que em qualquer outra região, uma vez que a pesquisa evidencia que existe menos disparidades nos rendimentos rural e urbano e na qualidade de vida nas áreas rurais a Norte do Rio Save.

\*Fion de Vletter (1998), Estudo não Publicado baseado em entrevistas a uma amostra de 1.000 entrevistadas

não têm direito a descanso nos feriados oficiais e a muitos não é permitido descanso durante os fins de semana. Na verdade, a situação dos empregadores informais não era muito melhor. O seu tempo médio de trabalho são 10 horas por dia e muitos não interrompem as suas actividades mesmo nos feriados nacionais. O inquérito de 1996 constatou que dois terços dos inquiridos na Beira disseram que trabalhavam todos os dias. Em Maputo quase metade fazia o mesmo.

## Desenvolvimento humano nas zonas rurais

A economia de Moçambique é essencialmente agrária. Estima-se que 80% da população moçambicana vive no campo e segundo o

em altos índices de pobreza medida tanto na perspectiva do consumo como na perspectiva da pobreza humana (Quadros 15 e 16 no Anexo Estatístico), se fazem sentir com maior intensidade.<sup>2</sup> Estimativas oficiais indicam que cerca de 82% dos cerca de 12 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja 9,8 milhões pessoas, vivem nas zonas rurais contra 2 milhões de pobres nas zonas rurais. (PARPA 2001) Porém, o que os dados sobre a produção não reflectem integralmente é que, devido ao domínio do sector familiar, a agricultura é um sector onde predomina a mão-de-obra feminina, devido às práticas culturais que determinam a divisão social de trabalho e os papéis de género a ele associados, por um lado, e ao fenómeno de emigração do campo para as cidades e das zonas rurais para os países vizinhos, por outro.

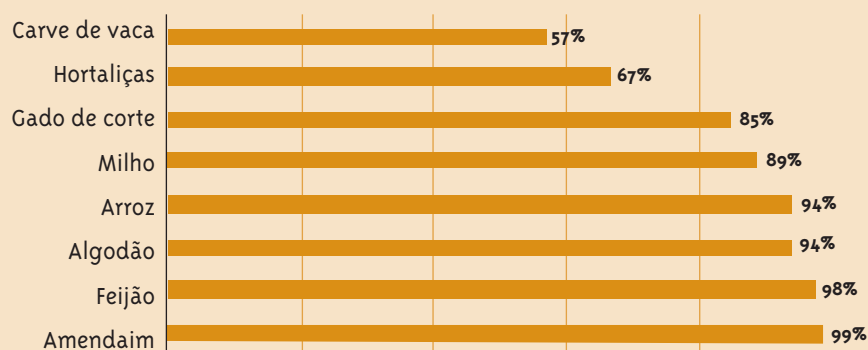
Para além dos papéis multifacetados na esfera doméstica elaboradas no Capítulo 3 e as limitações das mulheres do acesso à terra descritos no Capítulo 4, as mulheres no campo têm a responsabilidade de produzir alimentos para o sustento dos agregados em muitas regiões do país, cabendo a elas cultivar, semear, sachar, escolher e

conservar a semente, fazer a colheita da produção e participar no escoamento e comercialização do excedente.

Face a esta realidade, as interrogações que se levantam são: se as mulheres são o principal produtor de alimentos no campo, porque é que o seu desenvolvimento humano não é comensurável com as suas responsabilidades sociais? Qual é nível de influência e poder de decisão das mulheres sobre aspectos que dizem respeito ao seu papel como principais produtores de alimentos e da sustentação do lar?

O presente capítulo faz uma breve resenha das condições de vida dos camponeses e do papel da agricultura nas estratégias de sobrevivência das pessoas, sem perder de vista

**Gráfico 5:2** Peso do sector familiar na produção agrícola e pecuarira, 1998-1999



Fonte: INE, 1999

QUIBB cerca de 77% da população sobrevive da agricultura e da pesca.(QUIBB, 2001)

Para além de ser a base de sobrevivência da maioria da população moçambicana a agricultura é, por razões históricas, dominada ainda pelo sector familiar, incluindo nas culturas de rendimento tradicionalmente tidas como domínio pelo sector comercial, como são os casos do algodão e da castanha de caju. O gráfico 5.1 reflecte o peso do sector familiar na produção agrícola e pecuária do país referente à campanha agrícola 1998-1999.

Apesar da pobreza ser um fenómeno que afecta a vasta maioria da população, com 69,4% vivendo abaixo da linha da pobreza, é nas zonas rurais onde as privações se traduzem

<sup>2</sup> A pobreza poder ser medida na perspectiva do consumo, que se baseia no rendimento, ou na perspectiva da pobreza humana. Veja Capítulo 1.

a realidade de que as mulheres constituem a maioria dos produtores no campo.

### As condições de vida dos camponeses

Uma das evidências da situação precária da população rural é o facto de que, apesar de constituir a maioria, as actividades dos cerca de 13,6 milhões dos 17 milhões de moçambicanos perfazem menos de 30% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto que os restantes 3,4 milhões produzem 70% da riqueza nacional estimada. O quadro 5.12 faz a distribuição da contribuição dos diferentes sectores para o PIB.

Como se pode depreender do quadro acima, o peso da agricultura na economia nacional tem uma tendência decrescente, numa altura em que a agricultura tem estado a registar um aumento substancial na produção global. A proporção da agricultura no PIB decresceu em cerca de 13% entre 1998 e 2000. Vários factores terão contribuído para este facto, tendo a salientar:

- a queda de preços reais de produtos agrários de exportação e deterioração dos termos de troca dos produtos agrícolas;
- prevalência de métodos rudimentares de produção e limitada utilização de tecnologia agrícolas e mecanização da produção, que resultam da fraca expressão da agricultura comercial;
- altos preços de insumos importados pelo país e a falta de investimento na agricultura e conseqüente declínio nos rendimentos por hectare;
- o aumento das actividades nos sectores de construção e serviços que reduziram o peso específico da agricultura na estrutura do valor do produto interno bruto;
- o estado precário da rede de comercialização que impede que os preços ao produtor ajam com eficácia como incentivo à produção.

A falta de mercado nas zonas rurais, a carência de meios de transporte e a ausência de infra-estruturas modernas de armazenamento resultam em quebras e elevam os custos de

**QUADRO 5.12: ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (%)**

Sector Económico	1998	1999	2000
Agricultura	27.2	25.4	20.1
Industria e Pescas	14.3	13.7	12.5
Construção	8.3	7.6	11.0
Transportes	9.2	10.2	12.3
Comunicações			
Comércio e Outros	40.7	42.7	43.5

Fonte: INE, 2000-2001

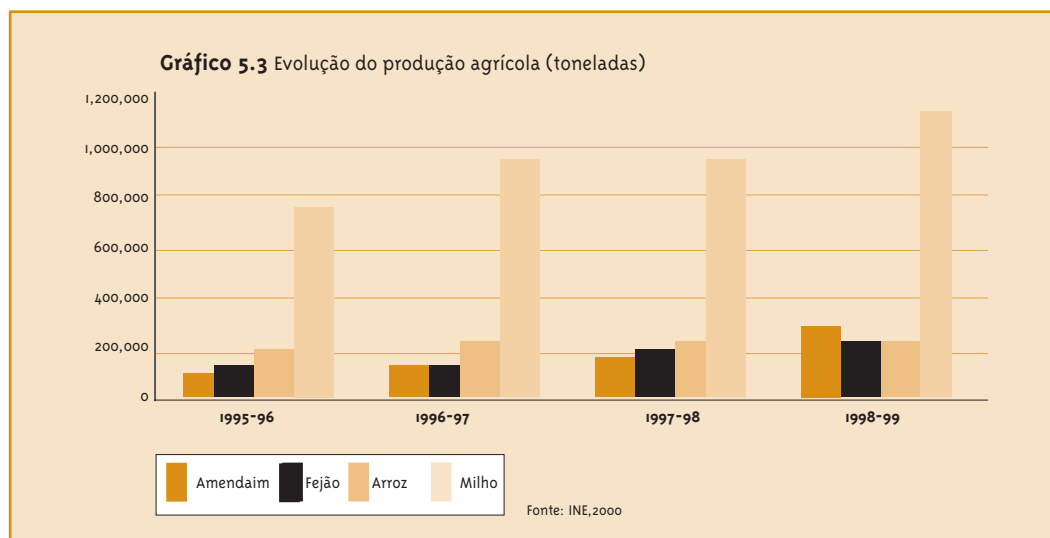
transacção encarecem desmesuradamente os produtos alimentares.

O baixo nível de formação dos agentes intervenientes no processo produtivo torna ainda mais difícil a optimização dos processos de produção de tal forma que, aliados à fragilidade de infra-estruturas, alguns produtos agrários importados chegam a ser mais competitivos do que os produzidos no país, complicando assim a viabilidade da agricultura. Em 1999, Moçambique despendeu US\$ 68 milhões na importação de cereais, US\$ 6 milhões na compra de algodão para fabrico de têxteis, US\$ 2,8 milhões na importação leite e lacticínios e ovos e 2,7 milhões de dólares na compra de hortícolas e tubérculos comestíveis. (INE, 2000)

**QUADRO 5.13: POPULAÇÃO OCUPADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE SEGUNDO O GÉNERO, 2000-2001 (%)**

	Homens	Mulher	Total
Agricultura e pescas	63.2	89.0	76.7
Industria Extractiva	3.4	0.2	1.8
Manufactura	2.4	0.2	1.3
Construção	5.3	0.1	2.6
Transporte	2.0	0.1	1.0
Comércio	11.0	7.1	9.0
Serviços	9.0	2.3	5.5
Educação	1.9	0.4	1.1
Saúde	0.5	0.3	0.4
Administração	1.2	0.2	0.7
Total	100	100	100

Fonte: QUIBB 2001



Assim, os produtores nacionais perdem expressão no mercado, obtendo retornos muito reduzidos e amarrando os camponeses ao ciclo da pobreza, enquanto o país exporta literalmente empregos e rendimentos para os países donde as importações são oriundas. A falta de créditos e de serviços de seguro para a produção agrária mantém o nível de riscos na cadeia de produção alimentar muito elevado, fazendo com que escasseie, cada vez mais, o crédito para a agricultura. A título ilustrativo, apenas 21,8% de todo o crédito à economia concedido pelas instituições financeiras em 1999 foi canalizado para o sector da agricultura. (INE 2000)

O empobrecimento dos camponeses contrasta com a evolução da produção agrícola nos últimos anos. Desde o fim do conflito armado em 1992, o volume de produção agrícola tem estado a evoluir satisfatoriamente, resultando na redução substancial da dependência em relação às importações e donativos, e contribuindo não só para a melhoria do provimento dos alimentos como para a geração de divisas. O gráfico 5.3 mostra a evolução das principais culturas alimentares entre 1995 e 1999.

A agricultura desempenha um papel importante no alívio à pobreza e na criação do bem estar social em Moçambique. O relatório QUIBB 2001 indica que a agricultura, silvicultura e pecuária é o ramo de actividade que absorve a maioria da força de trabalho (76,7%). O documento indica ainda que as

principais actividades das mulheres são a agricultura, silvicultura e pecuária com cerca de 89% das mulheres, o comércio com cerca de 7,1% e serviços com cerca de 2,3%.

As condições de vida dos camponeses, em geral, são precárias em muitas zonas rurais, mas a sua pobreza manifesta-se de diversas formas. A fraca rede de infra-estruturas de comunicação, o acesso limitado aos serviços de saúde, educação, e água potável nas zonas rurais são alguns aspectos que tornam a vida dos camponeses difícil.

A maioria das famílias em Moçambique vive em habitações de sua pertença (91,7% Censo 1997; 93,4% - QUIBB 2001). No campo cerca de 96,8% das famílias vive em casa própria enquanto nas zonas urbanas 84,4% das famílias é que vive em casa própria conforme ilustra o quadro 5.14.

Contudo, a qualidade das casas é muito precária, variando conforme os rendimentos e o nível de educação dos agregados familiares.

**QUADRO 5.14** AGREGADOS FAMILIARES POR REGIME DE PROPRIEDADE(%)

Área de residência	Própria	Arrendada	Cedida	Outro
Rural	96.8	0.4	2.4	0.4
Urbano	84.4	10.2	4.6	0.8
Total	93.4	3.1	3.0	0.5

Fonte: QUIBB 2001

O material de construção predominante nas zonas rurais inclui paus maticados, adobe, e caniço. Os paus maticados constituem 50,4%, enquanto o adobe é usado em 29,9% das construções. Nas zonas urbanas, o material mais predominante na construção de paredes são os blocos de cimento (36,6%) o adobe (21,2%) e o caniço (19,9%).

Estima-se que 76% das casas são cobertas de capim e apenas 1,7% têm lajes de betão. Embora se reconheça o capim como material predominantemente rural, 40,1% das casas nas zonas urbanas são igualmente cobertas de capim, principalmente as casas de famílias pobres (64,2%). Os desempregados (55,1%) e os chefes de agregado familiar que trabalham por conta própria (86,6%) são os que têm palhotas ou casas cobertas de capim. (QUIBB 2001)

Outro aspecto indicativo da qualidade de vida dos camponeses é o saneamento do meio. No ano 2000, cerca de 57,5% dos agregados familiares recorriam ao mato para fazerem necessidades, enquanto que 31,4% das populações usam latrina não melhorada. As condições do saneamento, tanto na área rural como na área urbana são deploráveis. No campo, 97,9% dos agregados familiares e 64,6% dos agregados familiares nas cidades não usam métodos de saneamento recomendáveis para uma vida sã. (INE, 2000-2001)

O acesso à educação é outro indicador que espelha o fraco nível de desenvolvimento humano prevalente entre a população rural. Mais de metade da população adulta com mais de 15 anos (56,7%) em Moçambique não sabe ler nem escrever, sendo as mulheres as que maior percentagem de analfabetismo apresentam (71,2%) em relação aos homens (40,2%)

Porém, o analfabetismo é um fenómeno que se reflecte de forma mais acentuada entre as camadas rurais, particularmente entre as mulheres camponesas. Cerca de 69% dos camponeses são analfabetas, o que significa que apenas uma em cada três pessoas no campo é que sabe ler e escrever. No entanto, 83,1% das mulheres são analfabetas, o que significa que apenas 17 em cada 100 mulheres é que sabem ler e escrever. Este dado contrasta de forma chocante com a proporção de

**QUADRO 5.15 AGREGADOS FAMILIARES POR TIPO DE SANEAMENTO E POR ÁREA RESIDENCIAL (%)**

Área Residencial	Rural	Urbano	Nacional
Casa de banho com rede esgotos	0.1	5.3	1.5
Fossa séptica	0.2	5.4	1.6
Latrina melhorada	1.4	20.7	6.6
Latrina não melhorada	27.0	43.3	31.4
Outros	0.4	4.0	1.4
Nenhum	70.9	21.3	57.5
Total	100	100	100

Fonte: QUIBB, 2001

**QUADRO 5.16 TAXA DE ANALFABETISMO POR IDADE E POR SEXO, 2000-2001 (%)**

Idade	Homen	Mulher	Total
15-19	40.9	30.1	51.0
20-29	53.1	37.0	65.7
30-39	56.1	37.7	72.8
40-49	62.6	42.0	83.7
50-59	73.0	51.8	91.6
60+	81.5	67.0	94.0
Nacional	56.7	40.2	71.2

Fonte: QUIBB, 2001

**QUADRO 5.17 TAXA DE ANALFABETISMO POR ÁREA RESIDENCIAL E SEXO, 2000-2001 (%)**

Área Residencial	Homen	Mulher	Total
Rural	68.9	52.1	83.1
Urbano	31.4	17.4	44.9
Nacional	56.7	40.2	71.2

Fonte: QUIBB, 2001

mulheres analfabetas nas cidades: 44,9% das mulheres residentes nas cidades é que são analfabetas o que equivale a um rácio de uma em cada duas mulheres alfabetizadas.

A incidência excessiva de analfabetismo entre as mulheres em geral e das camponesas em particular constitui um dos desafios mais importantes aos esforços de redução da pobreza e promoção de um desenvolvimento baseado

#### CAIXA 5.6 AS DESPESAS DOS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS: O EXEMPLO DE XAI-XAI

Estudos feitos pela Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane indicam que a média da despesa real total per capita nas famílias de Xai-Xai é de 230.500,00 Meticais por mês, sendo 60.400,00 Mt, o valor da despesa real total per capita no quintil de despesas mais baixo e de 550.600,00Mt no quintil das despesas mais alto. Comparando os agregados familiares das áreas rurais e urbanas de Gaza verifica-se que a maior despesa real total per capita é observada nos agregados familiares das zonas urbanas (350.400,00 Mt nas áreas urbanas contra 185.900,00 Mt nas zonas rurais).

Um outro facto que se regista nos estudos relaciona-se com o tamanho médio da família que diminui à medida que aumenta a despesa real total per capita, tanto para os agregados familiares das zonas rurais como das zonas urbanas. Os agregados familiares mais pobres das zonas rurais têm famílias mais numerosas do que as famílias mais pobres das zonas urbanas, verificando-se o contrário para a classe de rendimento mais elevado.

As famílias chefiadas por mulheres no distrito de Xai-Xai tendem a ser menos numerosas e com rendimentos relativamente mais elevados sendo em média 285.800,00Mt. A taxa de dependência, definida como sendo a razão entre o número de crianças mais os idosos e o número de adultos no agregado familiar, diminui à medida que o rendimento real total per capita aumenta.

No distrito estudado, a média de idade estimada para o chefe do agregado familiar é de 45,8 anos nas zonas rurais, e 42,9 anos nas zonas urbanas. Tanto nos agregados familiares das zonas rurais como nos das zonas urbanas, a idade tende a diminuir à medida que o rendimento aumenta. Isto significa que os agregados familiares pobres estão associados aos mais velhos e chefes de família.

A proporção média de despesas em alimentos estimada ao nível nacional é de 67,5%, contudo os agregados familiares das zonas rurais mostram uma proporção média de despesas mais alta (69,7%) do que a dos agregados da zona urbana (60%). Esta tendência corresponde às diferenças de rendimento entre os agregados familiares das zonas rurais e urbanas.

UEM, 1999

na equidade e igualdade.

Os resultados do QUIBB indicam 86,9% da população tem acesso à água, sendo o acesso a este bem essencial que tem uma grande influência sobre o estado de saúde da população melhor nas zonas urbanas (94,5%) do que nas zonas rurais (84,1%). Porém, esta estimativa pode ser enganadora. O acesso à água não diz nada no que se refere à qualidade da mesma. Como mostra o Quadro 16 do Anexo Estatístico, cerca de 2/3 da população moçambicana não tem acesso a água canalizada, considerada como sendo tecnicamente segura para o consumo humano.

Pouco menos de metade dos agregados familiares (40,6%) têm acesso aos mercados de alimentos. Nas zonas rurais o acesso aos mercados é muito inferior (38,4%) do que nas zonas urbanas (83,9%). A população rural produz esmagadoramente para o autoconsumo, razão porque que a percentagem com acesso ao mercado é menor.

O acesso aos mercados é determinado pela disponibilidade de transporte que, por sua vez, depende das condições da rede viária. Em 1999, o país dispunha de uma rede de estradas correspondente a 28.959 Km, dos quais 18% (5.266 Km) é que eram pavimentadas. Cerca de 58% (16.814 Km) das estradas são de terra natural, facto que as torna vulneráveis às intempéries da natureza. Consequentemente, dada o elevado grau de vulnerabilidade à degradação, apenas 7.866 quilómetros de estrada eram considerados como estando em estado bom em 1999.

O estado dos restantes 73% da rede viária variava entre 'razoável,' 'má' e 'intransitável'. As estradas também condicionam o acesso ao transporte. Estima-se que apenas 34,2% dos agregados familiares rurais é que tem acesso ao transporte público, contra 46,0% dos agregados residentes nas zonas urbanas. O estado da rede viária também exerce uma influência sobre a comercialização agrícola que a seguir se discute. (INE, 2000)

### A comercialização agrária

A comercialização agrária desempenha um papel determinante em qualquer economia agrária. É através do sistema de comercialização que os produtores têm acesso ao mercado para os seus excedentes de produção, recolhem informação que influencia a sua tomada de decisão no processo de

## CAIXA 5.7 A POBREZA DOS CAMPONESES E A SEGURANÇA ALIMENTAR

A perda de emprego por parte de membros dos agregados familiares, a má produção e produtividade agrária, a perda de património familiar devido às cheias, a falta de produtos alimentares nos mercados e outras calamidades naturais são causas prevaletentes da insegurança alimentar e malnutrição em Moçambique.

Existe uma relação de causalidade entre a pobreza, malnutrição e vulnerabilidade, daí que em muitas situações é difícil identificar a causa primária da insegurança alimentar ou da malnutrição. A pobreza pode ser considerada como uma das principais causas de insegurança alimentar em Moçambique. O termo pobreza refere-se à incapacidade do indivíduo ou de populações para garantirem a satisfação do mínimo das suas necessidades vitais. O nível da pobreza é determinado principalmente pelo nível absoluto do rendimento per capita do país e pela dimensão da distribuição interpessoal do rendimento. Quanto mais baixo for o rendimento per capita, maior será a pobreza e quanto maior for a desigualdade na distribuição do rendimento do país, maior será o nível de pobreza

### QUADRO 5.18: DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE (%POPULAÇÃO)

Província	Incidência da Pobreza	Pobreza Humana
Niassa	70.6	61.8
Cabo Delgado	57.4	67.8
Nampula	68.9	63.6
Zambézia	68.1	65.3
Tete	82.3	62.1
Manica	62.6	57.5
Sofala	87.9	55.2
Inhambane	82.6	51.
Gaza	64.7	49.1
Maputo Prov.	65.6	37.3
Maputo Cidade	47.8	21.1
Moçambique	69.4	56.8

Fonte: UNDP, 2000, MPF, 1999

As mulheres chefes de agregado familiares, portanto com possível poder de decisão, sobre a produção agrícola, possuem menores áreas cultivadas (0,5 -1 ha) do que as áreas cultivadas pelos chefes de agregado homens que possuem na sua maioria 2 ha (Censo Agro-pecuário, 1999/2000). Nos estudos feitos nos distritos de Xai-Xai, Monapo e Macomia (veja quadro 5.19) revelam cinco razões que colocam a mulher como chefe do agregado familiar:

1 Mulher solteira; 2 Viúva; 3 Separada ou divorciada; 4 Decisão da família; e 5 Tradição

As viúvas são as mais vulneráveis e tendem a ser pobres, geralmente sem meios de sustento, especialmente na província de Gaza, ao contrário das mulheres viúvas de Monapo que tendem a ter um suporte familiar que garante a segurança alimentar. O grau de pobreza é maior nas mulheres viúvas de Xai-Xai e de Macomia.

O investimento, o armazenamento e as ofertas de bens alimentares garantem a segurança alimentar e criam condições para uma boa nutrição dos membros do agregado familiar. O património activo das famílias pode ser o resultado da produção agrária familiar, das trocas no mercado ou remittências de familiares residentes fora do agregado familiar. O investimento faculta a aquisição de factores e meios de produção. A falta do investimento afecta a produção agrária, reduzindo a oferta de alimentos nos mercados e como consequência o surgimento da insegurança alimentar e malnutrição. A comercialização agrária só é possível se existem produtos alimentares para troca e dinheiro como meio de troca fundamental. O investimento pode assegurar a criação do património activo, alimentação das famílias, e com o excedente da produção pode-se estabelecer o armazenamento de produtos alimentares e ofertas de bens de consumo como forma de assegurar as necessidades alimentares.



O investimento cria capacidades produtivas que por seu turno têm um efeito multiplicador. Se as famílias são capazes de gerar excedentes sobre as necessidades alimentares, esses excedentes poderão ser convertidos em património activo da família que, em tempos de escassez, poderão ser vendidos ou trocados em produtos alimentares e de consumo.

As famílias sem poder de investimento e sem nenhum património activo são vulneráveis à fome e em caso de uma calamidade natural ou humana, não terão nenhum meio de subsistência. As famílias pobres geralmente não têm poder de compra de produtos alimentares básicos e não têm investimento para comprar equipamentos e factores de produção de alimentos básicos.

A pobreza, a vulnerabilidade e malnutrição são principais fontes de insegurança alimentar. Elas são o resultado de uma série de factores económicos, sociais, institucionais e estruturais. A vulnerabilidade pode ser sócio-económica, política, militar, climática, etc. Os indivíduos vulneráveis tendem a perder a sua capacidade de produzir ou são incapazes de obter o acesso aos alimentos. A combinação da pobreza, vulnerabilidade e malnutrição resulta em sete estados críticos na análise da segurança alimentar e nutrição:

- 1 os pobres
- 2 os vulneráveis
- 3 os malnutridos
- 4 os pobres e malnutridos
- 5 os vulneráveis e malnutridos
- 6 os pobres e vulneráveis e
- 7 os pobres, malnutridos e vulneráveis.

**QUADRO 5.19: FACTORES QUE DETERMINARAM A POSIÇÃO DO CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR, 2000**

Distrito	Número de famílias entrevistadas	Número de famílias chefiadas por mulheres	Factores que determinaram a posição do chefe da família	Relative percentage
Xai-Xai	345	19	Mulher solteira	12
			Viúva	15
			Seperada/Divorciada	46
			Decisão da família	25
			Tradição	2
Monapo	232	153	Mulher solteira	17
			Viúva	23
			Seperada/Divorciada	49
			Decisão da família	5
			Tradição	6
Macomia	265	49	Mulher solteira	7
			Viúva	12
			Seperada/Divorciada	41
			Decisão da família	22
			Tradição	17

Fonte: UEM, 2001

planificação da produção e determina, em última instância, a obtenção de rendimentos que lhe garantam um padrão de vida adequado.

De uma maneira geral as populações rurais moçambicanas apresentam uma fraca integração com o mercado para os seus produtos. A comercialização é afectada pelo fraco desenvolvimento das infra-estruturas rurais. O mau estado das estradas mencionado anteriormente exige um investimento avultado para a promoção dos sistemas de produção, processamento e comercialização.

Os preços de produtos agrários são instáveis devido ao alto grau de incertezas e de risco associados à produção agrária e às variações climáticas, que oscilam entre secas severas e cheias de magnitude catastrófica. Em condições de competitividade os preços de produtos agrários tendem a afastar-se do equilíbrio dificultando a planificação das operações dos agentes económicos.

A situação é agravada pelo facto de os

maior ênfase à intervenção de mercado para a estabilização de fornecimentos de produtos agrários usando o preço como instrumento.

A produção comercializada em Moçambique nos últimos seis anos apresenta uma evolução positiva, mas volátil e inconsistente, conforme ilustra o Quadro 5.20. Um aumento significativo se registou na comercialização do milho de 1995 a 1999. Em 2000 a comercialização do milho caiu para 207,3 milhões de contos de Meticais, devido principalmente às cheias e aos estragos verificados nas vias de comunicação no Centro e Sul do país. A comercialização do feijão registou uma subida extraordinária de 56,5 milhares de contos em 1995 para 236,3 milhões de contos de Meticais em 2000. A castanha de caju registou o aumento de valor de 50,1 milhões de contos em 1995 para 293,6 milhões de contos em 1999, mas o valor da castanha comercializada voltou a cair, em 2000, para 207,6 milhões de contos.

De um modo geral, as províncias do Niassa, Cabo Delgado e Nampula, Norte do país, têm uma produção excedentária na maioria das culturas. O Centro do país tem produção excedentária nas províncias de Zambézia, Tete e Manica, enquanto Sofala é geralmente uma província deficitária na produção agrícola. As regiões Centro e Norte produzem mais de 80% do milho, arroz, algodão, mandioca e caju. A zona Sul do país a produção agrária é deficitária, dependendo dos excedentes comercializados no Centro e Norte do país para suprir as suas necessidades alimentares.

Devido à fragilidade da rede de comercialização, e à inoperância do Instituto de Cereais de Moçambique (ICM), os comerciantes informais têm um papel de peso na comercialização agrária. Estudos feitos pela Faculdade de Agronomia da UEM indica que 53% dos produtos agrícolas vendidos na Cidade de Maputo é feita por comerciantes informais, enquanto que nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane os comerciantes informais contribuem em 76%, 89% e 92% respectivamente. (UEM, 2000)

Os operadores informais recorrem ao transporte rodoviário informal, usando diversos

**QUADRO 5.20 PRODUÇÃO COMERCIALIZADA, 1995-2000 (10<sup>9</sup> DE METICAIS)**

Produto	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Milho	124.8	347.3	377.9	364.8	441.3	207.3
Arroz	9.9	184.8	35.4	22.1	37.1	18.4
Mapira	0.5	1.3	1.5	1.3	2.0	3.2
Mandioca	7.1	6.1	16.6	18.5	19.0	29.2
Feijão	56.5	101.2	90.1	104.7	183.9	236.3
Amendoim	41.7	126.5	98.4	118.7	124.9	98.1
Girassol	0.0	0.1	0.3	0.3	0.2	0.2
Copra	28.7	37.8	65.8	78.4	88.8	49.0
Mafurra	0.7	1.0	0.3	0.6	0.3	0.2
C Cajú	50.1	196.5	166.8	199.1	293.6	207.6

Fonte: MIC, 2000

produtos agrícolas produzidos pelos camponeses serem geralmente de primeira necessidade, conhecidos pela sua procura relativamente inelástica, quer dizer variam muito pouco em resposta às alterações nos preços relativos.

A variabilidade de produção é bastante acentuada em Moçambique devido à diferenças de zonas agroecológicas e padrões de chuvas bastante incertos, facto que coloca

meios tais como tratores, bicicletas, carrinhas e camiões de pequena capacidade até 10 toneladas (Morgado, 2001). Não obstante a teoria económica reza que em condições de liberalização de preços o produtor beneficia, os elevados custos de transação associado ao transporte, eliminam os potenciais benefícios desta concorrência para o produtor.

No Sul do país, os custos de transação do milho chegam a ser 112% do preço ao produtor nos períodos de fome e 60% nos períodos normais de colheita. Os feijões têm 35% de custos de transação enquanto o amendoim chega a atingir 80% de aumento devido ao custo dos transportes (Mucavele, 2000). Grosso modo, os operadores no mercado de comercialização tendem, na medida do possível, a partilhar os seus custos de transação com os produtores, emagrecendo as margens destes ao mesmo tempo que oneram o custo ao consumidor final dos produtos.

O dilema de produção de milho em Moçambique está relacionado com as diferenças entre os centros de produção e de consumo. Os centros de consumo do milho localizam-se no Sul do país mas a vantagem económica comparativa para a produção do milho está na zona Norte, especialmente nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula. A distância entre Cabo Delgado e a província de Maputo é aproximadamente de 2.300 km em vias precárias, com troços intransitáveis.

Esta situação exige uma avaliação de possíveis alternativas para distribuição de recursos na produção de milho e outros produtos, assim como políticas de desenvolvimento de infra-estruturas e de segurança alimentar. Há uma necessidade de avaliar as políticas agrárias para identificar possíveis instrumentos de políticas que possam melhorar as estratégias de produção do milho e

reduzam as ineficiências nos sistemas de produção e comercialização.

Em termos reais, os preços dos principais produtos agrários comercializados pelo sector familiar baixaram nos últimos dez anos. O aumento dos preços nominais foram menores em relação à mudança relativa dos preços de produtos manufacturados e dos insumos de produção que passaram a ser muito onerosos. Assim os termos de troca entre os produtos agrários e manufacturados pioraram.

*Em resumo, os principais constrangimentos na comercialização agrícola são:*

- Problemas de acesso ao financiamento em condições adequadas para a comercialização agrícola;
- Fraca rede comercial rural aliada às precárias vias de acesso às zonas com potencialidades agrícolas, o que tem dificultado o escoamento dos excedentes agrícolas para os mercados doméstico e de exportação;
- Deficiente controlo estatístico, com maior destaque para os produtos que são transaccionados pelo sector informal;
- Redução de níveis de produção de algumas culturas de rendimento, com maior destaque na castanha de caju;
- Altos custos de transportes inter-distrital e inter-provincial o que tem contribuído para o agravamento dos preços para o consumidor final;
- A falta de uma estratégia integrada que permita intervenções que levem o produtor a melhorar a qualidade e a obter maior receita para a sua produção;
- Falta de mercados alternativos para a colocação da produção da zona norte. (Morgado, 2001)

Os dados oficiais referentes ao ano 2000 mostram que o nível de desenvolvimento humano em Moçambique continua em ascensão, não obstante as dificuldades provocadas pela ocorrência de cheias que afectaram vastas regiões do país no ano em análise. Estimativas preliminares indicam que esta tendência ascendente se manteve em 2001.

A evolução das variáveis que servem de base para o cálculo do IDH, nomeadamente o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o nível de alfabetização e escolarização da população e a esperança de vida, mostram que a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano em Moçambique está a desafiar as opiniões mais cépticas. Isto é, o IDH mostra uma certa consistência e resiliência.

O IDH global de Moçambique cresceu de 0,346 em 1999 para 0,362 em 2000, num ano em que a taxa de crescimento da economia se cifrou apenas em 1,6%. Estimativas preliminares mostram que em 2001 o IDH de Moçambique poderá situar-se em 0,378, o que representa um crescimento de 4,4% em relação ao ano 2000. (Vide Quadro 2.1)

Um grande contributo para o crescimento do IDH foi o desempenho da educação, comparativamente às outras duas componentes. Com efeito, o nível de analfabetismo passou de 60,5% em 1997 para 56,7% no ano 2000. Em contrapartida, no mesmo período a esperança de vida teve ganhos modestos ao passar de 42,3 para 44,6 anos.

Os efeitos demográfico do HIV/SIDA não foram ainda devidamente investigados. O conhecimento sobre os efeitos demográficos do HIV/SIDA ainda é limitado, devido à fraca cobertura da rede de postos sentinela para a sua monitorização. Em consequência, a informação disponível tem apenas um carácter indicativo da situação da epidemia no País. O Recenseamento Geral da População em 2007 irá determinar com maior exactidão os efeitos da epidemia sobre variáveis demográficas como esperança de vida.

### **A educação e o seu papel determinante no combate à pobreza**

Um factor que influenciou significativamente o desempenho positivo do IDH em 2000 foi o

aumento na porção da população moçambicana alfabetizada, segundo o apuramento feito pelo Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB 2001).

A taxa global de analfabetismo foi reduzida substancialmente, tendo baixado 3,8 pontos percentuais no período entre a realização do Recenseamento Geral da População em 1997 e do QUIBB em 2000. A redução do analfabetismo foi mais significativa entre a população masculina, com 10%, contra uma redução de apenas 4% na população feminina no período em análise. No entanto, é preciso ter em conta que o QUIBB é um inquérito baseado numa amostra e a precisão dos dados por ele apurados não é mesma que a produzida num recenseamento geral.

Um facto digno de nota é que, mesmo comparado com os dados apurados no Recenseamento Geral da População de 1980 a redução nos níveis de analfabetismo continua a mostrar uma forte tendência para favorecer a população masculina. O nível de analfabetismo entre os homens baixou em cerca de 28% no período 1980-2000, enquanto que o correspondente para as mulheres reduziu em apenas 19% no mesmo período. Esta realidade constitui uma das ilustrações mais eloquentes do longo caminho que as mulheres ainda terão de percorrer para atravessarem a barreira da marginalização.

A desigualdade nos níveis de escolarização dos homens e das mulheres continua muito elevada, particularmente entre as mulheres rurais e urbanas.

A inferência que se pode fazer a partir dos indicadores de alfabetização é que, embora em termos gerais o universo de mulheres privadas da leitura e da escrita esteja a diminuir, elas continuam na cauda da corrida para a aquisição do conhecimento, quando comparadas com a sua contraparte masculina, o que limita as suas escolhas e perpetua a precarização do seu estatuto social.

As desigualdades nas diferentes dimensões de desenvolvimento entre os sexos são adequadamente captadas pelo Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (IDS) em Moçambique.

Os dados de 2000 mostram que, enquanto o IDH de Moçambique cresceu em 10,34% entre 1997 e 2000, o IDS conheceu um crescimento de 10,1%. A ilação que se pode tirar a partir da observação da evolução dos dois indicadores é que, embora o fosso de desigualdade não esteja a aumentar, a promoção do avanço das mulheres ainda não surtiu os efeitos desejados. O cenário ideal seria uma situação em que o IDS crescesse mais depressa do que o IDH, para compensar o fosso entre as moçambicanas e os moçambicanos.

Esforços deliberados terão que ser feitos para dinamizar a elevação do estatuto da mulher, incluindo a promoção de um conhecimento relevante às suas necessidades específicas de desenvolvimento, particularmente entre as mulheres camponesas.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA) considera a educação em geral e a educação da mulher em particular como um factor determinante no combate às carências. Evidentemente que não se podem esperar resultados encorajadores a curto e médio prazos no combate à pobreza sem colocar a educação da mulher em geral, e da mulher rural em particular no topo das prioridades. Apesar da diminuição da taxa de analfabetismo, os níveis das taxas de escolarização estão muito aquém do necessário para a redução da pobreza absoluta Moçambique.

Por outro lado, as melhorias visíveis nos níveis de ingresso ocultam uma realidade que deve começar a merecer a atenção das autoridades educacionais: apesar dum número cada vez maior de pessoas ter acesso à educação, a maioria dos que ingressam na escola não concluem os diferentes ciclos de ensino.

Outro aspecto de realce é que os níveis educacionais nas províncias revelam assimetrias gritantes nas quais as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e a Cidade de Maputo lideram com taxas de alfabetização acima dos 50% em 2000 e na cauda a Zona Norte englobando as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia com taxas de alfabetização abaixo dos 45%. De uma maneira geral todas as províncias apresentam um aumento nas taxas de

alfabetização entre o Censo de 1997 e o QUIBB no ano 2000, com a excepção de Cabo Delgado e Zambézia que apresentam, inexplicadamente, aumentos nas respectivas taxas de analfabetismo.

Só uma pesquisa mais pormenorizada poderá desvendar este mistério. Mas a inferência preliminar é que a expansão da oferta no sistema de educação não tem sido comensurável com o crescimento populacional. Se este prognóstico é correcto, então é imperativa a tomada de medidas para corrigir a situação, tendo em consideração que estas duas províncias têm taxas de analfabetismo acima dos 70%, as mais altas de todo País.

### **Mulheres nos órgãos de decisão: um longo caminho a percorrer**

Moçambique apresenta um dos índices mais elevados na participação da mulher na tomada de decisões políticas.

Esta posição privilegiada da mulher não deixa de ser louvável para um país nas condições de desenvolvimento de Moçambique, onde ainda predominam algumas práticas tradicionais que colocam a mulher numa posição subalterna.

Mas a posição de Moçambique não é uma coincidência. A luta pela emancipação da mulher data dos primórdios da luta de libertação nacional conduzida pela Frelimo que culminou com a independência de Moçambique em 1975. Esta política foi prosseguida com vigor depois da independência, tendo resultado numa maior visibilidade das mulheres e na implementação de políticas sensíveis à mulher.

Porém, o progresso representado pela presença de um número substancialmente elevado de mulheres na Assembleia da República contrasta com a representação em órgãos decisórios das estruturas democráticas: por exemplo, apesar das mulheres representarem 30% dos membros das assembleias municipais, apenas uma mulher é presidente duma assembleia municipal.

A nível do executivo, apenas 14% dos ministros são mulheres, 29% são vice-ministros e 31% ocupam cargos de secretárias permanentes em ministérios. É evidente que os

moçambicanos terão que envidar maiores esforços para uma melhor representatividade das mulheres. Porém, estes indicadores mostram um progresso considerável em direcção às metas contidas na Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento de ter pelo menos 30% de mulheres nos órgãos de decisão até ao ano 2005.

### **Discriminação e tradição: entre a realidade e a retórica**

A situação precária da mulher resulta do estatuto a ela reservado no contexto das relações de género. Estas relações são construções sociais que se desenvolvem ao longo dos tempos e que se adaptam a novas realidades à medida que as sociedades evoluem, não sendo por isso susceptíveis a mudanças súbitas.

A socialização da mulher desde tenra idade coloca ênfase na desigualdade, continuando a colocar a mulher numa posição de subalternidade em relação ao homem. São estas práticas que, em algumas regiões, justificam a tendência para não priorizar a rapariga no acesso à educação e que resultam na marginalização ilustrada pelas elevadas taxas de analfabetismo entre a população feminina.

A socialização torna difícil a erradicação de práticas nocivas para as mulheres como a violência doméstica, um fenómeno que continua a não ser devidamente equacionado e exemplarmente penalizado no ordenamento jurídico nacional.

Um dos exemplos mais eloquentes da influência da tradição na determinação do lugar da mulher na sociedade são os sistemas que regem o acesso, controlo e alienação da terra. Os cinco sistemas descritos no Capítulo 5 mostram que, grosso modo, a mulher não detém poder na alocação e controlo deste recurso importante para a sobrevivência e reprodução social das comunidades, mesmo naquelas comunidades que são matrilocais. A promoção da igualdade no acesso a este recurso importante não passa por um escangalhamento administrativo dos sistemas vigentes que foram construídos ao longo de séculos e contêm uma lógica própria. Mas o seu conhecimento fornece uma base de partida para compreender melhor as lógicas da tradição, permitindo assim uma intervenção informada que chame atenção para as consequências da discriminação da mulher no acesso à terra e

promovam, gradualmente, transformações nas relações sociais que servem de base para a manutenção dos sistemas descritos no Capítulo 4.

### **Legislação sensível às condições da mulher**

Uma das grandes conquistas da mulher moçambicana é a consagração do princípio de igualdade entre homens e mulheres na constituição, cujo efeito foi relegar à caducidade, por inconstitucionalidade, leis discriminatórias no ordenamento jurídico herdado do regime colonial.

A ambiguidade que marcou e marca a aplicação da legislação encontra a sua explicação no facto de que a transformação social que se inicia com a independência nacional não resultou numa ruptura com o modelo patriarcal que estrutura o modelo de organização social.

Porém, nem sempre a defesa do princípio de igualdade foi coerente na aplicação das leis. A relutância em estender a observação dos princípios de 'igualdade' na Lei da Nacionalidade é um dos exemplos mais eloquentes da contradição entre o discurso de intenções e a prática de governação num passado não muito distante.

Por outro lado, o Estado tem sido lento em revogar legislação que atenta contra os direitos consagrados na Constituição. Num país em que o conhecimento das leis é extremamente limitado e a aplicação da justiça é frágil, não se pode descurar completamente a hipótese de algumas das leis que ferem o espírito da Constituição continuarem a ser usadas para dirimir e adjudicar conflitos.

A vontade política de promover a emancipação da mulher é evidente e inquestionável. A ratificação pelo Estado moçambicano de convenções internacionais de protecção dos direitos das mulheres, é exemplo desse empenho político.

No entanto, não basta a ratificação de instrumentos internacionais. A integração dos instrumentos jurídicos internacionais deve ser complementada por algumas iniciativas internas, incluindo:

- aprovação do Projecto de Lei de Família que estabeleça a igualdade de direitos no seu seio;
- elaboração duma lei que faça da violência doméstica um crime público;
- introdução no código penal da figura jurídica de femicídio;

- elaboração de procedimentos mais rigorosos de punição do assédio sexual;
- cumprimento rigoroso da lei que pune a agressão sexual de menores, particularmente nos estabelecimentos escolares;
- criação de condições para que o Ministério da Saúde possa desenvolver acções a fim de permitir a assistência, o apoio e a inserção social das mulheres vítimas de violência.

### **Rendimentos baixos, padrão de vida precário**

O rendimento é a base principal para assegurar um padrão de vida adequado. Estimativas oficiais indicam que 9,8 milhões dos cerca de 12 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza em Moçambique estão no campo.

O índice de participação das mulheres na força de trabalho é de 66,5% contra 73,5% dos homens. Porém apenas uma minoria de mulheres é que se encontra no emprego formal, pois somente 22,7% das trabalhadoras auferem um salário.

O número relativamente reduzido de pessoas que se encontram no trabalho assalariado formal ilustra a fragilidade da economia, não obstante as tendências recentes de crescimento económico.

A falta de oportunidades no mercado formal de emprego empurra as pessoas a procurarem alternativas para a sua subsistência. Nas zonas urbanas as mulheres recorrem a estratégias de sobrevivência como o sector informal para garantirem o sustento das suas famílias. A promoção de políticas que favoreçam também o acesso a rendimentos adequados para a mulher é essencial para elevar o seu padrão de vida.

Nas zonas rurais 98,4% das mulheres dedicam-se à agricultura, silvicultura e pecuária, que, como foi referenciado, contribui com menos de 1/3 para a riqueza nacional apesar de ocupar a maioria da população. A nível nacional 90,9% das mulheres estão na agricultura e pescas. A situação é agravada pela fragilidade das infra-estruturas rurais que não permitem, por exemplo, o acesso aos mercados e redes de comercialização nas

zonas rurais, confinando as famílias a produzirem, fundamentalmente, para o seu autoconsumo.

As condições habitacionais da maioria da população reflecte os níveis de pobreza generalizada: 76% das casas são cobertas de capim, sendo a percentagem elevada também nas zonas urbanas; menos de 2% têm lajes de cimento. Os métodos de saneamento ainda são precários, estimando-se que cerca de 89% da população recorre ainda ou ao mato ou a latrinas não melhoradas para fazer necessidades.

O acesso à água pode ser considerado satisfatório pois cerca de 87% da população tem uma fonte de água disponível a cerca de 30 minutos de distância. A disponibilidade tem uma grande influência sobre as condições de vida da mulher, uma vez que geralmente ela é responsável pelo aprovisionamento deste bem essencial, obrigando-a a percorrer vários quilómetros nas regiões mais carenciadas deste líquido. No entanto, grande problema continua a ser a qualidade da água. Estima-se que apenas 37% da população é que tem acesso a água potável, que é considerada segura para uma vida sã. Porém, o estabelecimento de fontes de água de qualidade principalmente nas zonas rurais acarreta custos elevados que, em muitas instâncias, o Estado não pode custear.

### **Por políticas sociais sensíveis ao avanço das mulheres**

Em termos da posição de políticas de desenvolvimento, a questão que hoje se põe é de como conciliar a existência do Estado mínimo (Cohn A, 1997: 102) com a de um Estado regulador da coisa pública. Não se trata necessariamente de esvaziar o papel do Estado, mas reestruturá-lo dentro de um projecto de desenvolvimento que integre os aspectos de desenvolvimento sustentável e as políticas públicas de carácter social.

Um dos grandes problemas que se coloca hoje a Moçambique é a existência duma perspectiva em que as políticas sociais tenham forçosamente de reflectir a noção custo-benefício. Esta forma de conceber desenvolvimento, que põe demasiado ênfase na visão economicista de alocação eficiente e optimização da utilização de recursos, ao marginalizar e subalternizar a justiça social acaba por agravar as condições de

desigualdade entre os sexos.

Com efeito, a luta pela equidade e igualdade de género debate-se com condicionalismos que vão desde a contradição entre a imensidade de tarefas a realizar e a exiguidade dos recursos existentes, até às diferenças entre concepções, no seio de sectores do Estado, aliadas ainda, ao desfasamento entre as políticas e a actuação das instituições.

A igualdade de género exige que se combine a vontade política, reflectida na elaboração de políticas públicas expressas em planos de acção concretos com programas específicos que conduzam à alteração gradual das práticas sociais. Esta estratégia permite a harmonização da concepção do género como uma questão transversal em todas as políticas institucionais. No entanto, é preciso também reconhecer que a acção do governo é limitada pelos condicionalismos externos que por vezes inviabilizam uma acção mais direccionada a certos grupos sociais como é o caso das mulheres.

O debate sobre as políticas de género implica a definição de estratégias que reflectam uma agenda comum em todos os sectores. O programa do Governo e os planos sectoriais mostram a ausência duma filosofia de institucionalização do género. Por exemplo, os programas de sectores como a saúde, a educação, a agricultura revelam, não apenas concepções diferentes sobre a promoção da mulher, mas também evidenciam a falta de uma agenda nacional que contenha as intenções e as estratégias do Estado.

Isto não quer dizer que o Estado possa elaborar isoladamente políticas que comportem a totalidade de acções que devem ser realizadas para diminuir as assimetrias de género. Esse seria um procedimento que não seria nem prático nem exequível.

O que é possível e desejável é o estabelecimento de consensos sociais que permitam criar a percepção da desigualdade de género como um problema público e que resulte na elaboração duma estratégia comum abrangente, que influenciaria as iniciativas dos principais intervenientes.

Um primeiro passo na promoção de uma política de igualdade em Moçambique poderia consistir em assegurar que as estratégias de género desenvolvem a nível das organizações de mulheres fossem articuladas com os

objectivos gerais do Estado.

Também seria salutar e vantajoso que a integração do género nas políticas do Governo fosse produto do diálogo permanente sobre as grandes questões que mobilizam actualmente a sociedade, como a reforma do sector público ou como o aprofundamento do exercício da cidadania.

Instituições como o Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS) podem e devem assumir a liderança tanto na identificação da realidade de género no País, como na elaboração das estratégias e acções no campo das políticas públicas, assim como o caso da educação, saúde e trabalho, consideradas áreas-chave na luta contra a desigualdade.

Porém, a elaboração de uma política de género em Moçambique implica melhorar a capacidade de intervenção do MMCAS, tanto no que respeita aos recursos que lhe são afectados como à sua influência na hierarquia do Estado. Ao mesmo tempo, deveria ser aprofundada a coordenação entre o Estado e as redes da sociedade civil, criando-se, assim, um diálogo entre as decisões políticas e a sociedade, de modo a que os constrangimentos de ordem cultural que promovem a discriminação possam eventualmente ser superados.

A definição de estratégias e acções eficazes como a elaboração de dispositivos legais e o acesso das mulheres ao espaço político, só podem realizar-se se existir um movimento constante entre sociedade e o Estado, que assegure a visibilidade das questões de género para que possam ser percebidas e tratadas de forma integrada.

É neste sentido que as reformas legislativas, das políticas públicas e no campo das representações e práticas sociais discriminatórias constituem campos de intervenção que devem ser concebidos de modo a dar prioridade à interacção permanente.

Isto significa, por exemplo, que o impacto social da aprovação da Lei da Família e da elaboração de uma lei contra a violência doméstica, que constituem hoje desafios na luta pela igualdade entre mulheres e homens, será tanto mais positivo quanto for acompanhado de planos sectoriais que permitam o acesso da mulher a mais recursos e usufruto de mais

direitos. Esta abordagem deve ser acompanhada de acções concretas que permitam aos homens e às mulheres criarem uma representação positiva do papel social da mulher.

Mas, para se atingir uma situação de igualdade e equidade, o desafio prioritário que se coloca é o combate à pobreza. O aumento da pobreza em Moçambique tem reforçado a discriminação da mulher e só uma política eficaz poderá inverter a situação.

A luta contra a pobreza é, também, uma luta por um maior acesso das moçambicanas aos recursos, às oportunidades de trabalho, à participação em todos os campos da vida política, económica e social e ao pleno exercício da cidadania e respeito da sua dignidade humana.

### **Quando ser maioria não basta...**

Na prática política, a obtenção de 52% dos votos num pleito eleitoral daria vitória a uma formação política, atribuindo-lhe mandato para, em nome da maioria, formar governo, desenvolver e desenhar políticas, representar o País, definir as condições em que as pessoas podem ser privadas da liberdade ou da vida, fazer a distribuição da riqueza, declarar a guerra e celebrar a paz.

Porém, esta regra política não é extensiva, por analogia, à situação das mulheres no mundo. Apesar de constituírem a maioria da população do planeta, as mulheres são paradoxalmente a maioria dos iletrados e dos pobres, o seu trabalho não é valorizado, não estão devidamente representadas nos órgãos de decisão política e administrativa, não têm acesso em pé de igualdade às oportunidades e são vítimas da violência do género que é, muitas vezes, legitimada pelas práticas culturais.

Moçambique não é excepção. As mulheres moçambicanas, apesar de constituírem precisamente mais de 52% dos cerca de 17 milhões de habitantes do país encontram-se na cauda da escala da progressão na vida, reduzidas ao seu papel como mães e com um estatuto consentâneo com o estereótipo generalizado que as rotula pejorativamente como sendo o 'sexo fraco'. Mesmo nas sociedades tidas como sendo de carácter matriarcal, a influência das mulheres no

processo de tomada de decisões que afectam a sociedade é marginal, como ilustram de forma eloquente os sistemas de acesso e controlo de terras nas diferentes comunidades moçambicanas.

As práticas e os dados referenciados ao longo dos capítulos antecedentes ilustram precisamente que o grupo que constitui a maioria da população está relegado a um papel subalterno, não estando adequadamente representada nas estruturas de tomada de poder.

O grupo não dispõe de recursos, o seu acesso aos serviços sociais é limitado, sendo sempre inferior em relação aos homens, está privado de usufruir plenamente das oportunidades que possam melhorar as suas condições de vida e está sujeita, muitas vezes, a normas sociais que, não só ignoram os seus interesses específicos como grupo, como atentam contra a sua dignidade como seres humanos.

Em suma, se desenvolvimento humano é o alargamento das escolhas de todas as pessoas independentemente do sexo, e não de um determinado grupo social ou populacional, a sociedade moçambicana ainda tem um longo caminho a percorrer. A lógica de que a maioria é que vence ainda não se traduziu em realidade no que diz respeito à situação das mulheres do mundo em geral e das moçambicanas em particular.

A situação de carências e privação é generalizado em Moçambique, mas os dados discutidos ao longo deste relatório provam que as mulheres enfrentam maiores privações do que os homens. Não se pode justificar a perpetuação de uma injustiça social na base apenas de que, numa situação de pobreza generalizada, a prioridade não é a igualdade de género, mas sim tirar apenas as pessoas da pobreza. Como foi frisado anteriormente, o avanço da mulher e a promoção da equidade não resultado dum processo tecnocrata, como também o desenvolvimento humano não resulta do crescimento económico apenas. Eles dependem da vontade política.

A marginalização das mulheres não só representa uma injustiça contra a maioria da população como também mancha e pode até minar o processo de desenvolvimento. Ela desperdiça um recurso importante com potencial para contribuir para a redução acelerada das carências e privações e para solucionar os inúmeros problemas que as sociedades contemporâneas enfrentam.

## NOTA TÉCNICA I

Estatísticas regionais fiáveis e coerentes são um instrumento muito útil para quem toma decisões a nível regional e constituem uma base firme para a análise das questões regionais e formulação de políticas destinadas a reduzir disparidades económicas e sociais entre as regiões de Moçambique. Só através do uso de estatísticas relevantes e coerentes é possível identificar objectivamente as regiões que precisam de assistência e medir as disparidades, constituindo portanto um quadro de informação sintetizada indispensável que permite avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento regionais e para estimar o desenvolvimento humano.

Moçambique está num processo de desenvolvimento da sua produção estatística como forma de responder às necessidades de informação dos diversos utilizadores. Os fundamentos das exigências de informação decorrem do facto de que Moçambique está num processo de crescimento, onde um conjunto de políticas de crescimento não polarizado impõe o conhecimento real das especificidades de cada região através de indicadores macro-económicos regionais, quer em termos de contas nacionais quer doutros indicadores socio-económicos.

O presente trabalho descreve a metodologia para desagregar o valor do Produto Interno Bruto (PIB) do ano 2000 por províncias/regiões e actualizar as estimativas anteriores (1998-99) usando a nova base das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Entretanto, para a repartição regional dos rendimentos gerados em cada um dos anos no território nacional, importa definir antes de mais alguns conceitos e estabelecer regras.

### Princípios e métodos de regionalização

Esta secção, explora os princípios gerais a adoptar para desagregar o PIB produzido pelo Departamento de Contas Nacionais do INE por províncias/regiões. Assim, começamos por definir o conceito Contas Regionais e de

território regional e em seguida estabelecemos regras para a repartição provincial/regional do PIB.

As Contas Regionais/Provinciais consistem no registo regionalizado das operações sobre fluxos de bens e serviços que ocorrem entre residentes de uma região/província, e permitem a construção de um conjunto de indicadores macro-económicos que facilitam as comparações de estrutura e análises evolutivas de diferentes regiões. Neste sentido, cada região é tratada como uma entidade económica específica. No entanto, há sérios obstáculos conceptuais a esta ideia, particularmente o facto de que o território regional não é uma “área fechada” do ponto de vista da sua economia. Isto quer dizer que a descrição completa da economia de cada região/província não pode ser obtida com a mesma amplitude ou profundidade de uma economia nacional, dadas as múltiplas restrições estatísticas relativas ao conhecimento aprofundado das actividades de expressão regional/provincial.

Tal como as contas nacionais, as contas regionais são regidas pelo princípio de residência segundo o qual cada unidade económica ou de produção está afecto a um determinado território económico em relação ao qual tem um centro de interesse económico. Neste sentido, a aplicação da regra de residência, como princípio geral, nas contas regionais/provinciais por ramo de actividade determina que o Valor Acrescentado Bruto (VAB) seja afectado onde a unidade de produção é residente. No caso das famílias, sendo unidades institucionais mono-regionais, considera-se que o seu centro de interesse económico se encontra na região em que tem lugar a maioria das suas actividades, correspondendo ao local onde residem mas não necessariamente à região onde trabalham.

A delimitação da economia regional assenta na perspectiva funcional, isto é, a unidade técnico-económica de referência é o estabelecimento cuja actividade na região onde se situa. Sendo o estabelecimento a unidade que melhor representa a actividade regional, é também aqui onde residem as maiores

limitações à construção de um sistema de contabilidade idêntico ao da contabilidade nacional, uma vez que o estabelecimento não possui personalidade jurídica, contrariamente à empresa, nem contabilidade autónoma e por esse facto torna difícil a individualização de uma parte importante dos fluxos de suporte à elaboração das contas regionais.

## Métodos de regionalização

A regionalização das operações varia em virtude de serem determinados pelo tipo de dados disponíveis, e da organização do próprio Sistema Estatístico Nacional. Genericamente, existem três métodos de regionalização:

**O Método Ascendente** que pressupõe a recolha e tratamento das unidades estatísticas elementares, considerando unidades de actividade económica ao nível local (estabelecimentos) e unidades institucionais (famílias e administrações públicas) e a sua agregação progressiva até ao nível regional pretendido. Este método, embora obrigue a utilização de dados estatísticos estreitamente ligados às variáveis que pretende medir a nível regional, não garantem à priori a consistência com os valores nacionais.

**O Método Descendente** consiste na desagregação do agregado nacional segundo o indicador regional, resultando da utilização das unidades elementares apropriadas, isto é, funciona por referência a um indicador regional que é tão próximo quanto possível da variável a estimar. O método é chamado descendente porque o agregado é afectado a uma região, a um determinado ano e a uma unidade de actividade económica local ou regional. No entanto, a noção da unidade de actividade económica local continua, na maior parte dos casos, a ser necessária para se ter uma afectação regional correcta. Por exemplo, o VAB do transporte ferroviário pode ser afectado as regiões de acordo com o número de passageiros e tonelagem de carga transportada. Este método apresenta vantagens sobre o anterior porque garante que o valor nacional e os valores regionais sejam consistentes, uma vez que os últimos resultam de uma repartição do total nacional com base

numa chave de distribuição, mas tem desvantagens pelo facto de as valorizações regionais nem sempre resultarem de dados directamente ligados às variáveis a medir e às unidades de base em questão. Porém, esta desvantagem pode ser menos grave se o indicador de distribuição estiver correlacionado com a operação em questão.

**O Método Misto** que consiste na aplicação simultânea dos métodos ascendente e descendente na medida em que o Método Ascendente raramente se encontra na sua forma pura. Há sempre falhas nos dados que tem de ser preenchidas com recurso à abordagem descendente. Do mesmo modo, muitos métodos descendentes incluem frequentemente dados de fontes exaustivas, do mesmo modo que as estimativas ascendentes. Assim, os métodos mistos são a norma e o seu grau de fiabilidade depende sobretudo das fontes estatísticas disponíveis.

Neste trabalho, privilegiou-se o método descendente cujo o principal agregado regional constitui uma réplica dos seguintes agregados das contas nacionais: Produção, Consumo Intermédio, Valor Acrescentado Bruto e o Produto Interno Bruto, na perspectiva de que as estimativas resultantes sejam o reflexo das Contas Nacionais produzidas pelo INE.

Uma vantagem deste método é a coerência numérica entre as contas nacionais e regionais, isto é, garante que o valor nacional e os valores regionais sejam consistentes. Sabendo-se que os últimos resultam de uma repartição do total nacional com base numa chave de distribuição, é mais barato de desenvolver, na medida em que explora dados já existentes, não exige novos registos exaustivos e é o método mais recomendado na situação em que não exista qualquer informação das unidades de actividade económica local.

## Fontes de informação

Para a regionalização da maior parte das operações foram priorizadas as fontes e os indicadores estatísticos das províncias/regiões, verificando simultaneamente se eles admitem a possibilidade de certas operações serem multi-regionais. Nos casos em que, a qualidade da

informação fosse medíocre ou insatisfatória, ou porque simplesmente não existisse e, conseqüentemente, não fosse possível utilizar fontes ou indicadores baseados no lugar de residência para uma dada operação, a afectação regional da produção foi feita com base em juízos de valor e de aproximações sobre conhecimento da realidade das regiões.

Assim, para as operações de afectação da Produção e do Consumo Intermédio que permitiram o cálculo do PIB regional/provincial, as principais fontes estatísticas foram os mapas de equilíbrio dos 142 produtos elaborados pelo Departamento das Contas Nacionais do INE, o Orçamento Geral do Estado, os Anuários Estatísticos Provinciais, os dados do Sistema de Aviso Prévio (Early Warning System), os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação acompanhados de juízos de valor justificados por falta de informações detalhadas ao nível provincial.

Mais concretamente, para os Produtos Agrícolas, usou-se a informação anual do Sistema de Aviso Prévio (Early Warning System), que dispõe de estimativas da produção e da área cultivada por províncias de sete produtos principais (arroz em casca, milho, mapira, feijão, mandioca fresca, amendoim e mexoeira). Estima-se que estes produtos representa em conjunto cerca de 75% da produção agrícola (IAF96).

Para os restantes produtos agrícolas para os quais não se tem informação com detalhe provincial/regional, os autores calcularam índices de valor e de quantidade como a taxa média ponderada da produção dos produtos de aviso prévio e em alguns casos, a taxa de crescimento da população no pressuposto de que, quando o mercado se satura e não existe possibilidade de exportação, a produção estabiliza-se ao tamanho de mercado e o seu crescimento, no caso de produtos perecíveis, aproxima-se da taxa de crescimento da população, na ausência de outros factores de distorção.

Para os produtos da pecuária usou-se a informação de arrolamento de gado por províncias por categorias e espécies que dispõe de dados referentes ao gado bovino caprino, suíno e outras espécies, actualizada com os resultados do Censo Agro-Pecuário.

Para o sector pesqueiro a afectação da produção por província baseou-se no número de pessoas empregues por actividade económica de acordo com os resultados do IAF 96/97 e RGPH97.

Para a indústria de extracção mineira a fonte de informação foi o Ministério de Recursos Minerais e Energia que dispõe de informação por províncias sobre as quantidades e preços dos principais produtos mineiros.

Para a indústria transformadora a informação disponível resulta do processamento pelo INE dos Inquéritos Anuais à Indústria, e consta dos Anuários Estatísticos Provinciais bem como da percepção dos autores sobre a localização da produção industrial.

Para a electricidade considerou-se o valor de energia facturada por províncias e consta dos Relatórios Anuais da EDM. Para os serviços de água canalizada, os dados de referência provêm da empresa de águas de cada uma das províncias. Esta informação foi complementada pelos dados do IAF que regista as despesas pelo consumo de água não canalizada. O valor é actualizado anualmente com a taxa de crescimento da população, com base no pressuposto de que o serviço tem uma relação directa com o número de pessoas que precisam destes serviços.

Para o sectores da construção e alguns dos sectores terciários (comércio, bancos e seguros e serviços imobiliários) os autores criaram um índice com base no número de trabalhadores e despesas com o pessoal (salários e outras despesas com o pessoal).

Para o sector de restaurantes e hotelaria, a alocação da produção foi feita com base no número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros e consta dos Anuários Provinciais. Este critério é mais consistente com o utilizado pelo Departamento de Contas Nacionais do INE no cálculo dos índices de quantidade para o sector.

A distribuição da produção do sector dos transportes e comunicações foi feita com base num índice combinado das estatísticas de viaturas existentes, carga manuseada nos portos e capacidade explorada das centrais telefónicas. Finalmente, para os sub-sectores dos serviços da administração pública, defesa, saúde e educação considerou-se as despesas do Orçamento Geral do Estado.

## **Desagregação/regionalização das operações**

Para a alocação da produção por províncias, tomou-se como referência, os mapas de equilíbrio de cada ano elaborados pelo Departamento das Contas Nacionais do INE para cada um dos 142 produtos, no pressuposto de que a soma das produções de todas as Províncias deve ser aproximadamente igual ao valor da produção dos equilíbrios.

A este nível começa-se a ter uma ideia da distribuição por província da produção dos principais produtos. Uma vez obtido o valor de produção foram aplicados os coeficientes do consumo intermédio por actividades, no pressuposto de que o consumo intermédio e o autoconsumo correspondem à mesma proporção da produção em todas as províncias/regiões. Ainda que seja difícil de confirmar, esta hipótese não pode ser evitada em decorrência da metodologia empregue neste estudo. Finalmente, como recomenda o SNA93, o Valor Acrescentado foi estimado em termos residuais, pela diferença entre a produção e o consumo intermédio. Com base nestes critérios foram actualizados os valores da produção, do Consumo Intermédio e do Valor Acrescentado por províncias para 1998 e 1999 e produzidas as estimativas preliminares para o ano 2000, tanto a preços correntes como constantes de 1996, o que permite medir variações reais ou de volume na produção, já corrigida de algum eventual efeito de variação dos níveis de preços.

## **Ajustamento dos valores provinciais/regionais para nacionais**

Em certos casos, a soma dos valores regionais/provinciais não foi exactamente igual ao total nacional pelo que os valores regionais/provinciais tiveram que ser ajustados. São diferenças que resultam de erros fortuitos, da qualidade nos próprios dados regionais/provinciais ou de diferenças específicas na cobertura ou definição do total nacional. Esta diferença foi, assim, repartida proporcionalmente para cada província/região com base num único índice obtido como rácio do valor nacional sobre a soma dos valores regionais.

Este mesmo critério foi também utilizado para repartir os Direitos Aduaneiros e os Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM), para se chegar ao conceito do PIB.

## **Qualidade e precisão das estimativas**

A precisão e a qualidade das estimativas aqui apresentadas dependem do tipo da metodologia aplicada, mas sobretudo, da qualidade dos dados, um aspecto que está fora do controlo dos autores e passa necessariamente pelo melhoramento da informação estatística com cobertura provincial. Em geral, os dados regionais/provinciais são menos precisos do que os dados nacionais, pois baseiam-se em amostras mais reduzidas e em bases de dados de qualidade inferior.

A economia nacional tem uma forte identidade: a fronteira nacional esta fixada e os fluxos transfronteiriços (de pessoas, bens, serviços e activos financeiros) são habitualmente medidos ou estão mesmo regulamentados. A economia regional é muito mais aberta: as fronteiras regionais/provinciais variam de tempos a tempos e os fluxos entre regiões/provínias raramente regulamentados ou medidos são também comuns. Mesmo assim, e com base na informação disponível e nos critérios definidos, foi possível apresentar uma estimativa, que sob o nosso ponto de vista, parece reflectir o que realmente está a acontecer na economia moçambicana.

## **Conclusões**

Neste trabalho foi usado o Método Descendente para desagregar o PIB de 2000 por províncias e actualizar as estimativas anteriores. Como fontes de informação, os autores usaram os mapas dos Equilíbrios, os Anuários Estatísticos Provinciais, os dados do Sistema de Aviso Prévio, bem como os dados do Recenseamento Geral da População e Habitação, acompanhados de juízos de valor para desagregar a produção bruta e o consumo intermédio por províncias/regiões e produzir estimativas do Valor Acrescentado a este nível, na perspectiva de que as estimativas

resultantes sejam o reflexo das Contas Nacionais compiladas e publicadas pelo INE.

Com base nestes pressupostos procedeu-se primeiro à estimação do valor da produção de cada um dos sectores de actividade e por províncias/regiões com base numa amostra de 142 produtos considerados representativos de toda a actividade económica. Uma vez obtido o valor de produção, foram aplicados os coeficientes do consumo intermédio por actividades, no pressuposto de estes são iguais para todas as províncias. Finalmente, foi estimado o Valor Acrescentado, como a diferença entre a produção e o consumo intermédio. A afectação proporcional dos Direitos Alfandegários e o SIFIM, permitiu ajustar o VAB ao conceito do Produto Interno Bruto.

A precisão e a qualidade das estimativas aqui apresentadas dependem da metodologia aplicada e da qualidade dos dados, um aspecto que está fora do controlo dos autores, passando necessariamente pelo melhoramento da informação estatística e cobertura provincial. Com base na informação disponível e nos critérios definidos, foi possível apresentar uma estimativa reflecte até certo ponto o que realmente está a acontecer na economia moçambicana.

## NOTA TÉCNICA<sup>1</sup> 2

### Cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado aos Sexos (IDS)

O IDH como indicador do desenvolvimento humano é complementado na presente nota técnica com o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado ao Sexo (IDS). O cálculo do IDS baseia-se nas mesmas variáveis que o IDH, com a diferença de que o IDS ajusta a realização média em esperança de vida, nível educacional e rendimento, de acordo com a disparidade nas realizações das mulheres e dos homens. Em outras palavras, o IDS é o IDH ajustado à desigualdade sexual.

Neste estudo o parâmetro de ponderação foi fixado em = 2, tomado de PNUD (1999:) e que

<sup>1</sup> Baseado na Nota Técnica do RGDH 1995

<sup>2</sup> Expressa um grau moderado de aversão à desigualdade e é calculada como média harmónica dos valores masculinos e femininos.

exprime uma aversão moderada à desigualdade<sup>2</sup>. Tal como o IDH, na construção do IDS também foram estabelecidos os seguintes valores máximos e mínimos fixos:

Esperança de vida à nascença: Máximos 82.5 e 87.5 anos respectivamente para os homens e mulheres; Mínimos 22.5 e 27.5 anos respectivamente para os homens e para as mulheres. O subsídio na esperança de vida das mulheres reflecte o facto de estas tenderem a viver mais tempo do que os homens, dados os mesmos cuidados (médicos, oportunidades nutricionais, etc.).

Manteve-se os mesmos valores mínimos e máximos para a Taxa de Alfabetização de Adultos, a Taxa de Escolaridade Bruta Combinada e o PIB real per capita usados no cálculo do IDH, bem como a fórmula de cálculo dos índices individuais.

### O Índice de Esperança de Vida Iguamente Distribuído é dado por:

{Parcela da população feminina x (Índice de esperança de vida feminina)<sup>(1-)</sup> + Parcela da população masculina x (Índice de esperança de vida masculino)<sup>(1-)</sup>}

### Do mesmo modo, o Índice do Nível Educacional Iguamente Distribuído é dado por:

{Parcela da população feminina x (Índice do nível educacional feminino)<sup>(1-)</sup> + Parcela da população masculina x (Índice do nível educacional masculino)<sup>(1-)</sup>}

### Cálculo do Rendimento

Os valores do PIB Real per capita (\$PPC) para as mulheres e homens são calculados a partir da parcela das mulheres ( $S_f$ ) e da parcela dos homens ( $S_m$ ) dos rendimentos auferidos. Numa situação ideal de existência de dados sobre salários não agrícolas, o PNUD (1995) recomenda que estas parcelas sejam estimadas, sucessivamente, a partir do rácio do salário feminino ( $w_f$ ) para o salário masculino ( $w_m$ ) e das parcelas percentuais das mulheres ( $eaf$ ) e dos

homens ( $ea_m$ ) na população economicamente activa da seguinte forma:

$$\text{Parcela dos rendimentos auferidos } S_f = \frac{(w_f/w_m) \times ea_f}{(w_f/w_m) \times ea_f + ea_m}$$

Nos casos em que os dados sobre o rácio salarial não estão disponíveis, como é o caso de Moçambique, o mesmo documento sugere uma estimativa de 75%, a média ponderada dos rácios salariais para os países com dados sobre salários do conjunto de países incluídos no estudo (130 países), no qual Moçambique fez parte. Este valor significa que em média, o salário médio das mulheres é 25% inferior a dos homens.

A seguir, assume-se que o PIB total (\$PPC) do país (Y) divide-se entre mulheres e homens de acordo com a parcela feminina dos rendimentos auferidos. Formalmente,

$$\text{PIB Total (\$PPC) das mulheres} = S_f \times (\text{PIB Total \$PPC do país})$$

$$\text{PIB total (\$PPC) para os homens} = \text{PIB total \$PPC do país} \times (1 - S_f)$$

O PIB *per capita* \$PPC das mulheres ( $y_f$ ) e dos homens ( $y_m$ ) obtêm-se dividindo respectivamente pela população feminina e masculina do país.

O rendimento ajustado tanto para mulheres  $W(y_f)$  como para homens  $W(y_m)$  é tratado do mesmo modo como na construção do IDH, isto é:

$$W(y_s) = \frac{\text{Log}(y_s) - \text{Log}(y_{\min})}{\text{Log}(y_{\max}) - \text{Log}(y_{\min})} \quad \text{onde } s = \begin{cases} f, & \text{se feminino} \\ m, & \text{se masculino} \end{cases}$$

### O Índice do Rendimento Iguamente Distribuído é dado por:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Parcela da popul. Femen.} \times [W(y_f)]^{(1-\alpha)} \\ + \\ \text{Parcela da popul. Mascul.} \times [W(y_m)]^{(1-\alpha)} \end{array} \right\}$$

### Ilustração da metodologia do IDS

A construção do IDS é ilustrada com dois exemplos: Moçambique e Camarões. O

parâmetro de aversão à desigualdade,  $\alpha$ , é igual a 2.

### População (milhões)

	Moçambique	Camarões
Total	16.841	13.924
Mulheres	8.758	7.009
Homens	8.083	6.915

### Parcela percentual da População

	Moçambique	Camarões
Mulheres	52,0	50,3
Homens	48,0	49,7

### Passo 1

#### Cálculo do Índice de Esperança de Vida

#### Esperança de Vida à Nascimento (anos)

	Moçambique	Camarões
Mulheres	45,3	56,0
Homens	41,7	53,4

#### Índice de Esperança de Vida

	Moçambique	Camarões
Mulheres	$(45,3-27,5)/60$ = 0,297	$(56,0-27,5)/60$ = 0,476
Homens	$(41,7-22,5)/60$ = 0,320	$(53,4-22,5)/60$ = 0,516

#### Índice de Esperança de Vida Iguamente Distribuído

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{Parc.Popul.Fem.} \times (\text{Índice esp.vida fem.})^{-1} \\ + \\ \text{Parc.Popul. Masc.} \times (\text{Índice esp.vida masc.})^{-1} \end{array} \right\}^{-1}$$

$$\text{Moçambique} \quad \{0,520 \times (0,297)^{-1} + 0,480 \times (0,320)^{-1}\}^{-1} = 0,307$$

$$\text{Camarões} \quad \{0,503 \times (0,476)^{-1} + 0,497 \times (0,516)^{-1}\}^{-1} = 0,495$$

### Passo 2

#### Cálculo do Índice do Nível Educacional Iguamente Distribuído

#### Taxa de alfabetização de adultos (%)

	Moçambique	Camarões
Mulheres	25,9	64,6
Homens	55,4	79,0

#### Índice de alfabetização de adultos

	Moçambique	Camarões
--	------------	----------

Mulheres	(25,9-0)/100 = 0,259	(64,6-0)/100 = 0,646
Homens	(55,4-0)/100 = 0,554	(79,0-0)/100 = 0,790

#### Taxa de escolaridade bruta combinada (%)

	<b>Moçambique</b>	<b>Camarões</b>
Mulheres	27,3	39,2
Homens	38,3	47,6

#### Índice de escolaridade bruta combinada

	<b>Moçambique</b>	<b>Camarões</b>
Mulheres	(27,3-0)/100 = 0,273	(39,2-0)/100 = 0,392
Homens	(38,3-0)/100 = 0,383	(47,6-0)/100 = 0,476

#### Índice do nível educacional

2/3(índice da alfabetização de adultos) +  
1/3(índice da escolaridade bruta combinada)

Mulheres

$$\text{Moçambique } 2/3(0,259) + 1/3(0,273) = 0,264$$

$$\text{Camarões } 2/3(0,646) + 1/3(0,392) = 0,561$$

Homens

$$2/3(0,554) + 1/3(0,383) = 0,497$$

$$2/3(0,790) + 1/3(0,476) = 0,685$$

#### Índice do Nível Educacional Iguamente Distribuído

{Parc. Popul. Fem. x (Índice nível educ. Fem.)<sup>-1</sup> +  
Parc. Popul. Masc. x (Índice nível educ. masc.)<sup>-1</sup>}

$$\text{Moçambique } \{0,520 \times (0,264)^{-1} + 0,480 \times (0,497)^{-1}\}^{-1} = 0,340$$

$$\text{Camarões } \{0,503 \times (0,561)^{-1} + 0,497 \times (0,685)^{-1}\}^{-1} = 0,616$$

#### Passo 3

#### Cálculo do índice de rendimento igualmente distribuído

Parcela percentual da população economicamente activa

	<b>Moçambique</b>	<b>Camarões</b>
Mulheres (ea <sub>f</sub> )	53,9	38,3
Homens (ea <sub>m</sub> )	46,1	61,7

#### Rácio do Salário Não Agrícola

Para o salário não agrícola masculino  
(w<sub>f</sub>/w<sub>m</sub>): 0,750

#### Moçambique

PIB dólares PPC	851,0
PIB per capita (\$PPC)	
PIB total (\$PPC)	851,0 x 16.841x10 <sup>6</sup> = 14.332 x 10 <sup>6</sup>

#### Camarões

PIB dólares PPC	1.890,0
PIB total (\$PPC)	1.890 x 13.924x10 <sup>6</sup> = 26.316x10 <sup>6</sup>

#### Parcela dos Rendimentos Proporcionais (s<sub>f</sub>)

<b>Moçambique</b>	(0,750 x 0,539)/ (0,750 x 0,539 + 0,461) = 0,467
<b>Camarões</b>	(0,750 x 38,3)/ (0,750 x 0,383 + 0,617) = 0,318

#### PIB total feminino (\$PPC)

<b>Moçambique</b>	0,467x14.332x10 <sup>6</sup> (\$PPC) = 6.700x10 <sup>6</sup> (\$PPC)
<b>Camarões</b>	0,318x26.316x10 <sup>6</sup> (\$PPC) = 8.368x10 <sup>6</sup> (\$PPC)

#### PIB total Masculino (\$PPC)

<b>Moçambique</b>	14.332x10 <sup>6</sup> (\$PPC) - 6.700x10 <sup>6</sup> (\$PPC) = 7.632x10 <sup>6</sup> (\$PPC)
<b>Camarões</b>	26.316x10 <sup>6</sup> (\$PPC) - 8.368x10 <sup>6</sup> (\$PPC) = 17.948x10 <sup>6</sup> (\$PPC)

#### PIB feminino per capita (\$PPC)

<b>Moçambique</b>	6.700x10 <sup>6</sup> (\$PPC)/8.758x10 <sup>6</sup> = 765,1 (\$PPC)
<b>Camarões</b>	8.368x10 <sup>6</sup> (\$PPC)/7.009x10 <sup>6</sup> = 1.194,0 (\$PPC)

#### PIB Masculino per capita (\$PPC)

<b>Moçambique</b>	7.632x10 <sup>6</sup> (\$PPC)/8.083x10 <sup>6</sup> = 944,2 (\$PPC)
<b>Camarões</b>	17.948x10 <sup>6</sup> (\$PPC)/6.915x10 <sup>6</sup> = 2.596,0 (\$PPC)

#### Índice do PIB Real per capita (\$PPC):

Mulheres W(y<sub>f</sub>)

#### Moçambique

$$\{\log(765,1) - \log(100)\} / \{\log(40.000) - \log(100)\} = 0,340$$

#### Camarões

$$\{\log(1.194,0) - \log(100)\} / \{\log(40.000) - \log(100)\} = 0,414$$

**Índice do PIB Real per capita (\$PPC): Homens  $W(y_m)$**

**Moçambique**

$$\{\log(944,2)-\log(100)\}/\{\log(40.000)-\log(100)\} = 0,375$$

**Camarões**

$$\{\log(2.596,0)-\log(100)\}/\{\log(40.000)-\log(100)\} = 0,544$$

**Índice de rendimento Iguamente Distribuído**

$$\{\text{Parc. Popul. Fem.} \times (W(y_f))^{-1} + \text{Parc. Popul. Masc.} \times (W(y_m))^{-1}\}^{-1}$$

**Moçambique**

$$\{0,520 \times (0,340)^{-1} + 0,480 \times (0,375)^{-1}\}^{-1} = 0,356$$

**Camarões**

$$\{0,503 \times (0,414)^{-1} + 0,497 \times (0,544)^{-1}\}^{-1} = 0,469$$

**Passo 4**

**Cálculo do IDS**

**Moçambique**

$$1/3(0,307 + 0,340 + 0,356) = 0,334$$

**Camarões**

$$1/3(0,495 + 0,616 + 0,469) = 0,527$$

# Referências e Bibliografia

---

- Aboagye, Anthony Q.; Gunjal, Kisan, .2000. "An analysis of short-run response of export and domestic agriculture in sub-Saharan Africa". *Agricultural Economics*
- Amstrong A. 1998. *Culture and Choice. Lessons from survivors of gender violence in Zimbabwe*, Harare, Violence Against Women in Zimbabwe, Research Project.
- Araújo, Manuel. 1997. *Geografia dos Povoamentos: assentamentos humanos rurais e urbanos*; Livraria Universitária, Maputo.
- Ardeni, P.G., 2001. *Women and Povetry in Mozambique: Is there a Gender Bias in Living Standards and Employment Conditions*, working paper, Feminization of Poverty Study (Mozambique), ILO/SAMAT, Harare.
- Arthur José .2001. *A situação legal da Muller*, Maputo, doc. mimeografado
- Bardhan, Pranab e Udry, Christopher (1999). *Development Microeconomics*, Oxford University Press, Londres, Reino Unido.
- Barro, Roberto J.; Sala-I-Martin, Xavier (1995). *Economic Growth. Séries da "Advanced Series in Economics"*, McGraw-Hill, New York, E.U.A.
- Beauvoir, Simone .1970. *Deuxieme sex (1970)*, Paris, PUF
- Bernardi, Bernardo. 1974. *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*; Edições 70, Lisboa.
- Bleichmar, D. E. 1998. "Ese problema viejo de la culpa de la mujer, in FEMPRESS 207, Santiago do Chile.
- Borges, António Artur S.D. 1965. *Monografia, Os Senas; S.E. a II No. 257.*
- Cabral, António. 1925. *Raças, Usos e Costumes dos Indígenas da Província de Moçambique*; Imprensa Nacional, Lourenço Marques.
- Casavant, Ken.; Infanger, Craig L.; Bridges, Deborah E.(1999). *Agricultural economics and management*, Prentice Hall, Upper Saddle River, N.J., E.U.A.
- Cavaleiro, Álvaro. 1956. *Os Chuabos. Monografia Etnográfica*; mimeo; S.E. A. v p. 7.
- Chenery, Hollis e Syrquin Moises (1984). *Patterns of Development:1950-1970*, Oxford University Press para o Banco Mundial, Londres, Reino Unido.
- Cohn A, .1997. "Notas sobre Estado, Políticas Públicas e Saúde" in *A Miragem da Pós Modernidade*, Rio de Janeiro ed. FIOCRUZ.
- Comissão Nacional do Plano (1994). *Metodologia de Estimação das Contas Nacionais*. Maputo: Comissão Nacional do Plano/DNP.
- Cota, Gonçalves. 1946. *Projecto Definitivo do Estudo de Direito Privado dos Indígenas da Colónia de Moçambique*; Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques.
- Courlon, Juvite. 1998. *Monitoragem Soció-Económica dos Regadios de Mafuiane e Massaca - Relatório Final do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado*, Bonifica S.p.A.; mimeo, Maputo.
- da Silva, Terezinha e Andrade, Ximena. 2000. *Para Além das Desigualdades: A Mulher em Moçambique. (Beyond Inequalities: Women in Mozambique)* Forum Mulher, Centro de Estudos Africanos e SARDC.
- de Abreu, S.R.1994. *A Mulher e o Sector Informal*, artigo apresentado "Mulher e o Sector Informal" organizado por Frederich Ebert Stiftung e Muleide, Maputo.
- de Vletter, F. 1996. *Study on the Informal Sector in Mozambique (Maputo and Sofala)* Poverty Alleviation Unit, Ministry of Planning and Finance, Government of Mozambique, Maputo.
- de Vletter, F. 1998. *Unpublished study on the informal credit and savings practices in Mozambique under taken for African Development Bank.*
- de Vletter, F. 2001 *Unpublished study on 100 Maputo Female Market Vendors carried out for ILO/SAMAT Feminisation of Poverty Study (Mozambique).*
- Delgado, Christopher L.(1995). *Africa's changing agricultural development strategies: past and present paradigms as a guide to the future*, International Food Policy Research Institute., Washington, DC. E.U.A.
- Dias, Jorge. 1972. *Le Mozambique*; in: Poisier, Jean (ed). 1972. *Ethnologie Regional I, Afrique-Océanie*; Encyclopédie de la Plééade; Editions Gallimard, France.
- Díaz-Bonilla, Eugenio; Reca, Lucio, (2000). *Trade and agro industrialization in developing countries: trends and policy impacts*, Publicado no *Agricultural Economics*
- DNH, Direcção Nacional de Habitação. 1983. *Contribuição para o Estudo do Habitat Moçambicano*; mimeo, Maputo.
- Eicher, Carl K e Staatz, John M (1999). *Agricultural Development in the Third World*, publicado pela the Johns Hopkins University Press, Baltimore, E.U.A.

- Eurostat, (1995) Regional Accounts Methods - Gross Value Added and Gross Fixed Capital Formation by Activity. Luxemburg.
- Feliciano, José F. 1998. Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique; Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo.
- Freitas, R. Ivens Ferraz. 1971. O Grupo Sena; mimeo, Lourenço Marques.
- Galha. 1956. Citado por Sopa. 1998.
- Gaudier M. .1993. Poverty inequality, exclusion: new approach to theory and practice, Serie Bibliografique nº 17, Institut International d' Etudes Sociales. Génova
- Geffrey, Christian. 1990. Ni Père ni Mère: critique de la parenté: le cas makhuwa; Seuil, Paris.
- Governo da República de Moçambique, 2000/2004 .2000., Programa do Governo, Maputo, mimeo.
- Grilo, Monteiro. 1928. O Problema Indígena no Distrito de Quelimane; Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1929, Nos 1-2, pp.39-48 e Nos 3-4
- Hayami, Yujiro e Ruttan, Vernon (1999). Agricultural Development: An International Perspective, Johns Hopkins University Press, Baltimore, E.U.A..
- Heise, Pitanguy, .1994. Violence Against Women, The hidden health burden, Washington, D.C. World Bank Discussion Papers.
- Horbulyk, Theodore M., (2000). "The social cost of labor in rural development: job creation benefits re-examined" Publicado no Agricultural Economics
- Husain, Ishrat e Faruqee, Rashid (1994). Adjustment in Africa: Lessons from Country Case Studies, Banco Mundial, Washington D.C., E.U.A.
- INE (1998), II Recenseamento Geral da População 1997 - Resultados definitivos.
- INE (2000), Questionário de Indicadores Básicos de Bem Estar, Maputo, INE
- INE (2001), Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB) Maputo.
- INE Projeções Anuais da População por Província e Área de Residência, 1997-210.
- INE 'Anuário Estatístico' (vários). Maputo: INE.
- INE (2000), Mulheres e Homens em Moçambique. Maputo: INE
- INE (2000), Mulheres e Homens em Moçambique, Maputo. INE
- INE Anuários Estatísticos Provinciais de 1996-1999. Maputo: INE
- INE Mapa de Equilíbrios 1996-1999. (Ficheiros Electrónicos). Maputo: INE
- Junod, Henry P. 1939. Os Indígenas de Moçambique no Século XVI e Começo de XVII, Segundo os Antigos Documentos Portugueses da Epoca dos Descobrimentos; Documentário Trimestral "Moçambique", Lourenço Marques.
- Kamaara E. 1996. Some Effects of Sapps on Female Productive Health in Kenya. Cape Town, mimeo.
- Karshenas, Massoud, (2001); Agriculture and economic development in sub-Saharan Africa and Asia, Cambridge Journal of Economics; volume 25, issue 3 Londres, Reino Unido.
- Khan, Mahmood Hassan, (2001). Agricultural taxation in developing countries: a survey of issues and policy", Publicado no Agricultural Economics, volume 24, issue 3
- Krugman, Paul R. e Maurice Obstfeld (1994). International Economics: Theory and Policy, Third edition, New York: Harper Collins.
- Kulaya 1997. Estudos de Aspectos Psicossociais e do Atendimento em Mulheres e Vítimas de Violência, Maputo, mimeo. OMS, 2001
- Lazo, António (1998) Procedimentos Metodológicos na Elaboração das Contas Nacionais
- Lele, Umma (1992). Aid to African Agriculture: Lessons from Two Decades of Donor's Experience, Oxford University Press para o Banco Mundial, Londres, Reino Unido.
- Lima, Arthur de Barros. 1939. Território de Manica e Sofala - Breve Esboço Sobre Alguns Aspectos da Raça, Usos e Costumes da sua População; Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, Ano VIII, no. 40, Ago-Dez 1939.
- Little, P.D. and de Coloane, I.B.L. 1992. Petty Trade and Household Survival Strategies: A case study of food and vegetable traders in the peri-urban area of Maputo, Mozambique USAID, Maputo
- Lobstein, Tim, (2001) "Crisis in agriculture: Are we learning from the disasters?" Consumer Policy Review, Londres; Volume 11, Issue 3; Londres, U.K.
- Loforte, Ana M. 1996. Direitos Consuetudinários em Moçambique, Normas Relativas a Herança e Transmissões de Terra; Núcleo de Estudos da Terra, Universidade Eduardo Mondlane; mimeo, Maputo.
- Lopes, Gustavo B.P. 1928. Respostas ao questionário etnográfico apresentado pela Secretaria dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques acerca da população indígena da Província de Moçambique; Imprensa da Companhia de Moçambique, Beira.

- Lopes, Manoel M. 1909. Subsídios para um código de usos e costumes indígenas nos territórios da Companhia de Moçambique; Imprensa da Companhia de Moçambique. Beira.
- Lupi, Eduardo C. 1909. Relatório do Governador do Distrito de Quelimane, 1907-1909; Imprensa Nacional, Lourenço Marques.
- Machado, Major A.J.M. 1970. Entre os Macuas de Angoche, Historiando Moçambique; Prelo, Lisboa. Maputo, Moçambique.
- Marshall. 1993. Citado por Sopa.1998.
- Martins, A. Rego. 1960. Monografia sobre os Usos e Costumes dos Senas; Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, Ano XXIX, no. 123.
- Maulano, Norbero and Pedro Soca. 1996. Monografia do Distrito do Chinde; Chinde, mimeo.
- Medeiros, Eduardo. 1995. Citado por Sopa.1998.
- MINED/COMPETE 2001. Seminário de Avaliação do Programa de Género, Maputo, mimeo
- Ministério da Saúde 2001. Plano Estratégico Sector Saúde,2001/2005 (2010), Maputo,mimeo.
- Monteiro, Fernando A. 1993. O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974), Universidade Portucalense, Porto.
- Mucavele, Firmino G., (1998). “Segurança Alimentar e Nutrição em Moçambique: Desafios e perspectivas”. Artigo publicado na Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane, proceedings da Conferência de Segurança Alimentar e Nutrição que teve lugar de 16-19 Outubro de 1998, Maputo, Moçambique.
- Mucavele, Firmino G., (2000). Análise do Desenvolvimento na África Austral: A Problemática da Segurança Alimentar e Pobreza. Oração de Sapiência proferida por ocasião da abertura do ano académico 2000/2001 na Universidade Eduardo Mondlane Maputo, Moçambique.
- Mucavele, Firmino G., (2000). O Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Moçambique: Uma estratégia para a Redução da Pobreza e Insegurança Alimentar. Artigo apresentado no “X Encontro da associação das Universidades de Língua Portuguesa”, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, São Miguel, 25 a 28 de Abril de 2000
- Mucavele, Firmino G., (2001). Analysis of Economic Development and Trade in Mozambique and its Integration into the Southern African Development Community (SADC). Artigo apresentado na Conferência Regional intitulada “Regional Conference 2001 on “Regional Integration: Can it Lead to Development”, que teve lugar em Johannesburgo de 19-20 de Julho de 2001, África do Sul
- Mucavele, Firmino G., 2000. Análise da Vantagem Económica Comparativa da Agricultura e Moçambique, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
- Mucavele, Firmino G., 2001. A Produtividade dos Factores Primários de Produção na Agricultura, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
- Mucavele, Firmino G., 2001. Relatório de Segurança Alimentar e Nutrição, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique.
- Negrão, José & Sopa, António. 1996; in: Projecto COMRES, Relatório Final - Centro de Estudos Africanos; mimeo, Maputo.
- Negrão, José. 1995. One Hundred Years of African Rural Family Economy: the Zambezi delta in retrospective analysis; Reprocentralen, Lund.
- Negrão, José. 1996. Uso da Terra em Matutuíne (contributo para a planificação territorial do Distrito); mimeo, Maputo.
- Norton, G. A. (1984). Resource Economics, Edward Arnold Publishers, Londres, Reino Unido.
- Osório C, .2000. “Direitos humanos, Direitos humanos das mulheres” in Direitos Humanos das Mulheres em 4 tópicos, Maputo WLSAMoz/CEA.
- Osório, Andrade et all .2000. Ilusão da Transparência, Maputo, WLSAMoz/CEA
- Osório, Andrade et all .2001. Poder e Violência, Maputo, WLSA/Moz
- Osório, C.1997. Violência Contra a Jovem e Construção da Identidade Feminina, Maputo, Muleide, doc. mimeografado
- Osório, José L.G. 1964. Monografia Etnográfica para Concurso - O Povo Podzo; S.E. a II no 100.
- Osório, Mejia et all .2001. Mulher e Autarquias, Maputo, CEA/NORAD OTM/Conselho Central. 2000. Relatório/Estudo sobre o nº de Trabalhadores Assalariados. Maputo
- Pitcher. 1996. Citado por Sopa.1998.Policy. Third Edition. New York: Harper Collins.
- PNUD. 1998. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. SARDC.PNUD. Maputo

- PNUD. 1999. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. SARDC.UEM.PNUD. Maputo
- PNUD. 2000. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. SARDC.UEM.PNUD. Maputo
- Ramakrishnan, P.S. (1992). Shifting Agriculture and Sustainable Development: An Interdisciplinary Study from North-Eastern India, séries “Man and Biosphere” volume 10, The Parthenon Publishing Group, New Dehli, India.
- Rathgeber E. 1990. “WIID, WAD, GAD: Trends in Research and =Practice” in The Journal of Developing Areas, 24, pagina 489.
- Richards.1982. Citado por Sopa.1998.
- Rita-Ferreira, A. 1975. Povos de Moçambique: história e cultura; Afrontamento, Porto.
- SADC, PNUD e SAPES, 1998. Relatório Regional do Desenvolvimento Humano na SADC, 1998. Harare, Zimbabwe.
- Schramm, Gunter e Warford, Jeremy J. (1994). Environmental Management and Economic Development, Johns Hopkins University Press, Baltimore, E.U.A.
- Sen, A. 1999. Development as Freedom. Oxford University Press. United Kingdom.
- Skold M. .1998. Poverty and Health: who lives, who dies, who cares? Policy Paper “Macroeconomics, Health and Development”, Series, nº 28 World Health Organization, Génova.
- Sopa, António. 1996. vide: Negrão & Sopa. 1996.
- Sopa, António. 1998. Acesso à Terra (tradição e mudanças); in: I. Cazas (ed.). 1998. Perfil do Género da Província de Nampula; mimeo, Nampula.
- Sousberghe, L. 1965. Structures de Parenté des Sena Gorongosa (Mozambique); L' Homme, vol.V, no.1.
- Sousberghe, L. 1966. Note Complementaire sur la Parenté chez les Sena (Mozambique), L'Homme, vol. VI, no.2.
- Standing G. 1989. “Global Feminization through Flexible Labour”. World Development
- Timmer, C. Peter (1988). Getting Prices Right: The Scope and Limits of Agricultural Price Policy, Cornell University Press, Ithaca, E.U.A.
- Todaro, Michael P .1999. Economics for a Developing World. An Introduction to Principles, Problems and Policies for Development. Longman. London & New York
- Tschirley, D. et. all. 1998. Algumas Reflexões Sobre a Pobreza e as Perspectivas de Crescimento no Sector Rural de Moçambique; mimeo, Maputo.
- UNDP. 1990. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1991. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1992. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1993. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1994. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1995. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1996. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1997. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1998. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 1999. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 2000. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- UNDP. 2001. Human Development Report. Oxford University Press. United Kingdom
- Walker, A .1997. Plano de Acção para a Integração da Perspectiva de Género no Plano Estratégico de Educação, Maputo, MINED
- White, Chicoco .1995. Seminário sobre Avaliação da Implementação da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Maputo. mimeo.
- World Bank .1999. World Development Indicators.

# *Anexo Estadístico*

---

